

ARION MAZURKEVIC

EFICÁCIA E LIMITES DA AUTONOMIA COLETIVA NO BRASIL

Curitiba

2005

ARION MAZURKEVIC

EFICÁCIA E LIMITES DA AUTONOMIA COLETIVA NO BRASIL

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre, no
Programa de Pós-graduação em Direito da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof^ª. Dr^a. ALDACY RACHID
COUTINHO**

Curitiba

2005

ARION MAZURKEVIC

EFICÁCIA E LIMITES DA AUTONOMIA COLETIVA NO BRASIL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes membros:

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Aldacy Rachid Coutinho

Prof. Dr. Márcio Túlio Viana

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

Curitiba, 08 de março de 2005.

ÍNDICE

RESUMO	v
---------------------	----------

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO I – A DESMISTIFICAÇÃO DO SINDICALISMO E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NOS PAÍSES DE ECONOMIA CENTRAL

1. A origem	10
1.1. As características do Estado moderno	11
1.2. A consciência operária e o sindicato	18
2. Compromisso fordista – fortalecimento do sindicato e da negociação coletiva – enquadramento do movimento operário à serviço do capital	24
2.1. A divisão do movimento operário	26
2.2. Capitalismo: crise e a solução	30
3. Neoliberalismo – o movimento de reversão – declínio do sindicato	38
3.1. Capitalismo: nova crise em outro cenário	41
3.2. O movimento operário “ <i>nu e desarmado</i> ”	45
3.2.1. Introdução de novas formas de produção	47
3.2.2. Globalização	49
3.2.3. Aprimoramento da formas de controle	51
3.2.4. Desaparecimento do paradigma alternativo	58
4. O sindicato e a negociação coletiva	59

CAPÍTULO II - A DESMISTIFICAÇÃO DO SINDICALISMO E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL

1. A participação do Brasil no cenário mundial	65
1.1. O Estado dependente	69
1.2. As transformações econômicas e políticas e as mudanças no capitalismo central ...	77
2. O sistema sindical no Brasil	84
2.1. A formação	84

2.2. As adaptações	102
2.2.1. 1946	102
2.2.2. 1964 a 1967	105
2.2.3. 1988	108
2.3. As características e suas finalidades	111
3. A atualidade	115
4. O sindicato e a autonomia privada coletiva no Brasil.....	119
CAPÍTULO III – A AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA – UMA	
PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO.....	123
1. As bases para uma reconstrução	126
1.1. Os direitos fundamentais	128
1.2. A constitucionalização e a repersonalização do Direito Civil: um exemplo a ser seguido	132
1.3. A autonomia privada	135
2. A proposta de reconstrução	139
2.1. A orientação constitucional da autonomia privada coletiva	139
2.2. O resgate hermenêutico da autonomia privada coletiva	144
3. As perspectivas para a autonomia privada coletiva no Brasil	153
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

RESUMO

A presente dissertação visa a oferecer um cenário desmistificado sob o qual seja possível refletir, de forma consciente, a respeito dos limites e da eficácia da autonomia coletiva no Brasil. Para esse desiderato, procura desvendar os fenômenos e os arranjos sociais, políticos e econômicos que determinaram os contornos das molduras jurídicas, construídas ao longo do processo histórico, para regular as relações de trabalho, especialmente coletivas. Inicialmente, nos países de economia central e depois, no Brasil, esta investigação propicia a demonstração de que o Direito do Trabalho e a estrutura sindical foram criados não só diante dos movimentos operários, mas também como instrumento de controle desses movimentos e para preservação do sistema de acumulação capitalista. Revela que o Estado do bem-estar social, com valorização da autonomia coletiva, foi construído nos países de economia central porque se conjugaram no pós-guerra diversos fatores, dentre os quais a necessidade de integração dos trabalhadores no círculo da produção e do consumo. No Brasil, o Estado do bem-estar social não foi possível, dada a condição de dependência, nem necessário, em face de mecanismos suficientes para controlar os movimentos operários. Visa a demonstrar que o projeto neoliberal foi implantado à vista do desaparecimento da necessidade de cooptação e de controle dos movimentos operários através da estrutura jurídica. Finaliza, propondo que a autonomia privada coletiva deve ser exercitada, à luz dos preceitos constitucionais, para melhorar as condições sociais do trabalhador, além das garantias mínimas já concretizadas pela constituição e ordenamento infraconstitucional, visando a valorizar o trabalho humano e a justiça social, obter a redução das desigualdades regionais e sociais e concretizar o ideal do pleno emprego.

INTRODUÇÃO

A autonomia privada coletiva, no âmbito do Direito do Trabalho, é identificada como o poder reconhecido às entidades sindicais de se organizarem, de se auto-regularem, de negociarem regras abstratas aplicáveis às relações de trabalho de seus representados, de representarem os interesses individuais e coletivos dos componentes do grupo e de defenderem esses interesses através de ações diretas, como a greve (autotutela)¹. A presente investigação concentrar-se-á na expressão da autonomia privada coletiva voltada à negociação e à pactuação de normas aplicáveis às relações individuais de trabalho.

Apesar de ser possível constatar o exercício da autonomia coletiva desde as primeiras organizações sindicais, por meio da celebração de convênios coletivos de trabalho², foi após a Segunda Grande Guerra e nas economias centrais que obteve expressiva expansão. Mesmos nos países de forte tradição sindical, como a Inglaterra, em que o Direito do Trabalho foi construído praticamente através da atuação das organizações sindicais, sem intervenção legislativa e do Poder Judiciário, também se identifica expansão da negociação coletiva a partir da década de 1940³.

O tratamento jurídico da autonomia coletiva, tanto doutrinário

¹ Neste sentido, vide BELTRAN, Ari Possidonio (A autotutela nas relações de trabalho, p. 99). Francesco SANTORO-PASSARELLI considera a autonomia coletiva como a fórmula que sintetiza o “*fenômeno de auto-regulamentação de interesses privados entre grupos contrapostos*”, conforme GIUGNI, Gino. Direito sindical, p. 117.

² Por exemplo, Roberto Barretto PRADO identifica a Alemanha como o primeiro país a estabelecer regulação legal para os convênios coletivos, através de Lei editada em 04.03.1919. Não obstante, antes mesmo dessa regulamentação já havia sua utilização prática, debatendo-se os tribunais com o seu enquadramento jurídico e reconhecimento de sua eficácia (Curso de direito coletivo do trabalho, p. 20 e 35). Arnaldo SÜSSEKIND identifica que a “*convenção coletiva de trabalho nasceu na Grã-Bretanha quando, a partir de 1824, com a revogação da lei sobre delito de coalizão, as trade unios, então organizadas pelos trabalhadores, passaram a ajustar com empregadores condições de trabalho a serem respeitadas na relação de emprego*” (A negociação trabalhista e a lei, in Revista LTr, 66-08/931). Dorothee Susanne RÜDIGER, no mesmo sentido, registra: “*Há estudos que afirmam que na Alemanha, no ano de 1906, numa época, portanto, na qual o movimento sindical era perseguido pelo Estado alemão, existiam entre 3000 e 4000 “contratos de tarifa”. O número de convenções coletivas chegava, no ano de 1913, a 13000 naquele país*” (Autonomia privada coletiva e crise paradigmática (do) direito do trabalho, in Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, nº 53, p. 72).

³ MACILROY, John. O inverno do sindicalismo, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 41.

como legal, desenvolveu-se especialmente na Itália e Alemanha (embora não se resumindo a estes dois países), a partir da ruptura com a concepção corporativista e totalitária, em que tanto o Direito do Trabalho, como o sindicato, estavam submetidos ao poder do Estado. Com o final da Segunda Grande Guerra, o sindicato adquire independência, sendo reconhecida a sua condição de ente de direito privado e assegurada a possibilidade de celebrar, com liberdade, contratos coletivos⁴.

Assim, nas economias centrais, o Direito do Trabalho deixa preponderantemente de ser orientado pela concepção puramente protecionista, marcada pelo caráter interventor do Estado nas relações interprivadas, a fim de proteger a parte hipossuficiente nas relações individuais de trabalho: o empregado. A proteção promocional⁵ passa a ser a concepção prevalecente, em que a autonomia privada coletiva é enfatizada, sendo reconhecida como principal fonte de expansão dos direitos trabalhistas.

A concepção puramente protecionista⁶, que sobreviveu nas economias periféricas ou semiperiféricas⁷, pressupõe a intervenção legal (heterônoma) nas relações individuais de trabalho, a fim de que, limitando a autonomia contratual e superando o dogma da igualdade formal, seja possível equilibrar as forças desiguais dos contratantes e obter a igualdade material.

Já na proteção promocional, o desequilíbrio nas relações individuais é compensado, ainda que parcialmente, pela coletivização dos interesses dos trabalhadores através do sindicato⁸. Assim, o ordenamento jurídico passou a reconhecer a função representativa da entidade sindical e o caráter de fonte de direito às regras que

⁴ RÜDIGER, Dorithee Susanne. O contrato coletivo no direito privado, p. 94-95. No mesmo sentido, pode-se concluir de Roberto Barretto PRADO, quanto identifica as características da legislação editada na Alemanha (Lei de 09.04.1949, alterada em 1952) e na França (Lei de 04.10.1941, alterada em 1950): reconhecimento da eficácia da negociação coletiva e supressão do controle estatal sobre as mesmas (op. cit., p. 20-26).

⁵ Expressão utilizada por Antônio Rodrigues de FREITAS JR. Direito do Trabalho na era do desemprego: instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação, p. 41.

⁶ Identificada por Antônio Rodrigues de FREITAS JR como a “adolescência” do Direito do Trabalho ou sua segunda fase, onde a liberdade (conquistada em seu nascedouro) transforma-se em direitos subjetivos, a partir da socialização dos riscos (op. cit., p. 39 e 47-48).

⁷ Onde se insere o Brasil. Vide FREITAS JR, Antônio Rodrigues, op. cit., p. 33 e 41-42. No mesmo sentido, POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 32.

⁸ Esta lógica é identificada com precisão por Enzo ROPPO: “Associando-se e organizando-se, na verdade, os trabalhadores colocavam-se – relativamente à contraparte patronal – em posição de força (e, portanto, de poder contratual), multíssimo superiores àquelas de que teria podido desfrutar cada trabalhador singular que se apresentasse a contratar isoladamente com o empresário a sua relação de trabalho individual” (O contrato, p. 321). No mesmo sentido e destacando que o equilíbrio obtido não é completo, José Barros de MOURA afirma: “... quando os assalariados deixam de se contrapor isoladamente ao patrão, e podem recorrer ao sindicato como representante da colectividade por eles constituída, é em certa medida a igualdade real entre as partes que se estabelece ou, melhor, a desigualdade que se atenua.” (A convenção colectiva entre as fontes de direito do trabalho, p. 42).

ajustar⁹, pressupondo, como consequência, duas dimensões de sua autonomia: a supremacia do ente coletivo em relação a cada um dos integrantes do grupo representado, que ficam submetidos ao regramento ajustado; a independência em relação ao próprio Estado, assim entendida a liberdade de se autoconstituir e de se autodeterminar¹⁰.

Este modelo não dispensou a regulação heterônoma das relações de trabalho, mormente nos países de tradição romano-germânica, mas a legislação passou a ter outras funções: estabelecer as garantias mínimas de proteção, inderrogáveis na contratação individual; estabelecer condições para a atuação livre dos sindicatos; estimular a negociação coletiva, como forma de autotutela.

Exemplo paradigmático deste modelo de regulação pode ser encontrado no Estatuto dos Direitos dos Trabalhadores da Itália (Lei nº 300 de 20.05.1970)¹¹.

Referida lei italiana estabelece, em seu título I, regras de proteção à liberdade e à dignidade dos trabalhadores, nas quais, entre outras garantias, encontra-se protegida a liberdade de opinião (art. 1), proibidas, com exceções, a utilização de meios audiovisuais de controle das atividades dos trabalhadores (art. 4) e a inspeção pessoal de controle (art. 6), regulada e limitada a aplicação de sanções disciplinares (art. 7), vedada a pesquisa de opinião do trabalhador para sua contratação (art. 8), tutelada a saúde e a integridade física do trabalhador (art. 9), protegendo o trabalhador estudante com regras que facilitavam o estudo (art. 10), bem como reguladas as alterações de função (art. 13).

Já os títulos II, III e IV estão voltados exclusivamente às organizações sindicais de trabalhadores, compreendendo normas de proteção à liberdade sindical, como a vedação de atos ou tratamento discriminatórios (artigos 15, 16 e 18), e normas de proteção à atividade sindical (títulos III e IV).

A dedicação da maior parte de seus dispositivos à tutela da atividade sindical, bem como os condicionamentos à concordância das representações sindicais previstos no título I (vide artigos 4 e 6), demonstram que o legislador italiano, ao editar a Lei nº 300, teve como principal escopo estimular a negociação coletiva.

O discurso jurídico que sustentou essa tendência se funda na adoção da autotutela como forma de aprimorar a tutela dos trabalhadores, como pode ser

⁹ RÜDIGER, Dorithee Susanne. O contrato coletivo no direito privado, p. 97.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 99.

¹¹ Reprodução traduzida da Lei nº 300 de 29.05.1970 pode ser encontrada em GIUGNI, Gino, op. cit., apêndice 6, p. 295-309,

constatado nesta passagem de Gino GIUGNI:

“Segundo o legislador, para se alcançar o objetivo de democracia substancial, é preciso considerar, por um lado, a legitimidade da presença do sindicato dentro da empresa e, por outro, que esta presença constitua a melhor garantia de efetiva proteção aos trabalhadores. O legislador avaliou de fato, que a tutela do trabalhador não se encontrava suficientemente assegurada pelo simples estabelecimento de regras de conduta que de alguma forma limitavam o poder dos empresários. E que tal resultado poderia ser dinamicamente alcançado somente favorecendo e estimulando a atividade de autotutela por parte dos próprios prestadores de serviço no interior da organização produtiva. O dinamismo da realidade de conflito exige da parte dos protagonistas, contínuas avaliações diante de incessantes mudanças e novas situações, requerendo, no interior da empresa, a existência de poder capaz de incidir imediatamente sobre as condições às quais os sujeitos estão submetidos. Diante disso, o melhor instrumento de tutela é a própria capacidade ativa de contestação dos sujeitos interessados, naturalmente sensíveis à mudança das condições e, portanto, os mais idôneos em promover avaliações que a lei, por sua rigidez estrutural, não estaria em condições de realizar”¹².

Todavia, a partir dos anos 1980, esse mesmo instrumento se prestou para concretizar outra tendência, iniciada nos países de economia central, visando à implantação do projeto neoliberal¹³, que se consagrou chamar de flexibilização do Direito do Trabalho. Justificada na necessidade do empresário deter maior mobilidade na utilização da mão-de-obra, a fim de sobreviver à crise econômica e manter os empregos¹⁴, passou-se a admitir, através da negociação coletiva, rupturas com os postulados estruturais do Direito do Trabalho, tais como a impossibilidade de alteração contratual em prejuízo ao empregado e a inderrogabilidade dos limites legais mínimos de proteção¹⁵. Pressupondo

¹² op. cit., p. 22.

¹³ POCHMANN, Marcio. POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 13.

¹⁴ Note-se que esta justificativa sempre está presente, especialmente na atualidade, nos discursos que pretendem justificar a desregulamentação do Direito do Trabalho.

¹⁵ Neste sentido, GIUGNI, Gino (op. cit., p.27) e SÜSSEKIND, Arnaldo (Comentários à Constituição, p. 333-334).

que, na negociação coletiva, estabelece-se igualdade material entre os interlocutores, deixa de existir, segundo o discurso que defendeu esta tendência, a necessidade de proteger um dos pólos da relação contratual, como ocorria no modelo exclusivamente protecionista do Direito do Trabalho.

No Brasil, apesar da preponderância do modelo puramente protecionista e da preservação da estrutura sindical gestada na era Vargas, a legislação passou a incorporar estímulos à negociação coletiva e a tendência de, por meio dela, permitir a modificação das garantias heterônomas dos trabalhadores.

A Constituição Federal de 1988, ainda que de forma tímida¹⁶, permitiu, sempre através da negociação coletiva, a quebra da garantia de irredutibilidade salarial (art. 7º, VI), a modificação do limite de seis horas para o labor em turnos ininterruptos de revezamento (art. 7º, XIV) e a compensação de jornada (art. 7º, XIII)¹⁷.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, diversas leis foram editadas com a mesma característica. Por exemplo, a Lei nº 9.601/98 autorizou, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, a instituição de contrato por prazo determinado independentemente de motivação específica, bem como o prazo de 120 dias para compensação de jornada (antes limitado à mesma semana). No mesmo ano de 1998, a Medida Provisória nº 1709, de 06.08.98, ampliou o período de compensação para um ano, o que restou reiterado pelas Medidas Provisórias nºs 1.779 e 2.164, até a incorporação definitiva desta no ordenamento legal por força da Emenda Constitucional nº 32/2001. A Medida Provisória nº 1.709/98, também incorporada pela Medida Provisória nº 2.164, instituiu o denominado “trabalho em regime de tempo parcial”, autorizando a sua adoção, mediante negociação coletiva, para o empregados já contratados. Em 2000, por meio da Lei nº 10.101, que converteu regras de medidas Provisórias que vinham sendo reeditadas desde 1994, foi regulada a participação nos lucros e resultados, sendo condicionada sua adoção à negociação coletiva. Isto sem considerar a tentativa de introduzir, na legislação, com a modificação do art. 618 da CLT, expressa autorização para a negociação coletiva

¹⁶ SÜSSEKIND, Arnaldo, op. cit., p. 334.

¹⁷ Registre-se que prevalece no Tribunal Superior do Trabalho o entendimento no sentido de que o inciso XIV, do art. 7º, da Constituição Federal, não pressupõe a negociação coletiva para a adoção do regime de compensação de jornada (Orientação Jurisprudencial nº 182. “*Compensação de jornada. Acordo individual. Validade. É válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.*” - *Inserido em 08.11.2000*). Segundo esta orientação jurisprudencial, da qual não compartilhamos, o referido inciso XIV não seria exemplo de adoção pela Constituição da tendência referida.

derrogar garantias legais mínimas de proteção ao trabalhador¹⁸.

Em contrapartida, nos países de tradição anglo-saxônica, como Estados Unidos da América do Norte e Inglaterra, a partir da década de 1980, verifica-se movimento inverso de esvaziamento da negociação coletiva e estímulo aos contratos individuais de trabalho, chegando esses propósitos a figurar, na década de 1990, nos próprios discursos oficiais do governo inglês, como registra John MCILROY: *“nos anos 90, as declarações oficiais do governo descartavam abertamente o sindicalismo, tachavam a negociação coletiva de ‘ultrapassada e inadequada à indústria contemporânea’ e davam sua benção à Gerência de Recursos Humanos (...), aos contratos de emprego individuais e ao pagamento de acordo com a produtividade”*¹⁹.

Esta tendência não se alterou no Governo Trabalhista de Tony Blair. Ao contrário, o que se remodelou foi o próprio Partido Trabalhista, abandonando suas origens e dando continuidade ao discurso e práticas do Governo conservador e liberal que sucedeu²⁰.

Nos dias atuais, enquanto se discutem no Brasil propostas de reforma sindical, sempre impregnadas no discurso da necessidade de fortalecer as organizações sindicais, aprimorar a negociação coletiva e coletivizar as relações de trabalho, verificam-se inúmeras demonstrações de fragilidade das organizações operárias em países até pouco tempo paradigmáticos no modelo protecionista promocional. Por exemplo, o Jornal Folha de S. Paulo noticiou, no mês de julho de 2004, com diferença de apenas 5 dias, 2 casos típicos. No dia 08²¹, informava que o sindicato operário havia celebrado contrato coletivo de trabalho com a empresa Siemens para ampliar a carga semanal na fábrica de Bocholt de 35 para 40 horas. O motivo era muito simples: a empresa *“ameaçou transferir sua produção de telefones celulares e sem fio para a Hungria”*, acabando com dois mil empregos, na Alemanha, onde o índice de desemprego atinge 10%. No dia 13²², noticiava que a empresa DaimlerChrysler ameaçava eliminar seis mil postos de trabalho em sua unidade de Sindelfingen se o sindicato dos trabalhadores não aceitasse reduzir os benefícios e salários em quinhentos milhões de Euros por ano. A ameaça da

¹⁸ Projeto de lei nº 5483/2001, que após aprovado pela Câmara dos Deputados e tramitando no Senado Federal, foi retirado em janeiro de 2003 pelo Governo Federal.

¹⁹ O inverno do sindicalismo, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 45.

²⁰ Idem, ibidem, p. 61-64.

²¹ Folha de S. Paulo, caderno “Mundo”, p. A 12.

²² Folha de S. Paulo, caderno “Dinheiro”, p. B 4.

empresa germano-americana estava sendo feita porque o sindicato insistia em sua intransigência de autorizar “apenas” cento e oitenta milhões de Euros por ano de redução dos benefícios trabalhistas aos seus representados.

Diante desse cenário, que reflexão sobre os limites e eficácia da negociação coletiva se mostra possível? Os sindicatos podem ser fortalecidos, especialmente no Brasil, onde não há esta tradição? É inevitável a flexibilização dos direitos trabalhistas, sendo o melhor caminho a sua canalização por meio da negociação coletiva? Qual o papel do Poder Judiciário nesse quadro?

Podem ser encontradas as mais diversificadas e divergentes respostas para essas indagações, sem prejuízo de cada um delas contar com sólida argumentação, justificada em respeitáveis construções teóricas, dados estatísticos, direito comparado e outros fundamentos.

Entretanto, a opção por uma dessas alternativas não se deve fazer, como normalmente ocorre, pelo enfrentamento da questão somente no âmbito da dogmática tradicional e no campo jurídico. O sistema jurídico é construído a partir de fenômenos sociais preexistentes e de acordo com valorações históricas e ideológicas de sua relevância, como identificado por Emilio Betti ao tratar das relações jurídicas:

“As relações jurídicas têm o seu substrato em relações sociais já anteriormente existentes, e até estranhas à ordem jurídica: relações que o direito não cria, mas que encontra na sua frente, prevê e orienta, de acordo com qualificações e valorações normativas. Só mercê da valoração, da disciplina e sanção que lhes dá o direito, as relações sociais e os fatos que as determinam são elevados à categoria de fatispécies, relevantes para a vida e para as vicissitudes das relações jurídicas. Só se elevam a tal nível no grau e na medida em que, através de uma configuração preventiva por tipos, constituam matéria de valoração e de disciplina jurídica. (...).

(...) O direito apenas se propõe resolver um número limitado de problemas. Os outros - isto é, todos aqueles que ficam fora do campo de previsão de suas normas - não lhe interessam”²³.

Karl MARX, em 1859, em seu famoso prefácio, já ressaltava,

no mesmo sentido, que “as relações jurídicas bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade, relações estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de ‘sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft]’”²⁴.

Ademais, a conformação legal desses fenômenos sociais é a síntese dos interesses das classes dominantes, que influenciam a disciplina jurídica adotada pelo legislador e normalmente estão ocultos na redação do preceito²⁵.

Assim, ainda que se pretenda buscar soluções pragmáticas e no terreno jurídico, necessária a compreensão do fenômeno social e das transformações do ambiente em que se desenvolve, a fim de identificar por que o sistema jurídico foi adotado e qual foi o objetivo que prevaleceu em sua adoção, o que pode ser feito, desvelando e desmistificando os discursos e a legislação.

Este método não resolve a pluralidade de soluções, mas pelo menos permite que a opção seja consciente, sendo essa a contribuição que pretendemos trazer nesta pesquisa.

Com tal objetivo, no primeiro capítulo, procurar-se-á desvendar os sentidos e significados do sindicato e da negociação coletiva nos países de economia central, inicialmente, através da visita histórica do ambiente em que se originou o sindicato e da formação da consciência operária. Após, a investigação

²³ Teoria geral do negócio jurídico, p. 18 e 21.

²⁴ Prefácio da Contribuição à crítica da economia política, in K. Marx F. Engels – história, p. 232-233.

²⁵ Nessa linha Luiz Edson FACHIN desenvolve sua teoria crítica do direito civil, sendo oportuno registrar as seguintes passagens de sua abordagem: “A relação jurídica exprime menos um meio técnico para desenhar uma exposição e mais uma ordenação conceitual para dar conta de um modo de ver a vida e sua circunstância. Sob suas vestes está menos o direito em movimento, coletivamente considerado, e mais um direito que se afirma no confronto e na negação do outro. É um conceito superado por sua própria insuficiência, denunciada pela tentativa de captar, atemporalmente, pessoas, nexos e liames (...) Reconhecer a insuficiência e respectivos limites é a linha de saída para uma visita crítica a essa formulação, que abstratamente considera um sujeito apto para se obrigar” (Teoria crítica do direito civil, p. 26). “(...) o sistema recolhe os fatos que lhe são relevantes, dando-lhes o nome de fatos jurídicos (...) o Direito faz um juízo de valor sobre eles, e alguns ficam à margem do que o sistema estatui como uma condição de ser.” (op. cit., p. 64). “A relação jurídica nasce de um fato jurídico, o que, no plano lógico, exclui o fato como elemento da relação (...) só haverá relação jurídica se houver, como antecedente, um fato que seja valorado pelo Direito como constitutivo de uma dada relação jurídica. O que seria incorrer numa concepção profundamente objetivista das relações jurídicas, segundo as quais, só haveria relação que interessasse para o Direito à medida que se concedesse, previamente, importância a essa circunstância” (op. cit., p. 97). “(...) ao se entender a relação jurídica como toda a relação da vida relevante para o Direito (...) ver-se-á que o sistema jurídico promove uma espécie de corte na realidade e coloca os fatos que lhe interessam, por um conjunto expressivo dos valores dominantes num dado momento, no âmbito daquele sistema”, com o que “privilegia a concepção da relação jurídica a partir do sistema e não a partir da própria relação; dessa

concentrar-se-á no fenômeno social que passou a ser conhecido como compromisso fordista e forneceu as bases para a construção do sistema de proteção promocional, a fim de compreender a contribuição do movimento operário e do sistema capitalista na sua formação. Na terceira seção, as atenções serão dirigidas ao movimento de reversão daquele fenômeno e recepção da base teórica neoliberal, a fim de identificar as suas causas e a influência das transformações no sistema de acumulação capitalista. O capítulo será concluído com o balanço das estratégias de implantação do projeto neoliberal e com uma primeira tentativa de aproximação do tema central.

O segundo capítulo, por sua vez, estará voltado ao sindicalismo e à negociação coletiva de trabalho no Brasil, quando se procurará desmistificar os dogmas criados em torno da legislação laboral e trabalhista, demonstrando quais os fatores que efetivamente influenciaram na sua construção e nas transformações. Com este propósito, a primeira seção será destinada ao exame da posição ocupada pelo Brasil no cenário mundial e dos reflexos das políticas econômicas dos países centrais. Na segunda seção, o objetivo será resgatar os sentidos e os significados da formação e das transformações do sistema sindical brasileiro, bem assim suas características e finalidades. A situação atual dos movimentos operários e sindicais no Brasil será tema da terceira seção. A quarta seção, por fim, estará destinada à avaliação da autonomia privada coletiva no Brasil, comparativamente ao paradigma de sua maior expressão nos países de economia central, bem como da perspectiva de abordagem.

No terceiro capítulo será enfrentado o desafio de oferecer uma proposta para a reconstrução do sentido da autonomia privada coletiva. Assim, a primeira seção ocupar-se-á das bases de uma possível reconstrução, mediante a aproximação com os direitos fundamentais, bem como buscando exemplos na constitucionalização e repersonalização do Direito Civil e na transição da autonomia da vontade para autonomia privada. Na segunda seção formular-se-á uma proposta de releitura da autonomia privada coletiva à luz da ordem constitucional em vigor. Por derradeiro, a última seção destinar-se-á ao exame das perspectivas legislativas sobre o tema.

maneira, quando o sistema impinge tal compreensão acerca da relação jurídica está, tacitamente, pressupondo que há relações não relevantes para o direito” (op. cit., p. 106).

CAPÍTULO I – A DESMISTIFICAÇÃO DO SINDICALISMO E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NOS PAÍSES DE ECONOMIA CENTRAL

O sindicato é “o mais temível instrumento de terror contra a segurança e a independência da economia nacional, a solidez do Estado e a liberdade dos indivíduos” (Adolf Hitler em *Mein Kampf*)²⁶.

Como todo fenômeno social, o movimento operário, o sindicato e a autonomia coletiva, não podem ser compreendidos de forma isolada, analisando-se apenas a situação brasileira.

Portanto, necessária se faz a investigação prévia do cenário econômico e social em que se forjou o movimento operário, as suas transformações, os motivos dessas transformações, suas repercussões e as influências sobre o nosso país.

1. A origem

O sindicato²⁷ é, tradicionalmente, na doutrina, tratado como uma organização, associação, agrupamento ou agremiação, com finalidade de defender, promover ou tutelar e representar os interesses de seus associados ou representados²⁸. Entretanto, como toda conceituação, é reducionista, refletindo antes a percepção que se tem ou se pretende dar a determinado fenômeno, a partir de concepções reproduzidas em determinado momento histórico.

Apesar de a doutrina tradicional buscar a origem do sindicato,

²⁶ *Apud* TRINDADE, José Damião de Lima Trindade. História social dos direitos humanos, p. 38.

²⁷ Aqui utilizado como gênero.

²⁸ Amauri Mascaro Nascimento, após relacionar várias definições doutrinárias, conclui que há certas constantes em todas elas: “*Todas indicam a natureza jurídica do sindicato: uma associação, um agrupamento, uma organização. Todas apontam os seus fins: a defesa e promoção dos interesses socioprofissionais, a tutela dos interesses coletivos profissionais, a defesa dos interesses dos associados e a regulamentação das condições de trabalho, ou a defesa dos interesses, a promoção da sua condição (de trabalhador) e a representação da sua profissão para a ação coletiva de contestação e de participação na organização das profissões*”. Compêndio de Direito Sindical, p. 214-215.

na Antigüidade²⁹, nos colégios romanos, ou na Idade Média, nas corporações, o sindicalismo é fruto da modernidade³⁰. O sindicato representa o reconhecimento jurídico de um fenômeno social produzido pelo modelo filosófico, político e econômico fundante do Estado Moderno, que por sua vez também se transformou por influência daquele fenômeno.

1.1. as características do Estado moderno

Os acontecimentos históricos não são consequência de um determinismo racional, previamente arquitetado por uma mente ou grupo hegemônico, mas resultado de um processo complexo e do influxo de diversas forças, convergentes e antagônicas, com significativa influência do passado e das circunstâncias e crises do presente³¹.

As construções teóricas e concepções filosóficas representam normalmente o reflexo do momento em que são formuladas, ganhando prestígio e destaque aquelas que fornecem sustentação ao modelo social, político e econômico, de acordo com os interesses na época prevalecentes, sendo a estes adaptadas. Por sinal, Karl MARX advertia:

“Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais

²⁹ vide VIANNA, Segadas. Instituições de Direito do Trabalho, p. 1080-1081,

³⁰ GIUGNI, Gino, op. cit., p. 15.

³¹ Como adverte Ricardo Marcelo FONSECA, o resgate do passado não pode ser “montado com base numa linearidade temporal construída a posteriori, forjada pelos condicionantes do tempo que está a se debruçar sobre o passado, e que, por isso, normalmente se mostra completamente incompatível com a complexidade do próprio passado para o qual o estudo deveria ser fiel”, bem como “acaba impondo uma lógica ao passado que em verdade lhe é estranha, ao mesmo tempo em que lança sobre a época pretérita as questões, preocupações, valorações e ansiedades que pertencem ao presente” (Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica, p. 26). Ainda, embora se identifiquem fases históricas com nítidos contornos, também há que se compreender que “como as eras geológicas, não existem linhas de demarcação rigorosas separando as diversas épocas da História da sociedade” (MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I, v. 1, p. 427).

*para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir*³².

A modernidade é um bom exemplo deste processo. Não foi previamente idealizada, nem fruto de uma construção teórica ou filosófica específica. Tratou-se de um processo difuso, lento e complexo, gestado desde os séculos X e XI, como consequência do desenvolvimento do mercado de trocas e da racionalização³³, bem como da crise e insuficiência do modelo social, econômico e político então em vigor.

Inicialmente, contrapunham-se aos interesses emergentes, entre outros fatores, o império (que estendia o seu domínio político, prejudicando os interesses econômicos de cidades que incrementavam o comércio), a Igreja (que representava a submissão ao papado e aos dogmas) e o pluralismo jurídico (que gerava especialmente incertezas).

Representando reação contra a sociedade medieval, eminentemente pluralista, visando à liberação contra a supremacia da Igreja universal e contra a supremacia do Império universal, consolidou-se o Estado absolutista, que propiciou a formação de Estados nacionais, bem como a absorção dos ordenamentos jurídicos inferiores (senhores feudais, autonomia comunais e privilégios das corporações) por meio da unificação das fontes de produção jurídica na lei e de todos os ordenamentos jurídicos superiores e inferiores no ordenamento jurídico estatal, que correspondia à expressão da vontade do príncipe³⁴.

O novo modelo de construção política, ainda que tenha atingido o objetivo que o gerou, trouxe efeitos negativos, representados principalmente pelo abuso de poder do soberano, o que passou a constituir também em obstáculo aos interesses econômicos da classe social em ascensão, a burguesia.

Instalou-se o ambiente propício aos conflitos e à formulação teórica de mecanismos para obter limitação do poder do soberano, que podem ser identificados³⁵, de forma sintética, em três grandes grupos: a) teorias dos direitos naturais ou jusnaturalismo, que visava a estabelecer um limite externo, embasado na concepção de

³² Prefácio, p. 233.

³³ FONSECA, Ricardo Marcelo, op. cit., p. 30.

³⁴ “O Estado absoluto nasce da dissolução da sociedade medieval, que era de caráter eminentemente pluralista. Dizendo que a sociedade medieval tenha um caráter pluralista, queremos afirmar que o direito segundo o qual estava regulada originava-se de diferentes fontes de produção jurídica, e estava organizado em diversos ordenamentos jurídicos” (BOBBIO, Norberto. Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant, p. 17).

³⁵ BOBBIO, Norberto, op. cit., p. 24-26.

que existe, além do direito imposto por vontade do príncipe (direito positivo), um direito que pertence a todos os indivíduos, inerentes ao próprio homem (direitos naturais), que independem do Estado, devendo este reconhecê-los e garanti-los (representa a base do Estado liberal e tem em John LOCKE o seu principal protagonista); b) teorias da separação dos poderes, que concebia um limite interno, com a distribuição das funções estatais (o seu precursor foi MONTESQUIEU); c) teorias da soberania popular ou democracia, em que o limite e o obstáculo ao abuso são obtidos atribuindo-se o poder a quem não pode abusar dele, ou seja, à vontade geral (Jean-Jacques ROUSSEAU).

Estas fórmulas, conjugadas com as concepções da filosofia da consciência³⁶, que tem na razão o elemento de emancipação do ser humano, forneceram o ideário inspirador dos movimentos revolucionários que se propagaram na época: subjetividade, liberdade, individualidade, universalidade e autonomia da vontade.

Nesse ideário, o ser humano deixa de ser mero membro de uma comunidade, passando a ser priorizado como individualidade, devendo, para tanto, prevalecer e ser protegidas a sua subjetividade, liberdade e vontade. A consciência, a racionalidade individual, passa a ser a fonte e o limite de todo o conhecimento³⁷.

O individualismo é defendido como a grande marca emancipatória do ser humano na modernidade. *“O indivíduo é o centro das demandas e o destinatário das atenções sociais, políticas e jurídicas. Isto não quer significar que é rejeitada a possibilidade de existirem determinadas coletividades particulares, mas sim que o titular de direitos universais é o indivíduo.”*³⁸

A universalidade, outra característica da modernidade e que aparentemente se mostra contraditória com o individualismo, pretendia representar, na verdade, o que havia de comum entre as individualidades. Essa universalidade era apurada através do que foi concebido como *ser transcendental*³⁹.

Ideais que foram facilmente apropriados pela classe em

³⁶ Que teve em Emanuel KANT o seu principal idealizador, o qual concebeu, através do método de análise do sujeito transcendental, a natureza autolegisladora da vontade pura, independente de todo motivo externo. Vide SALGADO, Joaquim Carlos, A idéia de justiça em Kant – seu fundamento na liberdade e na igualdade.

³⁷ Conforme Ricardo Marcelo FONSECA, citando Karl Marx, *“O homem, assim, que era um ser genérico, “um animal de rebanho”, passa por um crescente processo histórico de individualização. E “a troca, em si, é um agente principal desta individualização. Torna supérfluo o caráter gregário e o dissolve”*” (op. cit., p. 36).

³⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo, op. cit., p. 70.

³⁹ Emanuel KANT, um dos principais idealizadores da filosofia da consciência, concebeu, através do método de análise do sujeito transcendental, a natureza autolegisladora da vontade pura, independente de todo motivo

ascensão para configurar as bases política e jurídica de uma sociedade capitalista, ou seja, o Estado liberal⁴⁰. A vida política, a constituição do Estado e da lei civil passam a ser concebidas como componentes de uma sociedade de indivíduos detentores de vontade e orientada por uma racionalidade universalmente válida: “*Racionalidade, universalidade e autonomia da vontade: são estes os signos da modernidade - todos girando em torno do sujeito moderno individualizado - e da organização política e jurídica que a partir de então é moldada*”⁴¹.

Conjugava-se, ainda, como suporte teórico do Estado liberal, a economia política, concebida como nova esfera do conhecimento e com caráter científico.

Era representada, na França, pelos economistas fisiocratas, que defendiam a existência de circulação natural de renda na sociedade, regulada por leis imutáveis, pelo que não seria cabível qualquer interferência na economia⁴². Assim, o Estado deveria apenas assegurar o direito à propriedade e à liberdade, traduzindo o seu papel na economia a célebre expressão símbolo do liberalismo: “*laissez faire, laissez passer*”.

Entretanto, a principal base teórica da economia política que sustentou o Estado liberal foi encontrada em Adam Smith e em sua obra *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*⁴³, onde era enaltecido o caráter competitivo do ser humano, que, se não sofresse interferências, propiciaria a riqueza das nações e o bem-estar de todos, não obstante a necessária e natural desigualdade que gerava⁴⁴.

externo. Vide SALGADO, Joaquim Carlos, A idéia de justiça em Kant – seu fundamento na liberdade e na igualdade.

⁴⁰ Como assinala José Damião de Lima Trindade, “é fácil perceber por que essa construção intelectual de um direito natural de base racional, prevalecente entre os grandes pensadores do Século das Luzes, foi socialmente apropriada com muita facilidade pela burguesia revolucionária como arma ideológica de combate. Bastava extrair daí conseqüências políticas muito lógicas, de uso imediato, a razão recusa-se a continuar acatando que mais de 20 milhões de franceses prossigam governados por uma minoria que nada produz e que mantém uma vida de privilégios unicamente pelo privilégio de nascimento. Se a idéia de privilégio não pode ser acolhida pela razão, há que se construir uma sociedade constituída por indivíduos livres e iguais, cidadãos (não súditos), todos sujeitos de direitos, submetidos a leis comuns para todos, clamando a nação a soberania para si, não mais para um monarca detentor de poder absoluto” (op. cit., p. 39-40).

⁴¹ FONSECA, Ricardo Marcelo, op. cit., p. 57.

⁴² TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 38-39.

⁴³ Segundo José Damião de Lima Trindade a “bíblia” econômica da burguesia e a obra que esta mais se empenhou em divulgar até o início do século XX (op. cit., p. 39).

⁴⁴ José Damião de Lima Trindade sintetiza a mencionada obra nos seguintes termos: “Segundo essa obra paradigmática, os indivíduos só buscam mesmo seus próprios interesses, competem incessantemente para

Assim, na correlação de forças que a forjaram, prevaleceu a modernidade construída com (e para) o desenvolvimento do sistema capitalista. A liberdade, o individualismo e a autonomia da vontade foram os instrumentos utilizados para priorizar a propriedade e a circulação de riquezas. Como assinala Pietro BARCELLONA, o indivíduo é libertado dos vínculos sociais de dependência que existiam no sistema feudal, mas também deve libertar a propriedade de qualquer determinação pessoal, a fim de transformá-la em propriedade econômica, objeto de direito, mercadoria para o mercado, *res* que pode ser livremente posta em circulação e alienada⁴⁵.

O trabalhador, cuja força do trabalho era essencial para a exploração capitalista, também precisava ser “libertado” em sua individualidade, a fim de que pudesse, de igual modo, comercializar esse seu único bem, vendendo para o capitalista. Daí a necessidade da construção da figura do sujeito de direitos, “*inerente à igualdade jurídica e indispensável para que compra e venda capitalista da força de trabalho pudesse passar a ter livre curso*”.⁴⁶

As relações jurídicas, inclusive trabalhistas, eram reguladas

isso, o que pode parecer mau; mas, se essa competição não for artificialmente cerceada pelo Estado ou pela intromissão ignorante dos homens, terminará, mediante a divisão social do trabalho, gerando uma ordem social natural que aumentará rapidamente a riqueza das nações e o bem-estar dos indivíduos competidores. A produção sob o regime de livre empresa privada, com a conseqüente acumulação de capital, é o caminho para atingir esse fim. A classe dos capitalistas, proprietários dos meios sociais de produção, é necessária e benéfica a todos, mesmo aos trabalhadores, que se alugam aos capitalistas para fazer funcionarem aqueles meios. É certo que disso tudo resultará uma sociedade de grande desigualdade econômica, mas isso não é motivo para escândalo porque, ainda assim, propiciará melhorias das condições de existência dos mais pobres, não sendo incompatível com a igualdade natural dos homens. Ademais, isso não será também injusto, pois, embora o trabalho humano seja a verdadeira origem da riqueza, as relações serão baseadas na livre troca de trabalho que o operário lhe presta. Portanto, deixar livre a mão invisível do mercado é o meio mais sábio para que a economia naturalmente se regule a si mesma e todos possam chegar à felicidade individual.” (op. cit., p. 39-40).

⁴⁵ “El individuo que se libera así de los vínculos sociales de la dependencia jerárquica y política debe a su vez liberar la propiedad de cualquier determinación personal. Debe transformarla en propiedad sin reificar la Idea de lo próprio, sin transformar lo que antes formaba un todo con la persona en lo próprio en sí y por sí. (...) Ahora es necesario abolir la propiedad-relación que define la forma de dependencia entre el señor y el siervo. Hay que hacer de la propiedad un objeto de derecho, mercancía para el mercado, *res* que pueda ser libremente puesta en circulación y alienada” (El individualismo propietario, p. 47).

⁴⁶ TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 84. Michel MIAILLE esclarece a lógica empregada pelo sistema para a criação da figura do sujeito de direito: “Com efeito, o sujeito de direito é sujeito de direitos virtuais, perfeitamente abstratos: animado apenas pela sua vontade, ele tem a possibilidade, a liberdade de se obrigar, designadamente de vender a sua força de trabalho a um outro sujeito de direito. Mas esse ato não é uma renúncia a existir, como se ele entrasse na escravatura; é um ato livre, que ele pode revogar em determinadas circunstâncias. Só uma ‘pessoa’ pode ser a sede de uma atitude dessas. A noção de sujeito de direito é, pois, absolutamente indispensável ao funcionamento do modo de produção capitalista. A troca das mercadorias, que exprime, na realidade, uma relação social – a relação do proprietário do capital com os proprietários da força de trabalho – vai ser escondida por ‘relações livres e iguais’, provindas aparentemente apenas da ‘vontade de indivíduos independentes’. O modo de produção capitalista, supõe, pois, como condição do seu funcionamento a ‘atomização’, quer dizer, a representação ideológica da

pela livre negociação, sendo a igualdade dos protagonistas o pressuposto do ordenamento jurídico.

Protegia-se o indivíduo, isoladamente, sendo a função da Lei (e do Estado) não interferir na vontade do indivíduo, mas sim proteger a sua manifestação, para que prevalecesse, facilitando, com isto, a circulação de riquezas.

Para atender esses objetivos, o ordenamento legal deveria priorizar a segurança jurídica, o que se pretendeu alcançar através da codificação, concebida como um sistema fechado, dividido em dois grandes grupos (público e privado), e do método lógico-subsuntivo de aplicação da lei⁴⁷.

Como consequência, o direito civil passou a ter como objeto a regulação das relações entre as pessoas privadas, bem como o estado, a capacidade, a família e principalmente a propriedade desses indivíduos. É o reino da liberdade individual, que tem como instituto central a propriedade, na qual a tutela jurídica se dirige ao indivíduo, isoladamente, a fim de que o mesmo possa desenvolver com plena liberdade a sua atividade econômica. Somente eram admitidas limitações à liberdade estritamente necessárias à convivência social⁴⁸.

A modernidade e, por consequência, as codificações, foram construídas sob o mito, ou dogma, da igualdade de todos perante a lei.

Logo, a lei deveria ser geral e una, aplicável a todos, sem qualquer distinção, formando as disposições um conjunto harmônico, internamente conectado, auto-suficiente, sem lacunas, ou seja, exclusivo e excludente: este corpo de enunciados normativos seria o único passível de regular as relações sociais a ele submetidas, bem como não admitiria a incidência de “outros direitos” que se encontravam fora do sistema.

sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres. No plano jurídico, esta representação toma a forma de um instituto: a do sujeito de direito.” (Apud TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 84).

⁴⁷ Para Carlos Frederico marés de SOUZA FILHO. “*O Estado procurou organizar um sistema jurídico abrangente, único, universal, suficientemente abstrato para que pudesse alcançar todas as situações. Dividiu-se em direitos individuais por um lado e de todos, por outro. Organizou-se aquele de forma detalhada e o chamou de direito privado. Todo o resto enquadrado como sendo direito do próprio Estado e chamou de direito público*” (Os direitos invisíveis, in Os sentidos da democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global). No mesmo sentido Caio Mário da Silva PEREIRA,, invocando RUGGIERO, a quem atribui a obtenção de resultado satisfatória na distinção, conceitua “*público é o direito que tem por finalidade regular as relações do Estado com outro Estado, ou as do Estado com seus súditos, quando procede em razão do poder soberano, e atua na tutela do bem coletivo; direito privado é o que disciplina as relações entre pessoas singulares, nas quais predomina imediatamente o interesse de ordem particular*” (Instituições de Direito Civil, v. I, p. 14).

⁴⁸ TEPEDINO, Maria Celina B. M. A caminho de um direito civil constitucional, in revista de direito civil, nº 65, p. 21-32).

Nesse sistema jurídico, concebido como fechado e individualista, a atuação do direito estava limitada aos modelos concebidos *a priori*, que haviam sido previamente reconhecidos como possuidores de relevância jurídica.

Conquanto, nessa concepção tradicional, ficavam excluídos da proteção legal todas aquelas situações e relações sociais que não interessam ao sistema posto, orientado a proteger os interesses da exploração econômica. Daí porque adverte Luiz Edson FACHIN que “*a relação jurídica entre esses sujeitos é um mecanismo de legitimação da histórica exclusão social e econômica*”⁴⁹.

Os direitos coletivos, assim considerados aqueles que não pertencem a um indivíduo, mas sim à coletividade, são excluídos da proteção legal, pois, “*no universo do direito individual, tudo que seja coletivo é estatal, ou omitido, ou invisível*”⁵⁰.

Nesse quadro era natural que as legislações proibissem os agrupamentos ou corporações, inclusive, tipificando como ilícito penal manifestações reivindicatórias de caráter coletivo de trabalhadores.

Exemplo paradigmático foi a Lei “Le Chapelier”, aprovada pela Assembléia Constituinte em 14.06.1791 como resposta às greves e protestos que ressurgiam após a Revolução de 1789. Permaneceu em vigor por quase cem anos (foi revogada somente em 1887) e proibia, “*sob pena de multa e prisão, que todos os operários autônomos ou assalariados se dissessem presidentes ou síndicos, tomassem decisões na qualidade de autoridades, mantivessem registros, se associassem com vistas a recusar trabalho ou a só desempenhá-los por determinadas tarifas. Qualquer ajuntamento de artesões, operários assalariados, autônomos ou jornaleiros seria disperso pela força*”⁵¹.

O delegado Le Chapelier, que concebeu essa legislação, justificava que “*deve restar apenas o interesse particular e o interesse geral (...) É ilícito sugerir aos cidadãos um interesse intermediário, separá-los do corpo comum por um espírito corporativista*”⁵².

Segundo Albert Saboul, “*a lei Le Chapelier constitui, até 1864, para o direito de greve, e até 1884, para o direito sindical, uma das peças mestras*

⁴⁹ Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 98-99.

⁵⁰ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de, op. cit.

⁵¹ TULARD, Jean. *Apud* TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 59.

⁵² KOCHER, Eva. A ação civil pública e a substituição processual na justiça do trabalho - “*verbandskagen*” no direito brasileiro, p. 10.

do capitalismo da livre concorrência”⁵³.

Na mesma linha, o Código Penal Francês de 1810 considerava crime “*qualquer coalizão, por parte dos operários, direcionada para conseguir a cessação simultânea do trabalho*”⁵⁴.

Não obstante o modelo político e jurídico adotado, bem como as formas de controle implementadas, a opressão, a desigualdade e a exploração perpetradas pelo modo de exploração capitalista em um ambiente liberal e individualista foram pródigos em produzir crises e conflitos, fazendo germinar a consciência trabalhista coletiva, que todo o aparato repressivo construído não foi suficiente para calar.

1.2. A consciência operária e o sindicato

A exploração da mão-de-obra da maioria por uma minoria é a marca da humanidade. Desde os primórdios da civilização, é possível identificar essa condição, que apenas variava de formato: escravidão, vassalagem, servidão, trabalho diário, trabalho subordinado.

O processo de exploração também sempre foi marcado por insurreições da classe explorada e repressão da classe dominante, via de regra, mediante o uso da força. A intensidade das insurreições dependeu sempre da confluência de diversos fatores endógenos e exógenos, como a consciência dos oprimidos, o vigor da exploração ou mesmo o ambiente em que ocorria⁵⁵.

Contudo, até a Idade Média e início da modernidade, o sistema de exploração da mão-de-obra, preponderantemente rural e disperso, não permitia o desenvolvimento de uma consciência operária mais sólida e ordenada. As revoltas eram dispersas, desorganizadas e localizadas, permitindo o fácil controle e repressão. Esse cenário foi modificado pelo mesmo processo que desencadeou as transformações do modelo social, político e econômico, dos quais resultaram a modernidade.

A onda revolucionária principiada no século XVIII, principalmente na França, em que pese liderada pelas classes em ascensão (a burguesia),

⁵³ *Apud* TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 56.

⁵⁴ *idem*, *ibidem*

⁵⁵ Como exemplo dessa influência, pode ser citado o efeito da Peste Negra, que ao dizimar, no Século XIV um terço da população da Europa, provocando escassez de mão-de-obra e, como consequência, elevação da remuneração, despertou a consciência dos camponeses sobre o poder e a possibilidade reivindicatória, gerando o que José Damião de Lima Trindade classificou como talvez a “*primeira insurreição operária de que se tem notícia*.” (Op. cit., p. 21-24).

encontrou efetividade na mobilização da massa popular, aglutinada pela esperança nas promessas de que seria contemplada com a melhoria de suas condições de penúria e de opressão com as transformações que estava ajudando a impor.

Para arregimentar e mobilizar essa força foi utilizado o discurso dos direitos humanos, mas que na sequência se transformaria em instrumento de nova forma de dominação social⁵⁶.

Exemplo claro desta lógica pode ser encontrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada, em 26.08.1789, pela Assembléia Nacional Constituinte, que deixou demarcados os novos postulados que iriam orientar a organização política e econômica a partir dali: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, considerados os direitos imprescindíveis do homem; a liberdade, para “fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem”, devia ser limitada por lei apenas naquilo que prejudicasse a sociedade; a propriedade, o único direito considerado inviolável e sagrado; a igualdade, embora enunciada no art. 1º, não foi tratada como direito natural ou imprescindível, limitando-se a proclamar a igualdade em direitos perante a lei (afastando, portanto, os privilégios de nascimento) e perante o fisco, permitindo a fiscalização sobre a arrecadação e os gastos políticos⁵⁷.

Embora sempre excluída dos resultados dessas transformações, mantida na mesma (ou pior) privação e sob os efeitos perversos das novas crises, a massa popular passou a construir, em longo processo, consciência e mobilização próprias⁵⁸.

O retrocesso nos direitos humanos, inclusive sob o apoio fundamental da Igreja Católica, e a violenta repressão às sucessivas tentativas de

⁵⁶ “o discurso dos direitos humanos, de plataforma generosa e universal, como a burguesia o apresentava quando necessitava mobilizar o entusiasmo e a energia do povo, muito rapidamente se convertera em ideologia legitimadora de uma nova dominação social”. TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 117.

⁵⁷ Para José Damião de Lima TRINDADE, “tão importantes quanto as idéias que a Declaração contém são as idéias que ela não contém – e que, a julgar pela acumulação filosófica já existente no final do século XVIII, a “Razão” esperaria que fossem acolhidas nesse texto. Os deputados constituintes reproduziram no início da Declaração, de modo abstrato, princípios do jusnaturalismo que gozavam de grande prestígio (liberdade, igualdade), mas, em seguida, ao “traduzirem-nos” nos demais artigos, promoveram uma seleção cuidadosa de temas, sentidos e ênfases – seleção guiada, evidentemente, pelo filtro de seus interesses e conveniências de classe. Por mais que tivessem bebido nas fontes filosóficas iluministas dos “direitos naturais e universais”, seria excessivo esperar que esses burgueses legisladores se mostrassem dispostos, de *motu proprio*, a pavimentar uma estrada jurídica que apontasse para alguma espécie mais real de igualdade social.” (Op. cit., p. 53-56).

⁵⁸ José Damião de Lima Trindade indica como um dos marcos do início de transformação da consciência dos trabalhadores o episódio que ficou conhecido como “revolta dos iguais”, onde sob a inspiração de Gracchus Babeuf, tentou-se a organização clandestina de um levante, reprimido como prisões, deportações e morte (Op. cit., p. 73-74).

resistência popular, verificados com a restauração da monarquia na Europa após a derrota de Napoleão Bonaparte⁵⁹, também se prestaram para a construção da mobilização organizada da massa popular.

Foram, todavia e principalmente, os efeitos do desenvolvimento do sistema capitalista que propiciaram o ambiente adequado para que a classe trabalhadora se identificasse, se organizasse e passasse a efetivamente ameaçar essa própria estrutura econômica.

Na Inglaterra, onde o sistema capitalista estava mais desenvolvido⁶⁰, foram primeiro sentidos esses efeitos. As classes populares, obstadas de permanecerem nas terras antes de uso comum⁶¹, passaram a se concentrar nas cidades, facilitando a sua exploração e a expansão industrial, acelerada com inventos tecnológicos (como da máquina a vapor), pela posição comercial privilegiada e pelo domínio colonial que possuía. Esse período passou a ser identificado como Revolução Industrial e permitiu que a Inglaterra se tornasse a principal potência econômica, militar e colonial da época⁶².

Entre as modificações sociais trazidas pela Revolução Industrial, podem ser destacadas a deterioração das condições de trabalho provocada pelos processos produtivos adotados, o crescimento do poder econômico do empresariado, redução do valor do salário decorrente da queda do valor dos produtos provocada pela produção em série e a concentração de trabalhadores em centros industriais.

O desemprego, da mesma forma, transformou-se em causa e instrumento do sistema capitalista. Consequência da mecanização, a produtividade obtida dispensava a absorção de toda mão-de-obra disponível, formando o que passou a ser identificado como “exército industrial de reserva”, o qual se prestava para rápida absorção de mais força de trabalho quando a expansão da economia exigisse, bem como para manter os salários em patamares baixos.

Como consequência, o operário perde o controle sobre a sua força de trabalho⁶³, reduzindo a sua participação na riqueza que produzia e retirando a

⁵⁹ TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 79-81.

⁶⁰ Onde a união entre a burguesia e a nobreza anglicana liberal, com a mobilização – mais controlada do que na França – das classes populares, permitiu já em 1688 a implantação de uma monarquia constitucional, com o formato básico que se preserva até hoje. Vide TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 81-83.

⁶¹ Através dos “decretos de cerceamento” (*enclosure acts*), as terras foram interditas para a exploração da lã. Vide TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 81-83.

⁶² Vide TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 83.

⁶³ “o empresário capitalista, dono dos novos meios de produção (máquinas, instrumentos, matérias-primas e instalações), passou a agrupar no seu estabelecimento grande número de assalariados sob seu comando e a

própria perspectiva de futuro, como, por exemplo, aquela que o artesão alimentava com a possibilidade de se tornar algum dia um mestre⁶⁴.

A opressão a que foi submetida a classe operária, decorrente dessa intensificação da exploração do trabalho humano, do aumento da pobreza, beneficiado, ainda, pela própria concentração de trabalhadores nos centros industriais, fez germinar os movimentos coletivos permanentes de resistência⁶⁵.

Como assinala Paul MANTOUX, a industrialização “*uniu os operários pelos sofrimentos comuns. Ao mesmo tempo, tornou indispensável seu acordo e sua ajuda mútua: à força do capital, os assalariados só podiam opor seu número*”⁶⁶.

Os movimentos se sucederam e não conseguiam ser barrados, apesar do arsenal legal construído para detê-los e da violência utilizada na sua repressão. As classes política e econômica dominantes passaram a visualizar que a manutenção dos postulados do liberalismo estava colocando em risco o capitalismo, dependendo a sua preservação do atendimento das reivindicações operárias.

Com avanços e retrocessos, o movimento dos trabalhadores passou a ganhar forças.

Os agrupamentos de trabalhadores organizados, antes proibidos, passaram a ser reconhecidos. Na Inglaterra, já em 1824, o movimento de

habilidade individual perdeu importância, pois a fábrica mecanizada generalizou e radicalizou a divisão do trabalho, fragmentando a produção de cada artigo em etapas sucessivas e estanques, cada uma delas exigindo quase só movimentos repetitivos do trabalhador. Completava-se, assim, a separação do trabalhador em relação ao seu produto: não possuía mais os meios de produção, perdeu o domínio técnico do conjunto do processo produtivo e deixou de ser senhor dos resultados de seu trabalho.” (TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 86).

⁶⁴ MANTOUX, Paul. A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra, p. 453.

⁶⁵ “*de modo confuso, movidos mais pelo desespero do que por uma consciência socialmente organizada, o proletariado emergente da Revolução Industrial e as camadas sociais que lhe eram próximas começaram a engendrar caminhos próprios de auto-defesa. Aprendizado difícil, pois o que lhes sobrava em desencanto com a nova ordem faltava-lhes em compreensão teórica e experiência política – pois, até então, só haviam feito seguir as consignas que lhes apontavam os ex-revolucionários de ontem*” seus “novos” opressores. (TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 117). No mesmo sentido, Paul MANTOUX identifica a diferença entre as coalizões temporárias que precederam o sistema capitalista e as coalizões permanentes que foram constituídas dentro e como consequência desse sistema: “*Aquelas (as coalizões temporárias), parecidas com as revoltas espontâneas que as engendraram e, em geral, esmagadas com elas, não pertencem propriamente a uma época e a um regime econômico. Estas (as coalizões permanentes), ao contrário, têm origem claramente determinada: aparecem no momento em que se consumou o divórcio entre o produtor e os meios de produção; representam o antagonismo, doravante permanente, entre o capital e o trabalho, que antes estavam unidos e quase confundidos. As mais antigas se anteciparam em meio século ao advento da grande indústria moderna; são contemporâneas à evolução gradual da organização capitalista, que precedeu imediatamente a idade das máquinas e das fábricas. Mas foi a grande indústria que deu amplitude e direção definitiva ao movimento*” (op. cit., p. 454).

⁶⁶ Op. cit., p. 454.

trabalhadores obtinha a revogação de leis que proibiam a liberdade de associação. Nos demais países da Europa e na América do Norte, avanços também foram obtidos nesse campo⁶⁷. A Lei Le Chapelier foi revogada na França em 1884 pela Lei Waldeck-Rousseau, que autorizou e regulou a associação de trabalhadores, desde que orientados por interesses exclusivamente profissionais e econômicos⁶⁸.

O direito, que até então somente reconhecia a titularidade individual, precisou construir um titular para aquela coletivização: surge o sindicato, tipo legal construído para enquadrar aquele fenômeno social dentro da dogmática tradicional. Cria-se o sujeito coletivo⁶⁹.

As revoluções que se deflagraram de 1910 a 1918, especialmente no México⁷⁰, Rússia⁷¹ e Alemanha⁷², fazendo sentir nitidamente o avanço da força do proletariado organizado, bem como os movimentos desencadeados em todo o Mundo, inclusive no Brasil, consolidou a convicção de que o capitalismo teria que ceder. E cedeu abrindo mão, em parte, dos postulados do Estado liberal: o *laissez-faire*⁷³. O Tratado de Versalhes é assinado, em 28.06.1919, sendo criada a Liga das nações e a Organização Internacional do Trabalho, cujo substrato estava no reconhecimento da necessidade de intervenção do Estado para salvaguardar condições mínimas de proteção aos trabalhadores:

⁶⁷ “Tanto na Europa como na América do Norte, o campo em que os trabalhadores mais avançaram ao longo daquele período foi em relação aos direitos de associação e de greve – praticados sempre contra as leis vigentes, antes que, no final do século, comessem a ser tolerados institucionalmente em alguns países” (TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 143).

⁶⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, op. cit., p. 44.

⁶⁹ Amauri Mascaro NASCIMENTO afirma: “Bastaria dizer, em linguagem kelseniana, que o sindicato é um centro de imputação da norma jurídica, o que lhe confere legitimidade para atuar como sujeito de direitos.” (Op. cit., p. 215) Carlos Frederico Marés de SOUZA FILHO, por seu turno, identifica: “Apesar da omissão pelos direitos coletivos, as pessoas jurídicas foram se diversificando e em algum momento, por ingerência política, ultrapassaram o caráter meramente comercial ou pio e beneficente, para ganharem representatividade e se colocarem como seres intermediários entre o cidadão e o Estado, exatamente porque passaram a incorporar direitos coletivos. É o caso dos sindicatos e em grande medida dos partidos políticos. Independentemente de seu patrimônio particular, (os sindicatos) representam direitos que, ainda que invisíveis ao sistema jurídico porque não claramente estabelecidos na lei que prefere reconhecer na relação de trabalho contratos individuais, são efetivos e coletivamente apropriados pela classe trabalhadora.” (Op. cit.).

⁷⁰ Primeira revolução popular vitoriosa do Século XX. Vide TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 151.

⁷¹ Onde o proletariado assumiu o poder político, invertendo a lógica dos movimentos revolucionários desencadeados na França.

⁷² Onde por pouco o exemplo da Rússia não foi seguido, mas mesmo assim foi promulgada a Constituição de Weimar, com destacado conteúdo social para a época.

⁷³ Uma das primeiras leis a dar um passo nessa direção foi proposta na Inglaterra em 06-04-1802 por um industrial e parlamentar, Sir Robert Peel, que, apesar de adepto do liberalismo, justificou a necessidade de intervenção legal na limitação da exploração da mão-de-obra dos aprendizes em razões de ordem moral, humana e religiosa. Após sua promulgação, em 22-06-1802, entretanto, tornou-se praticamente ineficaz.

surge o Direito do Trabalho

Embora avanços e retrocessos não tenham cessado, inegável haver se consolidado a partir dali a convicção de que as classes dominantes não poderiam mais desconsiderar a força operária.

Assim, o Direito do Trabalho e o Direito Sindical surgiram e se desenvolveram em face dos movimentos coletivos de trabalhadores, como fórmula encontrada pelos Estados capitalistas para sua preservação⁷⁴ diante da receptividade crescente das concepções socialistas e comunistas, geradas pela deterioração das condições sociais e laborais da classe operária e pobre, que o liberalismo, por seus postulados, agravou.

Além disso, também encontrou justificativa na necessidade da própria preservação da mão-de-obra, pois a exploração desenfreada, em ambientes insalubres e especialmente com da mão-de-obra infantil, estava comprometendo a manutenção de trabalhadores saudáveis. Um dos primeiros documentos a propugnar a adoção de leis que estabelecessem “*regime razoável e humano*” nas fábricas foi embasado justamente na constatação de que o ambiente fabril insalubre, a utilização de crianças, a falta de exercícios físicos, o trabalho noturno e as jornadas prolongadas propiciavam o desenvolvimento de epidemias, a formação deficiente do organismo para tornar o “*homem capaz de trabalhar e cumprir os deveres na idade viril*”, a destruição da “*energia vital da geração nascente*”, favorecendo a “*indolência, a prodigalidade e o vício dos pais que, contrariamente à ordem da natureza, vivem da exploração de seus filhos*”⁷⁵.

Não se nega, frise-se, que o Direito do Trabalho e as garantias sindicais são conquistas decorrentes de lutas históricas do proletariado, mas não se pode olvidar que são construções formuladas dentro do sistema capitalista e que visaram a sua preservação: impuseram-se limites à exploração da mão-de-obra a fim de que esta

Somente com a pressão operária é que o combate aos abusos começou a ser efetivo (vide Paul MANTOUX, op. cit., p. 486-489).

⁷⁴ Neste sentido Reinaldo PEREIRA E SILVA observa que o “*Estado intervencionista não é uma concessão do capital, mas a única forma de a sociedade capitalista preservar-se, necessariamente mediante empenho na promoção da diminuição das desigualdades socioeconômicas*” (Apud STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito, p. 22). Vide também Montalvo CORREA: “*Direito do trabalho “é um meio defensivo da classe burguesa que preferiu limitar as injustiças e proteger o trabalhador com o objetivo de conservar as vantagens do sistema capitalista que se encontrava ameaçado na virada do século”*” (Los fundamentos del derecho del trabajo, p. 149-160, apud DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Inovações na legislação trabalhista: reforma trabalhista ponto a ponto, p. 40).

⁷⁵ Trata-se do relatório de um médico de Manchester, datado de 25-01-1796, apresentado a um comitê constituído para avaliar a situação sanitária da cidade, reproduzido por Paul MANTOUX (op. cit., p. 484-

exploração pelo capital pudesse continuar existindo⁷⁶.

Assim, os caminhos que se seguiram nessa área do direito refletem as modulações dessas e entre essas duas forças sociais: o capital e o movimento operário. As transformações do Direito do Trabalho são conseqüências não só do capitalismo, mas também do próprio comportamento dos trabalhadores⁷⁷.

Não se está, ressalte-se, retirando ou reduzindo a importância do movimento operário, mesmo porque inegável concluir que os progressos conquistados por nossa civilização, conforme anota Eric. J. HOBBSBAWM, foram em grande medida resultado da atuação dessa força operária:

“(...) O que nos reserva o futuro, não sabemos. Mas podemos dizer que uma das principais forças que impulsionaram o progresso da civilidade nos 150 anos entre a revolução norte-americana e Primeira Grande Guerra, período em que ela sem dúvida progrediu, foi a que encontrou sua expressão organizada nos movimentos operários e socialistas do mundo ocidental”⁷⁸.

2. Compromisso fordista – fortalecimento do sindicato e da negociação coletiva – enquadramento do movimento operário a serviço do capital

Merece atenção especial a fase em que, nos países de economia central, o sindicato obteve expressivo fortalecimento, e a negociação coletiva passou a ser prestigiada como o principal instrumento de regulação das relações de trabalho.

485).

⁷⁶ Neste sentido, José Barros MOURA conclui: “Útil à burguesia, o direito do trabalho interessa também aos trabalhadores, embora por razões opostas. A burguesia que, obviamente, nunca desejou um direito de protecção dos assalariados tem necessidade dele. Ela faz nesse plano concessões políticas que visam reduzir as tensões sociais retirando força à luta de classes, mas um tal direito, por obrigar o capitalismo a adaptar-se, é contrário aos seus interesses imediatos. Pelo seu lado, os trabalhadores beneficiam de uma concreta limitação da exploração que sobre eles é exercida.” (op. cit., p. 45). Mais adiante, afirma: “Um direito cuja contínua formação assenta determinantemente na luta dos trabalhadores. Um direito “conquistado” (Rivero, Savatier) que regista e serve o processo social e a melhoria da condição dos trabalhadores não deixa por isso, de ser – e até por isso mesmo que pode ser – um direito perpetuador da divisão social do trabalho (...) Bastará reter que o direito do trabalho, tal como o consideramos, é o direito do trabalho subordinado na sociedade capitalista, nascido da necessidade de defesa dos assalariados, mas também da necessidade de sobrevivência do próprio sistema”. (op. cit., p. 49).

⁷⁷ Conforme observação de Aldacy Rachid COUTINHO, em aula no curso Pós-graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ministrada em 24.11.2004.

⁷⁸ Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária, p. 439.

Embora a história não seja interceptada por períodos perfeitamente delimitados, é possível, para fins de estudo, identificar que a fase em que o sindicato e a negociação coletiva tiveram essa característica ficou relativamente compreendida entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970.

Foi nesse período que se estabeleceu o chamado compromisso fordista, prevalecendo políticas públicas promocionais identificadas como o Estado do bem-estar social (*welfare state*) e também ficou conhecido como os “anos gloriosos” do capitalismo.

A compreensão desse momento histórico é expressivamente importante para a investigação dos limites e eficácia da autonomia privada coletiva no Brasil. Em primeiro, porque, via de regra, é o modelo invocado para justificar a ampliação do espaço da negociação coletiva em nosso País; em segundo, representa valioso elemento comparativo, através do qual se mostra possível visualizar os reais motivos de nossa frágil tradição de negociação coletiva, e, em terceiro, para identificar a influência e os efeitos desse fenômeno sobre os países periféricos ou semiperiféricos, especialmente o Brasil.

As principais características desse sistema de regulação das relações de trabalho, identificadas por Wolfgang DÄUBLER a partir da análise da autonomia privada coletiva em países com maior projeção no sistema capitalista (EUA, Japão, Espanha, Itália, Grã-Bretanha, França e Alemanha), são: a) a liberdade de formação de sindicatos; b) o estabelecimento de condições mínimas através da contratação coletiva, que devem ser respeitadas na pactuação individual; c) a impossibilidade de intervenção do Estado para declarar a nulidade das disposições pactuadas coletivamente por não se encontrarem afinadas com metas econômicas⁷⁹.

Em consequência, a autonomia privada coletiva e a eficácia normativa de instrumentos pactuados por entes privados pressupuseram o reconhecimento do pluralismo jurídico, ou seja, da existência de “*centros autônomos de produção jurídica*”⁸⁰, o que representou quebra do monismo jurídico idealizado nas bases da modernidade e impuseram construção teórica para justificar a sua coexistência e convivência com o poder público⁸¹.

O sistema jurídico, assim, é novamente conformado para

⁷⁹ Relações de trabalho no final do século XX: uma sinopse das tendências atuais nos países industrializados, in BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso *et alii* (org). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século, p. 18-21.

⁸⁰ MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho – direito coletivo do trabalho, p. 14.

emoldurar o fenômeno social, mediante a apropriação e a adaptação de concepções teóricas, segundo as valorações históricas e ideológicas prevalecentes.

Logo, dentro da proposta dessa investigação, cumpre desvendar o fenômeno social que favoreceu o desenvolvimento da autonomia privada coletiva, o que pode ser feito a partir da análise das adaptações sofridas pelos seus protagonistas: o movimento operário e o capitalismo.

2.1. A divisão do movimento operário

A luta operária, em sua origem, não era inspirada por orientações teóricas, nem conduzida por propósitos específicos de contestação do sistema econômico no qual ocorria a sua exploração. Os propósitos dos primeiros movimentos operários organizados eram obter melhorias imediatas de suas condições de vida e de trabalho⁸².

Na Inglaterra, por exemplo, as primeiras lutas operárias tinham como objetivo a manutenção de regulamentos já existentes, implementados no sistema econômico da Idade Média, bem como a instituição de outros, visando à ampliação dos instrumentos de proteção contra a exploração que vinham sofrendo, como o estabelecimento de salário mínimo, a limitação do número de aprendizes utilizado em cada manufatura, a possibilidade de fixação de salário por juiz de paz⁸³.

Esses movimentos reivindicatórios iniciais não resistiram à política do *laissez-faire*, justificada teoricamente nas “*fórmulas absolutas dos economistas*” e sustentada nos interesses dos capitalistas⁸⁴.

O triunfo do liberalismo e o fracasso dessas reivindicações operárias, todavia, fortaleceram o movimento operário, que de mera luta pela melhoria das condições, passaram a encontrar também sustentações teóricas para pretensões mais ousadas: “*outros interesses, outros princípios, que não eram os da economia política, já atuavam; enquanto desabava o velho edifício das regulamentações medievais, colocavam a primeira pedra da legislação operária*”⁸⁵.

⁸¹ Vide RÜDIGER, Dorothee Susanne, O contrato coletivo no direito privado, p. 95-97.

⁸² “*Suas reivindicações (do operário) não tinham, quanto ao presente, nada de revolucionário. Ele não questionava a ordem estabelecida; a idéia de sua libertação completa mediante uma transformação da sociedade ainda não lhe ocorrera*” (MANTOUX, Paul, op. cit., p. 453).

⁸³ Idem, ibidem, p. 465-471.

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 479.

⁸⁵ MANTOUX, Paul, op. cit., p. 479.

O desenvolvimento de concepções que deram respaldo teórico aos movimentos operários e a alternativas ao modelo econômico da modernidade decorreram da conjugação das mais variadas influências, tais como, controvérsias filosóficas, aspirações por benemerência religiosa, influência reformista provocada pelas Revoluções Francesa e Americana, ou mesmo simples ato de compaixão pela vicissitude alheia⁸⁶. Assim foram inspiradas as sociedades socialistas de Robert Owen⁸⁷, a democracia igualitária de Paine, o comunismo de Godwin e o anarquismo de Spencer⁸⁸.

Contudo, na mesma medida que proporcionaram fortalecimento e perspectivas mais amplas ao movimento operário, as construções teóricas diversificadas geraram também a sua divisão e tensões internas.

Uma divisão mais significativa pela oposição das perspectivas pode ser visualizada entre o modelo denominado revolucionário e aquele que pode ser identificado como social-democracia em sentido amplo⁸⁹.

O sindicalismo revolucionário⁹⁰, também considerado o sindicalismo em sua acepção originária ou clássica⁹¹, ou anarco-sindicalismo⁹², teve grande projeção no movimento operário até 1914⁹³, encontrando maior receptividade nos operários de ofício⁹⁴. Tinha como princípio de atuação a ação direta⁹⁵ do sindicato contra o patrão e o Estado, pois pressupunha que não poderia subsistir outro poder que não fosse o

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 479-481.

⁸⁷ Segundo Paul MANTOUX, a partir da experiência filantrópica, inspirada em ensinamentos religiosos, de David Dale em New-Lanark (Escócia), Robert Owen, além de dar continuidade a essa experiência, desenvolveu a teoria sobre a formação do caráter, segundo a qual: “os homens não são mais responsáveis por seus vícios ou seus crimes do que sua ignorância ou sua miséria; eles são produto do meio social e para torná-los mais virtuosos e mais felizes, o meio deve ser modificado” (op. cit., p. 483-484).

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 480.

⁸⁹ A divisão adotada é proposta por Alain BIHR (Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise, p. 19-34). Marcio POCHMANN, por seu turno, estabelece a mesma divisão, mas identifica de um lado o modelo anarco-sindicalista e de outro a vertente com base ideológica na social-democracia (op. cit., p. 62).

⁹⁰ BIHR, Alain, op. cit., p. 26.

⁹¹ Preconizada por Eric J. HOBSBAWM (op. cit., p. 387).

⁹² Devido a sua inspiração anarquista e adotada por, por exemplo, José Carlos AROUCA (O sindicato em um mundo globalizado, p. 31) e Marcio POCHMANN (op. cit., p. 62), embora considerada inadequada por outros, como Alain BIHR (op. cit., p. 26).

⁹³ Vide, Alain BIHR, que considera “a única alternativa que o movimento operário ocidental desenvolveu historicamente ante o modelo social-democrata” (op. cit., p. 26). Registre-se, todavia, que sempre é temerário delimitar temporalmente os fatos históricos. Mesmo porque os fenômenos sociais não se encerram de modo estanque, muito menos se for considerada a diversidade de situações e a variação verificada de um país para outro. Por exemplo, o anarco-sindicalismo exerceu forte influência nos movimentos operários desencadeados no Brasil em 1917 e 1919.

⁹⁴ Vide Alain BIHR (op. cit., p. 34) e José Carlos AROUCA (op. cit., p. 32).

⁹⁵ Enunciada por Flora TRISTAN nos seguintes termos: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (apud BIHR, Alain, op. cit., p. 26)

do proletariado organizado⁹⁶. Seu objetivo era a derrubada revolucionária das relações sociais que geravam a opressão do proletariado, através da aquisição da consciência dessa necessidade pelo próprio proletariado, o que deveria ser alcançado pela dinâmica e experiência propiciadas com a luta de classes e com o desenvolvimento de organizações e instituições próprias e autônomas⁹⁷. O movimento se opunha a qualquer forma de legalismo, parlamentarismo, militarismo, patriotismo e autoritarismo⁹⁸.

A perspectiva social-democrata do movimento operário, segundo Alain BIHR, caracteriza-se pelo projeto emancipatório do proletariado dentro do próprio sistema capitalista, através da conquista do poder do Estado das mãos da burguesia e de seus aliados: “*propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo*”⁹⁹. O Estado é considerado instrumento neutro, que serve àqueles que detêm o poder. Logo, conquistando o aparelho do Estado, o proletariado obtém a estatização do capitalismo e o seu controle¹⁰⁰. Esta conquista, todavia, não pode ocorrer diretamente pelo proletariado (pelo sindicato), reputado incapaz, por si, para ultrapassar os interesses econômicos e políticos imediatos. Pressupõe, assim, a atuação de políticos e intelectuais de fora do movimento operário, únicos aptos a dar o necessário destaque para os interesses políticos mediatos e à consciência socialista.

A divergência quanto à forma de consecução desse projeto ensejou o desdobramento desta perspectiva em duas variantes: a primeira, revolucionária (leninismo), implantada na antiga União Soviética, propunha a ruptura com as formas institucionais pela via insurrecional, expropriando da burguesia e estatizando os meios de produção¹⁰¹; frise-se que, aqui, também, para os ideólogos desta variante (principalmente Kautsky e Lênin), os operários só seriam aptos para a consolidação da consciência de classe sindical, carecendo a interferência de intelectuais de fora do movimento operário para alcançar a consciência socialista¹⁰²; a segunda variante, reformista, que passou assumir exclusivamente a denominação de social-democracia, não visa à subtração do poder e ao controle da burguesia sobre os meios de produção, mas à ocupação de espaços políticos, para compartilhar com a burguesia e seus aliados o exercício do poder

⁹⁶ BIHR, Alain, op. cit., p. 26-27)

⁹⁷ idem, ibidem, p. 29.

⁹⁸ Idem, ibidem, p. 30.

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 20. No mesmo sentido Marcio POCHMANN (op. cit., p. 62) e, na análise dirigida à classe trabalhadora inglesa, John MCILROY (op. cit., p. 39).

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 22.

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 21.

¹⁰² HOBBSAWM, Eric J., op. cit., p. 390.

(“*democratização da sociedade capitalista*”), a regulação da exploração dos meios de produção e a negociação entre capital e trabalho¹⁰³.

Conforme Alain BIHR, o poder do Estado é almejado pela via eleitoral e exercido no âmbito da instituição burguesa (o parlamento), caracterizando-se, em consequência, a sua prática política, no “*legalismo, juridicidade, parlamentarismo para o partido*” e a “*busca de contratos coletivos para os sindicatos*”¹⁰⁴.

Não é difícil concluir que foi esta segunda variante que prevaleceu, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, nos países de economia central, polarizando-se com a primeira variante, concepção adotada no chamado bloco comunista. O sindicalismo clássico ou revolucionário sucumbiu¹⁰⁵.

A concepção social-democrata (em seu sentido estrito), que é a de interesse para o presente estudo, foi modelada e prevaleceu no capitalismo central como consequência da conjugação de diversos fatores, tanto endógenos, como exógenos ao movimento operário, que favoreceram o seu desenvolvimento e desestimularam outros projetos.

Um dos fatores endógenos foi a permanente tensão existente entre as aspirações “políticas”, mediatas, e as econômicas, imediatas, que se constitui característica indelével do sindicalismo¹⁰⁶. Assim, o mecanismo que viesse a prestigiar “*a defesa e o aperfeiçoamento das condições de seus membros*”, através da negociação coletiva, o que pode ser obtido independentemente do governo ou da formação do Estado, propiciaria que o próprio movimento operário reprimisse as aspirações políticas, pois esse interesse do aperfeiçoamento para o agora, com a reorganização do presente, não se compatibiliza com as esperanças para o futuro ou as simpatias e compromissos políticos¹⁰⁷.

Outro fato que favoreceu a redução das alternativas para o movimento operário foi a expansão, ainda que temporária, do movimento nazi-fascista. Sendo um dos seus inimigos, como enunciava expressamente Adolf Hitler, em sua

¹⁰³ Segundo Alain BIHR a variante reformista limita suas ambições a uma “*reforma de estrutura*”, compreendendo: “*nacionalizações de monopólios industriais chaves, controle mais ou menos direto de grandes grupos financeiros, municipalização do solo; organização da assistência social pelo Estado; legislação do trabalho visando regular as condições de exploração do capitalista e contratuá-lizar as relações entre capital e trabalho; redução das desigualdades sociais por meio da democratização do sistema fiscal e do ensino, etc.*” (op. cit., p. 21).

¹⁰⁴ Sublinhamos. Op. cit., p. 21.

¹⁰⁵ “*Está morto e enterrado*”, segundo Eric J. HOBBSBAWM, op. cit., 387..

¹⁰⁶ HOBBSBAWM, Eric J., op. cit., p. 389.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 389-390.

autobiografia¹⁰⁸, o movimento operário foi perseguido e destruído por onde o fascismo conseguiu expandir o seu domínio¹⁰⁹.

Entretanto, três fatores relacionados com o capitalismo merecem especial atenção, dada a relevância não só para análise do momento histórico em estudo, mas também para compreender a reversão verificada a partir da década de 1980 e o sistema brasileiro: a) a crise econômica; b) a divisão do trabalho; c) a ameaça de um modelo alternativo, fortalecido pelo exemplo soviético.

2.2. Capitalismo: crise e a solução

Após as crises cíclicas que acompanharam a sua expansão na última metade do século XIX, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo colapso do capitalismo. Duas guerras mundiais, a crise econômica de 1929, o sucesso da Revolução Russa de 1917 e os movimentos operários cada vez mais fortalecidos punham em cheque o modelo econômico e político que dava sustentação ao sistema capitalista.

O marginalismo, pensamento econômico prevalecente na ortodoxia liberal, partia do pressuposto de que capital, propriedade e trabalho eram meros fatores de produção dentro de uma economia de mercado, em que não havia exploração, mas interação entre os diversos titulares desses fatores de produção. Daí decorria o dogma intransponível na época de que “*o ‘homem econômico’ deixado a si mesmo encontraria sempre uma situação de equilíbrio que proporcionaria respostas ‘ótimas’ a todas as demandas*”¹¹⁰, sendo o desemprego sempre voluntário, só podendo ser explicado “*pela recusa dos mesmos em trabalhar por níveis de salários compatíveis com produtividade marginal*”¹¹¹. Por conseqüência, não haveria eficácia, muito menos conveniência, de se adotar qualquer mecanismo para promover o pleno emprego¹¹². Pressupunha, ainda, que na economia de mercado não poderia haver superprodução, pois cada venda correspondia a

¹⁰⁸ Vide trecho transcrito no preâmbulo deste capítulo.

¹⁰⁹ “*É, sem dúvida, a ascensão do Stalinismo o principal fator da relativa esterilidade da economia política marxista durante o período de entre-guerras, mas não se deve deixar de mencionar também o abandono, após 1914, de qualquer perspectiva revolucionária por parte dos partidos ligados à 2ª Internacional, e a destruição do movimento operário pelo fascismo em uma série de países (Hungria, Polônia, Itália, Alemanha, Áustria, Espanha, etc.), cuja intelectualidade marxista foi morta, presa ou exilada. Foi um período de derrotas para a esquerda, durante o qual, com raras exceções, o pensamento marxista se refugiou na repetição de velhas fórmulas consagradas e em sua aplicação mecânica à realidade*” (in Os pensadores: Keynes/Kalecki, bibliografia, p. VIII).

¹¹⁰ in Os pensadores: Keynes/Kalecki, bibliografia, p. VI.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. VIII.

¹¹² Idem, ibidem, p. X.

uma compra (o que era conhecido por Lei de Say)¹¹³.

A realidade desmentia a lógica das teses marginalistas. Um dos fatores que gerou a crise de 1929 foi justamente a superprodução. O desemprego provocado pela depressão (15% a 20% dos principais países industrializados¹¹⁴) em um cenário de fome e desespero não poderia ser atribuído à vontade. A concorrência perfeita, pressuposto da concepção marginalista, já não era encontrada em praticamente qualquer mercado real, regido, sim, pela concorrência imperfeita ou monopolística¹¹⁵.

As duas guerras mundiais já tinham sido resultado do modelo político, social e econômico. A expansão capitalista havia estimulado a concorrência econômica e, em consequência, as unificações territoriais, o protecionismo, o nacionalismo, o racismo e os conflitos entre os povos. Após a Primeira Grande Guerra, não sofrendo o quadro significativas alterações e não tendo outras alternativas, além do incremento pela ampliação da pobreza e exploração dos menos favorecidos, assim como pelo anticomunismo, foi favorecida a ascensão dos movimentos fascistas, entre eles a sua versão mais perversa, o nazismo. Embora seus fundamentos já fossem de conhecimento geral desde a publicação da autobiografia de Adolf Hitler (*Mein Kampf*), escrita em 1924, nem por isso deixou de ser, inicialmente, estimulado, tolerado e elogiado não só na Itália como na Alemanha¹¹⁶.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, com a Europa dividida e em sua grande parte destruída, bem como diante de um modelo alternativo vitorioso e com território expandido, algo teria de ser feito para preservar o sistema capitalista.

Havia, entretanto, um outro fator que precisava ser

¹¹³ idem, ibidem, p. X.

¹¹⁴ idem, ibidem, p. VIII.

¹¹⁵ Em 1926 um economista italiano refugiado na Universidade de Cambridge, Piero SARAFFA, já demonstrava que “o pressuposto da concorrência perfeita quase não se aplicava a qualquer mercado real e que se deveria reconstruir a teoria dos preços a partir da constatação de que a maioria das empresas industriais podiam usufruir de ganhos de escala e que portanto lhes convinha crescer até o ponto em que tais ganhos são compensadores” (idem, ibidem, p. VIII e IX).

¹¹⁶ vide TRINDADE, José Damião de Lima (op. cit., p.175-187), com especial destaque para o seguinte trecho: “Foi todo esse “clima” reinante na época que levou a sociedade branca e burguesa dominante no Ocidente a acatar, com perfeitamente naturalidade, “a decisão do juiz da Suprema Corte (dos EUA) Oliver Wendell Holmes, em 1927, sancionando a esterilização dos ‘mentalmente incapazes’, como precursora dos programas de eugenia; os elogios de Winston Churchill a Hitler em 1938; as armas vendidas a Hitler pelos gananciosos industriais norteamericanos; e a oportunista absolvição pós-guerra de industriais alemães pelo tribunal militar americano”. A versão fascista-nazista de barbárie só ocorreu porque teve interessados e beneficiários – em primeiro lugar, embora não exclusivamente, o empresariado alemão” (p. 184-185). Nelson Werneck SODRÉ, no mesmo sentido, indica que “Desde 1922, o fascismo italiano, alimentado principalmente pelos Estados Unidos, vinha ocupando as atenções mundiais” (Formação Histórica do Brasil, p. 360).

considerado.

As transformações no sistema de produção industrial, através da introdução de novos métodos de organização do trabalho e exploração da mão-de-obra, também foram extremamente relevantes para a conformação econômica, política e jurídica que se verificou a partir do segundo pós-guerra.

Frederich W. TAYLOR, engenheiro americano, foi o precursor da organização científica do trabalho, método que visava a propiciar aumento de produtividade e aprimorar as formas de controle sobre o operariado, que se mostravam rudimentares e ineficientes frente à dimensão e complexidade das fábricas, bem como diante das cada vez mais combativas organizações de trabalhadores¹¹⁷.

O taylorismo, como ficou conhecido o seu método, consistia no planejamento da produção de modo que sua execução fosse realizada de maneira ordenada, sequencial e cronometrada, em que cada operário realizava, em determinado espaço de tempo, um movimento, prévia e criteriosamente dimensionados¹¹⁸. A sua implantação ocorreu através da cadeia de montagem, sendo o primeiro a utilizá-la Henry Ford, em 1913, em sua fábrica automobilística em Detroit¹¹⁹.

Um de seus efeitos mais relevantes foi a separação entre a concepção e a execução das tarefas, com a apropriação pelo capitalista do domínio do processo produtivo, antes nas mãos do operário de ofício, que detinha o saber e as habilidades para manipulação dos equipamentos¹²⁰. Os trabalhadores, em sua grande maioria, foram reduzidos a meros executores de tarefas repetitivas, conforme retratado com genialidade por Charles CHAPLIN, em 1936, no seu filme *Tempos Modernos*.

Com isso, além de obter maior controle sobre o operariado e intensificar a sua exploração¹²¹, o capitalista também reduziu a participação dos empregados de ofício, em quem, como visto acima, o sindicalismo revolucionário (anarco-sindicalismo) encontrava maior projeção, o que também teve grande influência no seu

¹¹⁷ MELHADO, Reginaldo. Poder e sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação, p. 183.

¹¹⁸ Idem, ibidem, p. 185 e 187. Vide também BIHR, Alain, op. cit., p. 39.

¹¹⁹ BIHR, Alain, op. cit., p. 39.

¹²⁰ Idem, ibidem, p. 39-40.

¹²¹ Conforme Alain BIHR (op. cit., p. 40), a produtividade do operário é ampliada, pois o processo permitiu aumentar a destreza dos operários e reduzir o “tempo morto”, transformando o regime de acumulação do capital de extensiva (mais-valia absoluta, vinculada à duração da jornada) para intensiva (mais-valia relativa, obtida pelo aumento da produtividade).

desaparecimento¹²².

Entretanto, a produtividade obtida com esse sistema de exploração capitalista, com o conseqüente inchaço da demanda de meios de produção e a capacidade limitada de absorção pelos meios de consumo, tiveram significativa importância no desencadeamento da crise econômica de 1929 e da depressão que se seguiu¹²³.

Estavam postos todos os ingredientes que conduziram à solução adotada: para preservar o capitalismo da ameaça comunista, cooptando o movimento operário através do modelo de organização menos hostil, sem perder a produtividade alcançada pelos novos métodos de exploração, superar a crise e evitar outras, e ainda reconstruir os países europeus do pós-guerra, era necessário transformar os trabalhadores massificados em massa de consumidores¹²⁴, incluindo-os “no cenário da competição política institucional”¹²⁵, fazendo-os participar da divisão dos resultados:

*“Assim, essa crise, que ia se estender fundamentalmente até logo após a Segunda Guerra Mundial, colocava bem em evidência que um regime de acumulação como aquele só é viável com a condição expressa de que o crescimento dos lucros possibilitado pelos ganhos de produtividade seja acompanhado de um crescimento proporcional dos salários reais (portanto do ‘poder de compra’ dos assalariados); em outras palavras, com a condição de que os ganhos de produtividade se dividam ‘eqüitativamente’ entre salários e lucros”*¹²⁶.

¹²² Alain BIHR anota que “os operários de ofício não se deixaram enganar com isso, lutaram passo a passo contra a introdução desses princípios de organização do processo de trabalho. Foi preciso esperar as situações de exceção engendradas pela Primeira Guerra Mundial (permitindo a centralização do comando capitalista, a militarização das indústrias de armamento, apelo à mão-de-obra feminina ao mesmo tempo menos qualificada e menos combativa), assim como as perdas das ofensivas operárias logo após a guerra, para que esses métodos de organização do trabalho pudessem generalizar-se durante a década de 20. Foi então contornado o movimento operário da Belle Époque, estruturado em torno da figura do operário de ofício, apelando para um neoproletariado de mulheres, de trabalhadores rurais e de imigrantes que o taylorismo e, de modo mais amplo, o fordismo puderam ser introduzidos.” (op. cit., p. 40).

¹²³ Vide Alain BIHR, op. cit., p. 41. Michael HARDT e Antonio NEGRI também anotam que a grande crise econômica de 1929 foi “uma crise tanto de superinvestimento capitalista como do subconsumo proletário nos países capitalistas dominantes” (op. cit., p. 262).

¹²⁴ “o trabalhador massificado pelo taylorismo converteu-se na massa de consumidores dos bens da produção industrial” (HIRSCH, Joachim, apud FREITAS JR, Antônio Rodrigues de, op. cit., p. 65-66).

¹²⁵ FREITAS JR, Antônio Rodrigues de, op. cit., p. 61.

¹²⁶ BIHR, Alain, op. cit., p. 41.

Essa prática já vinha sendo adotada isoladamente por Henry FORD, que ampliara o salário dos seus operários, daí porque a fórmula foi identificada posteriormente como “compromisso fordista”¹²⁷. Mas, para que produzisse efeitos macroeconômicos, era necessária sua adoção generalizada e, para tanto, não poderia ficar ao alvedrio do empregador.

No campo econômico, a base teórica para a solução foi encontrada principalmente em John Maynard KEYNES, cuja obra promoveu a ruptura definitiva com a concepção marginalista.

KEYNES demonstrou que a lógica representada na Lei de Say não era verdadeira, pois era possível, em uma economia capitalista, vender sem necessariamente comprar, além de que o desemprego não dependia apenas do desejo do trabalhador não se submeter à remuneração “*correspondente à sua produtividade marginal*”¹²⁸. Demonstrou que o nível de emprego não dependia da oferta e da procura, no mercado de trabalho, mas, sim, da “*procura efetiva*”¹²⁹, ou seja, da parcela dos rendimentos totais da comunidade que eram gastos em bens de consumo e bens de capital. O raciocínio que conduziu esta conclusão pode ser vislumbrado no exemplo que construiu para explicar a origem dos lucros ou prejuízos dos produtores de bens de consumo postos no mercado para venda: os “*custos totais de produção*” desses bens correspondem aos “*ganhos totais da comunidade*” ou “*rendimentos do público*”. Sob o ângulo do produtor, de custos, dividem-se em “*custo dos bens de consumo*” e “*custo dos bens de capital*”. Sob o ângulo do público, de ganho, portanto, também se dividem em “*despesas de consumo*” e “*poupança*”. Assim, como as “*despesas de consumo*” correspondem às “*receitas de vendas*” dos produtores, se os ganhos forem despendidos em sua maior parte nessas despesas de consumo, o produtor terá lucros, ocorrendo o contrário se a maior parte for poupada. O equilíbrio desta balança também pode ser compensado se a produção for proporcionada mais por bens de capital do que por bens de consumo. Isto ocorrerá, por sua vez, com o lucro dos produtores, ou seja, se o público investir, da parcela que destinar à poupança, na compra de bens de capital ou equivalente. Se isso não ocorrer, estabelece-se o círculo vicioso da depressão:

¹²⁷ Esta denominação foi atribuída pela equipe de economistas franceses, conhecida como “escola da regulação”, que, na segunda metade da década de 1970, se dedicaram ao estudo do modelo econômico que permitiu o desenvolvimento ininterrupto do capitalismo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Vide Alain BIHR (op. cit., p. 35 e 42) e Antônio Rodrigues de FREITAS JR (op. cit., 63-66).

¹²⁸ idem, ibidem, p. X.

¹²⁹ NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e direitos humanos, p. 5.

“(...) Se o público relutar em comprá-los, então os produtores de bens de capital terão uma perda; conseqüentemente, menos bens de capital serão produzidos, com o resultado de que, pelas razões citadas, os produtores de bens de consumo também perderão. Em outras palavras, todas as classes de produtores tenderão a um prejuízo, e o desemprego geral se seguirá. Neste momento um círculo vicioso se estabelecerá, e, como conseqüência de uma série de ações e reações, as coisas se tornarão piores e piores até que algo aconteça para mudar a maré”¹³⁰.

Logo, para o economista, a crise e a depressão desencadeadas a partir de 1929 refletiam a falta de investimentos¹³¹, deficiência de investimento esta que somente seria passível de ser superada pela intervenção dos principais países credores¹³². O desemprego era considerado o problema mais grave do capitalismo¹³³, que, junto com os baixos salários, respondiam também pela insuficiência da procura efetiva¹³⁴.

Por força da reformulação do pensamento econômico, provocada especialmente por KEYNES (daí porque chamada de revolução keynesiana), a intervenção estatal passou a ser o principal instrumento para obter a estabilização e o crescimento econômico, bem como buscar o pleno emprego, a estabilidade de preços e a redistribuição de rendas, com a finalidade de favorecer o consumo e aumentar a “procura

¹³⁰ KEYNES, John Maynard. Inflação e deflação, in Os pensadores: Keynes/Kalecki, p. 31-32.

¹³¹ Antônio José Avelãs NUNES afirma que para Keynes a “crise só podia entender-se como o reflexo de um colapso no investimento privado e/ou de uma escassez de oportunidades de investimento e/ou de um excessivo espírito de economia por parte do público” (op. cit., p. 1). Esta conclusão também pode ser extraída da seguinte afirmativa de KEYNES: “(...) a causa fundamental do problema (a grande depressão de 1930) é a falta de novos empreendimentos devida a um mercado insatisfatório para investimento de capital. Já que o comércio é internacional, uma produção insuficiente de novos bens de capital no mundo como um todo afeta os preços das mercadorias em toda parte e, assim, da mesma forma os lucros dos produtores em todos os países.” (op. cit., p. 32).

¹³² “De qualquer modo, o remédio mais eficaz seria que os bancos centrais dessas três grandes nações credoras (Estados Unidos, França e Inglaterra) se unissem num ousado esquema para restaurar a confiança no mercado internacional de empréstimos a longo prazo – o que serviria para reviver os empreendimentos e a atividade em todos os lugares, e para restaurar os preços e os lucros, de tal forma que no caminho devido as rodas do comércio internacional voltassem a se mover” (KEYNES, John Maynard, op. cit., p. 34).

¹³³ NUNES, Anotônio José Avelãs, op. cit., p. 4.

¹³⁴ Idem, ibidem, p. 5. Demonstrando a ineficácia da redução salarial, KEYNES exemplifica: “se um produtor particular de um determinado país reduzir os salários, ele será capaz de avantejar-se no comércio internacional, enquanto os outros não fizerem o mesmo. Se, no entanto, os salários forem reduzidos em todas as partes, o poder aquisitivo da comunidade como um todo cairá na mesma proporção da redução dos custos e, de novo, ninguém ficará em vantagem” (op. cit., p. 30).

efetiva”¹³⁵, inviabilizar revolução política e controlar os movimentos operários¹³⁶, fazendo frente ao avanço e à ameaça soviética¹³⁷.

Esse projeto, entretanto, não poderia ser introduzido de forma unilateral e totalitária, mormente diante de tão próximo e exemplar desfecho do modelo autoritário¹³⁸. Assim, a sua adoção assumiu a forma de compromisso, de pacto, entre os atores sociais¹³⁹. Da mesma forma, a repressão ao movimento operário não era mais compatível com a necessidade de inclusão dos trabalhadores¹⁴⁰, pelo que, valendo-se também da doutrina keynesiana, foram estes cooptados através do fortalecimento dos sindicatos organizados com base na variante mais favorável com este propósito (a social-

¹³⁵ Antônio Rodrigues de FREITAS JR observa que o “ajuste entre a necessidade de um programa distributivo gradual e administrado pelo Estado, próprio da experiência do welfare state, e o receituário preconizado por Keynes não poderia ser, àquela altura, mais adequado. Tenhamos presente uma vez mais que entre os ingredientes da doutrina Keynesiana, em sua acepção original, figuraram propósitos de promoção do pleno emprego por via de políticas públicas endereçadas ao crescimento econômico, controle da inflação e simultânea ação estatal na perspectiva da regularização dos ciclos econômicos; sem falar na regulamentação de condições de trabalho e na cobertura dos riscos econômicos e na disciplina não supressiva dos conflitos coletivos de trabalho.” (op. cit., p. 51). Vide também Antônio José Avelãs NUNES (op. cit., p. 5). Interessante notar que nem todos os intérpretes de KEYNES o vêem como um defensor do intervencionismo. Robert SKIDELSKY, economista político e estudioso da obra de KEYNES, afirma que “Ele não era um defensor da intervenção estatal. Na verdade, Keynes disse, muitas vezes, que, se as pessoas aplicassem suas teorias no setor macro da economia, haveria menos necessidade de intervir no setor micro, em indústrias, e assim por diante. Na verdade, as teorias dele visavam a evitar a intervenção do Estado. Muitas medidas adotadas em seu nome, tanto no mundo em desenvolvimento quanto nos países de economia avançada, nada tinham a ver com o pensamento dele. Era um liberal, não um estatista ou intervencionista estatal” (Primeira Leitura, nº 24, p. 39). Isto só reforma a conclusão de que as construções teóricas são apropriadas e interpretadas ao sabor das concepções e dos interesses de determinado local e momento histórico.

¹³⁶ FREITAS JR, Antônio Rodrigues de, op. cit., p. 61.

¹³⁷ “A legislação do New Deal, juntamente com a construção de sistemas de bem-estar social comparáveis na Europa Ocidental, pode ser vista como resposta à ameaça evocada pela experiência soviética, isto é, ao crescente poder dos movimentos operários dentro e fora do país” (Michael HARDT e Antonio NEGRI, op. cit., p. 195).

¹³⁸ Isto é, da Itália fascista e da Alemanha nazista, cuja influência não se restringiu à Europa. Note-se que o período ditatorial de Vargas refletiu a ascensão e a queda do fascismo na Itália. Nelson Werneck SODRÉ, por sinal, anota que “na classe média, por outro lado, as formulações fascistas encontravam um campo favorável, na conjuntura, porque elas simulavam acalantar um nacionalismo sedutor e vinculavam-se às forças tradicionais” (Formação histórica do Brasil, p. 360).

¹³⁹ Antônio Rodrigues de FREITAS JR assinala que “a expressão Estado-Providência pode ser vista ainda como um projeto político conducente à moderada e progressiva distribuição de benefícios sociais, condicionado ao compromisso, por parte dos partidos e sindicatos identificados com o ideário socialista, em torno das “regras do jogo” democrático como premissa da competição política. Não por acaso, o fenômeno do Estado-Providência veio a ser frequentemente designado pela expressão “pacto social-democrata” ou “pacto do pleno-emprego””, ou ainda compromisso fordista (op. cit., p. 51-52). Frise-se, contudo, que não se tratou de um pacto formalmente materializado, mas sim do estabelecimento de uma estrutura econômica, política e jurídica que pressupunha a presença e participação dos atores sociais (capital, trabalho e governo).

¹⁴⁰ “(...) o compromisso em torno do pleno emprego assumido de forma explícita ou implícita em diversos países desenvolvidos durante a vigência da Guerra Fria transformou o trabalho assalariado na variável endógena chave do desenvolvimento econômico entre 1947 e 1973” (POCHMANN, Marcio, op. cit., p. 62).

democracia)¹⁴¹, transformando-os em interlocutores privilegiados dos trabalhadores, bem como em instrumento de controle destes¹⁴². Em resumo, foi reconhecido ao proletariado, através de suas organizações sindicais, “o direito de negociar as condições de sua (própria) dominação”¹⁴³.

Sobressaem, em consequência, entre as principais características dessa fase, a forte presença de organizações sindicais¹⁴⁴, a legislação protecionista da liberdade sindical e de instrumentos de autotutela, como a greve e os direitos de informação, bem como o reconhecimento amplo da autonomia privada coletiva¹⁴⁵, tudo voltado a proteger e fomentar a função negocial dos organismos coletivos.

Para a sua recepção pelo ordenamento jurídico foram feitas as necessárias conformações legais, como ocorreu na Itália através do já referido Estatuto dos Trabalhadores italianos (Lei nº 300, de 1970).

Duas advertências finais ainda merecem ser renovadas.

Em primeiro, o Estado-Promocional, ou, como mais ficou conhecido, o Estado do bem-estar social, não decorreu de uma mera decisão da cúpula governamental ou das classes dominantes, muito menos nasceu de um consenso obtido na mesa de negociação. Forjou-se em um demorado e cambiante processo de ajustes, avanços e retrocessos, em que não faltaram lutas operárias por melhoria salarial e das condições sociais, muito menos resistência dos blocos mais conservadores do capitalismo. Ainda, somente prevaleceu em face da conjugação das experiências do passado com a vitória

¹⁴¹ Antônio Rodrigues de FREITAS JR, valendo-se de Joachim HIRSCH, anota que “*embora esse “pacto” tenha trazido como sub-produto a preservação do sistema político e de seus fundamentos jurídicos dentro dos marcos tencionados pelas elites conservadoras – em conformidade com os imperativos ditados pela hegemonia norte-americana na Europa ocidental – por outro lado, como condição mesma de sua legitimidade e viabilidade, engendrou um processo de mudança por cujo intermédio os interesses dos trabalhadores deixaram de ser “pura e simplesmente sufocados e negados; trata-se, ao contrário, de integrá-los e ‘transformá-los’ de modo específico”*” (op. cit., p. 52).

¹⁴² Entre as características do Estado-Providência estava a “*promoção jurídica da organização e da atuação dos sindicatos de trabalhadores, seja como interlocutores qualificados à distribuição negociada de parcela dos excedentes resultantes do “círculo virtuoso” da economia, seja como avalista da moderação nas expectativas e nas formas de reivindicação de seus liderados*” (FREITAS JR, Antônio Rodrigues de, ob, cit., p. 66). No mesmo sentido, Alain BIHR registra que com o compromisso fordista as organizações do movimento operário passaram a ser “*progressivamente integradas aos aparelhos de dominação do capital sobre o proletariado e sobre toda a sociedade (desde a empresa até o Estado), tornando-se verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital*”, funcionando como verdadeiros “*“cães de guarda” do capital*” (op. cit., p. 44-46). No mesmo sentido, Antonio David CATTANI assinala que os trabalhadores, através de suas entidades sindicais, aceitaram a repartição dos ganhos em troca da pacificação, ou seja, a adoção de padrão normalizado de atitude e de ações, com a aceitação da disciplina da fábrica, da desqualificação e da parcelização das tarefas (Trabalho e autonomia, p. 109).

¹⁴³ BIHR, Alain, op. cit., p. 38-39.

¹⁴⁴ FREITAS JR, Antônio Rodrigues de, op. cit., p. 50.

¹⁴⁵ Idem, ibidem, p. 62 e 69.

eleitoral de forças políticas comprometidas com este propósito¹⁴⁶ em um ambiente democrático extremamente favorecido pela “*luta vitoriosa contra o fascismo*” e diante dos “*imperativos econômicos e sociais da reconstrução do período pós-guerra, acompanhada de uma nova onda de lutas operárias*”¹⁴⁷.

Em segundo, apesar de ser uma tendência prevalecente, não se tratou de um modelo padronizado e imutável. Em cada país, assumiu formação própria, onde as características acima destacadas apareceram umas com mais, outras com menos, intensidade. Da mesma forma, em cada país, sofreu flutuações, ao sabor da conjugação de forças sociais, políticas e econômicas presentes em cada momento.

3. Neoliberalismo - o movimento de reversão - declínio do sindicato

A partir do final da década de 1970 e principiar da década de 80, iniciou-se reversão da tendência que havia até então sustentado o modelo do Estado-Promocional. O Estado do bem-estar social passou a ser gradativamente desmantelado. O sindicato, de aliado e instrumento de controle do movimento operário, transformou-se em obstáculo do crescimento econômico. O intervencionismo estatal foi considerado impróprio e as concepções keynesianas inadequadas, instalando-se o que é conhecido como neoliberalismo.

Esse processo foi iniciado pelos EUA, quando, em agosto de 1971, romperam unilateralmente compromisso que haviam assumido, em 1944, nos acordos conhecidos como de Bretton Woods, de manter a paridade de conversão do dólar em relação ao ouro e passaram a adotar o sistema de câmbio flutuante, logo também assimilado de forma generalizada, atendendo uma reivindicação antiga dos monetaristas¹⁴⁸.

As concepções teóricas, como as Keynes, que davam sustentação ao modelo econômico, político e jurídico, construído a partir do segundo pós-guerra, passaram a ser criticadas e desprezadas, ganhando espaço bases teóricas liberais pré-fordistas e monetaristas, como as de Fredrich A. HAYEK, Gottfried HABERLER e Milton FRIEDMAN.

Para confirmar essa assertiva e verificar como se encontram

¹⁴⁶ “*bloco rooseveltiano nos Estados Unidos, a social-democracia na Europa setentrional, a Frente Popular na França*” (BIHR, Alain, op. cit., p. 42).

¹⁴⁷ Idem, ibidem, p. 42.

¹⁴⁸ NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 9.

impregnadas nas avaliações e discursos, ainda que de forma dissimulada, tanto da mídia como das autoridades, assim como têm orientado as ações governamentais, inclusive em nosso país, interessante se mostra destacar alguns dos fundamentos desses teóricos.

HAYEK considera o emprego “um problema de salários”, pelo que a solução para o desemprego está no “restabelecimento de um mercado do trabalho que proporcione salários compatíveis com uma moeda estável”¹⁴⁹. Elege como principal inimigo da economia e dos próprios trabalhadores o sindicato, considerando que sua essência se reduz à “*coerção de homens sobre outros homens*”, à “*coerção de trabalhadores pelos seus companheiros trabalhadores*”, residindo o fundamento da sua força coercitiva sobre os empregadores no poder que lhe foi permitido exercer “*sobre aqueles que querem trabalhar em condições não aprovadas pelos sindicatos*”, pelo que conclui: “*estou convencido de que o poder dos monopólios sindicais é, juntamente com os modernos métodos de tributação, o principal fator de desencorajamento do investimento privado em equipamento produtivo*”¹⁵⁰.

HABERLER atribui as dificuldades mais relevantes da economia capitalista à “*legislação do salário mínimo, aos planos de segurança social, aos subsídios de desemprego mais liberais*”. Ainda, elege os sindicatos, que considera os “*opressivos monopólios do trabalho*”, como principal vilão: “*o poder das organizações operárias cresceu até um ponto em que os sindicatos começaram a ser incompatíveis com a economia de livre empresa*”, pelo que conclui: “*se se quer preservar o sistema de livre empresa, e se se quer evitar os controles drásticos, será necessário mudar as atuais políticas salariais e reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários*”¹⁵¹.

FRIEDMAN introduziu o conceito de taxa natural de desemprego, que seria obtida quando os operadores econômicos tomassem decisões com base em projeções corretas da inflação futura, independentemente da taxa de inflação atual (inflação efetiva), sendo que o nível estável da taxa de desemprego (taxa natural de desemprego) seria obtido quando a taxa antecipada de inflação fosse igual à taxa de inflação efetiva, demonstrando com isso que a taxa de desemprego, daí, não sofreria influência de fatores monetários, mas apenas de fatores reais, como a eficiência do mercado de trabalho, o grau de concorrência ou de monopólio, entreves ou incentivos ao

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁵⁰ *Apud* NUNES, António José Avelãs, *op. cit.*, p. 26.

¹⁵¹ *Apud* NUNES, António José Avelãs, *op. cit.*, p. 27.

acesso a certo tipo de emprego¹⁵². Também considera os sindicatos inimigos dos próprios trabalhadores¹⁵³. Defende, de igual forma, ser necessário “*derrubar definitivamente este estado-providência ao serviço dos ricos e das classes médias*”, justificando que:

“A extinção do atual sistema de Segurança Social eliminaria os efeitos que presentemente se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente. Conduziria à poupança individual e, portanto, à formação de taxas de capital mais elevadas e de uma taxa de crescimento do rendimento mais acelerada. Estimularia o desenvolvimento e a expansão de planos de pensão privados, aumentando deste modo a segurança de muitos trabalhadores”¹⁵⁴.

Interessante observar que a maioria dessas bases teóricas, que deram sustentação à concepção neoliberal prevalecente, a partir do final da década de 1970, foram formuladas antes ou na época de implantação do Estado do bem-estar social. Com observa José Affonso DALLEGRAVE NETO, “o neoliberalismo teve sua gênese após a Segunda Guerra Mundial” com base em texto de Friedrich HAYEK de 1944 (*O caminho da servidão*)¹⁵⁵. Gottfried HABERLER já expunha seus fundamentos, em 1958, e os textos de Milton FRIEDMAN foram difundidos desde a década de 1950.

Por inspiração de Friedrich HAYEK, em 1947, foi formada a “Sociedade Mont Pèlerin”, denominação dada em homenagem ao local, na Suíça, onde ocorreu a primeira reunião. Essa sociedade tinha por fim difundir as idéias neoliberais, bem como “*combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes*”¹⁵⁶.

Esta circunstância somente vem a confirmar a ilação de que as concepções teóricas são apropriadas e ajustadas pelas forças dominantes em determinado momento histórico para legitimar os interesses que pretendem fazer prevalecer.

Assim, fundados nessa base teórica, os países de economia central deram curso ao projeto neoliberal, que logo foi também imposto, em nome da

¹⁵² NUNES, António José Avelãs, op. cit., nota 14, p. 12.

¹⁵³ Idem, ibidem, p. 24.

¹⁵⁴ Apud NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 41-42.

¹⁵⁵ O Estado neoliberal e seu impacto sócio-jurídico, in Globalização, neoliberalismo e direitos sociais, p. 79.

¹⁵⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, in Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático, p. 09-10.

globalização da economia, aos países periféricos ou semiperiféricos, cujas principais diretrizes são: a) eleger a inflação como o principal inimigo, que deve ser combatido a qualquer custo (especialmente o social)¹⁵⁷; b) o desemprego deixa de fazer parte das preocupações do Estado, ainda que esta opção tenha sido dissimulada pelos discursos oficiais, nos quais, ao contrário, o desemprego aparece como justificativa para implantação das diretrizes neoliberais; c) combater a inflação através da redução do crescimento da oferta da moeda¹⁵⁸; d) dismantelar o Estado do bem-estar social¹⁵⁹, reduzir a sua intervenção na economia e transferir as suas funções para a iniciativa privada, a fim de também mercantilizar os serviços e a infraestrutura; e) reduzir a força e a importância dos sindicatos¹⁶⁰; f) desregulamentar as relações de trabalho.

Quais foram as causas de tão profunda e radical transformação? As respostas, se não todas, as principais, podem ser encontradas novamente na análise das modulações do capitalismo e do movimento operário.

3.1. Capitalismo: nova crise em outro cenário

O aparato construído no pós-guerra para dar sustentação ao sistema de acumulação capitalista com a superação de suas crises cíclicas, que proporcionou crescimento econômico uniforme por quase três décadas, exauriu os seus efeitos.

Nova crise começou a se desenhar já a partir da segunda metade da década de 1960¹⁶¹, com a queda da produtividade, aceleração da inflação¹⁶² e

¹⁵⁷ “inimigo perante o qual tinha de se reagir como perante o terrorismo: não ceder nem um milímetro” (NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 11).

¹⁵⁸ Inflação, por ser concebido pelos monetaristas um fenómeno puramente monetário (“*resultado de um aumento da quantidade de moeda em circulação em maior medida que o aumento de produção*”), deve ser combatida “*essencialmente com base na redução do crescimento da oferta da moeda. Esta política anti-inflacionista opera através da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, esperando os seus defensores que daqui resulte uma redução dos salários reais capaz de assegurar às empresas uma taxa de lucro suficientemente elevada para estimular o aumento dos investimentos privados e o relançamento do volume de emprego*” (NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 15-16).

¹⁵⁹ Isso, evidentemente, só valeu para os países de economia central, pois nos países periféricos, como o Brasil, o Estado do bem-estar social, pelo menos na extensão que alcançou naqueles países, não foi implantado.

¹⁶⁰ “*Essencial é que se entregue a economia ao livre jogo das leis do mercado, se reduza a intervenção do estado na economia e se anulem os “monopólios sindicais”*” (NUNES, António José Avelãs, op. cit., p. 16).

¹⁶¹ BIHR, Alain, op. cit., p. 74.

¹⁶² Segundo Alain BIHR, o meio pelo qual as empresas tentam fazer o consumidor final pagar a progressão concomitante dos salários e dos lucros que a diminuição dos ganhos de produtividade não permitiam mais financiar. (op. cit., p. 74).

aumento contínuo do desemprego¹⁶³.

Alain BIHR identifica como causas dessa crise¹⁶⁴: a) a diminuição dos ganhos de produtividade (fenômeno verificado em todos os países industrializados); b) a elevação da composição orgânica do capital¹⁶⁵; c) a saturação da norma social de consumo¹⁶⁶ e o aumento dos gastos públicos com os elementos socializados¹⁶⁷; d) o desenvolvimento do trabalho improdutivo, que se ampliou mais que o trabalho produtivo em todos os países capitalistas desenvolvidos¹⁶⁸.

António Rodrigues de FREITAS JR, valendo-se da análise de James O'CONNOR e de Jürgen HABERMAS, identifica o colapso do Estado-Providência com sua incapacidade de atender as expectativas e demandas sociais, sempre em progressivo crescimento, gerando círculo vicioso de crise fiscal e falta de legitimidade¹⁶⁹.

A situação já deteriorada é surpreendida no final de 1973 e início de 74 com a primeira crise do petróleo, caracterizada pelo aumento em quatro vezes do seu preço, o que gerou a primeira recessão generalizada desde a Segunda Guerra Mundial. A solução foi ainda buscada dentro do modelo fordista e dos padrões keynesianos, através de políticas de superendividamento, com a adoção de medidas internas (voltadas à manutenção dos aumentos dos salários reais, ao aumento de gastos públicos, mesmo com ampliação de déficit orçamentário, e ao aumento de créditos ao capital e ao consumo) e externas (endividamento em face da OPEP, compensados pela

¹⁶³ Devido o aumento da população ativa e substituição do trabalho pelo capital (BIHR, Alain, op. cit., p. 74).

¹⁶⁴ Vide op. cit., p. 69-73.

¹⁶⁵ O autor esclarece que a composição técnica do capital corresponde à relação entre trabalho morto (matéria-prima e meios de trabalho) e trabalho vivo (força de trabalho). A composição orgânica, por seu turno, representa a relação entre massa do capital consumido e o valor criado pelo trabalho vivo (op. cit., p. 70).

¹⁶⁶ O processo de consumo privado no sistema fordista era comandado por alguns bens duráveis (automóveis, residência e eletrodomésticos), que exigiam demanda uniforme e contínua. Este mercado, entretanto, sofreu saturação nas décadas de 1960 e 70 (op. cit., p. 71). Jeremy RIFKIN, analisando a situação dos EUA, confirma que “o mercado consumidor americano tornou-se saturado com bens de consumo. Por volta de 1979, havia um carro para cada dois americanos e mais de 90% dos lares americanos estavam equipados com geladeira, máquina de lavar roupa, aspiradores de pó, rádios, ferros elétricos e tostadeiras.” (O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo, p. 90-91).

¹⁶⁷ A norma de consumo fordista presupunha gastos do Estado com subsídios, bem como equipamentos e serviços coletivos (por exemplo, estradas para circulação automobilística), colocados à disposição dos consumidores individuais de forma gratuita ou quase gratuita. Esses são os elementos socializados a que se refere Alain BIHR (op. cit., p. 71-72).

¹⁶⁸ Trata-se dos trabalhos desenvolvidos para garantir a circulação do capital, também conhecidos como setor terciário (serviços, bancos, etc). Segundo Alain BIHR, este trabalho representava custos de organização do fordismo e sua produtividade aumentou muito menos que o trabalho produtivo (op. cit., p. 73). Ricardo ANTUNES registra esse fenômeno como “terceirização do trabalho” (Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 73).

¹⁶⁹ Op. cit., p. 79-80.

concessão de empréstimos aos países de economia periférica e seu incitamento para importação de equipamentos industriais, a fim de que reembolsassem suas dívidas através da exportação de suas produções para os países da OPEP e de economia central)¹⁷⁰.

As medidas, entretanto, não produziram os efeitos desejados. A economia ingressou em fase conhecida por “estagnaflação”: inflação crescente, desemprego elevado e taxas estagnadas ou decrescente de crescimento¹⁷¹.

O segundo choque do petróleo, no início de 1979, precipitou a ruptura definitiva com o compromisso fordista e o abandono do paradigma keynesiano¹⁷². Os países de economia central, com base na retomada de princípios liberais, elegendo como principal inimigo a inflação, visando ao restabelecimento de taxas satisfatórias de lucro, desencadearam o processo de saneamento fundado na destruição de parte do capital social (as empresas menos rentáveis), na reestruturação técnica, financeira e jurídica, o que inclui a desregulamentação do Direito do Trabalho, bem como na redução dos salários e do “*financiamento dos elementos socializados do processo de consumo*”, ou seja, promoveram o dismantelamento do quadro institucional que servia de arcabouço regulador ao crescimento fordista¹⁷³, utilizando-se como sustentação o projeto neoliberal.

Esses mecanismos, entretanto, não se revelaram eficientes para combater a crise, pois, de acordo com Alain BIHR, apesar de proporcionarem a recuperação da taxa de mais-valia e a taxa de juros, provocaram o agravamento do problema da superprodução, ante os seus efeitos: aumento do desemprego, redução do poder de compra dos trabalhadores, compressão dos gastos públicos e alta das taxas de juros. O risco potencial do desencadeamento da espiral deflacionária somente foi contido pela rede de seguridade que ainda se manteve, bem como pelo endividamento público e privado dos Estados Unidos (em torno de 8 bilhões de dólares)¹⁷⁴.

O mesmo diagnóstico, ainda mais recente, foi feito por Jeremy RIFKIN, para quem o “*milagre econômico americano do final dos anos 90*,

¹⁷⁰ BIHR, Alain, op. cit. p. 74-75. As mencionadas medidas externas afetaram o Brasil, tanto na formação de seu parque industrial, como em seu endividamento.

¹⁷¹ BIHR, Alain, op. cit., p. 75. NUNES, Antonio José Avelãs, op. cit., p. 9.

¹⁷² BIHR, Alain, op. cit., p. 75-76. NUNES, Antonio José Avelãs, op. cit., p. 10.

¹⁷³ BIHR, Alain, op. cit., p. 76.

¹⁷⁴ Op. cit., p. 77. A obra foi escrita em 1991. Alain BIHR observa que, “*apesar disso, pelo menos duas vezes a economia mundial passou bem perto da catástrofe*”. A primeira, quando, em outubro/82, o México, Brasil, Argentina e outros países da economia periférica declararam a impossibilidade de pagamento da dívida externa, colocando “*o mundo à beira de um crash internacional*”. A segunda, por ocasião do *crash* da Bolsa em outubro/87, provocado pelo desvio do capital-dinheiro obtido com a recuperação das taxas de lucro para

inclusive a temporária bolha de empregos, revela-se em retrospecto ilusória”, pois a expansão comercial decorreu, na verdade, do aumento do crédito oferecido ao consumidor, que desencadeou a “onda de consumo”: “o milagre americano, em grande medida, foi comprado a crédito”¹⁷⁵. O mesmo artifício foi utilizado em outubro de 2003, quando estavam sendo usadas menos de 73% da capacidade das fábricas naquele país¹⁷⁶.

RIFKIN, após demonstrar que a economia americana vem apresentando ganhos de produtividade, mas sem a correspondente recuperação dos índices de emprego e da renda dos trabalhadores, conclui:

“Com um declínio nos salários reais e um nível diminuinte de empregos, o que continua a sustentar a economia americana é a dívida dos consumidores. Embora a baixa do mercado em 2000 tenha reduzido significativamente o patrimônio dos 50% da população que possuía títulos, muitos norte-americanos conseguiram recuperar-se – apesar das demissões –, tirando vantagem das baixíssimas taxas de juros e refinanciando hipotecas. O refinanciamento hipotecário e o estímulo dos cortes tributários do governo lançaram anualmente na economia US\$ 300 bilhões. A infusão de moeda, contudo, logo se esgota. E, com as dívidas dos cartões de crédito e as insolvências se acumulando, a pergunta na mente de todo indivíduo em Wall Street é essa: de onde vem o dinheiro para manter os gastos de consumo? David Rosenberg, economista titular da Merrill Lynch, antevê com receios que “uma vez que os esteróides do refinanciamento e das reduções tributárias se esgotarem, a economia provavelmente estancará”. Uma nova redução nos limites impostos é improvável, comenta-se em Washington, em decorrência da proliferação dos gastos militares no Oriente Médio e em outras partes e do crescimento do déficit do governo, estimado em US\$ 370 bilhões só no ano de 2004”¹⁷⁷.

Por que, então, não foram modificados os métodos e repensadas as fórmulas utilizadas a partir do final da década de 1970 para combater a crise econômica, permanecendo inabalável o propósito de implantação e expansão do ideário

aplicações financeiras e não para investimentos produtivos, cujos efeitos foram contidos pela intervenção organizada dos Bancos Centrais (op. cit., p. 77-78).

¹⁷⁵ Esta análise foi feita na introdução da reedição de sua obra, em janeiro de 2004 (op. cit., p. xv).

¹⁷⁶ Op. cit., p. XVI

neoliberal? Construções teóricas alternativas não faltam.

A resposta parece estar na constatação de que não foi somente a crise que desencadeou a reformulação política, econômica e jurídica, conhecida como neoliberalismo, mas sim as transformações do cenário em que se desenvolve o sistema de acumulação capitalista, isto envolvendo também e principalmente o movimento operário. Nesse sentido conduz a análise de Alain BIHR:

“(...) mesmo se ele não corresponde a uma estratégia de saída de crise, mesmo se lhe é impossível, conseqüentemente, desembocar em um novo regime estável e durável de acumulação do capital, o neoliberalismo representa uma estratégia eficaz de adaptação à crise que lhe terá permitido marcar pontos especialmente contra o movimento operário, e que, por isso, a classe dominante está ainda mais longe de abandonar”¹⁷⁸.

Com efeito, todo o aparato construído no pós-guerra para promover a cooptação e o controle do movimento operário, trazendo os trabalhadores para dentro do sistema de acumulação capitalista, compartilhando os resultados e negociando com os seus representantes (o sindicato) limites para sua exploração, tornou-se desnecessário. Em primeiro, diante de mais eficientes mecanismos de controle (novos ou aperfeiçoados). Em segundo, porque com a globalização econômica, eficácia das ações visando ao desmantelamento das organizações sindicais e ausência, pelo menos aparente, de risco para o sistema capitalista, diante do desmoronamento, com o muro de Berlim, em 1989, de modelo alternativo, o movimento operário se encontra desorientado e ineficiente.

Esses efeitos sobre o movimento operário merecem análise mais detida.

3.2. O movimento operário: “nu e desarmado”¹⁷⁹

Inicialmente é preciso ressaltar que o compromisso fordista, apesar de pressupor a participação dos operários na partilha dos resultados da acumulação capitalista e na negociação de sua exploração nesse processo, não trouxe só vantagens à classe operária, nem impediu a sua insurreição contra o modelo.

¹⁷⁷ Op. cit., p. XIX-XX.

¹⁷⁸ Op. cit., p. 265.

O final da década de 1960 e o início da década de 70 foram marcados por lutas operárias em todos os países de economia central¹⁸⁰. Muitos desses movimentos foram organizados para se opor às restrições sindicais e aos direitos trabalhistas que começavam a ser introduzidos¹⁸¹, mas inúmeros deles se voltavam contra o sistema taylorista-fordista de exploração, pois os operários de massa, especialmente a sua segunda geração, não estavam mais dispostos a “trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento do seu ‘poder de compra’”¹⁸².

Com efeito, esse processo de produção intensivo, como visto, massificou o operário de fábrica, transformando-o em mero reprodutor de gestos mecânicos e repetitivos, homogeneizado na desqualificação, carente de qualquer autonomia e ainda completamente dependente do salário e do mercado de trabalho¹⁸³.

A recusa em se manter submetido a esta alienação, e a aspiração por uma autonomia, tanto individual como coletiva¹⁸⁴, fez eclodir a revolta do operário de massa contra o sistema, que, por sua vez, provocou a dissonância entre o movimento operário e suas entidades representativas, cujos líderes continuavam atrelados ao modelo sindical social-democracia¹⁸⁵.

Esses movimentos operários que se estabeleceram à margem das organizações sindicais institucionalizadas fracassaram em sua revolta. Alain BIHR identifica dois motivos para esse desfecho: a) a inabilidade do movimento operário em criar e manter formas de organização alternativas aos sindicatos e partidos políticos¹⁸⁶; b) o espaço que essa crise e o desemprego crescente criaram para o restabelecimento da ordem

¹⁷⁹ BIHR, Alain, op. cit., p. 82.

¹⁸⁰ Vide Alain BIHR (op. cit., p. 59) e John MCILROY (op. cit., p.43).

¹⁸¹ Conforme anota John MCILROY (op. cit., p.43).

¹⁸² BIHR, Alain, op. cit., p. 60.

¹⁸³ “(...) *perdeu toda a autonomia em relação ao capital; tornou-se uma simples engrenagem em seu motor perpetuum. No trabalho, não passa do apêndice do sistema mecânico de produção, do corpo morto do capital*” (Alain BIHR, op. cit., p. 58). “*As máquinas industriais dominam o operário “do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas”* (Reginaldo MELHADO citando Karl MARX, op. cit., p. 169).

¹⁸⁴ Que o próprio sistema fordista provocou. Vide Alain BIHR (op. cit., p. 60 e 62).

¹⁸⁵ “*a revolta do operário-massa, expressão dessas aspirações, decretou o divórcio entre a ala mais agitada do proletariado ocidental e os organismos sindicais e políticos constitutivos desse modelo. Aptas apenas para conduzir negociações no quadro institucional previsto para esse efeito, essas organizações eram evidentemente incapazes de organizar e dirigir um movimento proveniente da base, mal definido em seus objetivos imediatos, mas de qualquer maneira impossível de ser integrado no quadro do compromisso fordista ao qual elas estavam limitadas. (...) todas essas organizações se comportaram como “perfeitas guardiãs do capital, algumas tentando sabotar o movimento, colaborando até mesmo, eventualmente, para sua repressão física; outras tentando recupera-lo em benefício próprio, retomando, em um primeiro momento, as palavras de ordem e as práticas do movimento para melhor corrompê-lo no final”* (BIHR, Alain, op. cit., p. 62).

e da autoridade nas fábricas¹⁸⁷.

De fato, a notória fragilização do movimento operário e das organizações sindicais, acelerada a partir da década de 1980, foi causada principalmente pelas transformações no sistema de acumulação capitalista. Vejamos algumas delas.

3.2.1. Introdução de novas formas de produção

A perda da capacidade produtiva do sistema taylorista-fordista e da competitividade para os produtos japoneses fez com que o capitalismo central, especialmente os EUA, fosse buscar na empresa japonesa Toyota um novo método de gerenciamento da produção, a “produção enxuta”, que ficou conhecido como toyotismo¹⁸⁸. Caracteriza-se pelo trabalho em equipe, no qual os trabalhadores, com habilidades variadas, interagem, sem a hierarquização tradicional, junto com a maquinaria automatizada, com alta produtividade e variedade de bens. Ao contrário do operário de massa do taylorismo-fordismo, o toyotismo aproveita ao máximo a capacidade do trabalhador, inclusive para projeto e aprimoramento dos bens¹⁸⁹.

O capitalismo ocidental apropria-se desse novo método, adaptando-o para reformular e reestruturar suas fábricas. Assim, o cronômetro e a produção em série de Taylor “*são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado*”¹⁹⁰.

A reestruturação produtiva, no entanto, não se restringe a novas formas de organização do processo do trabalho. Vai mais longe. Introduz, também, como observa Alain BIHR, novas tecnologias, novas formas de contrato de trabalho, novos instrumentos de mobilização da força de trabalho, novas formas de “*disciplina de trabalho*” e novas formas de remuneração do trabalho, produzindo uma “*nova ordem produtiva*”, em que a fábrica passa a ser “*difusa*” (não mais concentrada fisicamente, como no sistema taylorista-fordista, com o que reduz os custos e elimina a concentração e homogeneização dos trabalhadores, que antes favorecia a mobilização operária), “*fluída*” (adaptada ao toyotismo, onde prevalece a produção “*jus-in-time*”, ou seja, sem estoques,

¹⁸⁶ Op. cit., p. 64-65.

¹⁸⁷ Op. cit., p. 61.

¹⁸⁸ RIFKIN, Jeremy, op. cit., p. 96.

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 97.

¹⁹⁰ ANTUNES, Ricardo, Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 73.

sem interrupções, sem tempo morto, com o aproveitamento máximo da capacidade e polivalência dos trabalhadores, obtendo maiores ganhos de “*intensidade e produtividade do trabalho*”) e “*flexível*” (adaptada para fazer frente à demanda “*variável em volume e em composição*”, exigindo, em consequência, mão-de-obra também flexível: polivalente, qualificada e com mobilidade, pelo menos para as atividades não estratégicas, o que pressupõe flexibilidade também nas formas de sua contratação)¹⁹¹.

Estas transformações no sistema produtivo atingem o operariado de várias formas. De uma lado, exige maior qualificação do trabalhador, para apropriar-se de forma mais ampla de suas capacidades: destreza, habilidade, criatividade: “*apropriação, pelo capital, do saber e do fazer operário. Este pensa e faz pelo e para o capital. É a manipulação da fábrica levada ao extremo*”¹⁹². De outro lado, reduz a quantidade da mão-de-obra, transformando o desemprego em estrutural¹⁹³. Ainda e por tudo isso, limita o trabalho subordinado típico, ampliando a mão-de-obra precária, transitória, sub-remunerada, fragmentada, configurando o que vem sendo designado de “*sociedade dual*”¹⁹⁴.

É fácil perceber que as repercussões sobre as organizações sindicais são intensas. A heterogeneização dos operários não é compatível com o sistema social-democrata de representação, estruturado principalmente com base na homogeneidade do empregado de massa, que ainda não foi capaz de assimilar a “*sociedade dual*” e a necessidade de representar o interesse dos desempregados¹⁹⁵.

Ademais, as transformações no sistema produtivo geraram o

¹⁹¹ Op. cit., p. 87-92. Vide também Antônio Rodrigues de FREITAS JR., op. cit., p. 97-101.

¹⁹² ANTUNES, Ricardo, Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 72.

¹⁹³ Antônio Rodrigues de FREITAS JR observa que, somados a outros fatores (globalização, crise do Estado-Providência e declínio da soberania), “*a crescente incorporação de novas tecnologias, redutoras dos níveis de trabalho vivo não apenas na indústria mas também no setor de serviços, ladeada pela ausência de um setor econômico emergente capaz de absorver novos contingentes de trabalhadores desempregados, jovens ou ocupados mediante vínculos precários*” redunda em “*um grave e inquietante horizonte para a ocupação remunerada neste final de século*” (op. cit., p. 100-101).

¹⁹⁴ ANTUNES, Ricardo, Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, in Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil, p. 74.

¹⁹⁵ “*Com o aumento desse abismo no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis” e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal, etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo*” (ANTUNES, Ricardo, Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, p. 70). No mesmo sentido Alain BIHR, op. cit., p. 101.

individualismo¹⁹⁶ entre os trabalhadores qualificados, principalmente, diante da forma remuneratória que vem sendo adotada, vinculada à produtividade, o que vem contribuindo para reproduzir reações corporativas e dificultar a negociação coletiva¹⁹⁷.

A heterogeneidade também compromete a negociação coletiva, que era o modo de ação tradicional das organizações sindicais no modelo em que se estruturou, bem como a greve, reduzindo a sua eficácia¹⁹⁸.

3.2.2. Globalização

Globalização, em sua dimensão econômica, conforme Antônio Rodrigues FREITAS JR, representa a “*internacionalização dos mercados de bens, serviços e capitais*”, produzindo como efeito a “*homogeneização dos hábitos de consumo*” e a “*crescente fragmentação e dispersão, em diferentes países e continentes, das etapas do processo produtivo*”¹⁹⁹.

Trata-se, por um lado, da expansão dos mercados e, por outro, de conseqüência e de complemento da reformulação produtiva, pois a nova fábrica difusa, fluida e flexível pode fragmentar e pulverizar a sua produção, buscando no âmbito mundial as localidades mais adequadas, do ponto de vista produtivo e econômico, para a exploração da força de trabalho.

Significa, na visão de François CHESNAIS, a “*mundialização do capital*”, quando o mesmo capitalismo, que foi obrigado a aceitar a submissão a entraves e limitações no período pós-1945, agora se encontra liberto, ou seja, possui quase total liberdade “*para se desenvolver e valorizar-se*”²⁰⁰.

Portanto, a globalização representa a “*transnacionalização do capital*”²⁰¹:

“(...) A economia mundial não é mais uma economia internacional, mas uma economia transnacional em sentido duplo: seus

¹⁹⁶ “Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada” (ANTUNES, Ricardo, Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, p. 70).

¹⁹⁷ BIHR, Alain, op. cit., p. 86 e 93.

¹⁹⁸ BIHR, Alain, op. cit., p. 102 e 103.

¹⁹⁹ Op. cit., p. 88.

²⁰⁰ O capitalismo de fim de século, in Globalização e socialismo, p. 8.

²⁰¹ BIHR, Alain, op. cit. 105-117.

*movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-nação, sem entretanto conseguilo totalmente. Daí o caráter contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-nações, e de hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a DIT” (Divisão Internacional do Trabalho)*²⁰².

Um dos efeitos desse processo foi o enfraquecimento dos Estados-nações, que perderam, pelo menos em parte, a capacidade de “*dirigir e controlar a atividade econômica nos limites dos espaços nacionais sobre os quais tinham domínio*”²⁰³, provocando a necessidade da formação de “*sistemas de Estados*” e da negociação multilateral²⁰⁴.

O sindicato, por seu turno, organizado para atuar no âmbito e em face do Estado-nação, tem sua capacidade de ação anulada: “*o desenvolvimento transnacional do capital torna inoperante todas as estratégias de luta experimentadas, no quando do Estado-nação, pelo movimento operário ocidental sob hegemonia social-democrata*”²⁰⁵.

Entretanto, outro ângulo de análise da globalização e da transnacionalização do capital pode trazer um elemento interessante, ainda que polêmico, para compreensão do movimento mundial de desregulamentação do Direito do Trabalho e de desmantelamento do Estado do bem-estar social nos países de economia central. Trata-se da investigação não só dos seus efeitos, mas também de sua causa, ou pelo menos de uma delas²⁰⁶: o aprimoramento das formas de controle.

²⁰² Idem, ibidem, p. 109.

²⁰³ Idem, ibidem, p. 110.

²⁰⁴ Idem, ibidem, p. 115.

²⁰⁵ Idem, ibidem, p. 119.

²⁰⁶ Especialmente porque, como já ressaltado neste trabalho, os fenômenos sociais não são construções previamente idealizadas ou fruto de uma causa apenas, mas resultado da conjugação de diversos fatores. Muitas vezes as causas e os efeitos acabam se entrelaçando para chegar à formação definitiva.

3.2.3. Aprimoramento das formas de controle

Esta leitura, formulada principalmente a partir das reflexões de Michael HARDT, Antonio NEGRI e Michel FOUCAULT, centra-se no papel reservado à soberania e ao Estado-nação no sistema capitalista.

Retomando questão já esboçada, anteriormente²⁰⁷, a modernidade aparece para Michael HARDT e Antonio NEGRI de dois modos: o primeiro, a renascença, representa o movimento de libertação do homem, que “*destrói suas relações com o passado e declara a imanência*”²⁰⁸ do novo paradigma do mundo e da vida²⁰⁹; o segundo modo é a contra-revolução, que prevaleceu, criando o ser transcendente para dominar a multidão. Traduziu-se na iniciativa cultural, filosófica, social e política que, por não ser possível mais voltar ao passado e nem destruir as novas forças, procurou aproveitar-se dos movimentos e das dinâmicas emergentes, estabelecendo um poder para dominá-los. Era preciso evitar que a multidão fosse entendida numa relação direta e imediata com a divindade e a natureza. Daí foi criada uma mediação, a transcendência, que relativizou a experiência e aboliu todas as instâncias do imediato e do absoluto na vida e na história humana. Através desta mediação: a) a natureza e a experiência são irreconhecíveis, salvo por intermédio do filtro dos fenômenos; b) o conhecimento só pode ser adquirido por meio da reflexão do intelecto; c) o mundo ético só é comunicável pelo esquematismo da razão²¹⁰.

Para os referidos autores, a soberania foi construída sobre as bases dessa contra-revolução, como aparelho político transcendente e arma para: a) eliminar a forma medieval de transcendência (DEUS), que inibia a produção e o consumo; b) manter os efeitos de dominação da transcendência, numa forma adequada aos modos de associação e produção da nova humanidade. Por isso afirmam: “*a soberania européia moderna é soberania capitalista, uma forma de comando que superdetermina a relação entre individualidade e universalidade como função do desenvolvimento do capital*”²¹¹.

Analisando a concepção de soberania de Rousseau, os referidos autores identificam o instrumento de alienação da vontade individual:

²⁰⁷ Nas características do Estado Moderno.

²⁰⁸ Entendida como a essência, pertencente à substância, a realidade material, em sua concretude (“*a inclusão de toda a realidade no Eu e a negação de qualquer realidade fora do Eu*” - Spinoza).

²⁰⁹ Op. cit., p. 92.

²¹⁰ Idem, p. 92-96.

²¹¹ Idem, p. 104.

*“(...) O contrato social de Rousseau garante que o acordo entre vontades individuais seja desenvolvido e sublimado na construção de uma vontade geral, e que a vontade geral provenha da alienação das vontades isoladas para a soberania do Estado. Como exemplo de soberania, o ‘republicano absoluto’ de Rousseau não difere, realmente, do ‘Deus na terra’ de Hobbes, o absoluto monárquico”*²¹².

Interessante observar que Norberto BOBBIO, que faz a mesma leitura:

*“Pode parecer um paradoxo histórico, mas é fato que, para encontrar um lugar para as teorias democráticas com relação à própria maneira de colocar o problema da obrigação política, temos que voltar ao ponto de partida. Uma teoria democrática no estado puro como a de Rousseau coincide perfeitamente com a teoria de Hobbes, segundo a qual a ordem do soberano é justa em si e, portanto, não pode propor a questão se é obrigatório admitir o direito de resistência. E, de fato, quem é o soberano, segundo Rousseau? É a vontade geral. Mas a vontade geral é a expressão global dos interesses e dos sentimentos da sociedade dos cidadãos. E, portanto, como tal, não pode errar: ela é infalível. (...) Uma vez instaurado o Estado como expressão da vontade geral, porém, o indivíduo não tem mais motivo para resistir, porque a vontade geral é sempre justa. O cidadão que resiste à vontade geral seria como se resistisse a si mesmo. Assim o ciclo se fecha: a teoria democrática extrema coincide, no que diz respeito à obediência do cidadão, com a teoria extrema do absolutismo”*²¹³.

Assim, de acordo com Michael HARDT e Antonio NEGRI, através da soberania a multidão se transforma numa totalidade ordenada: a multidão se transforma em povo²¹⁴. A soberania também é um poder de polícia e expressão do poder disciplinar: *“os arranjos de disciplina começam a ser formados já na idade clássica, mas*

²¹² Idem, p. 102.

²¹³ Op. cit., p. 37.

só na modernidade o diagrama disciplinar torna-se o diagrama da própria administração”²¹⁵.

Os mesmos autores, invocando a teorização de Michel FOUCAULT, concluem que “os processos disciplinares postos em prática pela administração, investigam tão profundamente a sociedade que conseguem configurar-se, a si próprios, como aparelhos que levam em conta a dimensão biopolítica coletiva da reprodução popular. A realização da soberania moderna é o nascimento do biopoder”²¹⁶.

Michel FOUCAULT, ainda, identifica que a partir dos séculos XVII e XVIII surgiu uma nova mecânica do poder, incompatível com as relações de soberania.²¹⁷ Para este filósofo, essa nova mecânica do poder incide sobre o indivíduo e sobre o que ele faz. “É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza (...) pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano”, cujo princípio “é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as formas sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita”²¹⁸. Essa nova forma de poder, segundo o referido filósofo, foi uma das grandes invenções da burguesia e serviu de instrumento fundamental de implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade correlata. É um “poder não soberano”, é o “poder disciplinar”²¹⁹.

Esse novo poder deveria fazer desaparecer a teoria da soberania. Porém, isto não ocorreu. Ao contrário, continuou a existir como ideologia do direito, prestando-se inclusive para inspirar os códigos jurídicos do século XIX. Para Michel FOUCAULT, a permanência da teoria da soberania tem duas razões: a primeira, porque serviu de instrumento crítico contra a monarquia e todos os obstáculos que poderiam se opor ao desenvolvimento da sociedade disciplinar; a segunda, permitiu, com os códigos jurídicos nela inspirados, a criação de um sistema jurídico sobreposto e que mascarava os procedimentos dos mecanismos disciplinares²²⁰.

Assim, para Michel FOUCAULT, nas sociedades modernas, a partir do século XIX, o poder é exercido entre um direito público articulado em torno do

²¹⁴ Op. cit., p. 105.

²¹⁵ Idem, p. 106.

²¹⁶ Idem, p. 106.

²¹⁷ Em defesa da sociedade, p. 42.

²¹⁸ Idem, p. 42.

²¹⁹ Idem, p. 43.

²²⁰ Idem, p. 44.

princípio da soberania e uma trama cerrada de coerções disciplinares que garante a coesão do corpo social²²¹.

Com a crise do modelo liberal individualista, que provocou o surgimento do Direito do Trabalho e o reconhecimento de organizações do movimento operário (os sindicatos), culminando, posteriormente, com a formação do Estado-Providência, não só o sistema jurídico sofreu alterações e adaptações para fazer frente aos riscos que ameaçavam o regime capitalista. Aprimorou-se, também, o sistema de controle social.

Esta situação fica clara na análise promovida por Michel HARDT e Antonio NEGRI sobre o modelo do Estado-Providência implementado na América do Norte:

“O New Deal produziu a mais alta forma de governo disciplinar. Dizendo governo disciplinar não estamos nos referindo simplesmente às formas jurídicas e políticas que o organizam. Referimo-nos, basicamente, ao fato de que numa sociedade disciplinar, toda a sociedade, com todas as suas articulações produtivas e reprodutivas, é subordinada ao comando do capital e do Estado; e que a sociedade tende, gradualmente mas com uma continuidade inevitável, a ser governada apenas pelo critério da produção capitalista”²²².

Como resultado desse projeto dos EUA e sob a sua hegemonia, as políticas imperialistas foram transformadas. A nova cena política foi organizada em torno de três mecanismos: a) descentralização gradual da produção; b) processo de descolonização que recompõe mercado mundial em linha hierárquicas a partir dos EUA; c) construção estrutural de relações internacionais que espalhou pelo globo o regime produtivo disciplinar e a sociedade disciplinar.

Diante da eficiência desse método, o principal controle deixou

²²¹ Idem, p. 44. Em abordagem semelhante, Nelson Werneck SODRÉ identifica: “Um arsenal imenso de conceitos e de disfarces vem servindo para esconder a verdade histórica. Do ponto de vista dos julgamentos de pessoas, como no nível dos processos, o real se apresenta desfigurado por simulações que vivem da mera repetição. No conjunto, esse arsenal conceitual configura, essencialmente, uma ideologia. Os seus formadores originais empreendem, sempre, a gigantesca tarefa, em que têm obtido sucesso, de confundir as coisas e de, em última análise, fazer como que as vítimas se conformem. Isto significa, realmente, a necessidade dos exploradores convencerem os explorados de que a exploração de que estes são vítimas é legítima, fatal, natural. As técnicas de transmissão do pensamento, extraordinariamente ampliadas nos últimos lustros, têm servido para essa tarefa.” (A farsa do neoliberalismo, p. 13-14).

de estar na soberania, para instalar-se no novo sistema capitalista global:

“Hoje a terceira fase dessa relação (entre Estado e capital) está amadurecida, e nela grandes empresas transnacionais de fato ultrapassaram a autoridade e a jurisdição dos Estados-nação. (...)”

A fase contemporânea não está, na realidade, adequadamente caracterizada pela vitória das empresas capitalistas sobre o Estado. Apesar de as empresas transnacionais e de as redes globais de produção e circulação terem desgastado os poderes do Estado-nação, funções de Estado e elementos constitucionais foram efetivamente deslocados para outros níveis e domínios (...) Assim como o conceito de soberania perde eficácia, a chamada autonomia política também perde. Hoje a noção de política como esfera independente da determinação de consenso e como esfera de mediação entre forças sociais conflitantes tem pouca razão de existir. O consenso é determinado, mais significativamente, por fatores econômicos, como os equilíbrios das balanças comerciais e a especulação sobre o valor das moedas. O controle desses movimentos não está nas mãos de forças políticas tradicionalmente concebidas como detentoras de soberania, e o consenso é determinado não por mecanismos políticos tradicionais, mas por outros meios. Governo e política foram completamente integrados ao sistema de comando transnacional. Controles são articulados mediante uma série de corpos e funções internacionais”²²³.

As novas formas de controle, muito mais eficientes que aquele desempenhado pela soberania, são perfeitamente visualizáveis no nosso dia-a-dia.

Basta lembrar os meios de comunicação. Identificados por alguns como o “quarto poder”, determinam o comportamento e os destinos das sociedades, não só no ambiente econômico, mas também na esfera política. O último processo eleitoral para Presidência da República, assistido no Brasil, demonstra bem a influência dos meios de comunicação no sistema democrático: a disputa entre os dois principais candidatos se traduziu praticamente no confronto entre dois dos mais prestigiados profissionais de

²²² Op. cit., p. 264.

²²³ Idem, ibidem, p. 328.

marketing.

Hoje já se vislumbra a utilização do “neuromarketing” para aprimorar os efeitos dos discursos e da publicidade²²⁴. A própria cultura é utilizada como mecanismo de domínio. O filósofo alemão Theodor ADORNO já identificava este meio de controle pelo termo “indústria cultural”²²⁵.

Sintetizando as formas atuais de domínio, Michael HARDT e Antonio NEGRI identificam, na atualidade, um controle global, que denominam de “controle imperial”, operando através de três meios “globais e absolutos: a bomba, o dinheiro e o éter”:

“(...) o desenvolvimento de tecnologias nucleares e sua concentração imperial limitam a soberania da maioria dos países, na medida em que tiram deles o poder de tomar decisões sobre a guerra e a paz, elemento primário da definição tradicional de soberania (...) o Império é a forma suprema de biopoder na medida em que é a inversão absoluta do poder da vida.

O dinheiro é o segundo meio global de controle absoluto. A construção do mercado mundial consistiu, acima de tudo, na desconstrução monetária dos mercados nacionais, na dissolução de regimes nacionais e/ou regionais de regulamentação monetária, e na subordinação desses mercados às necessidades das potências financeiras. Como estruturas monetárias nacionais tendem a perder qualquer característica de soberania, podemos ver emergir delas as sombras de uma nova reterritorialização monetária unilateral, concentrada nos centros políticos e financeiros do Império, as cidades globais. (...) Mecanismos monetários são os meios primários para controlar o mercado.

O éter é o terceiro e último meio fundamental de controle imperial. A administração das comunicações, as estruturas do sistema educacional, e a regulamentação da cultura aparecem hoje, mais do que nunca, como prerrogativas soberanas. Tudo isto, entretanto, se dissolve no éter. Os

²²⁴ Vide reportagem da revista Veja de 04-08-2004 (edição 1865, ano 37, nº 31, p. 125-133).

²²⁵ Conforme Ricardo MUSSE, “com o termo “indústria cultural”, Adorno se propõe a explicar a arte consumida pelas massas, uma mercadoria que não é mais produzida pelo trabalho artesanal, mas conforme o modelo da manufatura e da grande indústria. Seu diagnóstico se contrapõe ao de Walter Benjamin; este confiava no potencial criativo desencadeado pela cooperação e o definia na expectativa da “politização da arte”. Na perspectiva de Adorno, na indústria cultural, as massas não são o elemento ativo, mas pura passividade. Tem-se assim não apenas uma nova forma de despolitização da sociedade, mas um instrumento de domínio e integração social.” (Folha de S.Paulo, Caderno Mais!, 31-08-2003, p. 13).

sistemas contemporâneos de comunicação não estão subordinados à soberania; ao contrário, a soberania parece estar subordinada às comunicações – ou, efetivamente, a soberania é articulada por meio de sistemas de comunicação (...)

A comunicação tornou-se elemento central que estabiliza as relações de produção, orientando o desenvolvimento capitalista e também transformando as forças produtivas. Essa dinâmica produz uma situação extremamente aberta: aqui o lugar centralizado do poder precisa enfrentar o poder de subjetividades interativa da comunicação. Aqui neste domínio circulante de dominação imperial sobre novas formas de produção, a comunicação está mais amplamente disseminada em formas capilares”²²⁶.

Estes novos ou aprimorados mecanismos de controle, desenvolvidos pelo sistema capitalista, conjugados com o fim (pelo menos aparente) do risco que representava o comunismo, talvez expliquem a tendência de enfraquecimento do Estado, em nome do fenômeno chamado de “globalização” e sustentado na política capitalista denominada de “neoliberalismo”, que tem como meta a privatização e a abertura comercial, bem como a flexibilização e a desregulamentação, especialmente, da legislação trabalhista, justificadas pelo discurso de que no âmbito das relações de trabalho deixou de existir a desigualdade material e a opressão do economicamente mais forte sobre a parte mais fraca da relação, ou, o que atualmente é mais comum, com o pretexto de combater o desemprego.

Com efeito, os aparatos construídos ou os espaços tolerados para preservar o sistema capitalista (a soberania, o Estado-nação, a regulamentação intervencionista das relações de trabalho, o reconhecimento de organizações sindicais e a legitimação dessas organizações para negociarem os limites da exploração da força de trabalho, inclusive com o uso de ações diretas, como a greve) deixaram de ser necessários, entre outras razões, pela eficiência dos mecanismos de controle.

Os efeitos produzidos por esses mecanismos de controle sobre a sociedade podem ser percebidos no comportamento da coletividade diante dos movimentos reivindicatórios, como, por exemplo, nas últimas greves de grande dimensão deflagradas no Brasil²²⁷, ou na atuação do movimento dos sem-terra. O repúdio que

²²⁶ Op. cit., p. 366-369.

²²⁷ Por exemplo, dos policiais federais e dos bancários.

normalmente é demonstrado por aqueles que não integram esses movimentos²²⁸, ainda que se encontrem em condições semelhantes ou até piores do que os mobilizados, é ainda potencializado pela mídia, transformando o isolamento²²⁹ em instrumento de desagregação do movimento²³⁰.

3.2.4. Desaparecimento do paradigma alternativo

Por fim, não se pode deixar de considerar as repercussões da derrocada do modelo social-democrata revolucionário no leste europeu para o desenvolvimento da globalização econômica, implantação do neoliberalismo e, diretamente, na fragilização do sindicato e na desregulamentação do Direito do Trabalho.

As transformações processadas no bloco liderado pela URSS, que culminaram com a pulverização desta e no fim do regime comunista, representaram o desaparecimento da grande e real “*ameaça que o capitalismo vinha enfrentando*”²³¹. Com isso, não só deixou de existir a polarização entre duas potências, que até então disputavam a liderança na quantidade de mundos que teriam capacidade de destruir, mas principalmente a presença concreta de um modelo econômico alternativo. Assim, o capitalismo, hegemônico²³², liderado pelos EUA, sem barreiras ou ameaças, sentiu-se livre para expandir o seu domínio: “*a ameaça de duas potências era sucedida pelo poder absoluto de uma delas*”²³³.

As estruturas construídas para obstruir o avanço, tanto material como ideológico, do modelo alternativo (o Estado do bem-estar social, o sindicato forte, a negociação coletiva, a exploração da força de trabalho regulamentada) deixaram de

²²⁸ Pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi a pedido da revista Veja revelou: a) que 51% dos entrevistados (500 pessoas) opinou no sentido de que o “*MST já quis terras, mas agora só quer fazer agitação política*”; b) que 66% dos entrevistados entendem que a atuação do Governo é errada em relação ao MST, porque o movimento “*age fora da lei*” (edição 1826, ano 36, nº 38, de 24-09-2003). A realização da pesquisa e sua divulgação também representam exemplo de mecanismo de condicionamento social.

²²⁹ “*Os trabalhadores em greve com frequência ficam incomodamente conscientes de seu isolamento*” (HOBSBAWM, Eric J., op. cit., p. 390).

²³⁰ Ricardo ANTUNES registra esta tendência na contextualidade em que se defronta a crise sindical: “*Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É lugar-comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo e os movimentos sociais de inspiração socialista*” (Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, p. 75).

²³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo, p. 15.

²³² O capitalismo sem concorrentes, como se refere Antonio David CATTANI (op. cit., p. 41).

²³³ SODRÉ, Nelson Werneck, idem, p. 16.

ser necessárias, ficando o espaço livre para a implantação das concepções liberais.

Ademais, como visto, o modelo social-democrata se fortaleceu e ocupou espaço no capitalismo ocidental por representar contra-ponto à sua variante revolucionária, implantada no leste europeu. A variante revolucionária do modelo social-democrata, por sua vez, transformou-se, pelas razões já vistas, na única alternativa ao sistema capitalista. Com a falência deste regime, a social-democracia reformista perdeu o seu único referencial ideológico²³⁴.

Este efeito foi potencializado pelo uso dos mecanismos de controle referidos no tópico anterior, passando a ser traduzido como o fim da história²³⁵, mas que, na verdade, pretende significar a vitória absoluta e definitiva do capitalismo na luta ideológica²³⁶.

A consequência foi a retração da social-democracia também na sua variante reformista, tanto no âmbito político como no sindical²³⁷. Os partidos políticos de inspiração social-democrata perderam espaço, sofrendo sucessivas derrotas nas urnas²³⁸, ou se desconectaram de suas bases teórica e material (sindicatos e trabalhadores), como demonstram os exemplos de Tony Blair e do Partido Trabalhista Inglês²³⁹. Em

²³⁴ “Com a ruína da antiga ideologia socialista, ligada ao modelo social-democrata do movimento operário, com o subsequente descrédito do marxismo, o único paradigma alternativo ao pensamento liberal, que teria permitido realizar essa integração (dos diversos movimentos de contestação), desapareceu.” (BIHR, Alain, op. cit., p. 265).

²³⁵ A expressão “fim da história” nesse contexto foi formulada pelo americano Francis FUKUYAMA, que em entrevista à revista *Veja* afirmou: “Minha tese é que, diferentemente do que pensavam os marxistas, o ponto final da história é a democracia liberal. Não considero plausível imaginar que estávamos no rumo de uma forma mais elevada de civilização. Podemos retroceder ao fascismo, à monarquia ou ao caos puro e simples. Nunca vamos ter, contudo, um modelo de sociedade melhor do que a democracia orientada pelo economia de mercado. Essa é a idéia básica de *O Fim da História*” (edição 1880, ano 37, nº 46, de 17-1-2004, p. 11) Nelson Werneck SODRÉ, ilustrando em que cenário se construiu este discurso, discorre: “Realmente, e não há como negar, o desaparecimento do muro de Berlim, a derrocada da URSS, as mudanças no leste europeu, foram proclamados como o fim da ameaça socialista. O mundo, agora, era um só – e pasto incontestado do capitalismo. Na terrível luta ideológica havia vencidos e vencedores. Não apenas e simplesmente em termos de nação, mas, e essencialmente, em termos de ideologias. A história chegara ao fim: o mundo estava à mercê dos ditames norte-americanos, das regras do capitalismo” (op. cit., p. 16.).

²³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck, idem, p. 17-18.

²³⁷ Lembrar que a variante reformista da social-democracia se assentava principalmente nos partidos políticos, que eram os instrumentos para a reforma do sistema.

²³⁸ A exemplo do que ocorreu na Inglaterra em 1979, com Thatcher, seguidos dos EUA, com Reagan, em 1980, da Alemanha, com Kohl, em 1982, da Dinamarca, com uma coalizão de direita, em 1983 (ANDERSON, Perry, op. cit., p. 11).

²³⁹ John MCILROY demonstra bem esta desconexão: “(...) quando os patrões tomaram distância dos sindicatos nos anos 90, o Partido Trabalhista fez o mesmo. Os últimos anos viram a intensificação da mudança programática e constitucional, antagônica ao sindicalismo forte” (op. cit., p. 61). Mas adiante, afirma que “(...) Tony Blair começou, a partir de 1994, a remodelação em um Novo Trabalhismo (*New Labour*). A Cláusula Quarta da constituição partidária que garantia a “propriedade coletiva dos meios de produção” foi substituída por uma afirmativa que enfatiza “o funcionamento do mercado e o rigor da competição.” (...) O sistema pelo qual os sindicatos apoiavam os parlamentares foi reformado (...) O Novo

alguns países, como França, a social-democracia resistiu inicialmente, mas não por muito tempo: “o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal²⁴⁰”. Talvez esta circunstância explique os governos de Fernando Henrique Cardoso²⁴¹ e o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O enfraquecimento e as transformações ideológicas dos partidos políticos antes de inspiração social-democrata reformista refletiram diretamente nas organizações sindicais, inteiramente dependentes daqueles e tidas como incapazes, por si só, de ultrapassarem a consciência imediata²⁴².

Da mesma forma, eram os partidos políticos de inspiração social-democrata reformista que encampavam no Parlamento a regulação legal protecionista das relações de trabalho. Com a retratação daqueles, quer por derrotas eleitorais, quer pela desconexão já referida, a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas deixaram de ter significativas resistências.

4. O sindicato e a autonomia privada coletiva

A autonomia privada coletiva, portanto, traduziu-se na fórmula jurídica construída para atender, em determinado momento histórico, a necessidade de respaldar a eficácia negocial dos sindicatos em estabelecer, à margem da regulação heterônoma, regras delimitadoras da exploração da mão-de-obra, com o objetivo de, com isso, o capitalismo obter o controle do movimento operário e a disciplina

Trabalhismo reafirmou a importância das empresas na política, procurando conseguir seu apoio financeiro enquanto considerava como dados os votos dos eleitores dos sindicatos e da classe trabalhadora (op. cit., p. 61-62). Sobre o governo de Tony Blair, o autor conclui: “o que se oferece é um “thatcherismo com face humana”: a promessa de que um governo Blair iria administrar a economia do laissez-faire de maneira mais civilizada e competente do que fizeram os conservadores. O Novo Trabalhismo se distingue da democracia de direita anterior na Inglaterra por diminuir a intervenção do Estado, por sua falta de compromisso com o interesse social, por privilegiar o individualismo sobre o coletivismo e por sua falta de respeito pelo (e falta de raízes no) movimento operário. Está claro que Blair deseja criar um partido independente dos sindicatos e dissolver o fragilizado movimento operário” (op. cit., p. 64).

²⁴⁰ ANDERSON, Perry, op. cit., p. 11.

²⁴¹ Que pode ser resumido na frase que lhe foi atribuída pela imprensa: “esqueçam tudo que escrevi”.

²⁴² Alain BIHR elucida este ponto: “o que caracteriza o modelo social-democrata do movimento operário, em última análise, é menos a afirmação da existência de dois (ou vários) níveis de consciência (em si mesma pouco discutível) – consciência sindical e consciência política, consciência espontânea e consciência socialista – do que a afirmação da quebra entre as duas, a proclamação da impossibilidade do transdesenvolvimento de um em outra (formulação devida a Kautsky e integralmente retomada por Lênin). Os partidários e defensores desse modelo do movimento operário estão de fato convencidos que, deixado a si próprio, o proletariado é incapaz de ultrapassar o nível da consciência imediata (a de seus interesses econômicos e políticos imediatos), que se exprimirá na organização e na prática sindicais (ou cooperativas e mutualistas)” (op. cit., p. 23).

necessária para viabilizar os métodos de produção da época²⁴³.

Logo, a viabilidade da autonomia privada coletiva nessa dimensão dependeu de certas condições formais e materiais.

Os pressupostos formais consistiram especialmente no reconhecimento pelo ordenamento jurídico da liberdade sindical e do direito de celebrar contratos ou convenções coletivas de trabalho, a serem respeitados como garantias mínimas de proteção aos trabalhadores nos contrato individual de trabalho, sem possibilidade de intervenção heterônoma, quer na organização sindical, quer no resultado da negociação coletiva²⁴⁴.

A Organização Internacional do Trabalho, inclusive, consagrou esses pressupostos como diretrizes universais desde a sua constituição, na Declaração de Filadélfia de 1944²⁴⁵, explicitando-os em diversas Convenções e Recomendações²⁴⁶.

Os pressupostos materiais podem ser identificados com o fortalecimento das organizações sindicais afinadas com o propósito de negociar condições de trabalho dentro do sistema capitalista de exploração da mão-de-obra, bem como com o ambiente político e econômico receptivo à regulação autônoma coletiva das condições de trabalho. Esse fortalecimento não dependeu apenas dos movimentos operários, mas também do reconhecimento do papel econômico e político desempenhado pelas organizações de trabalhadores²⁴⁷.

Na atualidade, como já referido²⁴⁸, os sindicatos e a negociação coletiva vêm recebendo tratamento variável e aparentemente contraditório. Em

²⁴³ Dorothee Susanne RÜDIGER, nessa linha, conclui que: “*Através da negociação coletiva, os sindicatos ganham poder e espaço político na sociedade capitalista. A teoria da autonomia privada coletiva constrói esse ganho de poder no âmbito do direito. A conquista desse espaço, no entanto, tem um preço, pois “adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de um atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade.”* (Autonomia privada coletiva e crise paradigmática (do) direito do trabalho, in Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, p. 77).

²⁴⁴ Como já mencionado, estes pressupostos são identificados por Wolfgang DÄUBLER (op. cit., p. 18).

²⁴⁵ O parágrafo I, alínea d da Declaração de Filadélfia de 1944 preconiza como objetivo da OIT: “*a luta contra a necessidade deve ser perseguida com incessante energia dentro de cada nação e mediante um esforço internacional, contínuo e concertado, no qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em um pé de igualdade com governos, participem de discussões livres e de decisões de caráter democrático, a fim de promover o bem-estar comum*” (tradução do texto extraído da Biblioteca electrónica sobre libertad sindical y negociación colectiva).

²⁴⁶ As Convenções 87 e 98 da OIT estabelecem os fundamentos da liberdade sindical. A Recomendação nº 91 de 1951, bem como as Convenções 98 e 151 tratam também da negociação coletiva.

²⁴⁷ RÜDIGER, Dorothee Susanne. O contrato coletivo no direito privado: contribuições do direito do trabalho para a teoria geral do contrato, p. 107-108.

alguns países, como na Inglaterra, prevalece comportamento hostil, objetivando enfraquecer e eliminar os sindicatos, com redução de direitos e fragmentação da negociação coletiva²⁴⁹. Em outros países, como na Alemanha, os sindicatos não são diretamente combatidos e ainda permanecem garantias legais e a negociação coletiva como instrumentos de regulação das relações de trabalho²⁵⁰, mas através desta e da legislação vêm sendo gradativamente flexibilizadas as proteções trabalhistas.

Pelo acima exposto é possível esboçar uma explicação para esse fenômeno.

Após ter se prestado para viabilizar o compromisso fordista, deixando de existir a necessidade do papel que antes lhe foi atribuído, em face das transformações no sistema de acumulação capitalista e diante da fragilização do movimento operário (que é causa e também efeito daquelas transformações), e, enfraquecido o sindicato, a negociação coletiva passou a exercer outra função nos países em que a lei ainda se constitui a base das garantias mínimas de proteção ao trabalhador: transformou-se em instrumento de desregulamentação e flexibilização²⁵¹. Assim, conforme Dorothee Susanne RÜDIGER, se “*antes, a negociação coletiva tinha a função de distribuição social dos ganhos obtidos pelo crescimento econômico, agora tem essa função praticamente invertida. A negociação, na perspectiva da teoria da flexibilização distribui*

²⁴⁸ Vide introdução.

²⁴⁹ Ricardo ANTUNES, com base em Michel FREYSSINET, identifica este comportamento como representativo do modelo anglo-saxão, também verificado, com certas similaridades, nos EUA (idem, p. 74).

²⁵⁰ Este comportamento é identificado por Ricardo ANTUNES como característica do modelo alemão (idem, p. 74).

²⁵¹ Dorothee Susanne RÜDIGER identifica esse fenômeno como consequência “*da crise contemporânea da sociedade e do Estado*”, esclarecendo: “*No contexto da globalização, da crescente importância das normas supra e infranacionais, o Estado Nacional perde o monopólio de promulgar regras, o que leva a uma crescente privatização da regulação jurídica presente num direito reflexivo, isto é, num direito primordialmente procedente de negociação. No contexto do direito reflexivo, o Estado exerce um papel de guia, apenas, e não de planificador das relações sociais (...) O Estado torna-se um ator como qualquer outro no dircusro de interesses, representando os interesses generalizáveis, e controla a conformidade dos procedimentos de negociação*”. Após exemplificar com a prática adotada no Brasil a partir dos anos 90, a autora esclarece que “*a política do Estado de transferir para a negociação coletiva a responsabilidade para o regramento das relações de trabalho pode ser chamado de “proceduralização”. Significa, em última análise, um deslocamento de suas fontes do poder estatal para o poder privado*”, visando atender as necessidades do novo método de produção capitalista: “*Novos métodos de gestão são destinados a ganhos em produtividade pela redução do efetivo de assalariados, não por último pelo deslocamento da produção para setores fora do âmbito da empresa*”, que “*implica na necessidade de, num curto prazo de tempo, poder reduzir ou ampliar o quadro de seus trabalhadores*”, ou seja, na flexibilização. Em relação a flexibilização, a autora conclui: “*A flexibilização com que a empresa deve reagir às demandas do mercado perpassa também as relações jurídicas com seus fornecedores, prestadores de serviços e trabalhadores. Mas do que a lei, o contrato é capaz de prover a flexibilidade com a qual a empresa opera (...) Em termos de formalização das relações de trabalho, isso significa que as condições de trabalho dos empregados são, agora, objeto de constante negociação coletiva.*” (Autonomia privada coletiva e crise paradigmática (do) direito do trabalho, in Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, p. 78-81).

os riscos inerentes a um mercado mundial altamente competitivo”²⁵².

Já nos países onde o direito do trabalho foi construído com base na negociação coletiva, a desregulamentação e a flexibilização do direito do trabalho passou a ser feita principalmente com o dismantelamento do sindicato e da negociação coletiva, servindo a lei como instrumento para esse desiderato. Essa situação se verifica na Inglaterra, conforme relato de Jonh MCILROY:

*“(...) as conseqüências inflacionárias da negociação coletiva não regulamentada e descentralizada eram mais e mais estereotipadas como um fator chave do declínio econômico. A partir dos anos 60, o governo trabalhista apoiou tentativas voluntárias de reformar as relações industriais, e as administrações trabalhista e conservadora introduziram o controle dos salários e buscaram introduzir restrições legais às atividades sindicais”*²⁵³.

Por outro lado, as reflexões feitas até aqui também permitem uma primeira aproximação ao tema central deste estudo.

Apesar de tudo isso, inegável que o sindicato e a autonomia coletiva representam importante espaço conquistado pelo movimento operário no sistema capitalista, que, de qualquer forma, impôs limitações à exploração da força de trabalho. Não é em vão que o autoritarismo insano e extremado do nazismo represava tanto repúdio pelas organizações sindicais.

A negociação coletiva, ainda que tenha servido de instrumento de canalização e amortecimento das reivindicações operárias, representou, em especial no período de sua maior expressão nas economias centrais, fonte privilegiada de aprimoramento das formas de proteção do operário e de limitação à exploração de sua força de trabalho.

Logo, o movimento de reversão verificado a partir do final da década de 1970, que reflete o enfraquecimento do movimento operário e a retomada de espaço pelo capitalismo, representa grave retrocesso, reconduzindo o sistema a padrões de exploração marcados pela desigualdade material, histórica geradora de instabilidade, de violência, de conflitos e de revoltas.

²⁵² Autonomia privada coletiva e crise paradigmática (do) direito do trabalho, *in* Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, p. 81.

CAPÍTULO II – A DESMISTIFICAÇÃO DO SINDICALISMO E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL

“Em nenhum país do mundo o operariado leva uma existência que se possa comparar de longe a que desfruta o operariado brasileiro.”²⁵⁴

“No dia em que, com a adoção do salário mínimo, a miséria do operariado houver desaparecido e a exploração dos humildes pelos poderosos se tornar impossível, o comunismo terá perdido o seu melhor argumento e o recurso mais seguro de sua propaganda ... Algo teríamos que fazer mesmo que o comunismo não existisse; já que ele está aí, façamos imediatamente.”²⁵⁵

Ao contrário do que se tentou, e ainda se tenta, fazer crer, a legislação trabalhista no Brasil não foi outorgada por beneplácito do Estado, de cima para baixo, independentemente de pressões reivindicatórias dos trabalhadores. Muito menos, a partir de 1930, o Estado passou a atuar em favor dos assalariados e contrariamente aos interesses da burguesia. Da mesma forma, a positivação do Direito do Trabalho e do Direito Sindical não se antecipou ao fenômeno social, não sendo esta, ao contrário do que se sustenta²⁵⁶, a razão de sua ineficácia, mormente no âmbito coletivo.

²⁵³ Op. cit., p. 43.

²⁵⁴ Lamento dos liberais no jornal *O Estado de São Paulo* de 03-03-1935 (apud VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 251).

²⁵⁵ Editorial do mesmo jornal *O Estado de São Paulo*, porta voz dos liberais, de 16 de janeiro de 1936 (apud VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 251).

²⁵⁶ Segadas VIANNA, por exemplo, menciona que “Como quase toda a legislação trabalhista em nosso país, a primeira lei sobre convenções coletivas foi mais uma antecipação do Estado do que um reclamo dos trabalhadores. Russomano faz essa observação quando diz: ‘No Brasil, entretanto, o fenômeno foi inverso: reconhecida a utilidade do instituto pelo legislador, antes de tê-lo sido pelo povo e pelos sindicatos, o contrato coletivo não foi produto natural de um costume e sim o produto artificial da lei. Imposto ou facultado, não veio de baixo para cima: do povo para o código. Veio de cima para baixo: do código para o

Esse discurso teve, sim, o objetivo de disfarçar o caráter controlador e repressivo do Estado sobre as classes subalternas²⁵⁷.

Contra-pondo-se a estes dogmas, investigação de nossa história e da evolução do sistema legal permite concluir que o Direito do Trabalho e o Direito Sindical refletem os fenômenos sociais desencadeados no Brasil e no mundo, sendo consequência de um jogo de forças extremamente complexo.

Verifica-se que o sistema sindical e trabalhista foi construído ao longo do tempo, ainda que de forma cambiante, não linear, através de aprimoramentos e adaptações, em processo mais bem representado por curvas em zigue-zague²⁵⁸, ao sabor de diversos fatores, entre os quais podem ser destacados três: a) a concepção prevalecente no jogo de forças entre as classes dominantes; b) a postura do movimento operário, de apoio, resistência e da intensidade dessa resistência à ordem estatuída²⁵⁹; c) os reflexos dos acontecimentos mundiais, especialmente considerando a participação do Brasil, assim como dos demais países de economia periférica ou semiperiférica, como mero coadjuvante nos arranjos das economias centrais.

É o que se pretenderá demonstrar neste capítulo.

1. A participação do Brasil no cenário mundial

O Brasil, ao longo de sua história, não conseguiu libertar-se da submissão econômica ao capitalismo central. Em uma primeira fase, que se estendeu durante todo o ciclo do açúcar²⁶⁰, a submissão se deu sob a forma de economia colonial²⁶¹.

povo”. Daí, segundo o autor, a “*realidade social brasileira continuava estranha às convenções coletivas, que só têm razão de ser onde existem sindicatos realmente representativos da classe trabalhadora*” (SÜSSEKIND, Arnaldo, *et alii*. Instituições de Direito do Trabalho, p. 1165 e 1166). No mesmo sentido, Octavio Bueno MAGANO: “*Já em outros países, como o Brasil, onde o sindicalismo não se realçou, o Estado teve de tomar atitude paternalista em relação ao trabalhador e, em consequência, é na lei que se depara quase todo o conteúdo das relações individuais do trabalho*” (Manual de direito do trabalho – direito coletivo do trabalho, v. II, p.145).

²⁵⁷ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil, p. 57.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 68.

²⁵⁹ Luiz Werneck Vianna adverte, neste sentido, que a “*história do movimento operário e sindical*” deve ser analisada com base em duas dimensões: “*a) de como as classes dominantes conceberam tal ou qual sistema da ordem e o modo através do qual nele inseriram as classes subalternas; de como e por quê fez variar, em sucessivos arranjos institucionais, os pressupostos desse sistema; b) de como as classes subalternas, ao longo do tempo, legitimaram a ordem estatuída e de como e através de que forma e com que intensidade, a ela resistiram*” (ob cit., p. 68).

²⁶⁰ Segundo Nelson Werneck SODRÉ, a proclamação da independência representou apenas a transferência da subordinação à Inglaterra de Portugal para o Brasil (idem, p. 11).

²⁶¹ Adotamos a definição preconizada por Nelson Werneck SODRÉ, no sentido de que economia colonial representa a situação onde o processo de acumulação capitalista é realizado fora do país, o que no Brasil se estendeu além de 1822 (A farsa do neoliberalismo, p. 9).

Após, na segunda metade do século XIX, a partir do ciclo do café, transformou-se em economia dependente²⁶², configurada principalmente pelos investimentos estrangeiros, que passaram a dominar e controlar o seu desenvolvimento, e pelo início do círculo vicioso de empréstimos contraídos no e do exterior²⁶³, que também se prestaram como instrumento de controle.

O domínio econômico, no início, exercido principalmente pela Inglaterra e, depois, a partir da primeira Guerra Mundial, pelos EUA, que não se dirigiu, evidentemente, apenas sobre o Brasil, foi a força motriz do desenvolvimento capitalista nos países dominantes e também instrumento para solução de suas crises.

A colonização se estabeleceu ante a necessidade de expansão do capitalismo, em busca de novos mercados e principalmente de matéria prima. A exploração colonial, fortemente favorecida pelo uso da mão-de-obra escrava, proporcionou o desenvolvimento dos países de economia central: “*o trabalho escravo nas colônias tornou possível o capitalismo na Europa*”²⁶⁴.

Inviabilizada esta forma de exploração econômica²⁶⁵, outros mecanismos de dominação foram adotados para preservar a acumulação capitalista nos países dominantes, cuja liderança pelos EUA foi consolidada após a Segunda Guerra Mundial. Entre esses mecanismos se encontram: a) a troca desigual, verificada no

²⁶² Nelson Werneck SODRÉ afirma que na economia dependente a acumulação capitalista ocorre tanto no país, como no exterior, estabelecendo-se concorrência entre ambas. O Brasil conseguiu estabelecer a acumulação capitalista interna com o café porque controlava a sua produção e também a comercialização (op. cit., p. 10-11).

²⁶³ Investimentos ingleses, inicialmente destinados à construção de estradas de ferro para transportar a produção cafeeira, expandindo-se para transporte urbano, saneamento, distribuição de gás, eletricidade, mas sempre mediante contratos monopolistas e recheado de privilégios. Acompanhando estes investimentos, a Inglaterra exportava os meios para sua utilização, como, por exemplo, vagões, trilhos, carvão, para o transporte ferroviário. Após, a dependência foi transferida para os EUA, quando então o transporte rodoviário foi priorizado, sendo que aquele país passou a fornecer os instrumentos para sua utilização: caminhões, automóveis, combustível, asfalto (SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 12 e 29). Quanto aos empréstimos, Nelson Werneck SODRÉ ressalta: “*pagamos pela independência* (referindo-se ao empréstimo contraído por Portugal junto à Inglaterra e transferido para o Brasil nas negociações de sua independência), *na verdade e, com esse ato inaugural e sintomático, teve início a longa seqüência de empréstimos, particularmente em libras, que tornaram a finança européia sócia do nosso desenvolvimento, dele aproveitando majoritariamente os lucros*” (op. cit., p. 12-13).

²⁶⁴ HARDT, Michael e NEGRI, Antônio, op. cit., p. 139. Os referidos autores ainda afirmam: “*A produção escrava na América e o tráfico de escravos africanos, entretanto, não foram meramente, ou mesmo predominantemente, uma transição para o capitalismo. Foram um sustentáculo relativamente estável, um pedestal de superexploração sobre o qual se ergueu o capitalismo europeu.*”. Mais adiante complementam: “*Escravidão, servidão e todos os disfarces da organização coercitiva do trabalho – do culeísmo no Pacífico e da peonagem na América Latina ao apartheid na África do Sul – são elementos essenciais internos do processo de desenvolvimento capitalista. Nesse período, a escravidão e o trabalho assalariado formaram um par dançante nos passos coordenados do desenvolvimento capitalista*” (op. cit., p. 139).

²⁶⁵ Especialmente diante das revoltas e insurreições, tanto das colônias (TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 196), como dos escravos (HARDT, Michael e NEGRI, Antônio, op. cit., p. 140).

intercâmbio mundial, em que os produtos dos países dominantes valem mais que as mercadorias produzidas e a matéria-prima exportadas pelos países dominados, sempre com tendência de se ampliar esta diferença em favor dos primeiros²⁶⁶; b) os investimentos, através de contratos que sempre favoreceram os países dominantes, com a concessão de privilégios e monopólios²⁶⁷; c) os empréstimos e a dívida externa, que se prestam não só para se obterem vantagens econômicas, mas também como instrumento de controle²⁶⁸; d) os *royalties*, cobrados pelo uso de patentes²⁶⁹.

Os acordos de Bretton Woods, celebrados no segundo pós-guerra, bem como a sua posterior ruptura unilateral pelos EUA, prestaram-se, como anota Nelson Werneck SODRÉ, para concretizar este domínio econômico e proporcionar a drenagem dos recursos financeiros para aquele país²⁷⁰.

Michael HARDT e Antonio NEGRI, no mesmo sentido, identificam que o processo de descolonização, intensificado após a Segunda Guerra Mundial²⁷¹, a descentralização da produção, obtida através das empresas transnacionais²⁷² e que gerou uma nova divisão mundial do trabalho, junto com a “*difusão de formas disciplinares de produção e governo*”²⁷³, permitiram a constituição de um novo poder

²⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 28-29; HARDT, Michael e NEGRI, Antônio, op. cit., p. 139.267).

²⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 29-31.

²⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 31-36; TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 196.

²⁶⁹ TRINDADE, José Damião de Lima, op. cit., p. 196.

²⁷⁰ Op. cit., p. 33.

²⁷¹ Eric J. HOBBSBAWM anota: “*Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia.*” (Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991, p. 337)

²⁷² “*As transnacionais se tornaram o motor fundamental da transformação econômica e política dos países pós-coloniais e das regiões subordinadas. Em primeiro lugar, serviram para transferir a tecnologia essencial para a construção dos novos eixos produtivos dos países subordinados; em segundo lugar, elas mobilizaram a força de trabalho e as capacidades produtivas locais nesses países; e finalmente as transnacionais coletaram os fluxos de riqueza que começaram a circular em base ampliada através do globo. Esses fluxos múltiplos foram desembocar essencialmente nos Estados Unidos, que garantiram e coordenaram, quando não comandaram diretamente, o movimento e a operação das transnacionais*” (HARDT, Michael e NEGRI, Antônio, op. cit., p. 139.267).

²⁷³ Os referidos autores consideram como formas disciplinares aqueles instrumentos de controle criados nos países de economia central para obter a disciplina nas fábricas, que já foram referidos no Capítulo I desse trabalho: “*o modelo ideológico projetado a partir dos países dominantes (particularmente dos EUA) consistia em regimes salariais fordianos, métodos taylorianos de organização de trabalho, e um Estado de bem-estar social que seria modernizador, paternalista e protetor (...) Os altos salários do regime fordiano e a assistência estatal que o acompanhava foram apresentados como a recompensa do operário por ter aceito a disciplina, por entrar na fábrica global*” (op. cit., p. 267)). Entretanto, concluem os mesmos autores, essas formas disciplinares não precisaram ser integralmente aplicadas nos países subordinados para obter o efeito almejado: “*O regime de altos salários que caracteriza o fordismo e a ampla assistência social que caracteriza o Estado do bem-estar social só foram realizados em formas fragmentárias e para populações limitadas nos países capitalistas subordinados. Nada disso, entretanto, precisava ser realizado; sua*

mundial, que substituiu o imperialismo, ao qual denominam de poder imperial²⁷⁴. Nesse novo cenário, organizou-se o atual mercado mundial, hierarquizado a partir dos EUA, onde as fronteiras deixaram de ser necessárias, pois as suas funções foram substituídas por estruturas de relações internacionais que submeteram o globo a um regime disciplinar, permitindo que toda a sociedade seja governada pelo critério de produção capitalista.

De igual forma, os efeitos das crises cíclicas do capitalismo e dos conflitos em que se envolveram os países dominantes foram transferidos para os países dominados, sendo normalmente por estes suportados os ônus das soluções implementadas²⁷⁵.

Neste sentido, foram utilizados, como já foi visto, os empréstimos e investimentos para contornar a crise econômica que abateu o compromisso fordista, agravada pelo primeiro aumento do petróleo, quando se tentou contornar o endividamento dos países centrais junto à OPEP, com a industrialização dos países periféricos, entre os quais o Brasil²⁷⁶.

O próprio Estado do bem-estar social implantado nos países de economia central foi financiado pela exploração econômica dos países periféricos, sendo isso, por sinal, uma das causas pelas quais o modelo do Estado-Providência não chegou a esses países²⁷⁷.

promessa serviu antes como um atrativo ideológico para assegurar um consenso suficiente para o projeto de modernização” (op. cit., p. 269).

²⁷⁴ Op. cit., p. 269.

²⁷⁵ “*Há dois aspectos do nosso desenvolvimento, ao longo dos decênios e desde pelo menos o início do século XX, que sempre têm sido omitidos e propositadamente esquecidos: o primeiro deles é o processo como, ao longo do tempo e em fases históricas diversas, realizou-se a transferência dos efeitos das crises cíclicas do capitalismo às áreas menos desenvolvidas, ao Brasil em particular; o segundo é o processo como foi transferida a renda oriunda do nosso trabalho ao exterior, seu dimensionamento.*” (SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 13). “*A crise do primeiro mundo, de que o desemprego é índice alarmante, é transferida ao terceiro mundo, e a países como o Brasil, em particular*” (idem, ibidem, p. 23).

²⁷⁶ Vide Alain BIHR, op. cit., p. 75.

²⁷⁷ José Damião de Lima TRINDADE anota que o Estado do bem-estar social se viabilizou nos países economicamente centrais porque, “*graças aos ingressos sem fim de capitais recebidos por suas empresas dos países economicamente dependentes ou subdesenvolvidos, tiveram incomparavelmente mais recursos à disposição para fazer concessões reais a seus próprios trabalhadores, tais como majoração salarial, redução significativa da jornada, adoção de legislações trabalhistas amplas e aumento de impostos sobre o lucro e as maiores rendas para permitir ao Estado expandir seus gastos com seguridade social e investimento do emprego. Com isso, os países imperialistas ‘exportaram’, por assim dizer, parte de suas contradições sociais para os países economicamente submetidos. A parte pobre do mundo terminou contribuindo (novamente) para financiar a construção do bem-estar social na parte rica – uma espécie de transfusão de sangue às avessas, de organismos debilitados para corpos robustos*” (op. cit., p. 197). Porém, necessário fazer uma advertência: quando se menciona neste trabalho que nos países periféricos, especialmente no Brasil, o Estado do bem-estar social não foi implantado, evidentemente, está se considerando como paradigma o modelo desenvolvido nos países de economia central. Não se está olvidando, contudo, os avanços, ainda que parciais, no campo social verificados nesses países, representados

Conforme Nelson Werneck SODRÉ, o Plano Marshall, através do qual os EUA financiaram a reconstrução da Europa Ocidental, para conter o avanço do comunismo soviético, foi sustentado pela exploração econômica dos países periféricos: *“A América Latina, na verdade, financiou essa doação, que obedecia ao propósito político de dominação do mundo, no esforço para deter a influência soviética, crescente após o fim da Segunda Guerra Mundial”*²⁷⁸.

Por outro lado, a exploração pelo capitalismo central é a marca e, se não a principal, uma das causas das mazelas do Brasil e de todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que compõem o que se convencionou denominar de terceiro mundo: *“o subdesenvolvimento e o terceiro mundismo, na verdade, foram um retrato da dependência. E a dependência configurou a espoliação continuada. Por longos decênios crescemos, lentamente, carregando esse pesado fardo”*²⁷⁹.

Esta questão justifica um olhar mais detido.

1.1. O Estado dependente

Não há consenso entre os estudos desenvolvidos para explicar a trajetória política e econômica dos países de economia periférica. Uma visão desse dissenso, pertinente para a presente reflexão, é fornecida por Martin CARNOY²⁸⁰.

Segundo Martin CARNOY, na visão de ANDRÉ G. FRANK, Samir AMIN e Immanuel WALLERSTEIN, o subdesenvolvimento dos países capitalistas do Terceiro Mundo decorre diretamente de sua inserção (e principalmente como esta inserção ocorreu) no desenvolvimento da produção capitalista mundial. Assim, por exemplo, as características de certas regiões (a existência de matéria prima e a organização da mão-de-obra) determinaram o tipo de exploração do trabalho e da acumulação do capital pela metrópole, levando, como consequência, o extremo subdesenvolvimento

especialmente pelas normas de proteção aos trabalhadores (ainda que com as ambigüidades que serão destacadas adiante) e de previdência social.

²⁷⁸ Op. cit., p. 35.

²⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., 13. Eduardo GALEANO no mesmo sentido também afirma: *“Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçou suas funções (...) a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os”* (As veias abertas da América latina, p. 13).

²⁸⁰ Estado e teoria política, p. 219-262.

dessas regiões. Logo, nessa visão, a atual pobreza das regiões anteriormente ricas não decorreu somente do esgotamento dos recursos naturais, mas principalmente da estrutura social que herdaram da época do surto exportador.

Para esta concepção, *“o desenvolvimento industrial de substituição de importações no Terceiro Mundo não cria um mercado “interno”, como há um século atrás na Europa e nos Estados Unidos”*²⁸¹, isto porque não conduziu a um aumento de salários e à formação de mercado interno consumidor, haja vista que esse desenvolvimento continuou dependente, primeiramente da exportação de matéria-prima extraída por *“superexplorados trabalhadores rurais e das minas”*²⁸² e, depois, da exportação de bens produzidos por também operários superexplorados: *“O mercado onde se realiza a produção industrial periférica volta a ser o da metrópole, e os salários periféricos, agora para a produção primária e também para a industrial, apresentam-se não como uma fonte de poder aquisitivo que precisa ser aumentado, mas como um fator de custo que deve ser reduzido”*²⁸³.

Foram as *“metrópoles imperialistas”* que desenvolveram a divisão internacional do trabalho, sempre compatibilizada com suas necessidades, e para permitir a acumulação capitalista a partir delas:

*“Para Frank, as metrópoles imperialistas são as que desenvolvem esta divisão internacional do trabalho e acumulam capital a partir dela. À medida em que ocorrem mais e mais mudanças tecnológicas na organização da expansão capitalista (as multinacionais, por exemplo), são atribuídas tarefas mutáveis aos países subdesenvolvidos naquela divisão do trabalho e no processo de acumulação de capital”*²⁸⁴.

Nessa visão, o Estado e, portanto, também o Direito, prestam-se, nas economias do Terceiro Mundo, como instrumentos *“para a administração do papel dependente dessas economias na divisão internacional do trabalho e no processo capitalista mundial de acumulação de capital”*²⁸⁵. O Estado, nessas economias periféricas, mostra-se forte em relação à burguesia local, mas dependente e frágil em relação às

²⁸¹ Idem, p. 236.

²⁸² Idem, p. 236.

²⁸³ Idem, p. 236.

²⁸⁴ Idem, p. 237.

burguesias internacionais e aos Estados metropolitanos, isto, segundo André G. FRANK, nos aspectos “*financeiro, tecnológico, institucional, ideológico, militar; em suma, no aspecto político*”²⁸⁶.

Interessante anotar, também, a justificativa encontrada por esta concepção para a implantação do liberalismo nas sociedades latino-americanas, o que ocorreu no Brasil com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Em primeiro, conforme Martin CARNOY, estas reformas visaram a tornar esses países periféricos mais receptivos ao processo de acumulação do capital mundial, mediante o aumento do acesso do capital da metrópole aos recursos dos mesmos, o que foi feito pelo Estado através de investimentos na infra-estrutura e na reforma da estrutura social e econômica, a fim de facilitar a produção de bens de exportação pela força de trabalho. Resultado deste processo foi a crescente dependência da burguesia local à metrópole e o aumento da importância do Estado no processo de subdesenvolvimento da periferia. Em segundo, essas reformas liberais ocorreram quando certos setores da burguesia local, em face da monoexportação (no caso do Brasil, o café), obtiveram condições econômicas e políticas e poder para realizá-las.

Para essa visão da dependência dos países periféricos, o período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), com as transformações econômicas nos países capitalistas dominantes, traçou o destino daqueles: “*excluiu de forma final e definitiva todas as possibilidades futuras para estas economias no sentido de alcançar quantitativa e qualitativamente a acumulação de capital cumulativa e condenou, como sem esperança, todas as aspirações políticas de suas burguesias ‘nacionais’ - se elas realmente existem – de promoverem o desenvolvimento econômico dentro das fronteiras agora estreitas do modo de produção capitalista nacional (e mesmo estatal) na era do neo-imperialismo*” (André G. FRANK)²⁸⁷.

O Estado periférico, a partir desta leitura, está condicionado a um processo de subdesenvolvimento, que é estabelecido pelas burguesias da metrópole e pelo poder dos Estados metropolitanos, comandados por aquela burguesia, pois são eles que ditam a divisão internacional de trabalho: “*a burguesia local precisa explorar os camponeses e proletários do Terceiro Mundo para mandar o excedente para fora, tendo*

²⁸⁵ Idem, p. 238.

²⁸⁶ Idem, p. 239.

²⁸⁷ Idem, p. 242.

por isso que confiar no Estado, mais do que na hegemonia ideológica, para reproduzir o capitalismo dependente”²⁸⁸.

Nesse cenário, as formas totalitárias de poder nos países do Terceiro Mundo aparecem como consequência natural da conjugação de uma crise mundial no sistema de acumulação capitalista, de uma burguesia local frágil e da disputa dentro das classes dominantes pela participação nos resultados que lhes cabem na divisão internacional do trabalho:

*“Face à crise de acumulação, Frank argumenta, quando as formas democráticas e outras formas do Estado burguês não são mais adequadas a satisfazer as necessidades do capital doméstico estrangeiro, uma coalização capitalista atua para substituir estas formas por regimes autoritários. Ele enfatiza o papel quase determinista das burguesias metropolitanas neste processo, no sentido em que é a crise de acumulação capitalista mundial, guiada por crises nas economias da metrópole, que exige a crescente acumulação de capital no Terceiro Mundo, e daí a redistribuição da produção e a necessidade de impor medidas repressivas nestas regiões”*²⁸⁹.

Para contrapor as semelhanças e divergências, Martin CARNOY analisa a visão de dependência histórico estrutural, encontrada na teoria da dependência formulada por Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO.

Nessa concepção, os movimentos populares desempenham papel mais importante na formação do Estado dependente do que o capital estrangeiro, embora também não seja desconsiderada a influência deste. Assim, para referidos autores, as condições das sociedades periféricas são determinadas não só pelo “*condicionamento estrutural da vida social*”, mas também e principalmente pela “*transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e a luta de classes*” (Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO)²⁹⁰.

²⁸⁸ Idem, p. 242.

²⁸⁹ Idem, p. 243.

²⁹⁰ Idem, p. 244.

Portanto, a conformação dos Estados periféricos não depende apenas da hegemonia econômica da metrópole e das forças sociais externas, mas também dos exemplos históricos de cada um dos diferentes Estados, como a luta de classes locais.

O Estado periférico, nessa ótica, também ocupa posição central, mas “*não apenas como mecanismo da burguesia para apropriação de recursos locais para exportação de capital, mas também como mecanismo de consolidação e reprodução da hegemonia burguesa*”. Portanto, o Estado não é mero instrumento imperialista, como na concepção de André G. FRANK, mas se transforma nesse instrumento apenas quando a burguesia exploradora se torna hegemônica, superando a resistência à dependência.

Os autores dessa teoria da dependência reconhecem que, na América Latina, até 1930, prevaleciam os interesses desta burguesia exportadora, especialmente nos países onde predominava a exportação de bens primários (economia de enclave). Entretanto, assinalam que, a partir daí, em face da crise do capitalismo mundial desenvolvida a partir de 1929, os Estados da América Latina passaram a utilizar tarifas protecionistas, como meio de transferir renda para o setor interno e criar infra-estrutura necessária para indústrias de substituição de importações. As conformações que se seguiram nos países periféricos dependeram das peculiaridades de cada um. Por exemplo, onde a economia de exportação era de controle nacional, os grupos agroexportadores passaram a formar setores industriais, confiando na expansão do mercado doméstico, sendo que o desenvolvimento daí obtido dependeu do jogo de forças entre os novos grupos sociais e os grupos do setor exportador.

Com isso, Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO pretendem demonstrar que a crise econômica mundial refletiu nos países periféricos de acordo com a estrutura de cada um e com os conflitos de classes no interior de cada país. Assim, “*O Estado dependente é situado neste contexto de luta de classes condicionada – condicionada pelas crises e desenvolvimentos no sistema mundial e pelo papel dos setores exportadores na economia nacional*”²⁹¹.

O papel do proletariado também é distinto nessa concepção. A industrialização promoveu o deslocamento de parcelas da população para as cidades, formando “*sociedades urbanas de massa, compostas de um proletariado assalariado e um*

²⁹¹ Idem, p. 249.

setor popular não assalariado”²⁹², com quem os grupos dominantes precisaram negociar. Mesmo sem obter uma base industrial desenvolvida, nesses países, “*o Estado foi a arena de tentativas ideológicas para alcançar um consumo razoável e legitimar o novo sistema de poder com base em um programa de industrialização que oferecesse benefícios para todos*”²⁹³. Mesmo assim, reconhecem os autores da teoria da dependência que “*a posição prévia e real das sociedades dependentes no sistema mundial limitava as possibilidades da economia incorporar as massas através da industrialização, e a possibilidade do Estado incorporá-las politicamente*”²⁹⁴.

A partir dos anos 50, com a procura de novos mercados pelo capital industrial estrangeiro, os novos investimentos deste capital tinham como principal objetivo expandir a produção para aumentar a extensão do mercado. Nas circunstâncias, deixou de ter como finalidade a exploração da força de trabalho do Terceiro Mundo para reduzir custos dos bens de consumo da metrópole, embora este efeito também se tenha produzido.

Esta nova industrialização, que era, como já visto, vinculada às corporações transnacionais e empréstimos estrangeiros, provocou crescimento na produtividade dos Estados periféricos, mas que continuou dependente da importação em larga escala (de padrões de consumo, processos de produção, tecnologia, instituições, insumos de materiais e recursos humanos), adicionando novas dimensões à dependência externa.

Um dos efeitos dessa nova forma de industrialização foi o surgimento de pressões populares por maiores gastos sociais e a crescente participação política das classes subalternas, o que passou a ser legitimado pelo conceito de Nação e gerou o sucesso dos partidos políticos populares.

Esse quadro desencadeou os golpes de estado, que se seguiram em inúmeros países da América Latina de 1964 a 1976. Segundo os autores da teoria da dependência, em exame, esses golpes militares representavam “*marca do terrorismo tecnocrata que tentava “despolitizar” a sociedade em nome da eficiência política, da Nação e da ordem social*”²⁹⁵.

²⁹² Idem, p. 249.

²⁹³ Idem, p. 250.

²⁹⁴ Idem, p. 250.

²⁹⁵ Idem, p. 252.

Dois modelos de Estado dependente são postos para explicar a natureza não-democrática destes regimes autoritários. O primeiro, denominado de “*capitalista de Estado*”²⁹⁶, o Estado, em face da presença de uma burguesia fraca, desempenha papel crescente na produção do Terceiro Mundo, envolvendo-se na distribuição e produção de bens, além de manter relação com a burguesia estrangeira poderosa e com os Estados metropolitanos que as sustentam. O segundo, construído com base na concepção de Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO, é o “*autoritarismo burocrático*”²⁹⁷, no qual o Estado se apresenta como garantidor e organizador da dominação exercida por uma burguesia oligopolizada e transnacionalizada, promovendo, para tanto, mediante coação extrema, o controle dos sindicatos, obstando o acesso ao Estado por partidos políticos e promovendo separação entre Estado e sociedade civil. A legitimação desse regime seria encontrada na expansão econômica e no crescimento do consumo. Assim, “*o setor estatal da economia passa a agir como empresário público, não mais como mentor de uma política populista de distribuição de renda, através de aumento de salário*”²⁹⁸.

Quanto aos motivos que levaram os Estados dependentes a estes regimes autoritários, Martin CARNOY apresenta as distintas formulações desenvolvidas para explicá-los: a) Para André G. FRANK, os regimes autoritários foram necessários para intensificar a acumulação capitalista diante da crise mundial; b) O'DONNELL atribui o regime autoritário à necessidade de reduzir o consumo, estabelecer estabilidade institucional e garantir a ordem política, a fim de atrair o investimento estrangeiro, única forma de aprofundar a industrialização; c) Fernando Henrique CARDOSO reputa que “*é uma resposta à crise provocada no Estado pelos movimentos políticos e pela luta social, antes do golpe militar*”²⁹⁹. Com base em HIRSCHMAN, porém, Martin CARNOY sustenta que fatores ideológicos não podem ser desconsiderados, pois “*a emergência do Estado autoritário-empresarial corresponde em forma e operações ao crescimento das grandes corporações como a forma dominante da organização capitalista*”³⁰⁰, justificando essa assertiva com a seguinte ponderação:

²⁹⁶ Idem, p. 252.

²⁹⁷ Idem, p. 253.

²⁹⁸ Idem, p. 254.

²⁹⁹ Idem, p. 255.

³⁰⁰ Idem, p. 256.

“(...) Poderíamos argumentar que a emergência do Estado autoritário-empresarial corresponde em forma e operações ao crescimento das grandes corporações como a forma dominante da organização capitalista. Num sentido ideológico, o Estado burocrático-autoritário está muito mais adequado para ser o sócio local do capital transnacional do que o estão outras formas do Estado burguês. Os dois juntos tentam continuar o processo de acumulação de capital e do desenvolvimento das forças produtivas nas economias dependentes: existe uma relação de ‘indispensabilidade mútua’ entre o Estado burocrático-autoritário e as corporações transnacionais, uma parceria que possibilita às transnacionais penetrarem nas economias locais em troca de capacidade tecnológica e financeira que possuem, tão vital para o aprofundamento do desenvolvimento industrial e a intensificação do crescimento econômico”³⁰¹.

O autor registra a existência de tensões entre dominação econômica e coerção. A primeira destas tensões ocorre entre o Estado militar e sua base civil na burguesia. O Estado autoritário, por ser também produtor, irá buscar a sua independência, pois quanto mais não depender das empresas transnacionais, mais controle terá sobre os conflitos entre acumulação de capital e as demandas populares.

A segunda tensão decorre da dependência dos Estados autoritários à burguesia financeira da metrópole para qualquer crescimento. Com isto, o Estado torna-se frágil, devendo enfrentar a sua ilegitimidade e a “nostalgia da democracia”.

A terceira tensão está na tendência pela luta em busca da democracia.

Registra, finalmente, que a resistência mais importante está na classe trabalhadora, que se mostra cada vez menos disposta a lutar e morrer pela manutenção e expansão do investimento transnacional.

Este quadro fornecido por Martin CARNOY propicia uma visão ampla da controvérsia que o tema dependência suscita. Entretanto, também permite concluir que, inevitavelmente, o subdesenvolvimento e os graves problemas que afligiram e afligem os países do Terceiro Mundo, tanto de ordem econômica, como política e social,

³⁰¹ Idem, p. 256.

foram influenciados pelo domínio do capitalismo central. A intensidade dessa influência é que suscita a grande polêmica entre os estudiosos.

De outro parte, sem pretender polemizar com as várias visões apresentadas, não parece ser possível, em primeiro, generalizar a intensidade da responsabilidade do capitalismo central sobre os destinos dos diversos países do Terceiro Mundo ou mesmo da América Latina e, em segundo, encontrar o fator de maior influência durante todo o caminho trilhado por cada um dos países dependentes.

A análise comparativa entre os diversos momentos da história brasileira e dos eventos ocorridos na economia central permite inferir que pelo menos a nossa trajetória, especialmente no âmbito que interessa mais de perto para esta pesquisa, foi orientada não por determinado fator, mas pela conjugação de diversos fatores, internos e externos, cujas modulações decorreram da variação da intensidade de influência de cada um deles em cada momento específico.

1.2. As transformações econômicas e políticas e as mudanças no capitalismo central

A discussão teórica exposta no tópico anterior sugere um exercício de aproximação e comparação entre alguns episódios de nossa história e os acontecimentos verificados no capitalismo central.

A partir de 1896, começa a queda do preço do café, o principal produto de exportação brasileiro. A tentativa de valorização desse produto, para manter os lucros, foi promovida por uma “*política de associação com o imperialismo*”, a partir de 1898, através de empréstimos externos, controle interno pulverizado em cada Estado federado, sob o domínio das oligarquias regionais, o que ficou conhecido como “*política dos governadores*”, bem como por uma “*extorsão tributária a que o país jamais assistira*” e a abertura para importações³⁰². Essa política de proteção às oligarquias fomentou o surgimento de resistências nos meios “*onde se faziam sentir com mais profundidade os efeitos de uma política que só beneficiava os senhores de terras*”³⁰³, especialmente na classe média e entre os trabalhadores urbanos. Esta política também

³⁰² Vide Nelson Werneck SODRÉ (Formação histórica do Brasil, p. 332-336), que assim sintetiza este episódio: “A crise de 1898 seria, em suma, o grande negócio da finança internacional; consolidaria a nossa dependência, nada mais se fará sem audiência do imperialismo, e as entradas de capitais estrangeiros, grandes para época, dão um aparente sinal de euforia numa estrutura de produção que, na verdade, se depauperava” (p. 335).

³⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil, p. 335.

favoreceu a expansão territorial do café, que foi uma das bases do processo de industrialização que se seguiu³⁰⁴.

A industrialização, que exerceu papel fundamental na formação política e jurídica de nosso país, iniciou-se, lentamente, com a indústria de substituição e transferência de recursos da agricultura, sendo favorecido pela expansão territorial do café, pela crise que afetou a comercialização desse produto (a produção aumentou e a exportação reduziu), dificuldade de importação, aumento demográfico e do poder aquisitivo³⁰⁵.

Foram as transformações no capitalismo central, todavia, entre 1914 a 1930, que deram o primeiro impulso nesse processo. Com a primeira Guerra Mundial, verificou-se a interrupção do fornecimento externo, o agravamento da crise do café e o aumento dos saldos da balança comercial, o que favoreceu a transferência de recursos para a indústria. O fim da Primeira Guerra Mundial gera efeitos mundiais: entra em cena um risco real para o capitalismo, ou seja, o modelo alternativo implantado na Rússia a partir de 1917; altera-se a forma de ação do capitalismo central, que passa a instalar estabelecimentos industriais no exterior; os EUA passam a assumir a liderança do capitalismo mundial. O Brasil é diretamente afetado por essas transformações: os capitais europeus são substituídos por investimentos e empréstimos norte-americanos; na política, são acompanhadas as orientações dos EUA; estes também passam a dominar o comércio do café e a influir na produção através de financiamentos; aproveitando-se da crise no exterior, o Brasil aparelha-se e impulsiona a sua industrialização, embora sob maciço endividamento³⁰⁶.

Essas transformações econômicas, tanto no cenário mundial como no local, combinadas com o declínio das oligarquias agroexportadoras, com a divisão da classe dominante, com a política fiscal que favorecia a concentração de rendas e a socialização dos prejuízos, afetando principalmente a classe média, com a representação eleitoral viciada, criaram o ambiente propício para a revolta e deflagração dos movimentos que culminaram com a Revolução de 1930³⁰⁷.

³⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 338.

³⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 339-340.

³⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 342, 345-348. 358.

³⁰⁷ Luiz Werneck VIANNA afirma que a década de 20 foi encerrada com o impacto de uma crise de três dimensões: a) a econômica, representada pela lenta e gradual decadência dos negócios agroexportadores do café, combinada com as crises cíclicas do capitalismo agravada em 29; b) política, que ocorria no interior da classe dominante (intra-oligárquica), complementada pela insurreição da juventude militar; c) social,

Na década de 1930, o mundo estava sob os efeitos do período entre guerras, em que se conjugavam as consequências da crise econômica desencadeada a partir de 1929, tanto pelo “*superinvestimento capitalista*” como pelo “*subconsumo proletário nos países dominantes*”, a crise social gerada pela pobreza decorrente da depressão e os efeitos contagiantes do êxito do modelo alternativo implantado na Rússia³⁰⁸. Também nessa fase e como uma de suas seqüelas, instalaram-se regimes totalitários de inspiração fascista.

No Brasil, vivia-se uma fase de recuperação econômica³⁰⁹, mas de instabilidade política, em que conviviam as novas forças que haviam assumido o poder, com base política frágil, as forças antigas, solidamente organizadas, que haviam sido derrotadas, mais os movimentos operários em formação, que continuavam fora do processo. Esta instabilidade, política, refletida no jogo de forças entre o parlamento e o governo³¹⁰, bem como em insurreições³¹¹, com a contribuição da ascensão fascista assistida nos países de economia central, geraram o ambiente propício para o golpe de 1937³¹².

A partir de 1945, encerrada a Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos principais regimes totalitários de inspiração fascista, a Europa ocidental passou a ser reconstruída, e os países capitalistas centrais promoveram a implantação do compromisso fordista e do Estado do bem-estar, com a transferência, já vista, dos custos para os países dependentes, principalmente, através de investimentos e empréstimos.

No Brasil, o modelo totalitário corporativista também não resistiu, sucumbindo diante do influxo de pressões e tensões que se conjugaram naquele momento histórico, destacando-se a mobilização capitaneada pelas economias capitalistas

configurada na organização político-ideológica das classes subalternas, que reivindicavam estrutura alternativa para a sociedade (op. cit., p. 123).

³⁰⁸ HARDT, Michael e NEGRI, Antônio, op. cit., p. 262.

³⁰⁹ Nelson Werneck. SODRÉ anota que em “1933, *entretanto, quando ainda não se haviam manifestado nos Estados Unidos os sinais de recuperação, a renda nacional, entre nós, recomeçava a crescer. Isto provava, com rigorosa clareza, que a recuperação brasileira não foi proveniente de fatores externos, mas de fatores internos, e isto é que caracteriza a forma de reação da economia, aqui, isto é que se apresenta como novo, isto é que define as alterações que vinham em processo e, postas a prova, respondem com extraordinária vitalidade (...)* A demanda interna é, pois, o grande elemento dinâmico que resguarda a economia brasileira” (p. 356). Mais adiante, conclui que com isso “*Ficava claro, embora ainda o povo não tomasse consciência disso, que o processo de intervenção imperialista na economia nacional não desfalcava apenas a classe trabalhadora, mas carreava para o exterior a melhor parcela dos recursos e riquezas do país, retardando a sua capitalização. Os novos fatores, libertos em sua expansão na fase da crise, demonstram a possibilidade de uma capitalização nacional e demonstram ainda que a folga deixada pelo imperialismo é que lhes permitia o avanço.*” ((Formação histórica do Brasil, p. 358).

³¹⁰ A Constituição de 1937 foi a marca desse dissenso.

³¹¹ Entre as quais se destacam a Revolta Constitucionalista de São Paulo e a Intentona de 1935.

³¹² SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil, p. 360.

em favor da democracia e contra o nazifascismo³¹³.

A industrialização, como consequência das políticas econômicas dos países de economia central, foi estimulada pelos investimentos internacionais, endividamento externo e por ações governamentais de fortalecimento do mercado interno e de proteção dos setores produtivos³¹⁴. No campo do emprego, ainda que se identifique expansão na cobertura regulatória de proteção social e trabalhista e “*avanços na organização do mercado de trabalho urbano*”³¹⁵, o Brasil nem de longe acompanhou as políticas de proteção e promoção do emprego que caracterizaram nessa fase os países de economia central³¹⁶.

A década de 1960, no Brasil, foi marcada, inicialmente, pelo avanço dos movimentos operários, estimulados pela industrialização, que foram sufocados em 1964 pelo golpe militar, a partir de quando foram promovidas profundas alterações no sistema regulatório das relações individuais e coletivas de trabalho, reprimidos os movimentos sindicais e desencadeado novo projeto desenvolvimentista, amparado especialmente nas empresas transnacionais e no capital estrangeiro. Estimulou-se à exportação e impuseram-se barreiras à importação. Este momento coincide com a primeira e segunda fases da crise do sistema capitalista central, quanto se buscou solução através da ampliação, por investimentos e empréstimos, da industrialização e da exportação nos países do Terceiro Mundo, a fim de que os recursos daí decorrentes pudessem fazer frente ao endividamento que esses países de economia central contraíram junto à OPEP. Em função disso, “*fomos pressionados a reduzir drasticamente as nossas importações: quando as nossas exportações cresceram 84%, as importações se reduziram em 13%, tudo para abrir espaço ao serviço da dívida externa*”.³¹⁷

No Brasil, na década de 1980, ainda que de forma localizada, ressurgem e se fortalecem os movimentos operários, principalmente na região industrial de

³¹³ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 314.

³¹⁴ POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado, p. 51. O mesmo autor também assinala que o Brasil passou por dois processos de “*internacionalização de sua economia, com consequências inequívocas e não desprezíveis tanto para o conjunto das relações de trabalho quanto para o sindicalismo. O primeiro processo de internacionalização transcorreu durante o governo JK (1951/60), quando o país fundou a etapa de industrialização pesada, sustentada pelo transplante da grande empresa multinacional produtora dos segmentos de bens de capital, intermediários e de consumo durável para o parque produtivo nacional, permitindo rápido crescimento da produção e do emprego assalariado formal*” (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 75).

³¹⁵ POCHMANN, Marcio, idem, p. 50.

³¹⁶ Esse quadro não foi exclusividade do Brasil. Vide Marcio POCHMANN (O trabalho sob fogo cruzado, p. 50).

³¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo, p. 34.

São Paulo. A negociação coletiva ocupou espaço, em movimento inverso do que ocorria nas economias centrais³¹⁸. Ocorreu a redemocratização e a promulgação da nova Constituição Federal em 05-10-88. A economia refletia os efeitos da política até então adotada e das medidas implementadas pelos países de economia central para combater a crise: endividamento em expansão, especialmente em face da elevação da taxa de juros³¹⁹; queda de investimentos, decorrente da saída de recursos³²⁰; conseqüente aumento da inflação.

A expansão do endividamento e o aumento do fluxo de recursos para o exterior, que atingiu toda a América Latina, decorreram principalmente da elevação da taxa de juros, medidas adotadas para conter a crise que atingia, em 1979, a sua terceira fase³²¹. Esta situação levou os países da América Latina, inclusive o Brasil, ao estado de insolvência³²², o que, como visto, ameaçou de colapso a economia mundial³²³, contornada pelo capitalismo central com o corte abrupto dos créditos externos e cobrança enérgica dos empréstimos³²⁴, principalmente, mediante o controle das finanças desses países pelo FMI, que impuseram a adoção de severos e perversos planos de ajustamento econômico. As conseqüências no âmbito do emprego foram desastrosas, com “*desaceleração no ritmo da expansão do emprego assalariado regular e elevação das taxas de desemprego*”, com o conseqüente “*crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal e não-assalariadas*”, piorando o “*padrão de uso e remuneração da força de trabalho*”³²⁵. Os efeitos não foram piores porque foi adotado um programa exportador e

³¹⁸ Alain BIHR associa esse fenômeno ao fato de a organização sindical não se encontrar enquadrada no modelo social-democrata: “*Os únicos exemplos de lutas operárias de massa que tiveram êxito no curso desses últimos anos são provenientes de países onde o movimento operário não era (ainda?) organizado de acordo com o modelo social-democrata: Polônia (1980-1981), Brasil (1982-1984), África do Sul (1984-1986), Coreia do Sul (1987)*” (op. cit., p. 82, nota de rodapé).

³¹⁹ Medida adotada inicialmente pelos EUA em 1979.

³²⁰ Nelson Werneck SODRÉ informa que enquanto os recursos externos giravam entre 2 e 4% do PIB, a exportação de recursos reais correspondia a 3 e 4% do PIB, o que reduziu a taxa de investimento de 22/23% do PIB para 16,6% (A farsa do neoliberalismo, p. 34).

³²¹ Vide Alain BIHR, op. cit., p. 75-76.

³²² Sobre este fato Nelson Werneck SODRÉ registra que: “*a abrupta elevação das taxas de juros, decorrente da crise na economia norte-americana, acarretou a insolvência da dívida da América Latina, dívida que já absorveu cerca de 80% do valor de sua exportação. Na verdade, entre 1982 e 1991, os países latino-americanos transferiram ao exterior cerca de 200 bilhões de dólares. Só para dar idéia da grandeza de tal sangria, é interessante lembrar que correspondia ao dobro da doação dos Estados Unidos à Europa Ocidental, pelo Plano Marshall*” (A farsa do neoliberalismo, p. 35).

³²³ Como já mencionado no primeiro capítulo desse estudo, referência a este fato é encontrada em Alain BIHR, op. cit., p. 77. No mesmo sentido, vide Nelson Werneck SODRÉ, A farsa do neoliberalismo, p. 35.

³²⁴ Nelson Werneck SODRÉ, idem, p. 34-35.

³²⁵ POCHMANN, Marcio, O trabalho sob fogo cruzado, p. 52. O mesmo autor também assinala: “*Durante a década de 1980, os países latino-americanos adotaram um verdadeiro programa de substituição de importações, como decorrência do receituário das agências multilaterais orientado para a geração de*

de substituição de importações, o que “*impediu uma drástica queda na geração de postos de trabalho*”³²⁶.

A partir da década de 1990, os países da América Latina foram compelidos a nova mudança de rumo, voltada a seguir o receituário neoliberal, reproduzindo o modelo preconizado pelas economias centrais, onde se inclui o rigoroso controle da inflação, a privatização, a abertura ao mercado internacional, a desregulamentação e a especialização da economia, medidas que, apesar de provocarem o retorno ao processo de endividamento, não proporcionaram a ampliação da capacidade produtiva, agravando apenas a dependência³²⁷.

Portanto, o controle da inflação, tão decantado como o grande feito da política econômica nacional da década de 1990, nada mais representou do que medida adotada dentro do modelo traçado pelo capitalismo central para os países devedores, o que não foi implantado só pelo Brasil, mas pela maioria dos países da América Latina.

Por sinal, sobre a inflação no Brasil, Perry ANDERSON fornece interessante relato:

“Recordo-me de um conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista

saldos na balança comercial, pelo menos, suficientes ao pagamento do serviço das dívidas externas dos países latino-americanos”, o que acarretou “estagnação produtiva e altas taxas de inflação em alguns países da região” (idem, p. 55).

³²⁶ Idem, p. 72.

³²⁷ Marcio POCHMANN afirma que “(...) com substancial mudança nas condições internacionais – a partir de então mais satisfatórias ao reingresso voluntário de recursos externos às economias periféricas emergentes -, foram implementados novos programas de ajustes macroeconômicos, caracterizados por: abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar, privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros. Estava aberta, no início dos anos 90, uma outra alternativa para as economias latino-americanas de sentido completamente inverso ao que havia sido percorrido durante os anos 80.” Mais adiante acrescenta: “Depois de dez anos de restrições, criaram-se condições objetivas para o retorno ao processo de endividamento externo em vários países latino-americanos, fundamentado no maior interesse do capital externo em adquirir parcelas do patrimônio nacional (privatização de empresas estatais e venda de ações de empresas privadas) e na valorização financeira permitida por diferenciais de taxas de juros (interna/externa); ou seja, não tem sido expressivo o ingresso de recursos externos de longo prazo assentado em investimentos produtivos e, por consequência, em ampliação da capacidade produtiva. Nesse processo recente, as economias latino-americanas tornaram-se mais dependentes e subordinadas aos mercados financeiros internacionais” (O trabalho sob fogo cruzado, p. 52). O mesmo autor também identifica esse

destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava – mas uma taxa de inflação demasiada baixa. “Esperamos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as conseqüências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano”³²⁸.

Os efeitos dessas medidas sobre a economia, o campo social e o mercado de trabalho foram avassaladores.

A cadeia produtiva foi desestruturada; grande parte do patrimônio nacional foi transferido para o capital estrangeiro, não só com as privatizações, mas também com a venda de indústrias, empresas comerciais e entidades financeiras, promovidas através de generosos financiamentos do BNDS; atravessou-se longo período de estagnação.

No campo social, os programas de proteção social foram deteriorados, com redução da extensão e de recursos, bem como com a alteração de suas finalidades: *“o fortalecimento de programas assistenciais influenciou a mudança na composição do gasto social, com a elevação dos recursos nas áreas assistenciais e redução em áreas universais (educação e saúde)”³²⁹.*

O mercado de trabalho foi desestruturado. Além do deslocamento para o setor terciário³³⁰, a tendência que vinha prevalecendo entre as décadas de 30 e 80, de ampliação dos empregos assalariados formais, inverteu-se³³¹. Ademais, o desemprego sofreu crescimento progressivo, assim como a subutilização da força de trabalho³³².

Ao longo destas transformações, sob a influência das várias

período como o “segundo processo de internacionalização da economia nacional” (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 76).

³²⁸ op. cit., p. 21-22.

³²⁹ POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado, p. 52.

³³⁰ Idem, ibidem, p. 71.

³³¹ Marcio POCHMANN registra que “de cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro” (idem, p. 72-73).

³³² Idem, ibidem, p. 75 e 84.

forças que nela atuaram e que dela resultaram, o sistema trabalhista e sindical foi e está sendo modelado.

2. O sistema sindical no Brasil

Uma vez ilustradas as bases sobre as quais a moldura jurídica sindical e trabalhista foi construída e vem sendo aplicada, dentro da proposta deste estudo, cumpre direcionar a investigação sobre o processo de sua modelagem, tentando desvendar os seus sentidos e significados.

2.1. A formação

Por se mostrar mais adequada para os propósitos deste estudo, o resgate da formação do sistema sindical e trabalhista se fará a partir da periodização e investigação de Luiz Werneck VIANNA³³³.

A formação do sistema trabalhista e sindical no Brasil está diretamente relacionada com o processo de industrialização e com a conseqüente utilização da mão-de-obra urbana. Tanto é assim que, até 1889, a ação operária e sindical era livre³³⁴, justamente porque não havia interferências na regulação do trabalho.

Nesta fase, os movimentos coletivos de resistência não tinham expressão, especialmente diante da utilização da mão-de-obra escrava³³⁵ e da exploração econômica preponderantemente rural, em que a força de trabalho era mantida sob eficiente controle³³⁶.

Proclamada a República³³⁷, instalou-se governo provisório, marcado pelo conflito de forças entre as classes dominantes, especialmente polarizadas entre os que defendiam a industrialização e aqueles representantes das oligarquias agro-exportadoras. Este conflito resultou na confrontação entre centralização e federalização, ortodoxia individualista (liberalismo) e regime de participação ampliada, com a cooptação da classe operária através de legislação social (não liberal).

A conseqüência foi a proposição e a adoção de medidas contraditórias. Mas os titulares do governo provisório, militares, evidenciavam clara opção pela orientação não liberal. Tanto é assim que foi nesse período que ocorreu a primeira

³³³ Op. cit., p. 65-68.

³³⁴ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 65.

³³⁵ O Brasil foi o último a promover a abolição da escravatura.

³³⁶ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 108.

tentativa, ainda que frustrada, de criação de legislação social. Benjamin Constant apresentou projeto regulador do trabalho, compreendendo salários, jornada, descanso semanal, férias, aposentadoria, dispensa dos operários. Foi aprovado, ainda, o Decreto 1.313, de 17-01-1891, regulamentando o trabalho do menor, que previa condições de higiene e jornada, proibindo o desempenho de atividades insalubres e perigosas, a limpeza e condução de máquinas em movimento, o trabalho ao lado de rodas, engrenagens e correias, bem como o esforço excessivo. O Código Penal de 1890, em seus artigos 205 e 206, na linha de ortodoxia liberal, tipificava como ilícito a greve. Entretanto, seis dias antes de entrar em vigor, referidos artigos foram derogados pelo Decreto nº 1.162, de 12-12-1890³³⁸.

Nesta época se registrou também aumento significativo da população e do número de estrangeiros no nosso país³³⁹, o que representou, como se verá, fator importante na construção da formação da consciência operária.

A Constituição promulgada em 24-02-1891 pôs fim a esse segundo momento, fazendo clara opção pelo modelo individualista e político-liberal, especialmente quando consagrou o estatuto liberal através do artigo 72, § 24, princípio fundamental do período, excluindo o mercado de trabalho de qualquer influência política ou de organização social³⁴⁰: *“é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”*.

Assim, o interregno de 1891 a 1919³⁴¹, foi caracterizado pela ortodoxia liberal, modelo adequado aos interesses da ordem oligárquica, que compreendia a autonomia dos Estados (federação), regulação privada, inclusive das relações de trabalho, através de um diploma legal liberal-individualista positivista (o Código Civil aprovado em 1916 após longa tramitação). Durante os quase trinta anos desse período não houve edição de qualquer legislação federal regulando o mercado de trabalho.

Entretanto, reflexo do movimento operário local e mundial, com o fim de institucionalizar as organizações nascidas da própria prática operária³⁴², em 05-02-1907, o Decreto nº 1.637 assegurou o direito de associação para todos os *“profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais”*,

³³⁷ Como consequência dos movimentos revolucionários que contaminavam a Europa.

³³⁸ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 74-75.

³³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil, p.337.

³⁴⁰ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 76.

³⁴¹ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 46-61.

³⁴² Idem, ibidem, p. 80.

elegendo como objetivo a “*defesa e desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros*”³⁴³. Estes organismos estavam livres da intervenção estatal, podendo ser criados independentemente de autorização, bastando apenas registrar os seus estatutos, encaminhar a relação de seus membros e da diretoria e se pautarem pelos princípios da harmonia entre o capital e o trabalho³⁴⁴.

A tensão criada por esta duplicidade de tratamento legal, agravada pela postura dos empregadores, que apegados ao modelo liberal individualista, não aceitavam contratar coletivamente, bem como fomentada pelos acontecimentos na Europa e nos EUA, geraram ferozes conflitos. Ciclo intenso de greves se iniciou em 1901, agravando-se em 1917 e 1919: “*originariamente motivadas por meras questões salariais, logo combinará a reivindicação econômica com a exigência de um direito fundamental do trabalho (jornada de trabalho, seguro contra acidentes, aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor, da mulher, férias, horas extras etc)*”³⁴⁵.

A medida que o Estado encontrou para tentar solucionar esses graves e intensos conflitos foi cooptar politicamente a classe operária através da sua oficialização. Organizou o 4º Congresso Operário, em 1912, implementou obras assistencialistas e provocou a criação de sindicatos ligados ao governo, caracterizados pelo “apartidismo”, “apoliticismo” e “desideologização da práxis operária”: “*o apoliticismo de fachada apenas dissimula a proposta política*”³⁴⁶.

O objetivo dessas medidas era conduzir o movimento operário para reivindicar o intervencionismo estatal, através da produção legislativa, com o que se visava a obter o desengajamento político do movimento operário em troca de direitos elementares de proteção³⁴⁷.

³⁴³ Observe-se que essa não foi a primeira regra legal a tratar de sindicatos no Brasil. O Decreto nº 979, de 06-01-1903, já “*facultava aos profissionais da agricultura e industriais rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses*”. Entretanto, os sindicatos referidos no Decreto de 1903 nada tinham em comum com os movimentos operários. Tratava-se de entidades organizadas entre os profissionais da agricultura e as indústrias rurais, com a finalidade de intermediar créditos, adquirir instrumentos para exploração agrícola e promover a venda dos produtos de sua exploração (art. 9º).

³⁴⁴ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 80. Luiz Werneck VIANNA observa que, com esse Decreto: “*rompia-se um flanco na rígida disposição da ordem liberal. O individualismo legal, pressuposto teórico contratualista para as relações de trabalho, conforme a Carta de 91 e o Código Civil de 1916, passará a conviver no mundo real com formas heterodoxas do liberalismo. Um dos parceiros do contrato de trabalho – o assalariado – terá admitida a possibilidade de se converter num ente coletivo. A ordem assume uma duplicidade básica. Pela lei, quem está dotado da aptidão para contratar é o operário isolado, mas, ao se permitir a organização sindical, faculta-se a viabilidade prática desse comparecer no mercado como categoria social*” (op. cit., p. 80).

³⁴⁵ Idem, ibidem, p. 81.

³⁴⁶ Idem, ibidem, p. 84-86.

³⁴⁷ Idem, ibidem, p. 86-87.

Esta fórmula, tentada nesse momento, foi justamente a mesma, depois de aprimorada, implantada, daí com êxito, a partir da década de 1920, vindo desde então sendo sofisticada, até se transformar no modelo sindical brasileiro, que ainda sobrevive até os nossos dias.

A proposição estatal naquele momento não foi aceita, sendo que sua imposição não foi fácil, encontrando muita resistência e obstáculos. O período foi marcado por vários conflitos.

No período de 1912 a 1913, além de inúmeras greves deflagradas, o movimento operário realizou o segundo Congresso, que repudiou como “*da burguesia exploradora*” o Congresso oficialista de 1912. Foi editado, ainda, o Decreto Legislativo nº 2741, de 01-01-1913, o qual, visando às lideranças do movimento operário, permitia a expulsão de estrangeiros “*politicamente indesejáveis*”³⁴⁸.

A primeira Guerra Mundial de 1914 contribuiu para disseminar a consciência operária³⁴⁹, pois os trabalhadores no Brasil, influenciados por manifestações em outros pontos do mundo, passaram a denunciar o caráter classista do conflito e a formular propostas para seu encerramento mediante a ação revolucionária dos operários³⁵⁰.

A partir de 1917, as greves retornaram e se generalizaram, consolidando-se no movimento operário a reivindicação pela mudança da ordem legal, com uma legislação para o trabalho: “*Menos difusamente, e agora elevados a nível de consciência, o movimento operário toma como referência o Estado e a ordem legal, intentando compeli-los à inovação e à mudança*”³⁵¹.

O período de 1919 a 1930, que se refletiam os efeitos das transformações econômicas, do declínio das oligarquias agro-exportadoras, da divisão da classe dominante e da política fiscal concentradora de rendas, também foi marcado pelo fim formal do princípio liberal contratualista-individualista.

O movimento operário e sindical mantinha a mesma

³⁴⁸ Idem, ibidem, p. 88. Esta medida legal demonstra a importância que teve o aumento dos imigrantes europeus na formação da consciência operária no Brasil. Os imigrantes traziam os ideais dos movimentos operários desenvolvidos nos países de economia central, inspirando os trabalhadores brasileiros e normalmente liderando as organizações sindicais. Como se verá, a limitação desta influência foi uma constante na legislação brasileira a partir daí.

³⁴⁹ Que, como visto, produziram revoluções populares e a adoção de Cartas Constitucionais com significativos avanços sociais.

³⁵⁰ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 88.

³⁵¹ Idem, ibidem, p. 90.

intensidade da ação reivindicadora, estimulada, agora, também, pela atuação política e ampliação dos direitos de cidadania da classe operária. O sindicato mantinha-se livre e autônomo. O mercado passa sofrer a influência não só da classe operária, mas também do Estado.

Em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes, o Brasil se obriga a adotar as recomendações em favor dos trabalhadores.

Em 03-09-1926, foi aprovada extensa Emenda à Constituição de 1891, com a qual é decretado o fim institucional do modelo contratualista-individualista. Referida Emenda introduz, através da alteração promovida no inciso 28 do art. 34, a competência exclusiva do Congresso Nacional para “*legislar sobre o trabalho*”. Entretanto, preservando o propósito de controlar a influência dos estrangeiros nos movimentos sindicais, a mesma Emenda acresce o § 33 ao art. 72, que passa a prever que: “*É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República*”.

São aprovadas várias leis regulando as condições de trabalho (acidente de trabalho, aposentadoria dos ferroviários – Lei Eloi Chaves -, férias, código dos menores), apesar das resistências dos empregadores³⁵². Configurava-se o Direito do Trabalho no Brasil: “*O ano de 1926 termina com boa parte das condições de trabalho recoberta pela lei*”³⁵³.

Se o período pré-revolução se destacou pela regulação protecionista das relações individuais do trabalho, o período pós-revolucionário pode ser identificado como de aprimoramento dos mecanismos de controle dos movimentos operários.

Como se viu, na década de 1930, conviviam elementos de influência externos (fim do primeiro conflito mundial, crise econômica, êxito do modelo alternativo implantado na Rússia, fortalecimento de regimes totalitários de inspiração fascista), com um cenário interno politicamente complexo e instável, aliando-se à

³⁵² Luiz Werneck VIANNA informa, por exemplo, que a Lei de Férias (Decreto de 17.496, de 30-10-26) foi repudiada pelas associações empresariais paulistas, através de relatórios encaminhados para o Conselho Nacional do Trabalho. Em um desses relatórios, transcrito pelo autor, consta como motivação para repudiar a medida legal o seguinte argumento: “*Ele (o operário de fábrica) não tem o culto do lar, como ocorre nos países de climas inóspitos e padrão de vida elevado. Para nosso proletário, para o geral do nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará com frequência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta*” (op. cit., p. 115).

intensificação do crescimento industrial. Os movimentos operários estavam em formação, mas ocupando espaço e relevância, mormente diante do avanço da industrialização.

Com o objetivo de controlar, através da oficialização, esses movimentos operários, o Governo Provisório de Getúlio Vargas adotou diversas medidas legais, merecendo destaque as seguintes:

a) Decreto nº 19.433, de 26-11-1930

Através deste decreto foi criado o Ministério do Trabalho, cuja finalidade era controlar e fiscalizar os sindicatos.

b) Decreto nº 19.770, de 19-03-1931

Este decreto tinha como objetivo *“regular a sindicalização das classes patronais e operárias”*.

Interessante observar que essa regra legal não suprimia a sindicalização facultativa e nem obstava a criação de sindicatos à sua margem, mas utilizava-se de engenhoso artifício para enquadrar as organizações sindicais dentro dos padrões oficiais, nela também estabelecidos. Veja-se como esse artifício foi utilizado no art. 1º:

“Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições”.

Assim, de acordo com este dispositivo, os sindicatos poderiam ser constituídos por quem desejasse e da forma que se quisesse. Porém, para que se beneficiassem das prerrogativas previstas no decreto em análise e pudessem defender os seus interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais perante o Governo e o Ministério do Trabalho, as classes patronais e operárias deveriam organizar sindicatos com

³⁵³ Idem, ibidem, p. 93.

base nas profissões idênticas, similares ou conexas que exerciam e observar as condições nele também estabelecidas.

As condições que deveriam ser observadas para o sindicato desfrutar das prerrogativas denunciavam não só a parcela do fenômeno social que a regra legal pretendia recepcionar (moldurar), mas principalmente o que estava objetivando marginalizar (excluir, afastar) das relações coletivas de trabalho: ter entre a totalidade dos associados a maioria de dois terços, pelo menos, de brasileiros natos ou naturalizados (alínea *b* do art. 1º); ter nos cargos de administração e de representação também brasileiros natos ou naturalizados e, ainda, com no mínimo 10 anos de residência no país, só se admitindo estrangeiros em número “*nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, 20 anos*” (alínea *c*); abstenção de “*qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso*” (alínea *f* do art. 1º); não se associar, individual ou coletivamente, a sindicatos internacionais ou entidades congêneres, fora do território nacional, salvo, neste caso, mediante prévia autorização do Ministro do Trabalho (art. 12).

Os mecanismos de controle desses sindicatos oficiais também estavam previstos na regra legal: os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, quando adquiririam personalidade jurídica (art. 2º). Mas para isso deveriam obter aprovação, por aquele Ministério, de seus estatutos, os quais, por sua vez, deveriam observar também diversas formalidades (art. 2º, § 1º). Os sindicatos reconhecidos, ainda, deveriam apresentar relatórios anuais (art. 4º).

Os benefícios que os sindicatos oficiais e seus associados desfrutariam estavam arrolados em diversos artigos do Decreto, entre os quais se destacam: a faculdade de firmarem ou sancionarem convenções ou contratos coletivos dos seus associados, com outros sindicatos, com empresas e patrões (art. 7º); proteção aos empregados que se associavam aos sindicatos oficiais, consistente em vedação de dispensa, suspensão ou rebaixamento de categoria ou salário (art. 13); proteção aos empregados eleitos para cargos de administração e representação (art. 14).

Como sublinhado, a legislação em exame previa a negociação coletiva com eficácia restrita aos empregados sindicalizados. Portanto, o reconhecimento do direito à negociação coletiva no Brasil nasceu como um dos estímulos à sindicalização em organizações oficiais de trabalhadores, justamente porque esta sindicalização ainda não era obrigatória.

O decreto em exame, que já naquela época fazia clara opção pelo sindicato único, visava, conforme Luiz Werneck VIANNA, a “*disciplinar o trabalho como fator de produção*”, “*vedar a emergência de conflitos classistas, canalizando as reivindicações dos grupos sociais envolvidos para dentro do aparato estatal*” e a desmobilizar as lideranças sindicais que, como visto, tinham preponderantemente origem estrangeira³⁵⁴.

c) Decreto nº 21.396, de 12-05-32

Este decreto criou as comissões mistas de conciliação, voltadas para “*dirimir os dissídios entre empregadores e empregados*” nas localidades “*onde existirem sindicatos ou associações profissionais de empregadores ou empregados, organizados de acordo com a legislação vigente*” (art. 1º), das quais participavam sem remuneração (art. 6º) um presidente nomeado pelo Ministro do Trabalho e representantes dos empregados e empregadores, de forma paritária, sorteados a partir de lista elaborada “pela respectiva classe” (art. 2º e parágrafos).

Essa medida representava o ensaio para posterior instituição do poder normativo, pois visava a solucionar os dissídios coletivos mediante intervenção externa, antes que se transformassem em conflitos mais radicais, com o uso de instrumentos de pressão, como a greve.

Por sinal, conforme informa Luiz Werneck VIANNA, a extensão da intervenção das comissões foi ampliada por sugestão dos órgãos de classe patronal, aos quais, a partir da Revolução de 30, passaram a ser previamente submetidas todas as propostas de legislação trabalhistas³⁵⁵. Na proposta original, concebida no Governo Provisório, as comissões teriam a incumbência de dirimir dissídios “*referentes à execução de convenções coletivas de trabalho*”. Com a intervenção dos órgãos patronais, as comissões passaram a ter a incumbência de “*dirimir os dissídios entre empregadores e empregados*”³⁵⁶.

O art. 11 do Decreto previa que a comissão poderia ser convocada por qualquer das partes interessadas, ou “*por iniciativa dos respectivos presidentes ou da maioria dos vogais*”. Segundo os artigos 13 e 14, à comissão incumbia apenas a tentativa de conciliação e, não obtendo êxito, propor a solução arbitral. Recusada

³⁵⁴ Ibidem, p. 184.

³⁵⁵ Idem, ibidem, p. 216.

por qualquer das partes ou por ambas a solução arbitral, o dissídio coletivo seria submetido ao Ministério do Trabalho para solução (art. 15).

O Decreto ainda cominava multa ao empregador que promovesse a suspensão do trabalho por motivo do dissídio (art. 16), bem como autorizava a sumária suspensão ou dispensa dos empregados que abandonassem o local de trabalho sem a prévia tentativa de entendimento, praticassem ato de indisciplina, dificultassem a solução do dissídio ou se esquivassem a cumprir o acordo ou a decisão adotada (art. 17).

d) Decreto nº 21.761, de 23-08-1932

Este decreto visou a instituir “*a convenção coletiva de trabalho*”.

Concebia a convenção coletiva de trabalho, como o ajuste que poderia ser celebrado “*entre um ou vários empregadores e seus empregados, ou entre sindicatos ou qualquer outro agrupamento de empregadores e sindicatos, ou qualquer outro agrupamento de empregados*” (art. 1º). Assim, por esse regulamento, não se tratava de prerrogativa exclusiva das entidades sindicais, podendo ser celebrado inclusive diretamente pelos empregados ou por associação de empregados.

Já previa o registro do instrumento no Ministério do Trabalho (art. 2º), a obrigatoriedade compulsória para os convenientes (art. 5º), da qual, entretanto, poderia se desonerar o “*componente de um sindicato ou de qualquer outra associação que não haja concordado em ratificar uma convenção*”, mediante pedido de exclusão no prazo de dez dias da data da realização da assembléia (§ 2º, do art. 5º). O conteúdo estava previsto no art. 6º e demonstrava que a intenção era ampliá-lo:

“Art. 6º *As convenções coletivas devem conter, obrigatoriamente:*

- a) a designação precisa dos convenientes;*
- b) o serviço ou os serviços a serem prestados e as categorias de empregados que os prestarão;*
- c) o local ou os locais do trabalho, a fixação dos salários ou ordenados e a forma do seu pagamento – se por unidade de tempo ou de obra, por tarefa ou qualquer outra maneira;*

³⁵⁶ Idem, ibidem, p. 187.

- d) a duração do ajuste, que pode ser determinada, indeterminada ou para especificado serviço;*
- e) a forma e condições para a rescisão, revogação ou alteração da convenção”.*

Desde que não extrapolasse o prazo de quatro anos (§ 2º, do art. 7º), a vigência desses instrumentos coletivos poderia ser estipulada pelos convenientes, prevalecendo na omissão o prazo de um ano (art. 7º). Ainda assim, se não houvesse manifestação da intenção de denúncia até 30 dias do prazo previsto para o seu término, prorrogar-se-ia tacitamente (§ 2º, do art. 7º).

O art. 9º do Decreto previa a possibilidade de suspensão temporária ou definitiva das convenções coletivas por decisão das comissões de conciliação. O art. 11, por seu turno, possibilitava, por ato do Ministro do Trabalho, a extensão dos efeitos de uma convenção coletiva, celebrada por três quartos dos empregadores ou empregados do mesmo ramo de atividade profissional, para os “*demais empregadores e empregados do mesmo ramo de atividade profissional e em equivalência de condições*”, dentro do mesmo Estado ou Município em que foi celebrada.

e) Decreto nº 22.132, de 25-11-1932

Este decreto instituiu as Juntas de Conciliação e Julgamento para dirimir os conflitos individuais entre empregado e empregador. Foi a origem administrativa da Justiça do Trabalho, bem como introduziu o rito para a tramitação das reclamações, que se transformou no atual procedimento judicial trabalhista.

O art. 1º delimitava o campo de atuação dos órgãos então criados: dirimir “*os litígios oriundos de questões de trabalho, em que sejam partes empregados sindicalizados, e que não afetem a coletividade a que pertencem os litigantes*”. Portanto, visavam a atender os empregados sindicalizados, sendo que esta condição ficou dispensada no primeiro ano de vigência da regra (art. 30).

Como se verifica desses exemplos legislativos, no interregno de 1930 a 1934, junto com o crescimento industrial, foram plantadas as bases sobre as quais foi forjada a estrutura sindical, cujos principais fundamentos até hoje ainda se encontram preservados. Sua função foi controlar o movimento operário e restringir a

autonomia de suas organizações. Ainda que não idealizada pela burguesia e construída sob um discurso corporativista e de defesa da classe trabalhadora, a estrutura sindical contou com o apoio da classe patronal, evidenciada na intensidade de sua adesão aos sindicatos oficiais³⁵⁷. Um dos fatores que permitiu esse apoio foi justamente a limitação da autonomia coletiva, como demonstra essa avaliação de Luiz Werneck VIANNA:

“Está vista a aceitação patronal da estrutura sindical, expressa empiricamente na sua adesão, num momento em que as classes subalternas se mostravam capazes de fazer refluir o nível do enquadramento sindical. Não obstante, essa orientação empresarial exigia uma contrapartida, da qual não abrirá mão nem após 1937: a questão salarial seria expurgada do mercado, consistindo num affaire monopolístico do Estado. Recusava-se as convenções coletivas do trabalho, que, mesmo sob regime corporativo-autoritário, fossem quais fossem as limitações, implicavam em relativo êxito para as pressões econômicas do sindicalismo organizado.

*O Estado jamais abdicará desse instituto, seja na Carta de 34, na de 37 ou na CLT, encontrando seus melhores defensores em Oliveira Viana e Francisco Campos, especialmente naquele. A realização da ideologia corporativa demandava sua implementação, escapando o Estado da incômoda posição de regulamentar sozinho o valor da força de trabalho no mercado, para marcar sua postura de benefactor. Contudo, nunca logrará êxito na sua efetivação. Os empresários, com a eficácia da sua recusa em admiti-lo, forçam por converter o Estado Corporativo num Estado Autoritário modernizante, a fim de inibir e reprimir a vida associativa operária e se tornar o único protagonista a agir no mercado”*³⁵⁸.

Como dito, todavia, o sistema ainda não estava completo, tendo sido plantadas apenas as suas bases, insuficientes ainda para conter a mobilização do movimento operário. Ademais, outros obstáculos existiam pela frente.

O período de 1934 a 1935 representou a exacerbação dos dissensos existentes entre as classes dominantes e da instabilidade política, o que ficou

³⁵⁷ Vide Tabela reproduzida por Luiz Werneck VIANNA (op. cit., p. 183).

³⁵⁸ Idem, p. 187-188.

manifesto na legislação editada e criou o ambiente propício para o desfecho que já se prenunciava.

Diante das pressões que estava sofrendo, o Governo Provisório convocou Assembléia Constituinte e se comprometeu a realizar eleições.

No jogo de forças que se estabeleceu, na Assembléia Constituinte, favorecidas pelo dissenso e instabilidade do momento, acabou prevalecendo uma coligação entre correntes de concepções antagônicas (o autoritarismo católico e o liberalismo agrário), mas que se uniam por um objetivo comum: “*debilitar a capacidade do Estado nas relações com a sociedade civil*” e “*impedir o desenvolvimento livre e unitário das classes subalternas*”³⁵⁹.

Fruto dessa coligação, nasce a Constituição de 1934, que assimilou alguns conteúdos das Constituições do México e de Weimar, mas sem deixar de preservar questões fundamentais às concepções vitoriosas, como, por exemplo, a ampla garantia da propriedade (art. 113, item 17), bem como a exclusão da imediata aplicabilidade das regras trabalhistas protecionistas e de sua incidência para o trabalhador rural, o que antes se encontravam previstos no anteprojeto encaminhado pelo Governo Provisório.

Daí se explica a consagração, pelo texto daquela Constituição, da pluralidade e da autonomia sindical³⁶⁰, o que vinha de encontro ao que se estava tentando implantar desde o início da década. Não obstante, o texto constitucional não assegurava o direito de greve.

Contudo, o efeito da Constituição de 34, no que diz respeito à estrutura sindical, foi, pelo menos formalmente, anulado, eis que o Governo Provisório, quatro dias antes da sua vigência, editou o Decreto nº 24.694, de 12-07-1934, onde foi ratificado o sistema implantado pelo Decreto nº 19.770 de 1931, embora com técnica distinta, que indicavam a sua natureza impositiva e denunciavam o seu caráter totalitarista.

³⁵⁹ Idem, ibidem, p. 242-243.

³⁶⁰ O art. 120 da Constituição de 34 estipulava: “*Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei. Parágrafo único. A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos*”. O art. 121 previa em seu caput: “*A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País*”. A alínea j desse artigo garantia o “*reconhecimento das convenções coletivas de trabalho*” e o § 4º excluía o trabalho rural da incidência da regulamentação trabalhista comum: “*O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas*”.

Inicialmente, no preâmbulo, dispunha que o Decreto visava a “*subordinar os sindicatos profissionais às disposições seguintes*”. No seu corpo, inverteu a ordem da regulamentação anterior, iniciando pela instituição dos sindicatos: “*Ficam, pelo presente decreto, instituídos os sindicatos como tipos específicos de organização das profissões que, no território nacional, tiverem por objeto a atividade lícita, com fins econômicos, de qualquer função ou mister*” (art. 1º).

No art. 5º relacionou os requisitos para “*constituição e reconhecimento*” dos sindicatos, onde se incluíam a reunião de associados que “*representam, no mínimo, um terço dos empregados que exerçam a mesma profissão na respectiva localidade*” e “*o exercício dos cargos de administração e de representação por brasileiros natos ou por naturalizados com mais de 10 anos de residência no Brasil*”. Manteve o condicionamento à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho e os privilégios dos empregados sindicalizados.

No interregno de 1934 a 1945 foram colhidos os resultados do dissenso, da fragilidade política e da rebeldia institucional contra a Constituição vigente.

Os sindicatos independentes, que se formavam à margem da moldura oficial, não se intimidaram. Ao contrário, aproveitando-se da “*brecha*” institucional, passaram a ampliar sua atuação, concorrendo com o Ministério do Trabalho na organização coletiva dos trabalhadores³⁶¹.

A expansão da organização operária independente fez com que as correntes aliadas na Assembléia Constituinte reflúissem, tanto nas posições que fizeram prevalecer na Constituição de 1934, como na oposição à implantação do Estado autoritário corporativo.

O Governo Provisório, fortalecido, impõe medidas de exceção³⁶² e usa a força para dominar os movimentos operários, fechando sindicatos autônomos e prendendo suas lideranças, agora com o apoio das classes dominantes unidas: o Capital aceita a legislação social e o totalitarismo como remédio contra o comunismo³⁶³.

³⁶¹ Luiz Werneck VIANNA assinala: “*Do litígio entre vontade do Estado e a Constituição resultará uma brecha que, na prática, possibilitará uma relativa autonomia dos sindicatos frente ao Estado. A intensificação da vida sindical e operária, aproveitando-se das condições institucionais favoráveis, logo provocará a reunião, sob a palavra de ordem do sindicalismo corporativista, de todas as facções das classes dominantes, inclusive os liberais*” (idem, p. 247).

³⁶² Através do decreto legislativo nº 06, de 18.12.35, equiparou a situação a estado de guerra, emendando a Constituição, o que se prorrogou até o golpe de 1937.

³⁶³ Os trechos de editoriais do jornal O Estado de São Paulo, porta voz do liberalismo, reproduzidos no preâmbulo desse capítulo, bem demonstram a mudança do discurso da classe dominante.

As medidas de força surtiam os seus efeitos e o movimento operário rebelde é sufocado. O Estado assume o formato corporativo, passando a atuar de modo regulador e disciplinador sobre todos os fatores envolvidos no mercado.

Implantava-se o Estado Novo.

A Constituição de 1937, outorgada sob esta inspiração, elevava ao nível constitucional o modelo de organização sindical que vinha sendo desenhado desde o início da década. Dizia o art. 138:

“A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público”.

Observe-se que a sindicalização individual permanecia facultativa e era possível, ainda que só na aparência, a constituição de organizações sindicais à margem dos sindicatos oficiais. A regra, ainda, previa que os sindicatos eram órgãos de delegação do poder público.

A maior novidade do texto constitucional de 1937 estava na ênfase dada ao contrato coletivo de trabalho. O art. 138 já ressaltava a possibilidade de os sindicatos oficiais celebrarem contratos coletivos, os quais seriam obrigatórios para todos os associados³⁶⁴.

O art. 137 da Constituição previa o conteúdo mínimo da legislação do trabalho, incluindo em suas duas primeiras alíneas as seguintes disposições sobre os contratos coletivos de trabalho:

“a) os contratos coletivos de trabalho concluídos pelas associações, legalmente reconhecidas, de empregadores, trabalhadores,

³⁶⁴ Note-se que o art. 137 também previa a aplicação dos acordos coletivos para aqueles que as associações “representam”, ou seja, os associados, eis que ainda era livre a sindicalização. Assim se mostra equivocada a afirmativa de Amauri Mascaro NASCIMENTO no sentido de que, “*Quanto às convenções coletivas de*

artistas e especialistas, serão aplicados a todos os empregados, trabalhadores, artistas e especialistas que elas representam;

b) os contratos coletivos de trabalho deverão estipular obrigatoriamente a sua duração, a importância e as modalidades do salário, a disciplina interior e o horário do trabalho”.

Logo, a obrigatoriedade prevista na Constituição de 1937 estendia-se tanto à aplicação dos contratos coletivos, como ao conteúdo mínimo: importância e modalidade do salário, disciplina no interior da empresa e o horário de trabalho.

A intenção do sistema absorvido pela Constituição de 1937 era, visivelmente, ampliar a autonomia coletiva, ainda que (mas especialmente por isso) na titularidade de entidades sindicais constituídas sob o rigoroso controle do Estado. Assim, as garantias legais e constitucionais deveriam figurar como a base do sistema protecionista, sendo ampliado a partir daí pelo contrato coletivo de trabalho. Com isso o Estado Novo objetivava transferir o papel até então desempenhado pelo próprio Governo, de absorver as reivindicações operárias, para os sindicatos, que com isso seriam fortalecidos como agentes de mediação entre os trabalhadores e a empresa ou o Estado³⁶⁵.

Nas circunstâncias, esse desiderato não foi concretizado, pois repellido pelo empresariado, que se fortalecia pela expansão industrial verificada no período e pelo controle dos movimentos operários obtido com a repressão do Estado³⁶⁶.

Os Decretos-leis editados na vigência da Constituição de 1937, que deram o formato final para a estrutura sindical e imprimiram sua efetiva função foram os seguintes:

trabalho, a Constituição de 1937, apesar de alguma imprecisão do texto, deu-lhe efeito geral, com aplicação a toda a categoria. Não limitou a sua eficácia aos associados do sindicato (art. 137)” (op. cit., p. 88).

³⁶⁵ Vide Luiz Werneck VIANNA, op. cit., p. 271-272, 275-276.

³⁶⁶ Essa foi a leitura de Luiz Werneck VIANNA: “(...) O que fora concebido para ser um mero sistema elementar dos direitos do trabalho transformou-se no seu único direito. A empresa permaneceu à inteira disposição do capital, repelindo a proposta de tentar a “colaboração” operária nas questões da sua disciplina interna, desconhecendo-se o preceito constitucional da regulamentação dos salários nos contratos coletivos de trabalho. (...) A força do capitalismo brasileiro em expansão, tendo-se resolvido a questão operária pela violência e pelas instituições sindicais corporativas, e sem encontrar resistência da pequena propriedade, praticamente inexistente, logo fez com que recuperasse a legitimidade do seu interesse face à obscura potência do Estado nacional. Ao corporativismo legal opunha-se um individualismo real. O homem liberal reassumia sua postura conquistadora, mas disfarçada nas vestes de agente corporativo do bem

a) Decreto-lei nº 1.237 de 02-05-1939

Regulamentando o art. 139 da Constituição de 1937³⁶⁷, o Decreto-lei nº 1.237/39 instituiu a Justiça do Trabalho, que era formada pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselhos do Trabalho e pelo Conselho Nacional do Trabalho.

As Juntas de Conciliação e Julgamento ficaram com a incumbência de julgar e conciliar os dissídios individuais (art. 24), sendo absorvidas as regras do Decreto nº 22.132 de 25-11-1932.

Entre as atribuições dos Conselhos, destacam-se: a competência recursal; a competência para conciliar e julgar os dissídios coletivos; a faculdade de estender suas decisões aos demais empregados de uma empresa ou a toda categoria, e a faculdade para estender a toda categoria os contratos coletivos de trabalho (art. 28). Portanto, absorvendo as bases lançadas pelo Decreto nº 21.396, de 12-05-1932, criava-se o poder normativo da Justiça do Trabalho.

Sobre as razões que inspiraram a criação desse modelo, Luiz Werneck VIANNA traz as seguintes interessantes ilações:

“Como a classe patronal recusava-se à contratação coletiva das condições de trabalho com os sindicatos, toda e qualquer reivindicação coletiva geralmente assumia a forma do dissídio. Manifestado esse, era então canalizado para a Justiça do Trabalho, que imprimia natureza jurídica ao valor da mercadoria especial força de trabalho. Esse valor, por conseguinte, não resultaria nem do seu preço ‘natural’, conforme as leis da oferta e da procura, nem do poder de mobilização dos sindicatos. Caberia à Justiça o papel de direção consciente do mercado de trabalho, vertendo as relações mercantis entre o capital e o trabalho para a linguagem normativa do direito. O arbítrio da Justiça do Trabalho, não obstante, conhecia limitações que não provinham do campo propriamente jurídico: a legislação dispunha que, entre as fontes de consulta para uma decisão do judiciário trabalhista, deveria constar a firme observância do princípio do primado do interesse público sobre o das classes e o

público, que lhe cabiam bem para encobrir a natureza particularista dos seus interesses” (op. cit., p. 276-277).

³⁶⁷ Dispunha o art. 137: “Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum”.

dos indivíduos.

(...)

O Estado, contrariando as aspirações dos empresários, recuava da incômoda posição de único agente interventor no mercado de trabalho, antepondo entre o capital e o trabalho a neutralidade e a impessoalidade das regras do direito. De um lado, reforçava sua legitimidade nas classes subalternas e, de outro, a própria estrutura corporativa sindical, através da criação da figura dos vogais representantes das associações de empregadores e empregados”³⁶⁸.

b) Decreto-lei nº 1.402 de 05-07-39

O Decreto-lei nº 1.402/39 regulou as organizações sindicais, mantendo praticamente o modelo instituído pelos Decretos anteriores (19.770/31 e 24.694/34).

Uma de suas inovações foi distinguir associações dos sindicatos, permitindo a pluralidade daquelas e confirmando a unicidade destes (art. 6º)³⁶⁹. A associação, com suas prerrogativas esvaziadas, prestava-se como instância prévia para a constituição do sindicato, organismo no qual aquela era transformada após atender os requisitos exigidos no art. 5º e ser assim reconhecido pelo Ministério do Trabalho³⁷⁰.

O Decreto-lei em exame, em seu art. 4º, também atribuiu aos sindicatos diversos deveres, como instituir fundação de cooperativas de consumo e de crédito (alínea *b*), assistência judiciária para os associados (alínea *c*), manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social (alínea *d*).

Estes deveres tinham uma finalidade muito clara: tornar os sindicatos atrativos para os representados, estimulando a sindicalização. Contudo, o efeito foi diverso: dada a necessidade de recursos para atender os deveres, foram oneradas as mensalidades dos associados, provocando o “*esvaziamento da estrutural sindical oficial*”,

³⁶⁸ Idem, p. 282-283.

³⁶⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, op. cit., p. 88.

³⁷⁰ O art. 1º dispunha: “*É lícita a associação, para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses profissionais, de todos os que, como empregadores, empregados ou trabalhadores por conta própria, intelectuais, técnicos ou manuais, exerçam a mesma profissão, ou profissões similares ou conexas.*” E o art. 2º: “*somente as associações profissionais constituídas para os fins do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 48 poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta lei*”.

pondo em risco o “*projeto de domínio político-ideológico das classes subalternas*”³⁷¹.

A solução foi encontrada através do Decreto-lei nº 2.377/40.

c) Decreto-lei nº 2.377 de 08-07-40

Este Decreto-lei instituiu a contribuição compulsória em favor dos sindicatos para todos os empregados e empregadores compreendidos no âmbito de representação de suas respectivas entidades³⁷².

Portanto, com uma única medida, solucionava-se o problema financeiro dos sindicatos e afastava-se o receio de esvaziamento da estrutura sindical oficial: “*A obra se completava: os assalariados financiavam o conjunto de instituições que inibiam sua liberdade e os mantinham sob a dominação política do Estado*”³⁷³.

O Decreto-lei em exame também deu o contorno final do conceito de categoria³⁷⁴, profissional e econômica, pois, ao instituir a contribuição obrigatória, vinculou todo trabalhador e empregador, independentemente da associação voluntária (que continuou existindo), às respectivas entidades sindicais, tornando-as representativas das categorias profissional e econômica, não mais apenas dos empregados e empregadores associados.

d) CLT

A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º-05-1943, apenas promoveu a compilação e sistematização das regras legais já existentes, não trazendo grandes inovações.

O sistema sindical brasileiro estava formado. As alterações que foram feitas a partir de 1946 não desnaturaram as suas principais características e finalidades, apenas o adaptaram às novas formações do fenômeno social que visava a controlar.

³⁷¹ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 284. Vide também os levantamentos estatísticos trazidos pelo autor que confirmam essa assertiva (op. cit., p. 285-289).

³⁷² O art. 1º estabelecia: “*As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades, consoante as alíneas a do art. 38 e f do art. 3º do decreto-lei n. 1.402, de 05 de julho de 1939, serão, sob a denominação de “imposto sindical”, pagas e arrecadadas pela forma estabelecida neste decreto-lei.*” O art. 2º estabelecia: “*O imposto sindical é devido, por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representativo da mesma categoria*”.

³⁷³ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 291.

³⁷⁴ Expressão que já havia sido utilizada pela Constituição de 1937.

2.2. As adaptações

Embora as alterações na legislação sindical e trabalhista tenham ocorrido com frequência, particularmente, três momentos de nossa história se destacam e merecem ser visitados.

2.2.1. 1946

Em 29 de outubro de 1945, por um golpe de estado, Getúlio Vargas era deposto pelas Forças Armadas, sendo empossado, em seu lugar, em caráter provisório, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que convocou eleições presidencial e parlamentares para 02-12-1945.

O Presidente em exercício, José Linhares, em 19-01-1946, antes da posse do Presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, emitia o Decreto-lei³⁷⁵ nº 8.740, que alterava diversos dispositivos da CLT, promovendo profunda reforma na organização sindical, introduzindo a liberdade sindical³⁷⁶ e incumbindo a Comissão Nacional de sindicalização³⁷⁷ de outorgar e delimitar a base territorial dos sindicatos.

Empossado em 31-01-1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra suspende a eficácia do Decreto-lei nº 8.740/46, em 15-02-1946, restabelecendo a vigência do texto anterior e tornando sem qualquer efeito os atos praticados com base na norma suspensa³⁷⁸.

Antes da promulgação da nova Constituição³⁷⁹, o Presidente Eurico Gaspar Dutra expede mais dois Decretos-leis, que demonstravam a orientação do

³⁷⁵ Ainda que o pretexto do golpe de Estado tenha sido a deposição de um governo totalitário, o decreto-lei, que era o seu principal instrumento, foi preservado e reiteradamente utilizado até a promulgação da Constituição de 1946.

³⁷⁶ O art. 511 da CLT, com a alteração introduzida pelo Decreto-lei nº 8.740/46, passava a ter a seguinte redação: “É livre a organização sindical, em todo o território nacional, para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais”.

³⁷⁷ A Comissão nacional de sindicalização foi criada pelo Decreto-lei nº 8.739, de 19-01-1946, que previa sua composição paritária, mediante representantes das categorias profissionais e econômicas. Esse Decreto-lei também extinguiu a Comissão de Enquadramento Sindical e a Comissão de Imposto Sindical, entre outras medidas.

³⁷⁸ A suspensão foi promovida pelo Decreto-lei nº 8.987-A, de 15-02-46, que possuía dois artigos: “Art. 1º Fica suspensa a execução dos Decretos-leis ns. 8.739 e 8.740, ambos de 19 de janeiro de 1946, e estabelecida a vigência dos dispositivos legais revogados ou derogados pelos referidos decretos-leis. Parágrafo único. Ficam de nenhum efeito os atos que tenham sido expedidos ou praticados na conformidade dos aludidos decretos-leis. Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”. A revogação definitiva ocorreu pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23-07-1946.

³⁷⁹ Que ocorreu em 18-09-1946.

novo Governo para o tratamento legal dos movimentos operários:

a) Decreto-lei nº 9.070, de 15-03-1946

Referido Decreto-lei restabelecia o direito de greve, proibido, na Constituição de 1937, mas impunha severos limites ao seu exercício, que proporcionavam a preservação do sistema sindical³⁸⁰.

Sintomaticamente, o seu primeiro artigo não tratava do direito que pretendia regular, mas sim de um pressuposto: “*os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho.*” O art. 2º, por seu turno, dispunha: “*A cessação coletiva do trabalho por parte de empregados somente será permitida, observadas as normas prescritas nesta lei*”.

Do art. 4º ao 8º estavam relacionadas as medidas prévias que os trabalhadores interessados deveriam adotar para deflagrar o movimento paredista (notificar o Departamento nacional do Trabalho ou as Delegacias Regionais, submeter-se à conciliação e, em caso de insucesso, submeter o dissídio ao Tribunal trabalhista). Interessante observar que a greve somente poderia ser efetivamente deflagrada depois do ajuizamento do dissídio coletivo e apenas pelos empregados que exercessem atividades consideradas acessórias (art. 9º).

O art. 10 estabelecia os efeitos da greve deflagrada fora das hipóteses previstas no Decreto-lei: “*A cessação do trabalho, em desatenção aos processos e prazos conciliatórios ou decisórios previstos nesta lei, por parte de empregados em atividades acessórias, e, em qualquer caso, a cessação do trabalho por parte de empregados em atividades fundamentais, considerar-se-á, falta grave para os fins devidos, e autorizará a rescisão do contrato de trabalho*”.

b) Decreto-lei nº 9.502, de 23-07-1946

O referido Decreto-lei caracterizou típica intervenção nas entidades sindicais, em primeiro, proibindo diversas práticas³⁸¹, estabelecendo como

³⁸⁰ Neste sentido, Luiz Werneck VIANNA, op. cit., p. 316.

³⁸¹ O art. 1º estabelecia: “*Fica alterada a redação da alínea a do art. 521 e a este artigo acrescida as alíneas d e e, as quais terão a seguinte redação: a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato. b) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511,*

atribuição exclusiva da Diretoria a “*representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes Públicos e as empresas, salvo mandatário com poderes outorgados por procuração da diretoria ou associado investido em representação prevista em lei*” (art. 2º), bem como regulando a forma de eleição e deliberações.

Vedava, ainda, a filiação ou a manutenção de relações com organizações internacionais, salvo quando previamente autorizadas pelo Congresso Nacional (art. 6º).

O art. 7º do Decreto-lei extinguiu o mandato então em vigor dos dirigentes sindicais “*no prazo de trinta dias após as eleições que foram realizadas em obediência a este Decreto-lei*”, e o art. 8º estipulava as datas para as novas eleições.

A Constituição promulgada em 18-09-1946 assegurou, de forma genérica, e condicionada à regulamentação legal, o direito de greve³⁸² e a livre associação profissional e sindical³⁸³. A interpretação jurídica que prevaleceu foi no sentido de que os Decretos-leis nºs 9.070 e 9.502, de 1946, foram recepcionados.

Portanto, o sistema sindical, a partir de 1946, permaneceu exatamente com a mesma finalidade de sua versão original, sendo que as alterações introduzidas visaram apenas a aprimorar o controle sob os movimentos operários. Qual foi o motivo dessa postura? A resposta pode ser encontrada no cenário que se configurou na transição do regime.

Com efeito, diante do já referido influxo de pressões e tensões que se conjugaram no final do segundo conflito mundial, tanto internamente como nos países de economia central, em especial aquelas decorrentes da mobilização em favor da democracia e contra os regimes de inspiração fascista, provocaram o isolamento político de Getúlio Vargas. Para tentar se preservar no poder, aproximou-se das massas de trabalhadores e da esquerda³⁸⁴, tentando iniciar processo de democratização. Não obteve êxito, sendo deposto em 29-10-1945.

Entretanto, a aproximação das classes subalternas implicou

inclusive as de caráter político partidárias. c) proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária”.

³⁸² O art. 158 dispunha: “*É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará*”.

³⁸³ O art. 159 dispunha: “*É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo Poder Público*”.

³⁸⁴ Mobilização que ficou conhecida como “*queremismo*” (VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 311).

logicamente o “*afrouxamento dos meios de controle da vida operária e sindical*”, o que contribuiu para desencadear movimentos operários visando a recuperar o poder aquisitivo que haviam perdido na época da repressão de 1937 e também em 1943, pela mobilização para a guerra³⁸⁵.

A ascensão dos movimentos operários desencadeou as medidas autoritárias do novo Governo, “*responsáveis pelo reenquadramento do sindicalismo oficial*”³⁸⁶.

Não obstante, como observa Luiz Werneck VIANNA³⁸⁷, a nova ordem legal e constitucional trouxe duas novidades: a primeira, a transferência do Executivo para a Justiça do Trabalho da função reguladora dos salários, através do poder normativo; a segunda, consistiu em elevar à garantia constitucional à estabilidade no emprego³⁸⁸.

2.2.2. 1964 a 1967

No período pós-golpe de 64 foram promovidas várias alterações no sistema trabalhista e sindical, entre as quais três são destacadas para análise mais detida, que a seguir enumeramos.

a) Lei nº 4.725, de 13-07-1965.

Esta Lei limitou a prerrogativa da Justiça do Trabalho, conferida em 1946, de estabelecer, no âmbito do poder normativo, reajustes salariais. As reposições salariais ficaram condicionadas aos critérios definidos em seu artigo 2º³⁸⁹.

O art. 10 da mesma Lei estipulava que os mesmos reajustes

³⁸⁵ VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 312.

³⁸⁶ POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 150.

³⁸⁷ Op. cit., p. 333-340.

³⁸⁸ O art. 157, inciso XII, da Constituição estabelecia: “A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores: (...) XII - estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir”.

³⁸⁹ O art. 2º da Lei nº 4.725/65 dispunha: “A sentença tomará por base o índice resultante da reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos vinte e quatro meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa, VETADO adaptados às situações configuradas pela ocorrência conjunta ou separadamente dos seguintes fatores: a) repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional; b) adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e sua família. § 1º A partir de um ano de vigência desta lei se acrescentará ao índice referido neste artigo o percentual que traduza o aumento de produtividade nacional no período de doze meses anteriores à data de proposição do dissídio, segundo os dados do Conselho Nacional de Economia, observado o seu ajustamento ao aumento de produtividade da empresa”.

concedidos, em sentença normativa ou pactuados em acordos homologados pela Justiça do Trabalho, deveriam ser aplicados também aos empregados das respectivas entidades sindicais suscitante e suscitada

b) Lei nº 5.107, de 13-09-66.

A Lei nº 5.107/66 criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o sistema de opção, com o que decretou, embora não de forma expressa, o fim da estabilidade no emprego no âmbito urbano, criada em 1935 e elevada a nível constitucional em 1946.

c) Decreto-lei nº 229, de 28-02-67

Referido Decreto-lei alterou mais de cento e setenta artigos da CLT, revogando outros doze.

No que tange ao sistema sindical, as alterações mais relevantes para o tema em estudo dizem respeito à negociação coletiva.

Além de alterar a denominação de contrato coletivo para convenção coletiva de trabalho, o Decreto-lei nº 229/67, ao excluir o conteúdo da redação original do art. 612, da CLT, emprestou, através do disposto no art. 611, ainda que não alterado substancialmente, eficácia *erga omnes* aos acordos e convenções coletivas, até então restrita aos associados das entidades sindicais convenientes³⁹⁰.

Criou, também, os acordos coletivos de trabalho (art. 611, 1º), que são os instrumentos normativos celebrados entre o sindicato da categoria profissional e uma ou mais empresas.

Tentemos desvendar os sentidos dessas alterações.

Como visto, especialmente a partir da década de 1950, houve

³⁹⁰ O art. 611 da CLT, em sua redação originária, dispunha: “*Contrato coletivo de trabalho é o convênio de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições que regerão as relações individuais de trabalho, no âmbito da respectiva representação*”. Na redação atual, definida pelo Decreto-lei nº 229/67, dispõe: “*Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho*”. O art. 612 da CLT, em sua redação originária, limitava a sua eficácia aos associados, permitindo a extensão por decisão do Ministro do Trabalho: “*O contrato coletivo, celebrado nos termos do presente Capítulo, aplica-se aos associados dos sindicatos convenientes, podendo tornar-se extensivo a todos os membros das respectivas categorias, mediante decisão do Ministro do Trabalho, Indústria e comércio*”. O art. 612 da CLT, na redação dada pelo Decreto-lei nº 229/67, passou a regular o quorum da assembléia para aprovação dos acordos ou convenções coletivas, mantendo a

no Brasil grande estímulo à industrialização, como consequência das políticas econômicas dos países de economia central³⁹¹. No âmbito do emprego, além da expansão na proteção trabalhista, verificou-se uma ampliação do salário real, gerada pela atuação da Justiça do Trabalho como reguladora, por equidade, dos salários³⁹².

Por outro lado, ampliava-se também o exército industrial de reserva, especialmente em face da urbanização³⁹³, o que facilitava a rotatividade da mão-de-obra em busca de salário inferior, transformando-se a estabilidade no emprego em obstáculo para essa estratégia patronal³⁹⁴.

O início da década de 1960 também foi marcado pelo avanço dos movimentos operários, estimulados pela industrialização, como identificado por Marcio POCHMANN:

*“Com a presença crescente da grande empresa e a abertura de novos setores produtivos modernos foram sendo constituídas as condições objetivas para o desenlace do chamado novo sindicalismo, por meio da concentração no mesmo local de trabalho de muitos empregados submetidos a condições de trabalho e anseios similares”*³⁹⁵.

Esse quadro coincidiu com o novo impulso industrial, provocado, como visto, pelas economias capitalistas centrais, que, na tentativa de se desvencilharem da crise econômica, passaram a estimular, através de investimentos e empréstimos, a industrialização e a exportação nos países do Terceiro Mundo³⁹⁶.

Portanto, era necessário, uma vez mais: reduzir a força dos movimentos operários; eliminar o sistema de fixação remuneratória, que estava propiciando aumentos reais, provocados tanto pela atuação da Justiça do Trabalho, como

deliberação apenas dos associados para a convenção coletiva. Ou seja, os associados deliberariam sobre instrumento normativo que se aplicaria a todos os integrantes da categoria.

³⁹¹ Primeiro processo de internacionalização da economia, segundo Marcio POCHMANN (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 75).

³⁹² Vide Luiz Werneck VIANNA, op. cit., p. 340-343.

³⁹³ Vide Luiz Werneck VIANNA (op. cit., p. 340) e Marcio POCHMANN (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 125).

³⁹⁴ Conforme Luiz Werneck VIANNA, A estabilidade, nascida pelas necessidades “tecno-atuariais” das caixas de pensão (op. cit., p. 337), eram convenientes para o capital quando o mercado de trabalho estava relativamente estagnado, isto é, em 1935 (op. cit., p. 339). Entretanto, “na medida em que se expande a força de trabalho disponível, o mercado força por derrogar o comunitarismo implícito na legislação” (op. cit., p. 340).

³⁹⁵ Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 75.

pela pressão sindical, nas negociações coletivas; excluir o obstáculo para o capital se apropriar das vantagens da expansão do exército industrial de reserva.

A solução foi obtida com o golpe militar, que impôs, pela repressão, o controle dos movimentos operários³⁹⁷, bem como pela limitação do poder normativo, extinção da estabilidade e pelas alterações no sistema de negociação coletiva.

2.2.3. 1988

Em 05-10-1988 foi promulgada a atual Constituição Federal, que, inegavelmente, desatou muitas amarras do sistema sindical, introduzidas na sua formação, que visavam a manter as organizações oficializadas e sob rigoroso controle do Estado.

Nesse sentido, não apenas declarou, no art. 8º, “*livre a associação profissional ou sindical*”³⁹⁸, mas também deu o significado dessa garantia: “*a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical*” (inciso I, do art. 8º). Com a mesma finalidade, estabeleceu que a categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, “*será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados*” (inciso II, do art. 8º), que “*ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato*” (inciso V, do art. 8º), que é “*obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho*” (inciso VI, do art. 8º), assim como garantiu o direito de greve e obstou interferências externas no seu exercício, quando conferiu aos “*trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender*”.

Entretanto, foram preservadas pelo Texto Constitucional as principais bases de sustentação do modelo, ou seja, a unicidade sindical (art. 8º, II), a contribuição sindical obrigatória (art. 8º, IV) e o poder normativo da Justiça do Trabalho (art. 114, § 2º).

Neste aspecto, inclusive, a Carta Constitucional se mostra

³⁹⁶ Desenvolvimento capitalista associado, na expressão de Luiz Werneck VIANNA (op. cit., p. 313).

³⁹⁷ Marcio POCHMANN lembra que “*no golpe militar de 1964, responsável pela obstrução das liberdades democráticas, o argumento utilizado para justificar a imposição da repressão e da prisão de líderes sindicais foi o de que se praticava uma política rumo à república sindicalista no Brasil*” (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 72).

³⁹⁸ O que não representou novidade, pois as Constituições anteriores também o faziam, apesar de todas as restrições impostas pelo próprio texto ou pela lei infraconstitucional.

contraditória, pois a ampliação da liberdade sindical, consagrada nos incisos I e V, do art. 8º, assim como a prerrogativa de os trabalhadores ou empregadores interessados definirem a categoria profissional ou econômica e a base territorial, assegurada no inciso II do art. 8º, não é compatível com a unicidade sindical prevista no mesmo inciso II, que pressupõe o controle heterônomo.

A ambigüidade do Texto Constitucional abriu espaço para interpretações conservadoras, especialmente no sentido de reconhecer a recepção das regras infraconstitucionais criadas para limitar a liberdade sindical, o que favoreceu a preservação, ainda que parcial, do modelo³⁹⁹.

Segundo o critério que vem sendo seguido, cumpre, agora, uma incursão no cenário em que a Constituição Federal de 1988 foi elaborada.

Como visto, no Brasil da década de 1980, ressurgiram, fortalecidos, os movimentos operários. Esse fenômeno não foi generalizado, concentrando-se especialmente nos centros industriais, como no ABC paulista, e no âmbito das categorias profissionais mais organizadas, como os bancários. Entretanto, mesmo assim, ganharam ampla repercussão e permitiram que a negociação coletiva ocupasse espaço privilegiado, antes jamais desfrutado no nosso país, na regulação das relações de trabalho, em movimento inverso do que ocorria nas economias centrais.

A economia se ressentia dos efeitos das medidas implementadas por influência das economias centrais: endividamento, poucos investimentos, aumento da inflação e conseqüente redução do crescimento econômico⁴⁰⁰, acarretando, por conseqüência, a “*estagnação da renda per capita*”; eram os sinais do “*esgotamento do projeto de industrialização nacional*”⁴⁰¹.

³⁹⁹ Cite-se como exemplo a seguinte decisão do Plenário do STF: “*CRIAÇÃO POR DESMEMBRAMENTO - CATEGORIA DIFERENCIADA. A organização sindical pressupõe a representação de categoria econômica ou profissional. Tratando-se de categoria diferenciada, definida a luz do disposto no § 3º do artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, descabe cogitar de desdobramento, por iniciativa dos interessados, consideradas as funções exercidas pelos sindicalizados. O disposto no parágrafo único do artigo 570 do referido Diploma aplica-se às hipóteses de existência de categoria similares ou conexas e não de categoria diferenciada, muito embora congregando trabalhadores que possuem funções diversas. A definição atribuída aos trabalhadores e empregadores diz respeito à base territorial do sindicato - artigo 8., inciso II, da Constituição Federal e não à categoria em si, que resulta das peculiaridades da profissão ou da atividade econômica, na maioria das vezes regida por lei especial, como ocorre em relação aos aeronautas. Mostra-se contrária ao princípio da unicidade sindical a criação de ente que implique desdobramento de categoria disciplinada em lei como única. Em vista da existência do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a criação do Sindicato Nacional dos Pilotos da Aviação Civil não subsiste, em face da ilicitude do objeto. Segurança concedida para cassar-se o ato do registro no Ministério do Trabalho*” (RMS 21305/DF, Ministro Marco AURÉLIO, Julgamento em 17-10-1991).

⁴⁰⁰ POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 86.

⁴⁰¹ Idem, ibidem, p. 125.

As economias centrais, como também visto, estavam executando o processo de transição para o neoliberalismo, em um ambiente de enfraquecimento das organizações sindicais e de desfalecimento do principal e, pelo menos aparente, único inimigo do sistema capitalista: o bloco comunista liderado pela URSS.

Esse ambiente favoreceu a emergência do “*novo sindicalismo*”, estimulado pelo fortalecimento do movimento operário decorrente do processo de industrialização⁴⁰² e pela contenção salarial promovida ao longo do período de ditadura militar pela política econômica do Governo, agravada pela crise econômica e pela aceleração do processo inflacionário⁴⁰³. Ademais, encontrou espaço de atuação ante o enfraquecimento do regime militar, que perdia o seu suporte externo, e a desmobilização ideológica mundial do sistema capitalista. Com isso, “*alcançou os mais altos indicadores de sindicalização, de organização e de greves de toda a história do movimento operário nacional. Isso tudo foi acompanhado por um amplo reconhecimento social e político dos sindicatos laborais*”⁴⁰⁴.

O fortalecimento das organizações sindicais foi responsável pelo grande impulso verificado nesse período nas negociações coletivas, que se ampliaram em número e no conteúdo protetivo dos trabalhadores⁴⁰⁵. A década de 1980, assim, pode ser identificada como o momento em que a autonomia coletiva no Brasil obteve sua maior expressão⁴⁰⁶, o que coincidiu com o colapso do compromisso fordista e o esvaziamento ou combate da autonomia coletiva nos países de economia central.

A mobilização operária desse período foi, de igual forma, extremamente importante na redemocratização política brasileira⁴⁰⁷, processo favorecido pelo enfraquecimento do regime militar e pela posição contrária às políticas recessivas

⁴⁰² Marcio POCHMANN constata que “*durante as décadas de 1930 e 1980 verificou-se a evolução incompleta de um grande movimento entre o avanço geral das ocupações e o núcleo moderno dos empregos. Assim, o sindicalismo brasileiro, apoiado no núcleo moderno dos empregos, conseguiu ampliar suas bases de representação de interesses*” (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 110).

⁴⁰³ A precariedade das condições de trabalho sempre foi o elemento de agregação e estímulo dos movimentos operários.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 110. No mesmo sentido Ricardo ANTUNES (Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, *in* neoliberalismo, trabalho e sindicatos, p. 80).

⁴⁰⁵ Marcio POCHMANN registra que a década de 1980 permitiu “*grande impulso às negociações coletivas de trabalho*”, provocando a “*generalização de acordos coletivos com conteúdos muito similares para o conjunto das categorias profissionais*”, o que “*influenciou certa redução na distinção entre os diversos padrões de uso e remuneração da força de trabalho*” (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 73). Vide também idem, *ibidem*, p. 120.

⁴⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 73.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 108.

assumida por significativos setores do empresariado⁴⁰⁸.

Portanto, pode-se concluir que a Constituição Federal de 1988 foi fruto de um momento raro de nossa história, em que as forças das classes subalternas mais se aproximaram do equilíbrio com a classe dominante, o que se manifestou claramente em seu conteúdo, muitas vezes paradoxal, mas com destacada inflexão para o social. Por sinal, as contradições que podem ser identificadas no Texto Constitucional refletem justamente o jogo de forças que atuou na sua elaboração, com as renúncias e concessões recíprocas próprias de uma negociação razoavelmente equilibrada.

Essa circunstância justifica, por si só, o prestigiameto da Constituição de 1988.

2.3. As características e suas finalidades

Pode-se afirmar que as principais características do sistema sindical brasileiro são a unicidade sindical, a contribuição sindical, o poder normativo, a eficácia *erga omnes* dos acordos e convenções coletivas e a limitação temporal dos instrumentos normativos.

Todas essas características representam mecanismos adotados com uma finalidade muito específica: limitar a autonomia privada coletiva. Demonstra-se.

A unicidade sindical somente se justifica quando há a intenção de controlar os movimentos operários, trazendo-os para os limites dos organismos oficiais e exclusivos, vinculados a estruturas de vigilância⁴⁰⁹.

A contribuição sindical, como visto, instituída para resolver questão econômica dos sindicatos, transformou-se em habilidosa solução para problema que as fórmulas de oficialização dos movimentos operários traziam até então: a sindicalização dos trabalhadores. Sempre mantida como voluntária⁴¹⁰, a sindicalização precisava ser estimulada, a fim de que o sindicato oficial, único, pudesse exercer o seu

⁴⁰⁸ Idem, ibidem, p. 90.

⁴⁰⁹ Arion Sayão ROMITA, com base em obra de direito sindical e corporativo de Ludovico BARASSI, afirma que o “*regime de unicidade sindical se justifica por motivos de oportunidade: a multiplicidade criaria entre os sindicatos uma concorrência que poderia gerar desordens e indisciplina, tornaria mais difícil o controle pelo Estado, favoreceria a formação de sindicatos partidários, mas, sobretudo, inviabilizaria a delegação de poderes e a unidade dos preceitos retores da organização da produção nacional. Eis aí, claramente expostas, as razões invocadas para a adoção do regime de unicidade sindical: como órgão do Estado, como instrumento da política econômica e social corporativa, o sindicato deve estar submetido a minucioso controle por parte do Estado, do qual recebe delegação de poderes*” (Os direitos sociais na constituição e outros estudos, p. 229-230).

⁴¹⁰ O que era importante para o discurso usado também como instrumento de cooptação.

papel de cooptação dos movimentos trabalhistas. Como visto, diversas medidas foram adotadas com essa finalidade. A própria Justiça do Trabalho, em sua origem administrativa, foi concebida para atrair a sindicalização, pois visava a dirimir os conflitos que envolviam os trabalhadores associados aos sindicatos oficiais. A questão econômica que gerou a implantação da contribuição sindical também teve esse objetivo, pois tinha por escopo ampliar as vantagens concedidas pelos sindicatos oficiais e, assim, atrair a sindicalização voluntária. A partir do momento em que se impôs a contribuição compulsória aos trabalhadores, grande parte dos motivos daquele esforço deixou de existir, facilitando-se, ainda, o próprio controle sobre a direção das entidades sindicais, que sem necessidade de grandes esforços de mobilização dos integrantes da categoria que a entidade representava, poderia contar com recursos econômicos significativos.

Por sinal, a contribuição sindical produziu movimento inverso, ou seja, a adoção de medidas para desestimular a associação aos sindicatos. O exemplo mais significativo está na eficácia *erga omnes* dos acordos e convenções coletivas de trabalho, atribuída, como visto, em 1967. Beneficiando-se das cláusulas das convenções e dos acordos coletivos, sem necessidade de associação aos sindicatos, desestimulou-se a sindicalização. Com isso, reduzida a legitimidade das entidades sindicais, mais fácil se tornava o controle sobre suas lideranças e menor a sua capacidade negocial. Por sinal, de acordo com o art. 612 da CLT, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 229/67, as convenções coletivas continuaram a ser aprovadas apenas pelos associados⁴¹¹.

O poder normativo atribuído à Justiça do Trabalho⁴¹², de igual forma, consubstancia-se em outro instrumento para reduzir a autonomia privada coletiva.

Inspirado na Lei italiana nº 563, de 03-04-1926, o poder normativo transfere para o judiciário a solução dos conflitos coletivos de trabalho, reduzindo ou eliminando a eficácia do principal instrumento de barganha dos movimentos

⁴¹¹ A jurisprudência tem reconhecido que essa regra subsiste à Constituição Federal de 1988: “INSUFICIÊNCIA DE QUORUM NA ASSEMBLÉIA-GERAL DO SUSCITANTE – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS AO SINDICATO – 1. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, subordina-se a validade da assembléia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses à observância do quorum estabelecido no art. 612 da CLT. Item nº 13 da OJ/SDC. 2. Para que seja demonstrado o real interesse da categoria profissional, relativamente à discussão da pauta de reivindicações trazida à análise da assembléia, é necessário que a representatividade sindical seja suficientemente demonstrada, sob pena de se revelar totalmente ineficaz, impossibilitando estabelecer-se a correlação entre o número de associados e os presentes à assembléia deliberativa, o que impede a averiguação da real validade da ação coletiva. Item nº 21 da OJ/SDC. 3. Processo extinto sem julgamento do mérito.” (TST-RODC nº 771326 – Relator Ministro Rider Nogueira de BRITO – DJU 04-10-2002)

⁴¹² Que, como se verá, no nosso ver, foi extinto pela Emenda Constitucional nº 45 de 31-01.2004.

operários fortes: a greve.

Gino GIUGNI afirma que o poder normativo é “*substancialmente estranho à livre, direta e ativa participação dos sujeitos interessados*”⁴¹³, ou seja, à autonomia privada coletiva, na qual, segundo o mesmo autor:

“(...) a faculdade de efetuar a defesa e promoção dos interesses envolvidos no mundo do trabalho é atribuída aos próprios sujeitos protagonistas do conflito, como afirmação de sua posição de liberdade. A eles é reconhecida a faculdade de unirem-se para promover a defesa dos próprios interesses, escolhendo livremente, no exercício da própria autonomia, os meios mais convenientes para tal fim”⁴¹⁴.

Representou, também, salvo em alguns momentos históricos específicos, instrumento eficaz para contenção da regulação autônoma das relações de trabalho em padrões mínimos. Dois mecanismos se destacaram no aprimoramento desse papel: o primeiro, são os precedentes normativos em dissídio coletivo do Tribunal Superior do Trabalho, que indicam a orientação a ser seguida nos julgamentos dos dissídios coletivos ou em recursos interpostos contra as sentenças normativas proferidas pelos Tribunais Regionais. Esses indicativos passaram a ditar os limites da negociação coletiva, pois já apontam a solução que será dada se persistir o impasse sobre a condição de trabalho nele prevista, conduzindo a negociação para dentro dos limites antecipadamente previstos; o segundo, foi a Instrução Normativa nº 04, de 08-06-1993, também do Tribunal Superior do Trabalho⁴¹⁵, que combinada com a jurisprudência construída a partir daí, impôs diversos obstáculos formais para o ajuizamento dos dissídios coletivos⁴¹⁶, desencadeando maciça

⁴¹³ op. cit., p. 46.

⁴¹⁴ idem, p. 46-47.

⁴¹⁵ Que foi revogada em 20-03-2003 através da Resolução nº 116.

⁴¹⁶ Por exemplo, a necessidade de protesto judicial para preservar a data-base da categoria e ainda assim pelo prazo máximo de 30 dias (incisos II e III da Instrução Normativa nº 4) e a jurisprudência consolidada nos seguintes orientações da Seção de Dissídios Coletivos do E. TST: 13 (“*LEGITIMAÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL. ASSEMBLÉIA DELIBERATIVA. “QUORUM” DE VALIDADE. ART. 612 DA CLT. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, subordina-se a validade da assembleia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses à observância do “quorum” estabelecido no art. 612 da CLT.*” - Inserido em 27-03-1998 e cancelado em 24-11-2003), 14 (*SINDICATO. BASE TERRITORIAL EXCEDENTE DE UM MUNICÍPIO. OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DE MÚLTIPLAS ASSEMBLÉIAS. Se a base territorial do Sindicato representativo da categoria abrange mais de um Município, a realização de assembleia deliberativa em apenas um deles inviabiliza a manifestação de vontade da totalidade dos trabalhadores envolvidos na controvérsia, pelo que conduz à insuficiência de “quorum” deliberativo, exceto quando particularizado o conflito.*” - Inserido em

extinção dos processos e a significativa redução na procura da solução jurisdicional para os conflitos coletivos.

O efeito dessa medida foi significativamente grave, especialmente porque ocorreu na época da fragilização dos movimentos operários⁴¹⁷. Considerando que a outra característica do sistema sindical brasileiro é a vigência temporal limitada dos instrumentos normativos, os obstáculos criados para o acesso ao poder normativo, na fase de fragilidade das organizações sindicais dos trabalhadores, agravou a tendência de redução das garantias trabalhistas através da negociação coletiva: para a categoria não perder todos os direitos assegurados nos instrumentos normativos em prazo final de vigência, a solução era concordar com propostas dos empregadores⁴¹⁸.

Por outro lado, sempre que deixou de desempenhar esse papel, o poder normativo sofreu interferência legislativa, para limitar a sua influência na regulação das relações de trabalho, como pôde ser visto ao ser examinada a alteração provocada pela Lei nº 4.725, de 13-07-1965, bem como ocorreu em 2001, com a Lei nº 10.192, que em seu art. 13 dispõe: “*no acordo ou convenção e no dissídio, coletivos, é vedada a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços*”.

A limitação temporal da vigência dos instrumentos normativos⁴¹⁹ também funciona como obstáculo à classe operária para obter, através da autonomia privada coletiva, melhorias nas condições de trabalho. Com efeito, as condições pactuadas perderão eficácia no máximo em dois anos, impondo a necessidade de nova negociação para preservá-las. O mesmo não se daria se fosse possível a pactuação sem prazo determinado, pois daí a nova negociação ocorreria a partir das condições já existentes.

Não obstante, toda essa estrutura jurídica nem sempre se

27-03-1998 e cancelado em 02-12-2003), 21 (“*Ilegitimidade "ad causam" do sindicato. Ausência de indicação do total de associados da entidade sindical. Insuficiência de "quorum" (art. 612 da CLT).*” - Inserido em 25-05-1998 e cancelado em 02-12-2003) e 24 (“*NEGOCIAÇÃO PRÉVIA INSUFICIENTE. REALIZAÇÃO DE MESA REDONDA PERANTE A DRT. ART. 114, § 2º, DA CF/88. VIOLAÇÃO.*” - Inserido em 25-05-1998 e cancelado em 16-04-2004). Observe-se que as referidas orientações foram incluídas no repertório oficial no ano de 1998 e canceladas a partir da revogação da Instrução Normativa nº 04/93.

⁴¹⁷ O que será na sequência objeto de análise.

⁴¹⁸ Essa realidade foi relatada por diversos dirigentes sindicais na Plenária da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), realizada em 24-04-2003 na cidade de Curitiba-PR, na qual o autor deste trabalho participou em painel onde se discutiam os efeitos da revogação da Instrução Normativa nº 04/93.

mostrou eficiente para o fim que se propôs. As principais alterações foram motivadas pela ascensão dos movimentos operários que sempre ocorreram à margem da regulação oficial, o que também confirma a conclusão de que o sistema era apenas uma moldura para enquadrar e controlar esse fenômeno social.

A ascensão dos movimentos operários e o fortalecimento das entidades sindicais representativas dos trabalhadores, verificada a partir do final dos anos 1970⁴²⁰, que ocorreu sob o marco legal mantido pela ditadura militar e antes da reformulação do sistema pela Constituição Federal de 1988, que, como visto, não chegou a alterar a sua substância, também permite concluir que não é a regulação legal que assegura o exercício da autonomia coletiva mais ampla, mas sim o ambiente social, político e econômico.

Foi justamente esse ambiente que se alterou a partir dos anos noventa.

3. A atualidade

A partir da década de 1990 a estrutura sindical deixou de ser necessária para controlar o movimento operário, pois outros métodos estavam disponíveis: as políticas neoliberais.

As transformações no sistema de acumulação capitalista, analisadas no capítulo I, conjugadas com o receituário neoliberal, que o Brasil, junto com os demais países da América Latina, foi compelido a reproduzir, foram suficientes para conter o avanço sem precedentes que o movimento operário e sindical vinha desfrutando desde o final da década de 1970, bem assim mantê-lo desorientado e ineficiente, como no resto do mundo.

Sintomático que o número de greves no Brasil registrou redução em mais de 80% entre 1990 a 1992⁴²¹, período que coincide com o Governo de Fernando Collor de Mello⁴²², o primeiro a efetivamente adotar a cartilha neoliberal. Após,

⁴¹⁹ O art. 614, § 3º, da CLT, dispõe: “*não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 2 (dois) anos*”. A redação original da CLT trazia a estipulação do mesmo prazo no art. 620: “*Não será permitido estipular duração do contrato coletivo de trabalho superior a dois anos*”.

⁴²⁰ Segundo Marcio POCHMANN, os “*conflitos coletivos levados adiante pelos sindicatos*” no período compreendido entre o final dos anos 1970 até 1989 (que chegaram a marca de 4 mil greves por ano) fez do Brasil o “*segundo país em número de greves no mundo*”.

⁴²¹ POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 117.

⁴²² O Governo de Fernando Collor de Mello iniciou em 15-03-1990 e terminou em 02-10-1992, quando afastado do poder em face da abertura do processo de *impeachment*.

a instabilidade política gerada pelo *impeachment* refreou o movimento de desaceleração das greves, o qual voltou a se acentuar a partir de 1995⁴²³, justamente com a retomada das políticas liberalizantes pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Marco de grande significado para demonstrar a orientação desse novo Governo e sinalizar o recuo dos movimentos operários combativos, representado pelo novo sindicalismo, ocorreu entre maio e junho de 1995 na greve dos petroleiros. Reivindicando o cumprimento de um acordo celebrado no final de 1994, subscrito pelo então Presidente Itamar Franco, os empregados da estatal PETROBRAS deflagraram movimento paredista que perdurou por 31 dias. Para aplacar essa greve de forma exemplar foram empregadas desde a estrutura sindical⁴²⁴, até a força militar⁴²⁵, passando pela mídia e pela dispensa dos empregados grevistas⁴²⁶.

Não foi só a postura do Governo diante das greves, evidentemente, que determinou o enfraquecimento dos movimentos operários.

A política econômica adotada a partir de 1990, orientada para o combate à inflação, e a abertura econômica, promoveu o aumento do desemprego⁴²⁷ e a precarização no padrão de uso e de remuneração da força de trabalho⁴²⁸, tornando extremamente vulneráveis e desmobilizados os trabalhadores, mormente diante de um

⁴²³ POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 117.

⁴²⁴ A greve foi declarada abusiva pelo E. TST em dissídio coletivo instaurado pela PETROBRAS, onde foi imposta multa de R\$ 100.000,00 por dia de atraso no cumprimento da decisão de retorno ao trabalho, definido para ocorrer a partir do dia 10-05-1995. A decisão proferida recebeu a seguinte ementa: “*DISSÍDIO COLETIVO - GREVE NA VIGENCIA DE SENTENÇA NORMATIVA DEFLAGRADA COM OBJETIVO DE EXIGIR CUMPRIMENTO DE ACORDO POSTERIOR - INAPLICABILIDADE DO INCISO UM DO PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO QUATORZE DA LEI SETE MIL SETECENTOS E OITENTA E TRES DE OITENTA E NOVE – Paralisação abusiva. se a greve é deflagrada na vigência de sentença normativa, com o objetivo de exigir o cumprimento de cláusula ou condição prevista em acordo posterior, o qual não possui as características próprias de um convenio coletivo de trabalho, por faltar-lhe os requisitos mínimos que a lei exige para a sua celebração, não cabe a aplicação da excludente contida no inciso um do parágrafo único do artigo quatorze da lei sete mil setecentos e oitenta e tres de oitenta e nove (lei de greve). dissídio coletivo julgado procedente para declarar abusiva a paralisação*” (TST-DC-177.734/95.1 – Acórdão SDC 308/95 – Relator Ministro Ursulino SANTOS – DJU de 19-05-95).

⁴²⁵ O exército invadiu quatro refinarias para intimidar os grevistas.

⁴²⁶ Sobre esse episódio, veja-se Ricardo ANTUNES (A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula, p. 31-36) e Marcio POCHMANN (Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 117-118).

⁴²⁷ Marcio POCHMANN anota que a “a adoção de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e órgãos e demissão de funcionários públicos), combinado com políticas econômicas recessivas”, implicou na “destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de cerca de 2,2 milhões de postos regulares e regulamentados somente nos anos 1990/92 em todo o país”, tendência que não se modificou com o “fim do período recessivo e a recuperação do nível de atividade econômica após 1992” (O trabalho sob fogo cruzado, p. 88).

⁴²⁸ O mesmo autor registra que “a ampliação do desemprego e da precarização no padrão de uso e remuneração da força de trabalho constitui uma das principais características do comportamento geral do mercado de trabalho brasileiro no período pós-80” (idem, p. 147).

mecanismo extremamente eficaz para o controle do custo do trabalho: a rotatividade da mão-de-obra permitida pela ausência de proteção contra a dispensa arbitrária e sem justa causa⁴²⁹. Nesse sentido, Marcio POCHMANN assinala:

*“(...) O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado)”*⁴³⁰.

Essa tendência ainda foi estimulada por medidas institucionais, como o reconhecimento pelo judiciário trabalhista da licitude da intermediação de mão-de-obra⁴³¹ e as mudanças legislativas mencionadas na introdução desse trabalho, que visaram a flexibilizar e a precarizar as relações de trabalho, objetivo encoberto pelo discurso de combate ao desemprego⁴³².

Enfraquecidos os movimentos operários, a negociação coletiva perdeu o efêmero espaço que havia conquistado, como instrumento para obter

⁴²⁹ Vide Marcio POCHMANN, *idem*, p. 148-158.

⁴³⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 147.

⁴³¹ Representado na substituição pelo E. TST da Súmula nº 256 (“Contrato de prestação de serviços. Legalidade - Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 03.01.1974, e 7.102, de 20.06.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços” – Resolução nº 4/1986 - DJU 30-09-1986) pela Súmula nº 331 (“Contrato de prestação de serviços. Legalidade - I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974). II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993)” (Redação original aprovada pela Resolução 23/1993 - DJU 21-12-1993, com alteração introduzida no inciso IV pela Resolução 96/2000 - DJU 18-09-2000).

⁴³² Análise profunda desta tendência foi feita por Maria Cristina CACCIAMALI (A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa, *in* Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais, p. 247-284). Vide também Ricardo ANTUNES (Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, *in* neoliberalismo, trabalho e sindicatos, p. 80).

melhorias nas condições de trabalho⁴³³, transformando-se em mecanismo de desregulamentação⁴³⁴. A estrutura sindical e trabalhista, deixando de ser necessária, como ocorreu nos países de economia central, pôde agora ser desmontada, até para que não produzisse efeitos contrários aos interesses das classes dominantes.

Aí se encontra a explicação para que medidas, até tempos atrás defendidas apenas por teóricos mais afinados com idéias socialistas e pelos movimentos operários taxados como de esquerda, como o fim da representação classista, do poder normativo, da unicidade sindical e da contribuição sindical compulsória, passassem a ser bandeiras dos empresários e dos representantes das classes dominantes. Foi essa paradoxal aproximação dos discursos que permitiu, na nossa avaliação, uma vitória histórica para a magistratura trabalhista: a extinção da representação classista, reivindicada há mais de vinte anos, mas que nunca tinha encontrado respaldo nos Poderes Executivo e Legislativo.

O exemplo mais recente dessa tendência pode ser verificado na reforma do Judiciário, aprovada pela Emenda Constitucional nº 45, em vigor desde 31-12-2004, que atribuiu a seguinte redação aos §§ 2º e 3º do art. 114 da Constituição Federal:

“§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com

⁴³³ “O avanço das políticas neoliberais, responsável pelo maior desemprego e ocupações precárias, levou ao enfraquecimento da capacidade laboral de contratar e negociar, transformando os sindicatos – cada vez mais – em instituições de prestação de serviços” (POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil, p. 111).

⁴³⁴ Esta foi a tendência demonstrada por José Dari KREIN, na exposição apresentada no seminário Novos rumos do sindicalismo, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, nos dias 05 e 06-08-2004. Entre os diversos dados, destaca-se o resultado da entrevista com representantes dos empresários e trabalhadores de sete setores, sobre a avaliação dos avanços e retrocessos nas negociações coletivas a partir de 1993: entre os empresários não foram identificados retrocessos, sendo indicados os seguintes itens em que houve avanço; 42,86% considerou como avanço a maior aceitação da negociação da remuneração variável (PLR); 28,57% a maior aceitação da negociação da flexibilização da jornada; 14,28% a instituição de um ciclo de negociações caracterizado por trocas. Do lado dos representantes dos trabalhadores, destacam-se os seguintes dados: itens de retrocesso; não reposição nem mesmo da inflação acumulada na data-base, 39,13%; retirada de cláusulas sociais de convenções/acordos coletivos, 17,39%; fim do aumento real a título de produtividade, 13,04%; troca de reajustes salariais e benefícios por abonos, 13,04%. Itens de avanço: manutenção das conquistas anteriores, 21,74%; fortalecimento das comissões tripartites e maior participação do movimento sindical nas áreas institucionais, 8,69%.

possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito”.

Desses dispositivos, pode-se concluir que o poder normativo, como solução jurisdicional dos conflitos coletivos de trabalho de natureza econômica⁴³⁵, deixou de existir, salvo na exceção prevista no § 3º, de greve em atividades essenciais, e ainda assim se prevalecer a interpretação de que o “*conflito*” referido na parte final deste parágrafo pode compreender a fixação de normas ou condições de trabalho que ponham fim à greve.

A hipótese prevista no § 2º, que não se vislumbra venha ocorrer com frequência⁴³⁶, não se trata de exercício do poder normativo, mas sim uma forma de arbitragem facultativa, em que o Poder Judiciário é convocado para desempenhar o papel de árbitro.

4. O sindicato e a autonomia privada coletiva no Brasil

Pelo que se pode inferir da investigação desenvolvida, no Brasil, o compromisso fordista, especialmente no que toca à valorização da autonomia privada coletiva, não foi possível e nem necessário.

Não foi possível, em primeiro, dada a condição de dependência, compartilhada pelos demais países do Terceiro Mundo, às economias centrais, que impuseram, inclusive para viabilizar a manutenção do seu Estado do bem-estar social, a exploração muito mais intensa da força de trabalho nos países periféricos, e, em segundo, porque as limitações decorrentes, tanto da condição de economia subdesenvolvida, como dos obstáculos criados pelas economias centrais, não permitiam que a expansão do processo de acumulação capitalista fosse feita por outro caminho que não o da “*intensificação da exploração do fator trabalho*”⁴³⁷.

⁴³⁵ Assim considerados aqueles que visem a estabelecer normas e condições de trabalho para regular os contratos individuais de trabalho.

⁴³⁶ Não parece provável que exista interesse, especialmente do empregador ou das entidades sindicais patronais, em submeter, de comum acordo com o sindicato de trabalhadores, o conflito coletivo à decisão da Justiça do Trabalho, especialmente, quando esta só poderá estabelecer condições mais favoráveis aos trabalhadores ou, no mínimo, iguais àquelas asseguradas na lei e nos instrumentos normativos anteriores.

⁴³⁷ A expressão foi utilizada por Luiz Werneck VIANNA no seguinte contexto: “*O sistema político liberal, facultando a livre agregação dos interesses, dando oportunidade à ação reivindicadora dos sindicatos,*

Não foi necessário, ainda, porque o controle dos movimentos operários e a disciplina para intensificar a exploração da mão-de-obra foram obtidos por outros caminhos: a legislação trabalhista, estabelecendo limites para o uso e remuneração da força de trabalho, a repressão, quando necessário, e a estrutura sindical⁴³⁸.

Portanto, ao longo de nossa história, sempre se encontraram ausentes os pressupostos formais para que a autonomia privada coletiva atingisse dimensão, como por exemplo, a verificada na Itália dos anos 1970. A liberdade sindical, na sua expressão ampla, compreendendo a liberdade de associação, de organização, de administração, bem como de ação, onde se insere a negociação coletiva e o uso de meios persuasórios, como a greve, jamais foi reconhecida plenamente pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Os pressupostos materiais, salvo em momentos muito específicos e ainda restrito às categorias mais bem organizadas, não se concretizaram. Não se verificou, ao longo da história política e econômica brasileira, a disposição de se fortalecerem as organizações sindicais, muito menos de se criar ambiente receptivo à regulação autônoma coletiva das condições de trabalho.

Em conclusão, o cenário desvelado, é certo, não se mostra dos mais alvissareiros, especialmente para tratar do tema “autonomia”. Entretanto, somente sob ele é possível refletir conscientemente a respeito dos limites e da eficácia da autonomia privada coletiva.

Mesmo assim, as opções que surgem para a abordagem desta temática são, inevitavelmente, bastante amplas, podendo compreender desde a demonstração da viabilidade de alternativas ao próprio sistema capitalista, como fez Alain BIHR⁴³⁹, até a justificação do atual modelo e da ausência de alternativas.

De nossa parte, não podemos conceber que o panorama em que vivemos seja definitivo. Não é possível que se mantenha estável e signifique o “fim da história” um modelo que vem permitindo a concentração de 45% da renda da população

tenderia ou a rebaixar a taxa de acumulação ou abrigar uma precoce alteração da composição orgânica do capital. É fora de discussão que a economia não dispunha dos recursos para a segunda alternativa. Para a expansão da acumulação, restava o caminho de sua realização pela intensificação da exploração do fator trabalho. Além disso, a exigüidade do mercado interno, com as indústrias mais importantes trabalhando em regime de superprodução, inviabilizava qualquer veleidade fordista, a partir da mobilização de tecnologia mais sofisticada” (op. cit., p. 189).

⁴³⁸ Ricardo Marcelo FONSECA anota que o “*propósito do Direito do Trabalho – enquanto nova forma privilegiada de estipular as relações entre trabalhador e patrão – foi substituir a violência privada (que sempre marcou as relações de trabalho no Brasil) pela dominação legal*” (op. cit., p. 134).

mundial nas mãos de 358 milionários globais, enquanto 1,4 bilhões de pessoas se encontram abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com menos de US\$ 2 por dia, o que corresponde à metade da parcela da população mundial de trabalhadores formalmente registrados⁴⁴⁰.

Temos a convicção de que o formato atual do capitalista mundializado é insustentável, independentemente da afeição ideológica que se possa ter, pois potencializa conflitos e crises que não podem ser controlados mesmo pelos potentes instrumentos “globais e absolutos” do “controle imperial”, a que se referem os autores Michael HARDT e Antonio NEGRI.

Os efeitos desse processo concentrador de riquezas e de exclusão podem ser vistos diariamente nos inúmeros conflitos que se propagam em todo o globo, no aumento desmedido da criminalidade, no terrorismo e na banalização da vida. Por ora, esses efeitos têm sido combatidos através do uso da repressão e da força. Cremos que não se tardará a perceber que esses meios, que combatem apenas os efeitos e não as causas, não são suficientes. Daí, talvez, seja despertada novamente a preocupação pela questão social, como ocorreu em meados do século XVIII, e se busquem alternativas.

Até porque, como já advertia Karl MARX:

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”*⁴⁴¹.

As mudanças, certamente, não serão realizadas individualmente ou mesmo pelos Estados especialmente periféricos como o Brasil. Nem o presente estudo tem a pretensão de elaborar propostas alternativas para o sistema capitalista, muito menos propor mudanças no atual modelo econômico.

Com esta argumentação, pretende-se demonstrar que, mesmo dentro do sistema capitalista e inclusive para sua preservação, é necessário limitar a

⁴³⁹ Vide op. cit., p. 183-284.

⁴⁴⁰ Estes últimos dados constam do Relatório Mundial de Emprego 2004/2005, da OIT, divulgado no site da organização (<http://www.ilo.org>). O estudo indica, ainda, que do total de pessoas ocupadas, 550 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia.

correnteza mercantilista que vem devastando e dominando todos os valores da sociedade não relacionados com o lucro, com a produtividade e com o crescimento econômico concentrado. A sensibilidade do poeta talvez seja a mais clara expressa dessa necessidade:

*“Um homem também chora, menina morena.
Também deseja colo, palavras amenas.
Precisa de um abraço da própria candura.
Guerreiros são pessoas, são fortes são frágeis,
Guerreiros são meninos, no fundo do peito.
Precisam de um descanso, precisam de um remanso.
Precisam de um sonho que os tornem perfeitos.
É triste ver esse homem, guerreiro menino,
Com a barra de seu tempo por sobre os seus ombros.
Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra
A dor que traz no peito, pois ama e ama.
Um homem se humilha, se castram seu sonho.
Seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho.
E sem o seu trabalho, um homem não tem honra,
E sem a sua honra, se morre se mata.
Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz!
Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz!”*
(Gonzaguinha)

⁴⁴¹ O 18 brumário e cartas a kugelmann, p. 21.

CAPÍTULO III –AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA - UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO

*“Se cada hora vem com sua morte,
se o tempo é um covil de ladrões,
os ares já não são tão bons ares,
e a vida é nada mais que um alvo móvel,
você perguntará porque cantamos,
cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo;
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos;
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota.”*
(Mário Benedetti)

Uma das marcas da nossa civilização é a ambigüidade. O caminho percorrido pelo homem foi sempre sinuoso e incerto, marcado por revezes, avanços, refluxos e contradições. Talvez a melhor representação da nossa evolução seja, de fato, uma espiral, um contínuo voltar sobre si, mas com tendência ascensional, onde sempre se retorna ao ponto de partida, porém em um degrau acima⁴⁴².

⁴⁴² Esta representação da evolução é apresentada em A grande síntese, de Pietro UBALDI nos seguintes termos: “a lei de desenvolvimento da trajetória típica dos movimentos fenomênicos está expressa por esta espiral, sujeita a um ritmo de pulsações que se invertem continuamente, abrem-se e fecham-se, desenrolam-se e enrolam-se. É como uma respiração íntima. É o resultado final desse contínuo voltar sobre si mesmo. É um progresso constante. Esse é o produto último desse profundo trabalho íntimo de todo o sistema. Assim, em sua simplicidade aparente, a progressão constante da evolução é o resultado de uma elaboração complexa e profunda” (p. 81-82). Não se olvida a crítica que os melhores estudiosos da história fazem às representações gráficas dos fenômenos sociais. Ainda assim, acreditamos que a representação sugerida, desde que se esteja consciente de sua insuficiência, permite uma aproximação ilustrativa e didática razoável para justificar a reflexão que se pretende desenvolver neste capítulo. Por sinal, a tendência ascensional do processo transformações sociais também é reconhecido por Michael HARDT e Antonio NEGRI: “Apesar de

As idéias, teorias, descobertas e invenções foram aproveitadas tanto para benefício do ser humano, como para sua destruição⁴⁴³. Os momentos mais negativos de nossa história, os desastres, as catástrofes, as guerras, apesar de tudo, também trouxeram efeitos positivos.

O sistema capitalista não é exceção. Na mesma medida em que se apropria e controla a práxis social, cria oportunidades para fuga e emancipação. O encadeamento cíclico vivenciado na sociedade capitalista, que tentamos demonstrar nos dois primeiros capítulos, confirma esta leitura⁴⁴⁴.

No âmbito do Direito a situação não é diversa. Construído sobre o discurso de emancipação do indivíduo, de pacificação, de proteção social, prestou-se como instrumento de opressão e controle⁴⁴⁵, a serviço da exploração capitalista, caracterizada na valorização do interesse de poucos em detrimento das necessidade de muitos. Na mesma medida, criou limites à exploração, bem como a oportunidade de ser manejado contra a opressão e o controle. Essa ambivalência do Direito foi captada por Alain BIHR:

reconhecer tudo isso, insistimos em afirmar que a construção do Império é um passo à frente, no sentido de deixar para trás qualquer nostalgia de estruturas de poder que o precederam e recusar qualquer estratégia política que implique a volta ao velho arranjo, como, por exemplo, tentar ressuscitar o Estado-nação em busca de proteção contra o capitalismo global. Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e modos de produção que o precederam. A visão de Marx fundamenta-se numa sadia e lúcida aversão às hierarquias provincianas e rígidas que precederam a sociedade capitalista, e também no reconhecimento de que o potencial de libertação aumentou na nova situação. Da mesma forma, podemos ver hoje que o Império se desfaz dos cruéis regimes do poder moderno e aumenta o potencial de libertação” (op. cit., p. 62-63).

⁴⁴³ Entre muitos exemplos, a energia nuclear talvez seja o mais marcante: vem sendo utilizado tanto no diagnóstico e tratamento da saúde, como na construção de armas de destruição em massa.

⁴⁴⁴ Esta contradição do sistema capitalista é demonstrada com profundidade por Alain BIHR quando trata da crise da sociabilidade, sendo oportuno destacar a seguinte passagem: “*Em síntese, a socialização capitalista da sociedade é também e simultaneamente dessocialização: dissolução das relações comunitárias, relaxamento do vínculo social, privatização da vida social*”. Mais adiante o autor observa: “*a apropriação, pelo capital, de suas condições gerais de reprodução volta, de fato, a encadeá-la a seu movimento autônomo de “valor em processo”. E, conseqüentemente, a lhes fazer tomar a forma de forças sociais “desencadeadas”, externas e estranhas ao “corpo social”, apresentando-se perante ele sob a aparência compacta e opaca de “coisas”, de realidades existentes em si mesmas e por si mesmas. Em outros termos, ela conduz à autonomização e à reificação das forças sociais, ou seja, da capacidade de ação da sociedade sobre a natureza e sobre si mesma*”. Entretanto, continua o autor, “*a apropriação capitalista da sociedade cria simultaneamente e contraditoriamente as condições de uma ativação dos fatores subjetivos da e na vida social. Em primeiro lugar, submetendo a prática social a uma incessante reviravolta, ela põe em evidência a capacidade de auto-instituição da sociedade e a faz aparecer como sujeito de si própria, apesar do fato de que ela aliena simultaneamente essa capacidade, ao concentrá-la nos aparelhos de reprodução do capital. Além disso, é em referência a essa capacidade que se legitima a própria idéia de revolução social e/ou política, popularizada pela burguesia ascendente antes que se voltasse contra ela através das classes populares (proletariado e campesinato)*” (op. cit., p. 146 e 147).

⁴⁴⁵ Vide Ricardo Marcelo FONSECA, op. cit., especialmente p. 130-172.

“(...) algumas das formas de apropriação capitalista da práxis social, principalmente suas formas jurídico-políticas, oferecem à capacidade da sociedade de se produzir por si só a possibilidade de se concretizar, pelo menos dentro de certos limites. Trata-se fundamentalmente do desenvolvimento do que foi denominado sociedade civil: a criação de um espaço aberto ao mesmo tempo para a contratualização das relações sociais, mas também para a civilidade nas relações interpessoais, para a discussão pública e para a democracia política como modos de regulação dos conflitos sociais, enfim para a formação dos “direitos do homem e do cidadão” como valores supremos da civilização. O fato de tantas relações sociais serem fetichizadas não impede que esses elementos da sociabilidade capitalista sejam, pelo menos potencialmente, contraditórios com a autonomização e a reificação das condições sociais de existência”⁴⁴⁶.

O espaço oferecido por esse processo contraditório descortina a possibilidade de resgatar o sentido da autonomia privada coletiva⁴⁴⁷ preconizado por Dorothee Susanne RÜDIGER:

“(...) a autonomia privada coletiva deve servir como meio de opor ao poder econômico um contrapoder, e com isso não somente resgatar a autonomia privada individual das partes aderentes dos contratos de adesão, mas, antes de tudo, contribuir para a sua emancipação política e social. A atividade contratual coletiva por si só não basta para recuperar a igualdade entre as partes, agora de forma coletiva. A igualdade permanece um problema social e político que não se esgota com a concessão da autonomia privada coletiva”⁴⁴⁸.

Acrescente-se, ainda, como assinala Antonio David CATTANI, que *“O capitalismo é (re)criador de desigualdades, marginalizador e excludente. Sem resistência sindical, sua dinâmica resulta em instabilidade, incerteza e*

⁴⁴⁶ Op. cit., p. 147-148.

⁴⁴⁷ Essa alternativa, ainda que em outra dimensão, é proposta por Alain BIHR, com o título *“Tirar partido das contradições da sociabilidade capitalista”* (vide op. cit., p. 216-219).

⁴⁴⁸ O contrato coletivo no direito privado, p. 108.

insegurança”⁴⁴⁹.

1. As bases para uma reconstrução

Nos dois primeiros capítulos, propositalmente, enfatizaram-se os interesses que prevaleceram na modelagem jurídica das relações de trabalho, tanto individuais como coletivas. O objetivo foi desmistificar o discurso tradicional, segundo o qual a regulação das relações individuais e coletivas de trabalho, inclusive as alterações derogatórias de garantias, foram, e são, promovidas exclusivamente para beneficiar o trabalhador⁴⁵⁰.

Se o propósito não é reproduzir esse discurso mistificador e justificar a tendência atual inspirada no ideário neoliberal, mas impor limites à exploração capitalista e resgatar essa função à autonomia privada coletiva, o próprio processo de modelagem jurídica oferece valioso instrumental para esse fim.

A modernidade, ainda que a configuração adotada tenha favorecido o desenvolvimento do sistema capitalista e, com ele, a opressão, a desigualdade e a exploração, inspirou-se em ideais que hoje se mantêm vivos e pendentes de concretização⁴⁵¹. Entre esses ideais se destacam, para o presente estudo, a autonomia, em

⁴⁴⁹ Op. cit., p. 27.

⁴⁵⁰ Para citar apenas um exemplo, a Emenda Constitucional nº 28, promulgada em 25-05-2000, que submeteu a ação para postular direitos trabalhistas rurais ao prazo prescricional de cinco anos (antes inexistente), foi aprovada no Congresso Nacional com o discurso de que se tratava de medida que beneficiaria o trabalhador rural, pois ampliaria a oferta de emprego. Márcio Túlio Viana, nesse sentido, observa que “*na justificativa da PEC que originou a emenda, alega-se que os empregadores se sentiam “inseguros” a respeito dos direitos “eventualmente remanescentes num contrato de 20 anos, por exemplo”. Fala-se também em “privilégio” e conclui-se que a proteção que se dava era apenas aparente, pois acaba incentivando o desemprego*”. O autor pondera, contudo, que “*os argumentos são falsos. De um lado, porque, como lembramos, a própria Constituição, no art. 233, permitia a liberação do empregado adimplente. Assim, quem cumpria as suas obrigações nada tinha a temer. Por outro lado, não faz sentido precarizar a relação de emprego a pretexto de combater o desemprego: é como abrir leitos nos hospitais matando doentes*” (O acesso à justiça e a nova prescrição do rurícola, in revista Gênesis 17(97):011-070, janeiro-2001, p. 35).

⁴⁵¹ A modernidade foi construída sob a inspiração teórica iluminista, fornecida especialmente pelo movimento que ficou conhecido como Ilustração. Conforme Ricardo Marcelo FONSECA, respaldado em Sergio Paulo ROUANET, o Iluminismo é um movimento intelectual amplo que transpassou a história desde o século XVIII, tendo como fundamento básico a “*busca incessante de autonomia com relação a todas as tutelas (a divisa do Iluminismo seria a frase de Kant, “sapere aude” – “ousa saber”), a busca da liberdade do indivíduo, bem como a procura de sua realização nos mais diversos âmbitos (como a felicidade e a igualdade, por exemplo, malgrado a profunda diversidade de respostas encontradas em cada corrente), e tais realizações para todos, já que o ideal iluminista é universal. Tudo isso, é claro, possibilitado pela razão emancipadora que traz luzes frente a um mundo de obscurantismo, preconceitos e tutelas*” (op. cit., p. 67-68). A Ilustração, que se constituiu em “*um movimento cultural que floresceu no século XVIII, tendo como grandes nomes Diderot, D’Alambert e Voltaire, que, especialmente no contexto francês pré-revolucionário, foram personagens do combate contra as trevas do antigo regime*”, foi “*apenas uma realização histórica do Iluminismo (e talvez a sua mais importante)*”.

sua dupla expressão (liberdade e capacidade⁴⁵²) e nas dimensões intelectual, política e econômica⁴⁵³, bem como a igualdade⁴⁵⁴.

A autonomia da vontade, que é a autonomia restrita à liberdade de contratar, e a igualdade formal, que foram as expressões desses ideais apropriadas para modelar o sistema jurídico e político da modernidade⁴⁵⁵, já representaram, para a época, grandes conquistas. Ademais, forneceram a noção para a sua retomada e expansão.

É a ruptura do modelo liberal individualista, todavia, que fornece bases mais sólidas para a reconstrução que estamos propondo a esboçar.

Como visto, o modo de acumulação capitalista, em um ambiente liberal e individualista, além de não cumprir as promessas emancipatórias do ser humano, foi fértil na geração de desigualdades materiais. A opressão e a exploração exacerbadas constituíram o estopim das crises, dos conflitos e da mobilização organizada da massa operária, que, por sua vez, desencadeou a autodestruição do liberalismo clássico⁴⁵⁶.

Nesse processo, a regulação das relações de trabalho desprende-se do Direito Civil tradicional, afastando-se dos postulados da ampla liberdade de negociação, igualdade formal, tutela jurídica do indivíduo, considerado isoladamente, que voltadas exclusivamente para proteger o livre exercício da atividade econômica, canalizavam os excessos⁴⁵⁷. O Estado, deixando de ser um mero espectador (*“laissez faire,*

⁴⁵² Liberdade relacionada “com os direitos de cada um” e capacidade de efetivo exercício dos direitos (FONSECA, Marcelo Ricardo, op. cit., p. 70).

⁴⁵³ A autonomia intelectual consiste na aptidão de o sujeito não depender de qualquer forma de tutela, tendo na razão o “guia (o único guia) no desvelamento do mundo”, que conduz o homem para a “*emancipação em suas esferas de vida social e política*” (FONSECA, Marcelo Ricardo, op. cit., p. 70-71). A autonomia política que “*significa a superação de toda a forma de despotismo, na valorização da liberdade civil (entendida esta como a capacidade do homem de agir no espaço privado sem interferências ilegítimas) e da liberdade política (entendida esta como a capacidade do homem agir no espaço público)*” (FONSECA, Marcelo Ricardo, op. cit., p. 71). A autonomia econômica significa “*o livre direito de participação nas esferas da produção, da circulação e do consumo. Isto é: o homem tem autonomia econômica quando pode produzir, consumir e fazer circular bens e serviços*” (FONSECA, Marcelo Ricardo, op. cit., p. 71).

⁴⁵⁴ A igualdade, ainda que não concretizada, foi um dos ideais que inspirou e motivou os movimentos revolucionários, tanto que o lema da Revolução Francesa foi liberdade, igualdade e fraternidade. Conforme TRINDADE, João Damião de Lima (op. cit., p. 53-55), na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 a igualdade não figurou entre os direitos naturais e imprescindíveis, atributos reservados apenas à liberdade, à propriedade (que também foi considerada sagrada e inviolável), à segurança e à resistência à opressão. A igualdade ficou limitada à sua dimensão civil, no sentido de que todos são iguais em direitos (art. 1º), perante a lei (art. 6º) e perante o fisco (art. 13).

⁴⁵⁵ Vide Ricardo Marcelo FONSECA, op. cit., p. 72-76.

⁴⁵⁶ NALIN, Paulo, Do contrato: conceito pós-moderno, p. 109.

⁴⁵⁷ Neste sentido Enzo Roppo observa que “*os fenômenos particulares de restrição da liberdade contratual (...) registram-se sempre que as partes da relação se encontram, relativamente ao objeto daquela, em*

laissez passer”), passa a ter uma postura intervencionista, impondo limites à vontade individual a fim de salvaguardar as condições mínimas de proteção aos trabalhadores⁴⁵⁸.

O passo seguinte, nos países de economia central, como visto, foi a introdução do Estado do bem-estar social, com a substituição da concepção puramente protecionista pela proteção promocional.

Ainda que o Estado protecionista e, depois, o Estado promocional tenham sido implementados pelas razões já exploradas, no primeiro capítulo, promoveram ruptura que não se limitou ao âmbito das relações de trabalho, atingindo todo o sistema jurídico e econômico construído à luz do modelo liberal individualista clássico, que não mais estava atendendo as necessidades do capitalismo e os valores que a sociedade passou a reclamar⁴⁵⁹.

O espaço criado permitiu que o sistema jurídico, especialmente o constitucional, recepcionasse os ideais do iluminismo e avançasse na criação de mecanismos para sua concretização.

1.1. Os direitos fundamentais

O avanço verificado na concepção dos direitos fundamentais é o exemplo mais representativo desse processo de recepção dos ideais iluministas.

Inicialmente concebidos na sua dimensão exclusivamente negativa, de defesa, expressava os direitos do indivíduo frente ao Estado, ou seja, a esfera em que o Estado não poderia intervir e, portanto, o indivíduo tinha liberdade de atuação e o

posições de forma econômica - social desigual (e por isso de desigual “poder contratual”), que permitem ao contraente “forte” impor a sua vontade unilateral ao contraente “débil”, o qual é constrangido a acatá-la” (op. cit., p. 319).

⁴⁵⁸ “... o remédio, consiste, então, em regra, numa intervenção autoritária externa do poder público - geralmente do legislador - que reage às restrições ou à expropriação de fato da liberdade contratual das “partes débeis”, restringindo, por sua vez, mas com prescrições normativas formais, a liberdade contratual das “partes fortes” do contrato, pois já sabemos que é o exercício da liberdade contratual dos contraentes em posição de superioridade econômica e social a causar diretamente a supressão da liberdade contratual dos contraentes em posição econômica e socialmente deteriorada” (idem, ibidem, p. 319).

⁴⁵⁹ Eroulths CORTIANO JUNIOR assinala que os “postulados do Estado liberal não iriam resistir às reivindicações de novos atores, ingressantes no jogo social. A noção de igualdade forma logo refletiria o fantasma da desigualdade material, e a separação entre Estado e sociedade daria lugar a um novo modelo de Estado”. Acrescenta que os “mecanismos de desenvolvimento da economia capitalista geram condições estruturais e conjunturais de desagregação de um quadro no qual se confinava o Estado a ser mero garantidor da segurança política, social e jurídica das relações de troca regidas pelo direito privado. Esses mecanismos – por exemplo, a acumulação de capital, o controle monopolístico dos mercados, a dificuldade de acesso à riqueza – geram um déficit que opera sobre os planos econômico e social, de tal forma que o Estado se vê compelido a atuar em dois sentidos: em direção ao econômico, por meio de mecanismos de correção do mercado, e em direção ao social, pela recuperação dos excluídos ao sentido social do

direito de resistir e se opor à influência do Estado⁴⁶⁰.

Essa dimensão dos direitos fundamentais, que passou a ser identificada como primeira geração ou primeira dimensão, era o substrato do Estado liberal-individualista.

Fruto da ruptura com o modelo liberal-individualista e da construção do Estado do bem-estar social, foram consagrados os direitos fundamentais de segunda geração, que passaram a expressar a sua dimensão positiva. Decorreram do quadro social degradante e da necessidade de preservação do sistema capitalista, que impôs a constatação de que a liberdade e a igualdade formal não geram garantia do seu efetivo gozo, bem como não geraram a necessidade do comportamento ativo do Estado na realização da justiça social, tendo como base a igualdade em seu sentido material.

Os direitos fundamentais de segunda geração, assim, congregam as liberdades sociais, como a liberdade de sindicalização, a greve, as garantias fundamentais mínimas dos trabalhadores, correspondendo justamente às reivindicações das classes desfavorecidas pelo sistema capitalista de exploração, em especial as classes operárias⁴⁶¹.

Importante ressaltar que a consagração dos direitos fundamentais de segunda geração não substituiu os de primeira geração, mas a eles se agregou.

Outro aspecto de extrema relevância consiste no fato de que os direitos fundamentais, ainda que construídos a partir das necessidades e interesses do sistema capitalista⁴⁶², desgarraram-se dos interesses das classes dominantes, passando a ter vida própria e mesmo independente do sistema jurídico formal adotado em cada Estado-nação, expressando de forma marcante as ambigüidades a que nos referimos no preâmbulo deste capítulo.

As duas novas dimensões assumidas pelos direitos fundamentais, na atualidade, são ainda mais reveladoras dessa assertiva. A terceira dimensão compreende os direitos de solidariedade e de fraternidade, tendo como

instituído” (O discurso proprietário e suas rupturas: prospectiva e perspectivas do ensino do direito de propriedade, p. 91).

⁴⁶⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais, p. 50-51. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional, p. 516-518. Esclareça-se que alguns autores, como Ingo Wolfgang SARLET, identificam essa classificação dos direitos fundamentais como “dimensão”, enquanto outros, como Paulo BONAVIDES, preferem identificar como “geração”.

⁴⁶¹ SARLET, Ingo Wolfgang. *idem*, p. 51-52. BONAVIDES, Paulo. *idem*, p. 518-522.

⁴⁶² Circunstância explorada do capítulo I.

destinatários os grupos humanos, e visam a preservar a paz, a autodeterminação dos povos, o desenvolvimento, o meio ambiente, a qualidade de vida⁴⁶³. A quarta dimensão, defendida por Paulo BONAVIDES⁴⁶⁴, preconiza a globalização dos direitos fundamentais, o direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

Não obstante isso, no nosso país, os direitos fundamentais foram expressamente incorporados no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988⁴⁶⁵, fruto, como já ressaltado, de um momento privilegiado de nossa história.

Exemplificativamente, o Estado Democrático de Direito, consagrado no *caput* do art. 1º da Constituição Federal, por si só, já indica a “*incorporação efetiva da questão da igualdade como um conteúdo próprio a ser buscado garantir através do asseguramento mínimo de condições mínimas de vida ao cidadão e à comunidade*”⁴⁶⁶. A Carta Magna, ainda, explicita como fundamentos do Estado Democrático de Direito a “*dignidade da pessoa humana*” (inciso III do art. 1º), “*os valores sociais do trabalho*” (inciso IV), identificando entre os objetivos fundamentais a construção de “*uma sociedade livre, justa e solidária*” (inciso I do art. 3º) e “*erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*” (inciso III do art. 3º)⁴⁶⁷.

No Título II, relaciona os direitos e garantias fundamentais, compreendendo os direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º), os direitos sociais (arts. 6º a 11), os atributos da nacionalidade (arts. 12 e 13), os direitos políticos (arts. 14 a 16) e as regras de organização política (art. 17). Também estabelece a função que deve orientar a exploração da atividade econômica:

⁴⁶³ SARLET, Ingo Wolfgang. *idem*, p. 52-54. BONAVIDES, Paulo. *idem*, p. 522-524.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 525-526.

⁴⁶⁵ “*O Estado Liberal não é estático, e evolui; a dinâmica política, sem eliminar-lhe o substrato de liberdade, mas antes forcejando por ampliá-lo, faz nascer o Estado Social, o qual introduz nos artigos da Constituição os direitos sociais.*” (BONAVIDES, Paulo. *Teoria do estado*, p. 29).

⁴⁶⁶ STREK, Lênio Luiz, *op. cit.*, p. 39.

⁴⁶⁷ Eros Roberto GRAU, analisando o preceito contido no art. 3º da Constituição, afirma: “*O enunciado do princípio expressa, de uma banda, o reconhecimento explícito de marcas que caracterizam a realidade nacional: pobreza, marginalização e desigualdades, sociais e regionais. Eis um quadro de subdesenvolvimento, incontestado, que, todavia, se pretende reverter. Essa reversão nada tem, porém, em relação aos padrões do capitalismo, de subversiva. É revolucionária apenas enquanto votada à modernização do próprio capitalismo. Dir-se-á que a Constituição, aí, nada mais postula, no seu caráter de Constituição Dirigente, senão rompimento do processo de subdesenvolvimento no qual estamos imersos e, em cujo bojo, pobreza, marginalização e desigualdades, sociais e regionais, atuam em regime de causação circular acumulativa – são causas e efeitos de si próprias*”. Assim, conclui que “*é o próprio texto constitucional, destarte, que dá razão a quem afirme que o ideário da Revolução Francesa ainda é revolucionário – então sim: revolucionário – entre nós. Nada mais projeta, revolucionariamente, senão que o homem deixe de ser vadio e pedinte (o que é corrente), para tanto cumprindo que no mínimo se lhe assegure direito ao trabalho e condições de dignidade. O programa que propõe não é senão o de instalação*”.

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

III – função social da propriedade;

(...)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego (...).”

Logo, ainda que não implantado o Estado do bem-estar social no Brasil, os seus postulados se encontram vivos e acessíveis aos operadores do direito, bastando aplicar os direitos e garantias fundamentais insculpidos na Carta Magna, nas relações interprivadas, como instrumento de delimitação da exploração econômica⁴⁶⁸.

O Direito, portanto, precisa ser (re)pensado a partir da premissa de que sua função é atender as necessidades e as carências da vida social. Deve, também, constituir-se em instrumento de emancipação do ser humano, sendo esta finalidade o norte que orienta a sua interpretação e a sua aplicação. O Direito não existe para servir o econômico e o financeiro. O Direito, o econômico e o financeiro devem, sim, estar a serviço do ser humano. Este é o pondo de partida proposto por Luiz Edson FACHIN:

“Reconhecemos que as relações materiais fundam a base do modo de pensar da sociedade, suas leis e regras. Localizamos no enfrentamento das questão proposta, um ponto de partida. Esse elo inicial está

de uma sociedade estruturada segundo o modelo do Welfare State” (A ordem econômica na Constituição de 1988, p. 255).

⁴⁶⁸ Ingo Wolfgang SARLET justifica essa necessidade: *“Se mesmo em Estados desenvolvidos e que, de fato, assumem (em maior ou menor grau) as feições de um Estado democrático (e social) de Direito já se aceita – (...) – que nas relações cunhadas pela desigualdade, o particular mais ‘poderoso’ encontra-se diretamente vinculado aos direitos fundamentais do outro particular (embora ambos sejam titulares de direitos fundamentais), mais ainda tal vinculação deve ser reconhecida na ordem jurídica nacional, onde, quando muito, podemos falar na previsão formal de um Estado Social de Direito que, de fato, acabou sendo concretizado apenas para uma diminuta parcela da população” (Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais, in: A constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado, p. 152-153).*

exposto na aula inaugural que em 1993 foi proferida na Universidade Federal do Maranhão pelo professor Agostinho Ramalho Marques Neto, o qual, após reconhecer que o Direito é a ‘síntese de múltiplas determinações’, bem fez ver que ‘modelos mecanicistas ficam sempre aquém da compreensão desse processo em sua dialética real’, para concluir que o ‘Direito é fruto de conquistas sociais’, e por isso nele há algo de emancipatório.

Essa perspectiva funda uma crença quase sempre inabalável na educação jurídica, distante de um adestramento dogmático embalsamado pela exegese estrita do direito instituído, voltada para os fatos sociais, rente à vida e às circunstâncias”⁴⁶⁹.

1.2. A constitucionalização e a repersonalização do Direito

Civil: um exemplo a ser seguido

A nova ordem constitucional já vem sendo explorada pela doutrina e jurisprudência para reconstruir o Direito Civil, bem antes mesmo da vigência do atual Código Civil.

O Direito Civil, corporificado nas codificações oitocentistas⁴⁷⁰, que fornecia a base estrutural das relações privadas no Estado liberal individualista, passou a ser reconstruído sob novos fundamentos, afinados com os postulados do Estado social, que reorientaram a sua centralidade da proteção da propriedade para a proteção da pessoa humana, não mais como indivíduo abstrato, mas como um ser concreto, carente de necessidades vitais:

“O direito volta-se para recuperar aos excluídos o sentido do viver social, e tem relevância a função que desempenha no mundo jurídico e econômico aquele instituto – a propriedade – que era a cidadela do direito privado liberal. Se antes a função social da propriedade era exercida à medida que refletia a autonomia e liberdade humanas, impõe-se agora compreender sua função em face dos desprivilegiados, dos não proprietários; daqueles cuja autonomia e liberdade inexistiam por não serem proprietários.

(...)

⁴⁶⁹ “Virada de Copérnico”: um convite à reflexão sobre o direito civil brasileiro contemporâneo, in Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo, p. 320.

De qualquer sorte, ‘da erupção do sistema individualista chegou-se à função social’. A visão da função social da propriedade passa pelo redimensionamento mesmo do direito de propriedade, e não como mais um limite aposto aos poderes proprietários. A concepção de que a propriedade deve ser utilizada de forma solidarística ‘incide sulla struttura tradizionale della proprietà dall’interno’, a ponto que se pode sustentar que a função social é a razão mesma pela qual o direito de propriedade é atribuído a um certo sujeito”⁴⁷¹.

Daí é sustentada a repersonalização do direito civil⁴⁷² e a construção de um Direito Civil constitucionalizado⁴⁷³, a partir da interpretação de seus institutos conforme os princípios da Constituição Federal. As normas de direito privado, editadas segundo os postulados do Estado Liberal, passam a ser interpretadas conforme a Constituição.

A doutrina e a jurisprudência, de uma maneira geral, não têm enfrentado essa nova dimensão no âmbito do Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho continua a ser interpretado exclusivamente com base na legislação ordinária, olvidando-se que desde 1988 vigora em nosso país uma nova ordem constitucional, fundada nos princípios do Estado Democrático de Direito, comprometido com a efetividade da igualdade material⁴⁷⁴. Ao contrário, verifica-se uma tendência justificada mais no fenômeno da “globalização”, e sustentada pela política econômica capitalista denominada de “neoliberalismo” e que tem como meta a flexibilização e a desregulamentação da

⁴⁷⁰ Que no Brasil era representado pelo Código Civil de 1916.

⁴⁷¹ Eroulths CORTIANO JUNIOR, op. cit., p. 93 e 94-95

⁴⁷² A necessidade de repersonalização do direito civil encontra justificativa precisa em Orlando de CARVALHO: “dentro do mundo do direito, o direito civil constitui aquele círculo em que é menos fungível o indivíduo como tal. Restaurar a primazia da pessoa é assim o dever número um de uma teoria do direito que se apresente como teoria do direito civil”. Justamente por isso “a necessidade de “repersonalizar” o Direito Civil, colocando no topo da sua regulamentação, não o homem abstrato do liberalismo econômico, mas o homem concreto da sociedade contemporânea, na busca de um humanismo socialmente comprometido. Necessidade também, de referir constantemente o Direito aos interesses, considerando-o, na linha de um Heck, como um ‘serviço da vida’, mas, diferentemente dele, de uma vida inserida numa dinâmica histórica que aponta para uma autêntica emancipação pessoal” (A teoria geral da relação jurídica, p. 92, 100-101).

⁴⁷³ Segundo Maria Celina B. M. TEPEDINO, a Constituição Federal, ao consagrar como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, priorizando como objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, assim como a erradicação da pobreza, colocou a pessoa humana e os valores existenciais no vértice do ordenamento jurídico, o que deve orientar todas as normas e ramos do direito, perdendo sentido a distinção entre público e privado (A caminho de um direito civil constitucional, in Revista de Direito Civil, n. 65, p. 21-32).

⁴⁷⁴ STRECK, Lênio. Hermenêutica jurídica e(m) crise, p. 32 a 45.

legislação trabalhista, como se, no âmbito das relações de trabalho, tivesse deixado de existir a desigualdade material e a opressão do economicamente mais forte sobre a parte mais fraca da relação.

A realidade, porém, como já ressaltado, mostra-se mais perversa e agravada pelos novos modelos de exploração de mão-de-obra, descentralização e transnacionalização da produção, desemprego estrutural e exploração especulativa dos capitais financeiros.

Mesmo a relação coletiva de trabalho, que já chegou a mitigar os efeitos das desigualdades individuais, não produz o mesmo efeito, especialmente, porque as transformações ocorridas no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo fragilizaram o sindicato, sua representatividade e a força reivindicativa. Como observa Enzo ROPPO, a solução para a desigualdade material, através da contratação coletiva, somente se mostrava viável ante a existência em especial de duas condições: movimento sindical organizado e sustentáculo através da arma da greve:

*“Nas relações entre empresários e trabalhadores subordinados, na verdade, aquele tipo de solução tornou-se possível por força de um reequilíbrio substancial das posições de poder contratual das partes, por sua vez determinado pela formação e pelo desenvolvimento de um movimento sindical organizado, a cujas reivindicações e iniciativas oferecia sustentáculo decisivo a arma da greve. Onde falem estas condições, faltam os próprios pressupostos para que possa realizar-se aquela recuperação da ‘contratualidade’ num pé de igualdade substancial entre as partes contrapostas do contrato”*⁴⁷⁵.

Resta ao Direito do Trabalho, nas circunstâncias, fazer o caminho de volta, buscando em sua origem, ou seja, no Direito Civil, em suas concepções contemporâneas e no que vem sendo chamado de Direito Civil constitucionalizado, o exemplo para reconstruir o sentido da autonomia privada coletiva⁴⁷⁶.

⁴⁷⁵ Op. cit., p. 319

⁴⁷⁶ No Direito português esta proposta é apresentada por José João ABRANTES: “A Constituição impõe ao Direito do Trabalho um reencontro com as suas origens, enquanto ramo do Direito em que o “social” se impõe como limite do “econômico” e em que o lugar central é o da pessoa humana, em todas as suas facetas, como indivíduo, cidadão e trabalhador. Impõe-lhe, no fundo, que reencontre aquela que, ainda hoje, tam como ontem, é a sua questão fundamental: a emancipação dos trabalhadores, rumo a uma cidadania plena, uma cidadania, não apenas civil e política, mas também econômica, social e cultural” (O código do trabalho e a Constituição, in Questões laborais, p. 133-134).

1.3. A autonomia privada

A autonomia privada coletiva não foi concebida como um contraponto à autonomia privada individual, representando na verdade uma forma para o seu resgate⁴⁷⁷. Enzo ROPPO fornece visão clara dessa perspectiva:

*“O exercício da autonomia contratual conhece, porém, formas novas e diferentes: não já autonomia individual, mas autonomia coletiva. É justamente esta transformação radical das modalidades do seu exercício, que permitiu ao princípio a autonomia privada converter-se de instrumento de domínio e opressão social em instrumento de emancipação e progresso dos trabalhadores. Nesta perspectiva, assim como se disse que em muitos aspectos a liberdade contratual acabou por devorar-se a si mesma, com referência às vicissitudes da contratação coletiva das relações de trabalho subordinado, podemos dizer que a liberdade contratual soube regenerar-se a si própria: neste setor, a liberdade contratual, substancialmente negada enquanto o seu exercício se continha nas formas da autonomia individual é – através do exercício da autonomia coletiva – substancialmente repristinada e recuperada a um nível mais alto”*⁴⁷⁸.

No momento em que a autonomia privada coletiva deixou de cumprir o papel regenerador da autonomia individual, justamente porque, por si só, não tem mais condições de estabelecer o equilíbrio na relação contratual, é também a evolução do conceito da autonomia da vontade para autonomia privada, no âmbito do Direito Civil, que fornece um encaminhamento possível para a solução que estamos nos propondo a construir.

Inicialmente, é preciso frisar que o conteúdo da autonomia da vontade ou da autonomia privada está intrinsecamente vinculado ao contexto histórico⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ Vide Dorothee Susanne RÜDIGER (O contrato coletivo no direito privado, p. 94).

⁴⁷⁸ op. cit., p. 326.

⁴⁷⁹ Neste sentido, Ana PRATA pontifica: “A elaboração de qualquer conceito jurídico implica uma operação de abstracção: afirmar-se o carácter essencial de uma dada qualidade relativamente a outras, consideradas secundárias, e assim se procede à unificação numa categoria única de um conjunto de relações de conteúdos muito diversos. Ora, o seleccionar do poder jurídico da vontade livre como característica diferenciadora do negócio jurídico – isto é, o trazer para o primeiro plano da autonomia privada – é uma operação

Autonomia da vontade se afirmou como “*pedra angular do sistema civilístico*”⁴⁸⁰, no Estado liberal-individualista, que tinha no contrato o instrumento para a consecução de seu principal valor: a circulação de riquezas, como caracteriza Paulo NALIN:

“*O contrato era tido como instrumento de circulação de riquezas, constituindo-se em adequado e legítimo mecanismo para que a classe em ascensão (burguesa) tivesse, à sua disposição, um meio legal para obter da classe aristocrática em decadência a tradição do bem jurídico mais importante para aquele sistema jurídico que era o real imobiliário. Estava consagrado o dogma da vontade e o contrato definido como instrumento de sua convalidação. Reinava a idéia, conforme já havia preconizado KANT, posteriormente descrita por FOUILLÉE (1838-1912): ‘Qui dit contractuel, dit juste’*”⁴⁸¹.

Nesse ambiente, o contrato “*tinha por base o postulado jusnaturalista que individualizava na vontade humana a fonte primeira de todo o efeito jurídico, a energia criadora dos direitos e obrigações legais*”⁴⁸². Repelia-se qualquer interferência do Estado no ajustado entre os indivíduos, pois o pactuado era lei entre as partes e deveria ser cumprido, não admitindo interferências externas (*pacta sunt servanda*).

A ruptura com o modelo liberal-individualista fez com que a liberdade do sujeito cedesse lugar à funcionalização do contrato, sujeitando a vontade individual ao direcionamento heterônomo. Assim, como explica Ana PRATA, “*a juridicidade do acto ou da relação afere-se pela dignidade do interesse em causa, e o juízo sob essa dignidade é um juízo normativo informado por critérios supraindividuais*”⁴⁸³.

A autonomia da vontade sofre, assim, as inflexões das transformações da sociedade, passando a ter outros contornos, expressando-se como autonomia privada:

historicamente marcada. Só a partir dela tem relevo conceitual jurídico a autonomia privada” (A tutela constitucional da autonomia privada, p. 11-12).

⁴⁸⁰ FACHIN, Luiz Edson. Novo conceito de ato e negócio jurídico, p. 54.

⁴⁸¹ Op. cit., p. 109.

⁴⁸² ROPPO, Enzo, O contrato, p. 297.

⁴⁸³ Op. cit., p. 23.

“O contrato, portanto, transforma-se, para adequar-se ao tipo de mercado, ao tipo de organização econômica em cada época prevalecente. Mas justamente, transformando-se e adequando-se do modo que se disse, o contrato pode continuar a desempenhar aquele que é - e continua a ser - a sua função fundamental no âmbito das economias capitalistas de mercado: isto é, a função de instrumento da liberdade de iniciativa econômica. Está agora claro que as transformações do instituto contratual, que designamos em termo da sua objetivação, não contrariam, mas antes secundam, o princípio da autonomia privada, desde que se queira ter deste princípio uma noção realista e correta: autonomia privada, portanto, não como sinônimo de ‘autonomia da vontade individual’, mas como forma jurídica e legitimação da liberdade econômica, da liberdade de prosseguir o lucro ou, então, de atuar segundo as conveniências de mercado (...) Por outras palavras, as tendências objetivistas do direito moderno não vão necessariamente contra o princípio da autonomia privada, porque este - como já se tinha advertido - não se identifica com o dogma da vontade”⁴⁸⁴.

A solução para esta desigualdade está na intervenção estatal, a fim de preservar ou restabelecer o equilíbrio na relação contratual.

“... o remédio, consiste, então, em regra, numa intervenção autoritária externa do poder público - geralmente do legislador - que reage às restrições ou à expropriação de fato da liberdade contratual das ‘partes débeis’, restringindo, por sua vez, mas com prescrições normativas formais, a liberdade contratual das ‘partes fortes’ do contrato, pois já sabemos que é o exercício da liberdade contratual dos contraentes em posição de superioridade econômica e social a causar diretamente a supressão da liberdade contratual dos contraentes em posição econômica e socialmente deteriorada”⁴⁸⁵.

⁴⁸⁴ ROPPO, Enzo, op. cit., p. 310-311. O mesmo autor também observa que “os fenômenos particulares de restrição da liberdade contratual (...) registram-se sempre que as partes da relação se encontram, relativamente ao objeto daquela, em posições de forma econômica - social desigual (e por isso de desigual “poder contratual”), que permitem ao contraente “forte” impor a sua vontade unilateral ao contraente “débil”, o qual é constrangido a acatá-la” (idem, p. 319).

⁴⁸⁵ ROPPO, Enzo, op. cit., p. 319. No mesmo sentido, Ana PRATA afirma que “a evolução teórica conduz, portanto, à constatação de que negócio jurídico não é uma qualquer manifestação de vontade dirigida a certos efeitos, nem um qualquer ato voluntário em que se verifica uma coincidência entre a vontade e os efeitos, mas apenas aqueles em que a vontade integre a previsão da lei, sendo os efeitos desencadeados de

É preciso lembrar que a proteção legal do economicamente mais frágil, do hipossuficiente, nas relações jurídicas, não representa mais exclusividade do Direito do Trabalho, muito menos se encontra superada. Melhor exemplo desta afirmação é verificada no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.90). Neste diploma, estão consagradas regras que retratam típico regime de intervenção estatal com o propósito de proteger a parte mais vulnerável das relações de consumo. Veja-se, para tanto, o art. 4º, inciso I, que consagra como princípio da Política Nacional de Relações de Consumo o “*reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo*”, ou o inciso II, deste mesmo artigo, prevendo a “*ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor*”, através da “*presença do Estado no mercado de consumo*” (c). O art. 6º do referido Código consagra, ainda, entre os direitos básicos do consumidor, a inversão do ônus da prova, pelo Juiz, quando verificar a sua condição de “*hipossuficiente*”⁴⁸⁶, expressão esta cunhada no âmbito do Direito do Trabalho.

Assim, os contornos da eficácia e dos limites da autonomia privada coletiva também podem ser estabelecidos dentro desse mesmo contexto, encontrando os seus parâmetros nos princípios fundamentais insculpidos na Constituição Federal, como preconiza Ana PRATA:

*“Um outro aspecto, como referi, da intervenção estatal na liberdade negocial como forma de defesa da liberdade individual – e como resultado da consideração da desigualdade real dos cidadãos – se pode encontrar na afirmação da eficácia direta e genericamente preceptiva dos preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais”*⁴⁸⁷.

Observe-se que, neste contexto, quando se sustenta a intervenção estatal, através dos princípios fundamentais, na liberdade negocial, não se está,

acordo com a sua estatuição” (op. cit., p. 21). Assim, conforme Francesco SANTORO-PASSARELLI citado pela mesma autora, “*esta esfera de liberdade, reconhecida, com limites diversos embora, por todos os ordenamentos, é o âmbito no qual se opera a autonomia dos privados, que é entendida como o poder de regular os próprios interesses, resultante da lei e a esta subordinado*” (idem, p. 21, nota de rodapé 25).

⁴⁸⁶ O artigo citado dispõe: “art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.

⁴⁸⁷ Op. cit., p. 136.

a rigor limitando a autonomia, no caso coletiva, mas, sim, preservando a sua expressão.

2. A proposta de reconstrução

Cumpra, agora, oferecer a proposta de aplicação prática do instrumental apresentado na seção anterior.

Inicialmente, serão destacados alguns princípios fundamentais e preceitos contidos na Constituição que podem balizar a atividade negocial coletiva. Desde já se ressalva que esse exercício não pretende ser exaustivo, mas meramente exemplificativo.

Na sequência, serão apresentadas, também de forma exemplificativa, algumas formas de resgatar o sentido e a eficácia da negociação coletiva, no Brasil, independentemente de alteração legislativa.

2.1. A orientação constitucional da autonomia privada coletiva

O princípio fundamental que oferece indicativo mais claro do sentido da autonomia coletiva, ao nosso ver, encontra-se no *caput* do art. 7º da Constituição Federal: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (sublinhamos).

A Constituição Federal, assim, não deixa dúvidas de que as garantias previstas nos diversos incisos do art. 7º são mínimas, somente podendo ser alteradas ou acrescidas para beneficiar o trabalhador.

Esse mesmo princípio permite, ainda, estender a limitação para as garantias previstas na legislação infraconstitucional. Com efeito, a lei, quer editada na vigência da Constitucional, quer por esta recepcionada, que prescreve garantia ao trabalhador, mais ampla ou de conteúdo diverso daquelas previstas nos incisos do art. 7º da Constituição, está concretizando o preceito contido no *caput* (“*além de outros que visem à melhoria de sua condição social*”).

Nesse contexto é possível, inclusive, invocar a construção teórica da “*proibição de retrocesso*”, que inibe o próprio legislador infraconstitucional de suprimir direitos fundamentais sociais já concretizados. Embora a temática justificasse ampla e profunda abordagem, o que refoge aos propósitos desta investigação, oportuno reproduzir os seguintes comentários de Ingo Wolfgang SARLET, suficientes para sua

compreensão:

“(...) A proibição de retrocesso assume, portanto, feições de verdadeiro princípio constitucional implícito, que pode ser reconduzido tanto ao princípio do Estado de Direito (no âmbito da proteção da confiança e da estabilidade das relações jurídicas), quanto ao princípio do Estado Social, na condição de garantia da manutenção dos graus mínimos de segurança social alcançados.

Contra o reconhecimento, em princípio, de uma proibição de retrocesso na esfera das conquistas sociais, argumenta-se que esta esbarra no fato de que o conteúdo do objeto dos direitos fundamentais sociais não se encontra, em regra, definido ao nível da Constituição, sendo, além disso, indeterminável sem a intervenção do legislador, de tal sorte que este deverá dispor de uma quase absoluta liberdade de conformação nesta seara, que, por sua vez, engloba a autonomia para voltar atrás no que diz com as próprias decisões, liberdade esta que, no entanto, se encontra limitada pelo princípio da proteção da confiança e pela necessidade de justificação das medidas reducionistas. Tal concepção, ao menos para nós, não pode merecer acolhida, sob pena de se outorgar ao legislador o poder de livremente dispor do conteúdo essencial dos direitos fundamentais sociais, enquanto consagrado na esfera constitucional, já que – em se comungando tal ponto de vista – ter-se-ia de reconhecer que os órgãos legiferantes, inquestionavelmente vinculados aos direitos fundamentais e às normas constitucionais em geral, dispõem do poder de tomar suas decisões mesmo em flagrante desrespeito à vontade expressa do Constituinte”⁴⁸⁸.

⁴⁸⁸ A eficácia dos direitos fundamentais, p. 375-376. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a aplicabilidade no nosso ordenamento constitucional deste princípio neste histórico julgamento: “*DIREITO CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. LICENÇA-GESTANTE. SALÁRIO. LIMITAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 14 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15.12.1998, E DO ART. 6º DA PORTARIA Nº 4.883, DE 16.12.1998, BAIXADA A 16.12.1998, PELO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º, IV, 5º, I, 7º, XVIII, E 60, § 4º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR. (...) 8. O legislador brasileiro, a partir de 1932 e mais claramente desde 1974, vem tratando o problema da proteção à gestante, cada vez menos como um encargo trabalhista (do empregador) e cada vez mais como de natureza previdenciária. Essa orientação foi mantida mesmo após a Constituição de 05/10/1988, cujo art. 6º determina: a proteção à maternidade deve ser realizada “na forma desta Constituição”, ou seja, nos termos previstos em seu art. 7º, XVIII: “licença à gestante, sem prejuízo do empregado e do salário, com a duração de cento e vinte dias”. 9. Diante desse*

Sendo assim, se a própria lei não pode fazê-lo, evidentemente, as garantias sociais concretizadas pela legislação infraconstitucional também não podem ser reduzidas ou suprimidas pela negociação coletiva.

Outro princípio fundamental que deve orientar o sentido da autonomia coletiva é aquele previsto no art. 8º, III, da Constituição Federal: *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”* (sublinhamos).

Esse preceito indica a função constitucional das entidades sindicais: *“a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”*⁴⁸⁹.

quadro histórico, não é de se presumir que o legislador constituinte derivado, na Emenda 20/98, mais precisamente em seu art. 14, haja pretendido a revogação, ainda que implícita, do art. 7º, XVIII, da Constituição Federal originária. Se esse tivesse sido o objetivo da norma constitucional derivada, por certo a E. C. nº 20/98 conteria referência expressa a respeito. E, à falta de norma constitucional derivada, revogadora do art. 7º, XVIII, a pura e simples aplicação do art. 14 da E.C. 20/98, de modo a torná-la insubsistente, implicará um retrocesso histórico, em matéria social-previdenciária, que não se pode presumir desejado. 10. E, na verdade, se se entender que a Previdência Social, doravante, responderá apenas por R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) por mês, durante a licença da gestante, e que o empregador responderá, sozinho, pelo restante, ficará sobremaneira, facilitada e estimulada a opção deste pelo trabalhador masculino, ao invés da mulher trabalhadora. Estará, então, propiciada a discriminação que a Constituição buscou combater, quando proibiu diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão, por motivo de sexo (art. 7º, inc. XXX, da C.F./88), proibição, que, em substância, é um desdobramento do princípio da igualdade de direitos, entre homens e mulheres, previsto no inciso I do art. 5º da Constituição Federal. Estará, ainda, conclamado o empregador a oferecer à mulher trabalhadora, quaisquer que sejam suas aptidões, salário nunca superior a R\$1.200,00, para não ter de responder pela diferença. Não é crível que o constituinte derivado, de 1998, tenha chegado a esse ponto na chamada Reforma da Previdência Social, desatento a tais conseqüências. Ao menos não é de se presumir que o tenha feito, sem o dizer expressamente, assumindo a grave responsabilidade. 11. Estando preenchidos os requisitos da plausibilidade jurídica da ação (“fumus boni iuris”) e do “periculum in mora”, é de ser deferida a medida cautelar. Não, porém, para se suspender a eficácia do art. 14 da E.C. nº 20/98, como, inicialmente, pretende o autor. Mas, como alternativamente pleiteado, ou seja, para lhe dar, com eficácia “ex tunc”, interpretação conforme à Constituição, no sentido de que tal norma não abrange a licença-gestante, prevista no art. 7º, inc. XVIII, da CF/88, durante a qual continuará percebendo o salário que lhe vinha sendo pago pelo empregador, que responderá também pelo “quantum” excedente a R\$1.200,00, por mês, e o recuperará da Previdência Social, na conformidade da legislação vigente” (sublinhamos - ADIn 1946 MC / DF Relator(a): Ministro Sydney Sanches – julgado em 29-04-1999 pelo Tribunal Pleno - DJU 14-09-2001 p. 48).

⁴⁸⁹ Sobre esse princípio Eros Roberto GRAU assinala: “Consubstanciando desdobramento da liberdade de associação, a liberdade sindical, ao mesmo tempo em que viabiliza ao trabalho organizar-se tendo em vista a articulação de suas reivindicações diante do capital organizado, atua, projetada em instituições (a instituição sindical), no sentido de relacionar os seus titulares com o mercado capitalista. (...) Implicando liberdades diversas – liberdade de fundação de sindicato, liberdade de adesão sindical, liberdade de atuação e liberdade de filiação – o traço que mais aproxima os sindicatos nos países subdesenvolvidos será, como observa Roberto Santos, “a atuação em meio à pobreza, desigualdade e subemprego tão grandes, que ser assalariado ali, possuindo um emprego, constitui quase uma distinção social”; e conclui: É evidente que, nessas condições, o trabalho sindical teria de ultrapassar a mera autodefesa dos assalariados, para formas na frente contra a pobreza”. Daí porque aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas (art. 8º, III) e o art. 5º, LXX, “b” confere à organização sindical legitimidade processual para a impetração de mandado de segurança

Portanto, não se pode admitir que a entidade sindical representativa da categoria profissional cumpra a sua função constitucional, quando pactua norma coletiva que simplesmente reduza, exclua ou prejudique os direitos e interesses coletivos ou individuais dos seus representados. Como consequência, a autonomia privada coletiva somente pode ser entendida no sentido de obter outras garantias que promovam a melhoria das condições sociais do trabalhador, reforçando o significado e a extensão do contido no *caput* do art. 7º da Constituição Federal.

Os princípios fundamentais norteadores da ordem econômica, relacionados especialmente no art. 170 da Constituição Federal, também fornecem a orientação que preside a autonomia privada coletiva.

Como já ressaltado, a atividade econômica deve valorizar o trabalho humano e assegurar a existência digna, dentro dos ditames da justiça social, orientando-se, ainda, entre outros, pelos princípios da função social da propriedade, redução das desigualdades regionais e sociais, além da busca do pleno emprego.

Ainda que se trate de objetivos que estão muito longe de se concretizarem, constituem-se diretrizes⁴⁹⁰ que não toleram nem atitudes que os contrariem, como atitudes que não sejam por eles orientadas, quer no âmbito da própria atividade econômica, quer no âmbito legislativo e, particularmente, também na esfera da autonomia privada coletiva. Eros Roberto GRAU, ao analisar um desses princípios (o da função social da propriedade) revela com clareza essa dimensão:

“O que mais releva enfatizar, entretanto, é o fato de que o princípio da função social da propriedade impõe ao proprietário – ou a quem detém o poder de controle, na empresa – o dever de exercê-lo em benefício de outrem e não, apenas, de não o exercer em prejuízo de outrem. Isso significa que a função social da propriedade atua como fonte de imposição de comportamentos positivos – prestação de fazer, portanto, e não meramente, de não fazer – ao detentor do poder que deflui da propriedade. Vinculação inteiramente distinta, pois, daquela que lhe é imposto mercê de concreção do

coletivo; além disso, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 7º, VI)” (op. cit., p. 256-257).

⁴⁹⁰ Segundo Eros Roberto GRAU, o art. 170, *caput* e seus incisos, da Constituição Federal, consagra diretrizes – normas-objeto – na concepção de DWORKIN, e princípios com caráter constitucional conformador, na classificação de CANOTILHO, comportando, assim, inclusive “*reivindicação pela realização de políticas públicas*” (op. cit., p. 260-263).

poder de polícia”⁴⁹¹.

A regulação autônoma coletiva das relações de trabalho encontra, também, importante indicativo de seu conteúdo e extensão no § 2º, do art. 114, da Constituição Federal.

Em sua redação originária, o referido preceito dispunha:

“Art. 114 (...)

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho” (sublinhamos).

A atual redação do § 2º, do art. 114, da Constituição Federal, introduzida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004⁴⁹², explicita ainda mais o sentido do preceito:

“§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente” (sublinhamos).

Ineludível, assim, que a Constituição visou a resguardar as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho. Ainda que o preceito esteja dirigido ao exercício do poder normativo⁴⁹³ da Justiça do Trabalho, articulado com os princípios fundamentais, especialmente o consagrado pelo *caput* do art. 7º da mesma Carta, permite extrair do seu conteúdo a diretriz norteadora da autonomia privada coletiva.

⁴⁹¹ Op. cit., p. 269.

⁴⁹² Publicada em 31-12-2004.

Nesse contexto, o inciso XXVI, do art. 7º, da Constituição Federal, que expressa o “*reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho*”, não se presta, como tem se valido parte da doutrina e da jurisprudência⁴⁹³, para simplesmente cancelar a supremacia da negociação coletiva, ainda quando derogatória de garantias legais e constitucionais mínimas dos trabalhadores. Ao contrário, revela, no sistema em que se encontra inserto, a necessidade de preservação das garantias asseguradas nas convenções e acordos coletivos de trabalho, desde que visem à melhoria das condições sociais dos trabalhadores.

Em suma, a autonomia privada coletiva, na ordem constitucional em vigor, deve estar a serviço da melhoria das condições sociais do trabalhador, além das garantias mínimas já concretizadas pela constituição e ordenamento infraconstitucional, objetivando valorizar o trabalho humano e alcançar a justiça social, buscando a redução das desigualdades regionais e sociais, bem como a realização do ideal do pleno emprego. Esse é o sentido que deve orientar a interpretação e a aplicação dos instrumentos normativos.

2.2. O resgate hermenêutico da autonomia privada coletiva

O fortalecimento da autonomia privada coletiva, no sentido proposto neste trabalho, pode ser obtido sem alteração legislativa, no âmbito do processo hermenêutico, através da mitigação dos preceitos contidos na legislação infraconstitucional, construídos em outro cenário, em face de sua releitura à luz da ordem constitucional em vigor.

⁴⁹³ Ao nosso ver, a partir de 31-12-2004, à função arbitral atribuída à Justiça do Trabalho.

⁴⁹⁴ Como é exemplo o seguinte precedente jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho: “*ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PROPORCIONAL – VALIDADE DA NORMA COLETIVA – FLEXIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL – Existindo cláusula de instrumento coletivo prevendo a proporcionalidade do pagamento do adicional de periculosidade, não há que se falar em supremacia da Lei sobre a vontade das partes, ante o que dispõe o inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal. Nesse sentido restou pacificada a jurisprudência da Corte, nos termos da OJ 258 da SBDI-1 do TST. Trata-se de hipótese típica de prevalência do negociado sobre o legislado, em flexibilização autorizada pela própria Carta Política. Isso porque a redução do adicional de periculosidade à sua percepção proporcional ao tempo de exposição ao risco encontra respaldo nas hipóteses de flexibilização autorizadas pela Constituição Federal, pois, se a Carta Magna admite a redução dos dois principais direitos trabalhistas, que são o salário (CF, art. 7º, VI) e a jornada de trabalho (CF, art. 7º, XIII e XIV), todos aqueles que deles decorrem também são passíveis de flexibilização. Assim, tendo o adicional de periculosidade natureza salarial, e não meramente indenizatória, comporta negociação coletiva quanto aos parâmetros de sua percepção. Revista parcialmente conhecida e provida” (RR 644647 – 4ª T. – Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho – DJU 02-05-2003 – fonte Juris Síntese IOB setembro/outubro 2004).*

Alguns exemplos se prestam para demonstrar como esse resultado pode ser alcançado:

a) Limitação temporal da vigência dos instrumentos normativos.

Como ressaltado no capítulo II⁴⁹⁵, a limitação temporal dos acordos, convenções e sentenças normativas funciona como obstáculo para a atuação da autonomia coletiva na obtenção de melhorias das condições de trabalho.

Esse efeito pode ser mitigado, ainda que em parte, adotando-se o entendimento de que as garantias e condições de trabalho, previstas nos instrumentos normativos, desde que não estejam expressamente limitadas no tempo, integram-se ao contrato de trabalho em vigor, prevalecendo mesmo após a expiração do instrumento normativo e ainda que não reproduzida em norma coletiva subsequente⁴⁹⁶.

A sua sustentação encontra-se nos princípios fundamentais consagrados pelo art. 7º, *caput* e inciso XXVI, bem como no preceito contido no § 2º, do at. 114, da Constituição Federal, mas também pode ser respaldado nos princípios que informam o Direito do Trabalho.

Com efeito, uma das formas de expressão do princípio da proteção⁴⁹⁷ está consubstanciada na “*regra da condição mais benéfica*”⁴⁹⁸, a qual pressupõe que as condições ou situações concretas da relação de emprego não podem ser modificadas de modo prejudicial ao empregado. O art. 468 da CLT consagra essa regra ao dispor: “*nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta regra*”.

⁴⁹⁵ Seção 2.3.

⁴⁹⁶ A Lei nº 8.542/92, em seu artigo 1º, consagrava esta concepção, prevendo: “*art. 1º A política nacional de salários, respeitado o princípio da irredutibilidade, tem por fundamento a livre negociação coletiva e reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta Lei. § 1º As cláusulas dos acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão se reduzidas ou suprimidas por posterior acordo, convenção ou contrato coletivo de trabalho*”. Essa disposição, entretanto, foi revogada pela Medida Provisória nº 1.875 (art. 19).

⁴⁹⁷ O princípio da proteção é o próprio fundamento do Direito do Trabalho e se encontra em perfeita sintonia com o ordenamento constitucional em vigor, pois é a expressão da igualdade material, pressupostos do Estado Democrático de Direito consagrado no art. 1º da Constituição Federal. Américo Plá Rodríguez afirma que “*Historicamente o Direito do Trabalho surgiu como consequência de que a liberdade de contrato entre pessoas com poder e capacidade econômica desiguais conduzia a diferentes formas de exploração. Inclusive, mais abusivas e iníquas*” (Princípios de Direito do Trabalho, p. 30).

Portanto, no âmbito do Direito do Trabalho, as alterações do contrato de emprego somente serão válidas quando praticadas por mútuo consentimento e, “*ainda assim*”, desde que não acarretem prejuízo, direto ou indireto, ao empregado.

Contrariamente ao que ocorre no direito adquirido, consagrado pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, no contrato de trabalho não são imutáveis apenas aqueles direitos cujo fato aquisitivo já se tenha aperfeiçoado, mas sim todas as condições e vantagens incorporadas ao contrato, ainda que não decorram de pactuação expressa individual⁴⁹⁹. Logo, uma vez incorporada condição mais benéfica ao contrato individual do trabalho, por força de norma coletiva, ainda que esta deixe de vigorar, o empregado não pode sofrer a sua exclusão⁵⁰⁰.

Até é possível admitir, sem comprometer a autonomia privada coletiva, mas, ao contrário, como forma de seu prestigiamento, que os empregados que mantinham contrato de trabalho, na vigência do instrumento normativo anterior, deixem de fazer jus às garantias e às condições de trabalho nele previstas, desde que o novo instrumento estabeleça de forma expressa a supressão desses benefícios convencionais e os seus efeitos sobre os contratos em vigor.

Assim, uma vantagem convencional pode até ser suprimida dos contratos individuais de trabalho, mantidos na vigência do instrumento normativo que a assegurava, mas para que isso ocorra é necessária a expressa negociação coletiva.

b) Acordo coletivo de trabalho e o art. 620 da CLT.

Os acordos coletivos de trabalho, introduzidos no Brasil com as alterações da CLT promovidas pelo Decreto-lei nº 229/67, consistem nos instrumentos normativos celebrados entre uma ou mais empresas e as entidades sindicais representativas

⁴⁹⁸ RODRIGUEZ, Américo Plá, op. cit., p. 43.

⁴⁹⁹ Nesse sentido a jurisprudência encontra-se consolidada pela Súmula nº 51 do Tribunal Superior do Trabalho: “*Vantagens. As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento*”.

⁵⁰⁰ Esse entendimento é defendido, entre outros, por Arnaldo SÚSSEKIND (Comentários à Constituição, p. 458-462) e Américo Plá RODRIGUEZ, que pondera: “*como consequência automática da convenção coletiva, suas normas se incorporam ao contrato individual de trabalho de cada empregado, pelo que as maiores vantagens outorgadas pela convenção anterior podem ser invocadas individualmente por cada trabalhador*”. Assim, conclui o autor, “*a nova convenção coletiva ou, no caso de simples denúncia, o regime geral resultante das outras normas, vigorará para os novos trabalhadores que se incorporarem ao estabelecimento, mas não poderá justificar a deterioração das condições de trabalho daqueles que vinham se beneficiando de um regime mais favorável*” (op. cit., p. 62-63).

das categorias profissionais⁵⁰¹.

O objetivo de sua incorporação, em 1967, pelo nosso ordenamento legal foi, em primeiro, limitar os impactos econômicos da negociação coletiva celebrada pelas grandes empresas, que possuíam maior capacidade de concessão e sofriam mais intensa pressão, isto pela concentração de trabalhadores no mesmo local que propiciavam⁵⁰².

Se a negociação estabelecida entre esses atores resultasse em convenção coletiva, todos os empregados da categoria representada pela entidade sindical profissional seriam beneficiados, especialmente, diante dos efeitos *erga omnes*, também introduzidos pelo mesmo Decreto-lei nº 229/67. Logo, o acordo coletivo permitia a limitação da extensão dessas vantagens.

Em segundo, também propiciava a desagregação do movimento sindical, uma vez que aqueles grupos de trabalhadores com maior poder de barganha poderiam celebrar acordos coletivos de trabalho específicos, independentemente da reivindicação dos demais trabalhadores pertencentes à mesma categoria profissional⁵⁰³.

O art. 620 da CLT, por seu turno, impedia que o acordo coletivo de trabalho fosse utilizado como instrumento de concorrência. De fato, ao prever que “*as condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo*”, obstava que as empresas se valessem desse instrumento para se eximirem do cumprimento do ajustado nas convenções coletivas de trabalho para toda a categoria profissional e econômica.

A interpretação que vem prevalecendo, na jurisprudência, atualmente, ao nosso ver, tem esvaziado o sentido do art. 620 da CLT. Com o apoio na teoria do conglobamento⁵⁰⁴, o entendimento prevalecente preconiza que o cotejo entre os dois instrumentos (convenção coletiva de trabalho e acordo coletivo de trabalho) deve se dar pelo seu conjunto, justificando, como regra, a rejeição dos pedidos formulados com

⁵⁰¹ Art. 611, § 1º, CLT.

⁵⁰² Vide item 2.2.2. do capítulo II.

⁵⁰³ Essa situação se viu com frequência na categoria profissional dos bancários. Os bancos oficiais normalmente mantinham acordos coletivos de trabalho, inclusive com data-base distinta daquela ajustada nas convenções coletivas da categoria, fazendo com que sequer o momento da mobilização reivindicatória entre os bancários vinculados às entidades financeiras oficiais e aqueles empregados pelos bancos privados coincidisse.

⁵⁰⁴ Segundo José Affonso DALLEGRAVE NETO, a teoria do conglobamento pressupõe a opção “*pelo conjunto global de uma determinada fonte formal em desprezo de outra*” (Inovações na legislação trabalhista, 2000, p. 46).

base na convenção coletiva da categoria⁵⁰⁵.

Reputamos que o art. 620 da CLT se encontra em perfeita sintonia com os já mencionados princípios constitucionais orientadores da autonomia privada coletiva e com o princípio da proteção, em sua expressão consubstanciada na “*regra da norma mais favorável*”⁵⁰⁶. Mas, para que possua efetiva eficácia, a sua aplicação deve ser orientada pela teoria da “*incindibilidade dos institutos jurídicos*”, que, segundo José Afonso DALLEGRAVE NETO, é compatível com o nosso ordenamento jurídico:

“Segundo Mario Daveali é possível tomar disposições de normas distintas, sempre que se refiram a temas diferentes, entendendo-se por temas um dos institutos de Direito do Trabalho.

*No direito brasileiro registram-se duas normas que deixam clara a opção pela Teoria da Incindibilidade dos institutos: a) art. 3º, II, da Lei nº 7.064/82 que manda aplicar a lei mais favorável vista em seu “conjunto de normas em relação a cada matéria”; b) art. 620 da CLT que estabelece a prevalência das condições mais favoráveis, quando do confronto entre CCT e ACT”*⁵⁰⁷.

Só assim acreditamos seja possível preservar a autonomia privada coletiva e emprestar ao acordo coletivo o sentido previsto no art. 620 da CLT, de instrumento de complementação dos benefícios assegurados na convenção coletiva⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ Como exemplo, cita-se o seguinte precedente do Tribunal Superior do Trabalho: “ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – PRINCÍPIO DO CONGLOBAMENTO – APLICAÇÃO AO MESMO TEMPO DAS CLÁUSULAS MAIS BENÉFICAS DE AMBOS – INVIABILIDADE – 1. De conformidade com o princípio do conglobamento, os instrumentos coletivos devem ser aplicados no seu conjunto. Inviável extrair-se, ao mesmo tempo, de acordo e convenção coletiva de trabalho, apenas as cláusulas mais benéficas. As partes, ao celebrarem os acordos ou as convenções coletivas de trabalho, cedem em algum ponto para auferirem vantagem em outro. 2. Decisão regional que rejeita pedido de aplicação simultânea das cláusulas mais benéficas de acordo e de convenção coletiva de trabalho em nada ofende os arts. 620 da CLT, 8º, III, e 7º, XXVI, da Constituição Federal. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento” (AIRR 620 – 1ª T. – Relator Ministro João Oreste Dalazen – DJU 10-10-2003 – fonte Juris Síntese Millennium nº 45).

⁵⁰⁶ RODRIGUEZ, Américo Plá, op. cit., p. 43.

⁵⁰⁷ Idem, p. 46 e 47.

⁵⁰⁸ Há precedentes jurisprudenciais que respaldam este entendimento, como indica a seguinte ementa: “DA PREVALÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA SOBRE O ACORDO COLETIVO – A CLT, em seu art. 620, determina que as condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em Acordo, pois um dos princípios que norteiam o Direito do Trabalho é o da aplicação da norma mais favorável ao empregado. O Tribunal Regional, ao afastar a aplicação da Convenção Coletiva para aplicar o Acordo Coletivo, embora a norma daquele instrumento fosse mais favorável, de fato vulnerou a literalidade art. 620 da CLT. Por outro lado, o Acordo Coletivo não poderia ter afastado a aplicação da

A teoria do conglobamento, via de regra, obsta a identificação do instrumento normativo mais favorável ao trabalhador, induzindo, como a prática tem demonstrado, que sempre se repute, por mera presunção, ser o acordo coletivo, em seu conjunto, mais vantajoso que a convenção coletiva⁵⁰⁹.

c) Redução ou revogação de garantia legal por negociação coletiva.

Foi de grande repercussão a tentativa do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de alterar o art. 618 da CLT, através do Projeto de lei nº 5483/2001, a fim de permitir a derrogação de garantias legais pela negociação coletiva. Referido projeto, após tumultuada aprovação pela Câmara dos Deputados e durante sua tramitação no Senado Federal, foi retirado em janeiro de 2003 pelo Governo do novo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

A jurisprudência, contudo, já vem admitindo que limites mínimos de proteção do trabalhador assegurados pela lei sejam superados através de convenção ou acordo coletivo de trabalho⁵¹⁰.

norma do art. 620 da CLT, evidentemente mais favorável ao empregado, a não ser que fossem demonstradas circunstâncias específicas referentes à empresa que autorizassem tal procedimento, o que não foi mencionado pelo TRT. Revista conhecida e provida” (RR 799089 – 5ª T. – Relator Ministro Rider Nogueira de Brito – DJU 07-02-2003 – fonte Júris Síntese Millennium nº 45).

⁵⁰⁹ Nesse sentido cita-se a seguinte emenda, exemplo de posicionamento que vem prevalecendo em quatro das cinco Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em caso similar: “**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – NORMA APLICÁVEL – TEORIA DO CONGLOBAMENTO** – A aplicação do instrumento coletivo mais favorável, tem suporte em duas teorias que se destacam: Da acumulação e do conglobamento, com suporte na doutrina e nas decisões proferidas pelos tribunais pátrios. Interpreta-se o artigo 620 da CLT, utilizando-se da teoria do conglobamento. As condições estipuladas em convenção ou acordo coletivo de trabalho devem ser consideradas em seu conjunto para verificação de qual dos instrumentos coletivos é mais benéfico ao empregado. Não se pode adotar um regime misto entre os dois instrumentos normativos e acatar, de um e de outro, somente os aspectos mais favoráveis ao trabalhador, pincelando entre as normas aquelas que mais beneficiam o trabalhador. A lei autoriza que as categorias representadas pelos seus sindicatos possam entabular acordo coletivo de trabalho, evidentemente que os sujeitos desta relação podem e devem estabelecer condições especiais de trabalho, objetivando conquistas em benefício dos representados, segundo a realidade de cada um. Certamente as condições englobadas num mesmo instrumento, resultam que o empregador pode conceder certas vantagens que por certo, não poderia estabelecer em convenção coletiva de trabalho, de forma singular. No presente feito, embora o acordo coletivo de trabalho 99/2000, vigente de 1/9/99 a 31/8/2000, não tenha concedido reajuste salarial, pela teoria do conglobamento é indevido o reajuste estabelecido na convenção coletiva de trabalho 99/2000. O act 99/2000 firmado com a contec – Confederação nacional dos trabalhadores nas empresas de crédito, deve ser respeitado, nos termos do art. 7º, inc. XXVI da Constituição Federal, vez que representa a vontade das partes, manifestada quando da confecção do citado instrumento coletivo. Recurso da reclamada a que se dá provimento” (Proc. 07386-2001-016-09-00-6 – Acórdão 23368-2003 – Relator Juiz Ubirajara Carlos Mendes – DJPR 24-10-2003 – fonte Júris Síntese Millennium nº 45).

⁵¹⁰ A hipótese mais comum talvez seja do chamado regime 12 x 36, em que o empregado labora doze horas e usufrui folga de 36 horas. Exemplifica-se com a seguinte decisão do Tribunal Superior do Trabalho:

A partir do sentido da autonomia privada coletiva que estamos sustentado, à luz dos princípios fundamentais contidos na Constituição Federal, a supressão ou redução de garantias legais e constitucionais não poderiam ser admitidas.

De acordo com a linha aqui sustentada, mesmo as hipóteses contempladas nos incisos VI, XIII e XIV, do art. 7º, da Constituição Federal, não poderiam autorizar simples supressão da proteção constitucional assegurada nos mesmos preceitos.

De acordo com o princípio consagrado pelo *caput* do art. 7º da Constituição Federal (“*são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social*”), os seus incisos VI, XIII e XIV estabelecem garantias mínimas aos trabalhadores.

Sendo assim, a hipótese de acordo ou de convenção coletiva ressalvada nos referidos incisos não pode ser compreendida como a faculdade de as respectivas garantias mínimas serem simplesmente suprimidas por negociação coletiva. O campo de atuação da negociação coletiva é limitado, e o limite está na própria garantia mínima, que não pode ser suprimida, mas, sim, substituída por outra vantagem equivalente.

Na hipótese do inciso VI (“*irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo*”), por exemplo, a convenção ou o acordo coletivo não pode simplesmente reduzir o salário, devendo ser observados os limites previstos na Lei nº 4.923/65.

Em relação aos turnos ininterruptos de revezamento, a proteção visada pela regra, de minimizar os efeitos perniciosos do trabalho com a alternância constante de turnos, deve ser preservada, podendo-se admitir, por exemplo, acréscimo da jornada em um dia, mas com a compensação respectiva. Jamais a simples ampliação da jornada⁵¹¹.

“*COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO – JORNADA DE 12 X 36 HORAS – LICITUDE – Esta Colenda Corte, por meio da sua Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, no pertinente à referida matéria, entendeu ser igualmente válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário, consoante se infere da Orientação Jurisprudencial nº 182. Assim, sendo a compensação de horário assegurada pela própria Carta Constitucional, a adoção pela empresa do regime de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas descansadas, desde que esteja condicionado a acordo individual ou coletivo, não enseja o pagamento de horas extras. Deve ser esclarecido, ainda, que a jornada doze por trinta e seis é prática adotada há muitos anos nos estabelecimentos hospitalares e de vigilância, constituindo uma conquista da classe trabalhadora, que atende aos interesses de ambas as partes. Recurso de Revista conhecido e parcialmente provido*” (RR 419547 – 2ª T. – Relator Ministro José Luciano de Castilho Pereira – DJU 30-08-2002 – fonte *Júris Síntese Millennium*, nº 45).

⁵¹¹ Nesse sentido, cita-se o seguinte precedente do Tribunal Superior do Trabalho: “*AGRAVO DE INSTRUMENTO – Dá-se provimento ao Agravo de Instrumento. RECURSO DE REVISTA – TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO – ACORDO COLETIVO – EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA DE 36 HORAS SEMANAIS – PREJUDICIALIDADE – SAÚDE – EMPREGADO – O artigo 7º, inciso XIV, da*

d) Participação da entidade sindical na negociação coletiva.

O art. 617, *caput* e § 1º, da CLT, estabelece que os empregados de determinada empresa, desejosos de celebrar acordo coletivo de trabalho, deverão convocar a entidade sindical da categoria profissional para assumir a direção da negociação, no prazo de oito dias, o mesmo devendo ser feito pela empresa com o sindicato da categoria econômica. Não havendo participação das respectivas entidades sindicais de primeiro grau, deverão ser convocadas as federações ou as confederações. Se ainda assim nenhuma entidade sindical assumir a direção da negociação, autoriza a regra que os próprios interessados (empregados e empresa) promovam o acordo coletivo.

O art. 8º, inciso VI, da Constituição Federal, entretanto, estabelece que “*é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho*”.

A releitura da regra contida na CLT à luz da Constituição Federal autoriza interpretar que o art. 617 e seu § 1º, no que permite a celebração de acordo coletivo de trabalho diretamente pelos empregados, não foram recepcionados, carecendo, assim, de eficácia⁵¹².

Lei Maior, ao contemplar a jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas diárias, permitiu sua ampliação por meio de negociação coletiva. Essa possibilidade de alteração de jornada, contudo, não é ilimitada, pois deve ser observada a compensação ou concessão de vantagens ao empregado. Nunca, porém, a eliminação do direito à jornada reduzida, como se verifica na hipótese. O Acordo Coletivo pode estabelecer turnos ininterruptos de revezamento com jornadas superiores a seis horas, como ocorreu, desde que se observe o limite de 36 horas semanais, pois o limite semanal representa para o empregado a garantia de higiene física, uma vez que a redução do labor em turno ininterrupto de revezamento decorre de condições mais penosas à saúde. O Acordo Coletivo pactuado contrariou as disposições de proteção ao trabalho, porquanto descaracterizou a jornada reduzida vinculada ao turno ininterrupto de revezamento, que é assegurada constitucionalmente pelo limite semanal de 36 horas. Recurso de Revista não conhecido” (RR 813798 – 3ª T. – Relator Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – DJU 07-11-2003 – fonte Júris Síntese Millennium, nº 45).

⁵¹² Em sentido contrário, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu: “**ACORDO CELEBRADO DIRETAMENTE COM OS EMPREGADOS. RECUSA DO SINDICATO PROFISSIONAL À NEGOCIAÇÃO.** Comprovada a recusa do sindicato profissional à negociação proposta pelas empregadoras, e observadas as prescrições do art. 617 da CLT, válido o acordo celebrado pelas empresas diretamente com seus empregados. Recurso Ordinário a que se nega provimento” (ROAD - 45784/2002-900-09-00 – DJU 10-09-2004 – Relator Ministro Rider Nogueira de Brito). O Ministro João Oreste Dalazen apresentou justificativa de voto vencido, também admitindo a possibilidade de pactuação diretamente com os empregados: “A exigência constitucional inafastável é de que o sindicato seja instado a participar da negociação coletiva. Em atenção ao primado da democracia, a resistência da cúpula sindical em consultar as bases não constitui empecilho a que os próprios empregados interessados, regularmente convocados, firmem acordo diretamente com a empresa, na forma da lei. A meu juízo, porém, não basta o simples envio de missivas e aguardo de prazo diminuto para que se dispense a intermediação do sindicato na entabulação de acordo entre empregados e empresa. A grave exceção à garantia de tutela sindical nas negociações coletivas só se justifica quando sobressaem a livre manifestação de vontade dos empregados da empresa e a efetiva recusa da entidade profissional em representar a coletividade interessada” (fonte site <http://www.tst.gov.br>).

A interpretação sugerida, ao nosso ver, prestigia as entidades sindicais e fortalece o sentido da autonomia privada coletiva aqui defendido.

Para confirmar essa assertiva, basta investigar qual o interesse prestigiado quando se empresta eficácia normativa coletiva aos acordos celebrados diretamente por grupo de empregados.

Considerando o disposto no art. 468, da CLT, não existe qualquer obstáculo para a alteração contratual individual, por mútuo consentimento, que vise à melhoria das condições dos trabalhadores. Alteração benéfica ao empregado é admissível mesmo por ato unilateral do empregador.

Logo, a hipótese prevista no art. 617, § 1º, da CLT, não se justifica quando o empregador e seu empregado, ou grupo de empregados, desejam ajustar condição de trabalho mais vantajosa. Nem é a função da autonomia privada coletiva atuar em semelhante situação.

Segundo essa lógica, só haverá necessidade de convocar a entidade sindical profissional para assumir a negociação coletiva e, na sua omissão, celebrar acordo coletivo diretamente pelos empregados, quando o objetivo do pacto é reduzir ou suprimir vantagem, ou quando, pelo menos, houver dúvidas acerca dos benefícios que a alteração pretendida gerará aos trabalhadores.

Ora, a negociação coletiva para redução ou supressão de vantagens legais ou constitucionais, como sustentado, não poderia ser admitida, pelo que a entidade sindical estaria agindo legitimamente em se recusar a entabular a negociação coletiva. Mesmo que se admitisse a possibilidade de negociação coletiva com esse propósito, a mesma deveria ser estabelecida diretamente entre a empresa e a entidade sindical, pois o interesse predominante é do empregador, e a autonomia privada coletiva, que é atribuída à organização sindical, tem o objetivo, como demonstrado anteriormente, de resguardar a autonomia privada individual, vulnerável, por presunção absoluta, diante do poder do empregador.

Nas exceções do art. 7º, incisos VI, XIII e XVI, da Constituição Federal⁵¹³, bem como nas situações em que a regra infraconstitucional exige a negociação coletiva⁵¹⁴, o próprio ordenamento jurídico, à luz do princípio consagrado no art. 8º, VI, da Constituição Federal, reputa indispensável a participação das entidades

⁵¹³ Que, na verdade, como sustentado, não configuram redução ou supressão de condições de trabalho, mas mera modulação da garantia, sem poder descaracterizá-la.

sindicais representativas da categoria profissional, justamente porque pressupõe a preponderância do interesse do empregador, o que torna a autonomia privada individual vulnerável.

Assim sendo, a autorização de negociação direta pelos empregados, prevista no art. 617, § 1º, da CLT, está protegendo preponderantemente o interesse patronal, o que, além de representar violação literal do art. 8º, VI, da Constituição Federal, vai de encontro ao sentido que a ordem constitucional emprestou à autonomia privada coletiva, fragilizando a sua função. A ordem constitucional pressupõe o exercício da negociação coletiva pelo sindicato porque reconhece a vulnerabilidade da autonomia privada individual.

3. As perspectivas para a autonomia privada coletiva no Brasil

Ainda que não seja o nosso propósito, neste momento, examinar a reforma sindical que está sendo preparada pelo Governo Federal, o que certamente exigiria profundo e amplo estudo⁵¹⁵, dedicaremos as últimas linhas para cotejar, de forma sintética e exemplificativa, alguns pontos da mais recente versão do “anteprojeto de lei de relações sindicais”⁵¹⁶, com a perspectiva desenvolvida neste trabalho.

a) A personalidade sindical.

O art. 8º do anteprojeto dispõe:

“Art. 8º A aquisição da personalidade sindical, que habilita ao exercício das atribuições e das prerrogativas sindicais, depende de prévio registro dos atos constitutivos da entidade e do reconhecimento da representatividade.

(...)

§ 3º A personalidade sindical será atribuída por ato do Ministro do Trabalho e Emprego sempre que forem preenchidos os requisitos

⁵¹⁴ Por exemplo, na hipótese de participação nos lucros (art. 2º, II, da Lei nº 10.101/2000).

⁵¹⁵ Mesmo porque, até o momento, não existe uma proposta final oficial.

⁵¹⁶ Última versão, frise-se, que tivemos acesso, pois em caráter extra-oficial se sabe que este anteprojeto já sofreu várias alterações, mas que até agora não conhecemos o conteúdo.

de representatividade, ressalvada a hipótese de exclusividade de representação, disciplinada no Capítulo VI deste Título”.

Como se vê, ainda que o art. 4º do anteprojeto consagre que os *“trabalhadores e os empregadores têm direito de constituir entidades para fins sindicais, sem autorização prévia”*, na linha do que se encontra assegurado, como princípio fundamental, pela Constituição Federal, a perspectiva de intervenção heterônoma na organização sindical continua presente. Frise-se que a única ressalva prevista no art. 8º, inciso I, da Constituição Federal, ao princípio da não intervenção do Estado, é o *“registro no órgão competente”*.

O requisito de representatividade, pressuposto para o reconhecimento da personalidade sindical pelo Ministro do Trabalho e Emprego, dependerá da demonstração de percentual mínimo de filiação (arts. 20 a 24 do anteprojeto), podendo, ainda, ser comprovada ou derivada, decorrente de transferência de *“central sindical, confederação ou federação”* (art. 11).

O art. 9º do anteprojeto estabelece:

“Art. 9º A agregação de trabalhadores e de empregadores nas respectivas entidades sindicais observará os critérios do setor econômico, do ramo de atividade ou da coordenação entre setores econômicos ou ramos de atividades dos empregadores.

§ 1º Considera-se setor econômico o campo máximo de agregação de ramos de atividades econômicas afins.

§ 2º Considera-se ramo de atividade as subdivisões correspondentes a cada um dos setores econômicos.

§ 3º Os critérios de definição dos setores econômicos e dos ramos de atividades serão aprovados por ato do Ministro do Trabalho e Emprego, mediante proposta de iniciativa do Conselho Nacional de Relações de Trabalho – CNRT”.

Assim, segundo a proposta em exame, deixa de existir a “categoria” como elemento de limitação das organizações sindicais oficiais, mas em seu

lugar são adotados outros conceitos (“*setor econômico*” e “*ramo de atividade*”), que também terão o mesmo papel, ainda que com menor intensidade.

À vista disso, prevalecendo a proposta contida no anteprojeto, a criação das entidades sindicais, ao contrário do que preconiza a Constituição Federal, continuará sofrendo interferência do Poder Público, e o sindicato se prestando como moldura de controle dos movimentos operários.

b) Contribuição sindical compulsória.

A versão do anteprojeto em exame exclui a figura da contribuição sindical compulsória, criando a “*contribuição associativa*”, que depende de autorização individual dos filiados (art. 44) e a “*contribuição de negociação coletiva*”, dependente de aprovação em assembléia, “*fundada na participação na negociação coletiva ou no efeito geral do seu resultado*”.

Em que pese o cenário atual de fragilização generalizada das organizações sindicais, reputamos que a medida deve ser louvada, pois os efeitos negativos que a contribuição compulsória acarreta à legitimidade das entidades sindicais se sobrepõem às dificuldades econômicas que inicialmente poderão enfrentar⁵¹⁷.

As dificuldades econômicas iniciais serão o preço a ser pago pelo longo período que as organizações sindicais conviveram pacificamente com esse mecanismo de sua própria fragilização. Temos para nós que valerá a pena pagá-lo.

c) Direito de informação.

Os arts. 87 e 88 do anteprojeto regulam o direito de “*acesso às informações da empresa que forem necessárias ao efetivo cumprimento de suas atribuições*”.

Trata-se de proposta salutar para estímulo e aprimoramento da autonomia privada coletiva, pois permite a negociação coletiva com bases concretas e não especulativas, como até agora vem ocorrendo.

Por sinal, o direito de informação encontra-se previsto nas Recomendações da OIT de nºs 129, 143 (parágrafo 16,) e 163 (parágrafo 7.1), o que revela a importância atribuída pela Organização Internacional do Trabalho a esse instrumento

⁵¹⁷ O art. 220 do anteprojeto, visando a minimizar esses efeitos, prevê que a contribuição compulsória será extinta progressivamente em três anos.

para a negociação coletiva.

d) Negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho.

O art. 95 do anteprojeto prevê a aplicação supletiva das Convenções n°s 98 e 154 da OIT, o que seria até dispensável, pois uma vez ratificadas pelo Brasil, já integram o ordenamento legal.

O art. 97 promove a conceituação dos termos utilizados no anteprojeto:

“Para os fins desta Lei, considera-se:

I – negociação coletiva, o procedimento adotado pelos atores coletivos destinados à celebração de contrato coletivo ou à resolução de conflitos de interesses;

II – contrato coletivo, o negócio jurídico por meio do qual se estabelecem as condições de trabalho e as relações obrigacionais entre os atores coletivos;

III – atores coletivos, as entidades sindicais, os empregadores e as representações dos trabalhadores nos locais de trabalho”.

Como se vê, o anteprojeto propõe a substituição da atual denominação de convenção coletiva de trabalho para contrato coletivo. De nossa parte, questionamos a pertinência e conveniência desse tipo de modificação, meramente formal, que contraria a tradição brasileira. Ademais, provavelmente o uso da expressão “contrato coletivo” ressuscitará a polêmica sobre a incorporação no nosso ordenamento de um modelo alienígena de negociação coletiva e de sua conveniência. Nessa linha, oportuna se mostra a reprodução da crítica feita por Antônio Rodrigues de FREITAS JR:

“(…) é conveniente ter em conta, quando se focaliza a realidade brasileira, a existência de setores de atividade dotados de alta competitividade e de capacidade de conferir padrões aceitáveis de remuneração do trabalho, convivendo com setores com características simetricamente opostas (...)

Por mais não fosse, isso permite reduzir o risco de

“transplantes” experimentais de figuras jurídicas e de modelos doutrinários que, se algo de virtuoso puderem exhibir, terá sua virtude no fato de serem produto de desafios, possibilidades e predicados próprios de realidades sociais e de experiências jurídicas peculiares.

A insistência nessa premissa, conquanto sugestiva de um proposital truísmo, justifica-se pela reiterada observância da maneira fantasiosa com que algumas idéias-força são introduzidas no debate jurídico brasileiro; à mais absoluta indiferença para com o trade off resultante das peculiaridades do contexto em que se originam. Isso revela um lado positivo, qual seja o de ser a cultura jurídica brasileira aberta a influências e a contribuições de outras experiências; mas invoca reiteradas cautelas de modo a reduzir, se não mesmo a erradicar, o defeito simétrico de não as receber com atenção para as diferenças que guardam frente à realidade brasileira”⁵¹⁸.

Apresenta, o mesmo autor, como “*exemplo emblemático*” desse problema, justamente, “*a decantada figura do ‘contrato coletivo’, que talvez pelo que já então trouxesse de evasivo, descontextualizado e despido de conteúdo, como ora constato, resultou em mais uma panacéia hoje reservada às suas verdadeiras grandezas*”⁵¹⁹.

Continuando o exame do anteprojeto, o art. 98, não apresentando grande novidade, define a abrangência possível para a negociação coletiva: “*nacional*”, “*interestadual*”, “*estadual*”, “*intermunicipal*”, “*municipal*”, “*por empresa, por grupo de empresas ou por unidade econômica*”.

O art. 99 consagra a boa-fé como princípio da “*negociação coletiva*”, compreendendo o dever de “*participar da negociação coletiva quando regularmente requerida, salvo justificativa razoável*”, “*formular e responder a propostas e contrapropostas que visem a promover o diálogo entre os atores coletivos*”, “*prestar informações, quando definidas de comum acordo no prazo e com o detalhamento necessário à eficácia da negociação*”, “*preservar o sigilo das informações que forem prestadas com esse caráter*” e “*obter a prévia autorização da assembléia para propor a negociação coletiva*”. O parágrafo único atribui à violação do dever de boa-fé o caráter de

⁵¹⁸ Op. cit., p. 77-78.

⁵¹⁹ Idem, p. 78, Nota de rodapé.

conduta anti-sindical.

Ainda que louvável a consagração do princípio da boa-fé, observa-se uma omissão importante, nas hipóteses relacionadas, que é o dever de mútuo respeito aos compromissos assumidos, conforme vem sendo exaltado pela OIT⁵²⁰.

O art. 100 estabelece que a participação da negociação coletiva, e não a celebração de contratos coletivos, constitui dever dos atores coletivos.

O art. 101 prescreve a necessidade de deliberação de assembléia geral para as entidades sindicais proporem a negociação e celebrarem contrato coletivo. O § 3º desse artigo estabelece que “*o contrato coletivo de maior abrangência poderá indicar a matéria que não será objeto de modificação em níveis inferiores*”.

O art. 102 estabelece regras para negociação, celebração e aplicação do contrato coletivo quando “*existir mais de uma entidade sindical no mesmo âmbito de representação*”.

O art. 103 do anteprojeto prescreve:

“Art. 103. Havendo recusa devidamente comprovada à negociação por parte das entidades representativas, será conferida a outra entidade sindical do mesmo ramo ou setor de atividade a titularidade da negociação coletiva.

§ 1º Não existindo entidade com personalidade sindical de qualquer nível disposta à negociação, os trabalhadores e empregadores poderão deliberar diretamente.

§ 2º A recusa reiterada á negociação caracteriza conduta anti-sindical e sujeita as entidades sindicais de trabalhadores ou de empregadores à perda da personalidade sindical.

§ 3º A recusa em celebrar o contrato coletivo não caracteriza recusa à negociação coletiva”.

⁵²⁰ A Recomendação nº 91, em seu parágrafo 3, prevê: “*todo contrato coletivo deveria obrigar a seus signatários, bem como às pessoas em cujo nome se celebre o contrato*”. Bernard GERNIGON, Alberto ODERO e Horacio GUIDO, juristas do Serviço de Liberdade Sindical do Departamento de Normas da OIT, ressaltam que “*o princípio de boa fé implica realizar esforços para chegar a um acordo, desenvolver negociações verdadeiras e construtivas, evitar demoras injustificadas, cumprir os cardos concluídos e aplica-los de boa fé*” (A negociação coletiva: normas da oit e princípios dos órgãos de controle, in A negociação coletiva na administração pública brasileira, p. 43).

Não obstante a ressalva contida no § 3º, pelos motivos já anteriormente expostos, reputamos temerária e de questionável constitucionalidade a possibilidade de deliberação direta prevista no § 1º da proposta, que reproduz, embora com outro formato, o conteúdo do atual art. 617, § 1º, da CLT.

O art. 104 do projeto prescreve a forma dos contratos coletivos, prevendo em seu § 2º que, *“quando por outra forma escrita for demonstrado o negócio jurídico, ser-lhe-á conferida exigibilidade, atendendo-se à finalidade e à intenção das partes”*.

O art. 105 dispõe sobre o prazo de vigência:

“Art. 105. A vigência dos contratos coletivos será de até 3 (três) anos, salvo acordo em sentido contrário.

§ 1º Os contratos coletivos poderão estabelecer as regras para que os efeitos de suas cláusulas subsistam após o término de sua vigência.

§ 2º Alcançado o termo final da vigência, os efeitos do contrato coletivo subsistirão durante os 90 (noventa) dias subseqüentes, após o que as partes, de comum acordo, poderão ajustar novas prorrogações.

§ 3º Em caso de impasse, os atores coletivos poderão celebrar compromisso arbitral”.

Ainda que o anteprojeto em exame esteja propondo a ampliação do prazo, persistem os efeitos negativos, na concepção defendida neste trabalho, da limitação de vigência dos instrumentos normativos.

Finalmente, o art. 106 do anteprojeto regula o conflito de normas, propondo, ao nosso ver, solução afinada com os princípios fundamentais consagrados na Constituição e próprios do Direito do Trabalho, afastando dúvidas quanto à não incidência da teoria do conglobamento:

“Art. 106. Prevalece a disposição mais favorável ao trabalhador em caso de conflito entre cláusulas de contratos coletivos, entre cláusulas de contratos coletivos e disposições legais ou entre cláusulas de contratos coletivos e de contrato individual de trabalho”.

Em síntese, o exame perfunctório do anteprojeto permite afirmar que a regulação das relações coletivas de trabalho, que está sendo desenhada, apresenta inovações elogiáveis e também questionáveis, assim como mantém em parte a estrutura do atual modelo. Não autoriza, entretanto, vislumbrar que promoverá significativo fortalecimento das entidades sindicais representativas dos trabalhadores, em especial, diante do cenário desertificado⁵²¹ pelas políticas neoliberais.

⁵²¹ Apropriando-se da expressão utilizada por Ricardo ANTUNES no título de sua obra publicada em 2004 (A desertificação neoliberal no Brasil).

CONCLUSÃO

O debate jurídico tradicional, via de regra, vem se situando no espaço restrito existente entre a lei, a jurisprudência, a doutrina tradicional e o caso concreto. Normalmente, os posicionamentos adotados, em especial pelos chamados “operadores do direito” (entre os quais se destacam os juízes e advogados), são justificados pela reprodução de discursos, transformados em dogmas, sem grandes perquirições de seus fundamentos ou razões.

O propósito da presente investigação foi ampliar o campo de reflexão sobre o Direito, ousando empreender vôo com maior altitude para tentar avistar além do jurídico, e desvendar os fundamentos e as razões dos discursos e do ordenamento legal positivado. As modulações do sistema capitalista e dos movimentos operários e sindicais formaram a trilha percorrida, prestando-se a autonomia privada coletiva como ponto de referência.

Disso resultou a ênfase dada, nos dois primeiros capítulos, à desmistificação do sindicato e da negociação coletiva, o que permitiu desvelar que o ordenamento jurídico refletiu as modulações e o influxo dos dois principais atores envolvidos nas relações de acumulação econômica (o capital e os movimentos operários), sempre com a prevalência dos interesses das classes dominantes em preservar o sistema capitalista.

O olhar crítico exercitado permitiu constatar que o compromisso fordista e o Estado do bem-estar social, ambientes construídos nos países de economia central, em que se desenvolveu a negociação coletiva como instrumento de regulação das relações de trabalho, resultaram da confluência de diversos fatores envolvendo os mesmos protagonistas (divisão do movimento operário, crise econômica, transformação do sistema de produção industrial, necessidade de reconstrução da Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial, expansão do modelo alternativo, representado pela União Soviética, que ameaçava o sistema capitalista), visando a cooptar e a controlar os movimentos operários e a inserir os trabalhadores no processo de acumulação.

A ausência daquele ambiente peculiar, que se configurou nos

países de economia central, e a condição de dependência a estes países, impediram que o compromisso fordista e o Estado do bem-estar social fossem implantados no Brasil. A cooptação e o controle dos movimentos operários foram alcançados através do sistema sindical e trabalhista, finalidade encoberta pelo discurso do papel protecionista da legislação.

Perquiridas as causas da implantação do ideário neoliberal, desenvolvida nos países de economia central a partir do final da década de 1970, e nos países sul-americanos, a partir da década de 1990, constatou-se que decorreu do aprimoramento dos mecanismos de controle e da aparente ausência de modelo alternativo ao sistema capitalista, o que fragilizou e desorientou o movimento operário, tornando desnecessário o aparato do Estado do bem-estar social, naqueles países, e o sistema sindical e trabalhista dos países de economia semiperiférica.

No cenário desmistificado, tornou-se possível, de forma consciente, justificar a necessidade de limitar a exploração capitalista, inclusive para a sua própria preservação.

Com esse sentido, no terceiro capítulo, foi possível exercitar uma proposta de resgate da autonomia privada coletiva dentro do próprio ordenamento jurídico, valendo-se dos exemplos da constitucionalização e da repersonalização do Direito Civil, assim como da evolução do conceito da autonomia da vontade para a autonomia privada.

Em suma, a Constituição Federal de 1988, fruto de um momento raro na História brasileira, em que as forças sociais mais se aproximaram do equilíbrio, refletindo por isso com maior fidelidade os valores priorizados pela sociedade, fornece, através dos princípios que consagra, as balizas que orientam o exercício da autonomia privada coletiva.

Assim, a autonomia privada coletiva deve ser exercida no sentido de melhorar as condições sociais do trabalhador, além das garantias mínimas já concretizadas pela constituição e ordenamento infraconstitucional, visando a valorizar o trabalho humano e a justiça social, obter a redução das desigualdades regionais e sociais e concretizar o ideal do pleno emprego. Esse é o sentido que deve orientar a interpretação e a aplicação dos instrumentos normativos.

Na perspectiva deste trabalho, o balizamento proposto para o exercício da autonomia privada coletiva não tem o significado de limitação ou de redução

de sua eficácia. Considerando que a autonomia significa capacidade de se autogovernar, de tomar decisões livremente e com independência, necessariamente deve pressupor a liberdade de agir, mas não uma liberdade formal, mas, sim, liberdade real. Se em uma relação contratual não há equilíbrio entre as partes, sendo uma mais poderosa ou forte do que a outra, esta outra não possui a capacidade de tomar decisões livres e independentes, e, em consequência, a sua autonomia estará limitada. Ao se balizar a liberdade negocial pelos direitos fundamentais, na verdade, estão-se retirando os limites da autonomia e ampliando a sua eficácia.

Ainda que o sentido proposto à autonomia privada coletiva seja polêmico e aberto a críticas, tem como contribuição demonstrar que é possível (re)pensar o Direito do Trabalho e o Direito Coletivo fora da lógica perversa do ideário neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, José João. O código do trabalho e a Constituição, *in* Questões laborais: código do trabalho – questões de (in)constitucionalidade. Coimbra: Coimbra, ano X, nº 22, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: CORTEZ; Campinas: Unicamp, 7ª ed. revista e ampliada, 2000.

_____ Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 4ª ed., 2001.

_____ Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. *in* Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. Ricardo ANTUNES (org). São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 2002.

_____ A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, *in* Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

AROUCA, José Carlos. O sindicato em um mundo globalizado. São Paulo: LTr, julho-2003.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso *et alii* (orgs.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994.

BARCELLONA, Pietro. El individualismo propietario. Madrid: Trotta, 1996.

BELTRAN, Ari Possidonio. A autotutela nas relações do trabalho. São Paulo: LTR, 1996.

BETTI, Emílio. Teoria Geral do negócio jurídico (trad. e anot. Ricardo Rodrigues Gama). Campinas: LZN, 2003.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise (trad. Wanda Caldeira Brant). São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 1999.

BOBBIO, Norberto. Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant. São Paulo: Mandarin, 2000.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do estado. São Paulo: Malheiros, 4ª ed., 2003.

_____ Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 11ª ed., 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa, *in* Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. CHAHAD, José Paulo Zeetano e PICCHETTI, Paulo (org.). São Paulo: LTR, agosto/2003.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política (trad. Equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp). Campinas: Papirus, 3ª ed., 1990.

CARVALHO, Orlando. Para uma teoria da relação jurídica civil, v. I: a teoria geral da relação jurídica: seu sentido e limites. Coimbra: Centelha, 1981.

CATTANI, Antonio David. Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século, *in* Globalização e socialismo. Osvaldo Coggiola (org.). São Paulo: Xamã, 1997.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. O discurso proprietário e suas rupturas: prospectiva e perspectivas do ensino do direito de propriedade. Tese aprovada na titulação de Doutor no Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Biblioteca Central da UFPR, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 24^a ed., 2003.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Inovações na legislação trabalhista: reforma trabalhista ponto a ponto. São Paulo: LTR, 2000.

_____ Inovações na legislação trabalhista: reforma trabalhista ponto a ponto. São Paulo: LTR, 2^a ed., junho/2002.

_____ O Estado neoliberal e seu impacto sócio-jurídico, *in* Globalização, neoliberalismo e direitos sociais (Maria Salete Polita MACCALÓZ et al). Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____ “Virada de Copérnico”: um convite à reflexão sobre o direito civil brasileiro contemporâneo, *in* Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo. FACHIN, Luiz Edson (org). Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____ Novo conceito de ato e negócio jurídico. Curitiba: Educa, 1988.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTR, 2001.

FREITAS JR., Antônio Rodrigues de. Direito do trabalho na era do desemprego: instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação. São Paulo: 1999.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIUGNI, Gino. Direito Sindical. São Paulo: LTR, 1991.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 6ª ed., 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 3ª ed., 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 3 ed., 2002.

_____ Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991 (trad. Marcos SANTARRITA). São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 18ª reimp., 2001.

KEYNES, John Maynard. Os pensadores (cons. e seleção Paulo Israel SINGER; trad. Rolf KUNTZ). São Paulo: Victor Civita, 1978.

KOCHER, Eva. A ação civil pública e a substituição processual na justiça do trabalho – “verbandsskagen” no direito brasileiro. São Paulo: LTR, 1998.

MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho - parte geral. São Paulo: LTR, 3ª ed., 1985.

_____ Manual de direito do trabalho – direito coletivo do trabalho, v. III. São Paulo: LTR, 1986.

MANTOUX, Paul. A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Hucitec.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20ª ed., 2002.

_____ Prefácio da Contribuição à crítica da economia política, *in* K. Marx F. Engels – história. FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 3ª ed.

_____ O 18 brumário e cartas a kugelman. São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed.

MCILROY, John. O inverno do sindicalismo, *in* Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. ANTUNES, Ricardo (org). São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 2002.

MELHADO, Reginaldo. Poder e sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação. São Paulo: LTR, junho/2003.

MOURA, José Barros. A convenção colectiva entre as fontes de direito do trabalho. Coimbra: Almedina, 1984.

NALIN, Paulo. Do contrato: conceito pós-moderno. Curitiba: Juruá, 2002.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. São Paulo: LTR, 3ª ed., fevereiro/2003.

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 11ª ed., 1989.

POCHMANN, Marcio. Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil. São Paulo: LTR, julho/2003.

PRADO, Roberto Barretto. Curso de direito coletivo do trabalho. São Paulo: LTR, 1986.

PRATA, Ana. A tutela constitucional da autonomia privada. Coimbra: Almedina, 1982.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo (trad. Ruth Gabriela BAHR). São Paulo: M. Books do Brasil, 2004.

ROMITA, Arion Sayão. Os direitos sociais na constituição e outros estudos. São Paulo: LTR, 1991.

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 1993.

ROPPO, Enzo. O contrato. Coimbra: Almedina, 1988.

RÜDIGER, Dorothee Susanne. O contrato coletivo no direito privado: contribuições do direito do trabalho para a teoria geral do contrato. São Paulo: LTR, 1999.

_____. Autonomia privada coletiva e crise paradigmática direito do trabalho, *in* Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, nº 53, junho/dezembro 2004.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça em Kant – seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed., 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais, *in*: *A constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado* (org. Ingo Wolfgang Sarlet). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. A farsa do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Graphia, 5ª ed., 1998.

Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Graphia, 14ª ed., 2004.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os direitos invisíveis, in Os sentidos da democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito.

SÜSSEKIND, Arnaldo *et alii*. Comentários à Constituição, v. 1º. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

Instituições de direito do trabalho, v. 2º. São Paulo: LTR, 18ª e, 1999.

TEPEDINO, Maria Celina B. M. A caminho de um direito civil constitucional, *in* revista de direito civil, nº 65.

TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos direitos humanos. São Paulo: Peirópolis, 2002.

UBALDI, Pietro. A grande síntese (trad. Carlos Torres Pastorino e Paulo Vieira da Silva). Campos-RJ: 14ª ed., 1985.

VIANA, Márcio Túlio. O acesso à justiça e a nova prescrição do rurícola, *in* revista Gênesis, Curitiba, 17(97):011-070, janeiro-2001.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 4ª ed., 1999.